



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE – CAA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO

MULHER E CIÊNCIA: interfaces feministas entre conhecimento científico e político na América Latina.

Sérgio Antônio Silva Rêgo

CARUARU

2017

SÉRGIO ANTÔNIO SILVA RÊGO

MULHER E CIÊNCIA: interfaces feministas entre conhecimento científico e político na América Latina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação Contemporânea.

Área de concentração: Educação, Estado e Diversidade.

Orientadora : Prof^ª Dr^ª Allene Carvalho Lage

Caruaru – 2017

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Paula Silva – CRB/4-1223

R343m Rêgo, Sérgio Antônio Silva.
Mulher e ciência: interfaces feministas entre conhecimento científico e político na América Latina. / Sérgio Antônio Silva Rêgo. – 2017.
290f.; il.: 30 cm.

Orientadora: Allene Carvalho Lage.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2017.
Inclui Referências.

1. Feminismo (América Latina). 2. Mulheres (América Latina). 3. Feminismo e ciência (América Latina). 4. Periódicos latino-americanos. 5. Periódicos acadêmicos (América Latina). I. Lage, Allene Carvalho. (Orientadora). II. Título.

370 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2017-250)

SÉRGIO ANTÔNIO SILVA RÊGO

MULHER E CIÊNCIA: interfaces feministas entre conhecimento científico e político na América Latina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Contemporânea.

Aprovado em: 22 /05 / 2017.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Allene Carvalho Lage (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Dra. Conceição Gislane Nóbrega Lima de Salles (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Dra. Júlia Figueredo Benzaquen (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

A todas aquelas pessoas que se incomodam com a desigualdade e se dispõem a lutar para construção de um novo mundo. Por esses seres que criam pontes e combatem os muros que insistem em surgir.

AGRADECIMENTOS

Ao Espírito de Amor que nos permeia e tudo nos oferece. A Ti agradeço todas as oportunidades dadas. Junto a Ti sei que jamais estarei só.

À minha família, especialmente a Sérgio (em memória) e Dôra, que me oportunizaram todas as experiências de libertação que o conhecimento pode promover e subsidiaram todo meu processo educacional com ternura e empenho.

A Nelson (em memória), Nita e Simone, pelo estímulo incondicional. À Mel, Gu e Cecília (ainda por chegar) pelo colorido de vida, advindo de uma relação baseada simplesmente no amor e no respeito, que produzem e me ensinam a caminhar de mãos dadas. Às queridas irmãs, Elaine e Érica, que trazem, com bastante impacto, o cotidiano das relações.

À querida professora e amiga Dra. Allene Carvalho Lage por toda paciência, sabedoria e dedicação nesse processo de construção de nossa pesquisa. A ela meus sinceros votos de apreço pela pessoa/profissional/militante/entusiasta do saber.

Aos especiais seres que a vida me proporcionou caminhar junto, professoras/es, que são Mestras/es, são elas/eles as/os Dras/Drs: Conceição Salles, que desde a qualificação desse texto oportunizou importantes considerações, a Everaldo Fernandes, Gustavo Oliveira, Katia Cunha, Lucinalva (Nina) Almeida e Marcelo Miranda pelas valorosas contribuições na qualificação. Não sendo as únicas pessoas envolvidas no processo de construção do conhecimento, mas o acolhimento maior se deu por parte dessas mentes inquietas e devotadas a eliminação das disparidades sociais. Também não posso esquecer do sorriso e atenção de Socorro Silva em todos os momentos desse percurso, demonstrando preparo e bastante empenho em suas funções.

À todas/os colegas de turma do PPGEduc (2015-2017), que me fizeram correr atrás, procurar aprofundar, sorrir e caminhar na pesquisa. Não posso deixar de mencionar aqui minha/meu irmã/irmão de trajeto e ideais, ela/ele: Marcia e Otávio (Prema), seres que são constituídos de intensa luz divina, essa que a/o envolve e faz com que brilhem para todas/os aquelas/es que os cercam.

Ao meu amigo-irmão Pedro, pelo bom-humor, pelas inquietações, pelas discussões, pelos ideais, pelas confidências e compartilhamentos de projetos/sonhos. Estivemos juntos desde o início nos apoiando, nos estimulando e descobrindo horizontes incríveis que o saber conduz.

A Tatianne Bezerra pelas valorosas contribuições e observações dada nesse texto, em momentos de profunda inquietação estava disposta na ouvida, nas indicações e conselhos. Às queridas Jessica Flaíne, Jéssica Rochely, Janini Paula, Dayseellen Leite, Fernanda Teixeira, Rubneuza Leandro e também ao grande Fernando Cardoso, bastante presente nas discussões iniciais dessa empreitada acadêmica e André Mendes, entre tantas outras pessoas, saibam que muito de vocês se encontra aqui nesse texto e preenchendo meu espírito. Não posso deixar de mencionar Luzinete Lemos, professora e amiga, incentivadora, lá no início dos anos 2000, nos estudos sobre gênero e feminismo. Mostra que a educação é um sempre aprender e disponibilizar-se.

Às políticas de fomento e incentivo ao conhecimento praticadas por governos populares que governaram o Brasil nos últimos anos. Com eles o incentivo dado a interiorização das Instituições de Ensino Superior e a constância da luta que o cotidiano conservador nos impõe.

As/aos queridas/os estudantes por compreenderem as ausências e estimularem a permanência, a criação e o combate. Essa é uma produção coletiva, com muitos de seus pensamentos e energias positivas. Estendo também aos colegas de trabalho, em especial a Letícia Beltrão, Eduarda Bastos e Letícia Machado, responsáveis pelas correções preliminares do texto. A Henry Kleber por todas as palavras de incentivo dadas assim como a Sheila Herculano, pela torcida constante, entre tantas/os outras/os que com tanta frequência se fizeram presentes e não me deixaram percorrer essa trajetória sozinho, por isso mesmo meus mais sinceros votos de agradecimento.

A verdadeira coragem é ir atrás de seu sonho mesmo quando todos dizem que ele é impossível.

Cora Coralina

RESUMO

Nosso trabalho procura mapear publicações feministas de cinco países latino-americanos, observando a ideia de militância contida no ato da veiculação do conhecimento. Essas publicações, possuem um tipo de atuação de cunho político, evidenciando assim mais uma maneira de exercer o ativismo feminista. Num primeiro momento procuramos discutir o papel da ciência e a sacralização engendrada em torno de um ideário de salvação da humanidade advindo da mesma, e perceber a construção de uma pluralidade de conhecimentos baseados na construção de novas formas de perceber como se processa a constituição deste. Percorremos a trajetória do movimento feminista, em suas variadas gerações, e procuramos traçar as principais dinâmicas enfrentadas nas conquistas e afirmações de direitos, entre outras reivindicações. Evidenciando, nessa discussão, o papel desempenhado pelo feminino na produção de saberes ditos científicos e sua participação do espaço docente enquanto produtora e de como esse fenômeno se dá neste espaço. Para tanto, uma metodologia feminista, conforme aponta Castañeda (2008) é necessária. Com isso, uma reformulação dos métodos que permeiam a construção de novas formas de percepção a velhas maneiras de conceber a estruturação do conhecimento, assinalando esse caminho Harding (1987, 1993, 1996), Haraway (1995), Lagarde (2000, 2012), Gebara (2004), Gargallo (2006). Nesse caminho, a busca para a construção de uma epistemologia feminista torna-se concreta entre as feministas latino-americanas e carinhas, associando-se as contribuições de outras perspectivas feministas, e procurando, a cada instante, romper com o ciclo opressor, muitas vezes transmutado como libertador, por essa concepção secularizada de ciência, baseada no androcentrismo. Para tanto, as concepções de gênero trazidas por Scott (1990) e Lagarde (1996), somadas a ideia de patriarcado trabalhada por Saffioti (2013, 2015) e Connell (1990), unindo-se ao aspecto de identidade por utilizado por Lagarde (1990), assim como a utilização dos cativéis Lagarde (2011) se tornaram condição para a realização desse processo investigativo. Toda essa caminhada nos levou ao que chamamos, como afirma Lugones (2011), de concepção feminista pós-colonial. São diversos os fatores que levam a tipos de conceitos pré-estabelecidos e a procura por identificá-los e explicá-los é o que fundamenta o nosso trabalho. Isto é, analisar a literatura, pesquisas e periódicos eletrônicos, na perspectiva de estudar o processo de engajamento, autoconhecimento e militância de mulheres na ciência, como por parte de nosso objeto de pesquisa. Baseando-nos numa metodologia qualitativa e fazendo uso do método do caso alargado, conforme Santos (1983), procuramos verificar se há uma relação grande dos temas educação e “conhecimento científico” com o feminismo na produção de saberes por parte das mulheres docentes nas academias latino-americanas e como isso se verifica em termos de militância das mesmas. Nossas considerações finais apontam para o fato de que há uma carência/lacuna no que se refere em associar ciência, docência feminina e academia, em pesquisas acadêmicas, assim como nas publicações investigadas. Com isso abre-se um vasto campo de pesquisa que pode vir a fomentar outras tantas discussões e auxiliar, cada uma a seu modo, na eliminação da opressão sexista, em suas mais variadas formas de atuação.

Palavras-chave: Feminismo. Publicações feministas. Feminismo latino-americano. Mulher e ciência. Ativismo.

RESUMEN

Nuestro trabajo platea las publicaciones feministas de cinco países de América Latina, teniendo en cuenta la idea de la militancia contenida en el acto de transmisión de conocimientos. Estas publicaciones, poseen un tipo de actuación de cuño político, evidenciando así otra manera de ejercer el activismo feminista. En un primer momento se discute el papel de ciencia y santidad engendrados en torno a una humanidad la salvación de las ideas que surgen de ella, y nos damos cuenta de la construcción de una pluralidad de conocimiento basado en la construcción de nuevas formas de entender cómo procesar la constitución de este. Recorrido el camino del movimiento feminista, en sus diversas generaciones, tratamos de rastrear las dinámicas principales enfrentadas los logros en las conquistas y los derechos de las reclamaciones, entre otras reivindicaciones. Mostrar, en este debate, el papel de la mujer en la producción de conocimientos científicos y su participación en el espacio de enseñanza como productor y como se produce este fenómeno en este espacio. Por lo tanto, se requiere una metodología feminista. Luego, un rediseño de los métodos que subyacen a la construcción de nuevas formas de percibir las viejas formas de diseñar la estructura del conocimiento. De esta manera, la búsqueda de la construcción de una epistemología feminista se concreta entre las feministas y las caras de América Latina, asociados con las contribuciones de otras perspectivas feministas, y procurando en cada momento, para romper con el ciclo de opresión a menudo transmutado como un libertador para que la concepción secularizada de la ciencia basada en el androcentrismo. Por consiguiente, los conceptos de género, junto con la idea del patriarcado, así como el uso de cautiverio Lagarde (2011) se convirtió en una condición para la realización de este proceso de investigación. Todo este paseo nos llevó a lo que llamamos el diseño feminista postcolonial. Existen varios factores que levam a tipos pré-establecidos de conceitos e a busca por identificá-los e explicá-los é o que está subjacente ao nosso trabalho. Es decir, analizar la literatura, investigación y revistas electrónicas, con la perspectiva de estudiar el proceso de compromiso, autoconocimiento y militancia de las mujeres en la ciencia, como parte de nuestro objeto de investigación. Sobre la base de una metodología cualitativa y utilizando el método del caso especial, por ejemplo Santos (1983), tratamos de determinar si existe una larga lista de temas de educación y “conocimiento científico” con el feminismo en la producción de conocimiento por parte de maestras en las academias latinoamericanas y la forma en que se verifica en términos de militancia de las mismas. Nuestras conclusiones apuntan al hecho de que hay una necesidad/brecha cuando se trata de vincular ciencia, enseñanza y docencia feminista en la investigación académica, así como en las publicaciones investigadas. Se abre un amplio campo de investigación que en última instancia puede alentar a la mayor cantidad de discusiones y ayudar a cada uno a su manera, la eliminación de la opresión sexista en sus múltiples formas de acción.

Palabras clave: Feminismo. Publicaciones feministas. Feminismo latinoamericano. La mujer y la ciencia. Activismo.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|----------|--|-----|
| FIGURA 1 | Esquema de características das etapas de rompimento do contexto patriarcal por Lagarde (2000). | 143 |
| FIGURA 2 | Distribuição geográfica dos países investigados e o número de publicações analisadas em cada um deles. | 170 |

LISTA DE SIGLAS

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEIIBA – *Centre d'Études Ibériques et Ibéro-Américaines*
CEM – *Centro de Estudios de las Mujeres*
CIEC – Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos
CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
GT – Grupo Temático
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES – Instituições de Ensino Superior
IFCS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
IFPI – Instituto Federal do Piauí
IIEGE – *Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género*
ISER – Instituto de Estudos da Religião
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PUC – Pontifícia Universidade Católica
REF – Revista de Estudos Feministas
SOF – Sempre Viva Organização Feminista
UBA – *Universidad de Buenos Aires*
UCV – Faculdade Católica de Vitória

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSE – Universidade Federal de Sergipe

UNAM – *Universidad Nacional Autónoma de México*

UnB – Universidade de Brasília

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros

UQAM – *Université du Québec à Montréal*

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-----------|---|-----|
| TABELA 1 | Dados referentes à plataforma virtual IBICT destacada as temáticas verificadas em nossa pesquisa. | 32 |
| TABELA 2 | Lista de publicações acadêmicas ou de institutos universitários, organismos não governamentais, movimento sociais ou secretarias de Estado sobre mulher. | 49 |
| TABELA 3 | Países investigados e produções pesquisadas nessas realidades. | 51 |
| TABELA 4 | Revistas pesquisadas destacando as instituições as quais elas estão vinculadas, assim como ano de início de edição, quantitativo das mesmas e países onde são editadas. | 167 |
| TABELA 5 | Incidência das palavras pesquisadas em cada publicação | 171 |
| TABELA 6 | Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa. | 176 |
| TABELA 7 | <i>La Aljaba</i> . Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa. | 178 |
| TABELA 8 | Revista de Estudos Feministas (UFSC). Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa | 185 |
| TABELA 9 | Números específicos seguindo a temática Gênero e Ciência – Cadernos PAGU. | 196 |
| TABELA 10 | <i>Cadernos Pagu</i> . Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa. | 197 |
| TABELA 11 | <i>Labrys – Estudos Feministas</i> . Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa. | 203 |
| TABELA 12 | <i>La Manzana de la Discordia</i> . Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa. | 217 |
| TABELA 13 | <i>Chichamaya</i> . Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa. | 219 |
| TABELA 14 | <i>Debate Feminista</i> . Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa. | 223 |
| TABELA 15 | <i>GénEros</i> . Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa. | 227 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| TABELA 16 | <i>Revista Venezolana de Estudios de la Mujer</i> . Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa. | 235 |
| TABELA 17 | <i>Revista Otras Miradas</i> . Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa. | 242 |
| TABELA 18 | Publicações pesquisadas por país, departamentos e localização online. | 246 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|------------|--|-----|
| GRÁFICO 1 | Comparação e identificação de termos pesquisados em cada uma das publicações pesquisadas. | 172 |
| GRÁFICO 2 | Revista <i>Mora</i> e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados. | 175 |
| GRÁFICO 3 | Revista <i>La Aljaba</i> e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados. | 178 |
| GRÁFICO 4 | Revista Estudos Feministas e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados. | 184 |
| GRÁFICO 5 | Cadernos Pagu e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados. | 196 |
| GRÁFICO 6 | <i>Labrys</i> – Estudos Feministas e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados. | 202 |
| GRÁFICO 7 | Revista <i>La Manzana de la Discordia</i> e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados. | 216 |
| GRÁFICO 8 | Revista <i>Chichamaya</i> e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados. | 219 |
| GRÁFICO 9 | <i>Revista Debate Feminista</i> e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados. | 222 |
| GRÁFICO 10 | <i>Revista GénEros</i> e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados. | 227 |
| GRÁFICO 11 | <i>Revista Venezolana de Estudios de la Mujer</i> e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados. | 235 |
| GRÁFICO 12 | <i>Otras Miradas</i> e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados. | 241 |
| GRÁFICO 13 | Comparação e identificação do termo educação em cada uma das publicações pesquisadas. | 248 |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 17 |
| 1.1 | Objetivos Geral e Específicos | 30 |
| 1.2 | Dialogando com o cenário da produção sobre feminismo e gênero na ciência | 30 |
| 2 | QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS | 35 |
| 2.1 | Abordagens Qualitativas | 39 |
| 2.2 | O Método do Caso Alargado | 45 |
| 2.3 | Delimitação, Local da Pesquisa e Sistematização dos Dados | 48 |
| 3 | REFERENCIAL TEÓRICO | 53 |
| 3.1 | Modernidade e Ciência | 53 |
| 3.2 | Mulher e relações de gênero | 64 |
| <i>3.2.1</i> | <i>Trajetória do Movimento Feminista</i> | 67 |
| 3.3 | A Mulher na Ciência | 103 |
| 3.4 | A Mulher Docente na Universidade | 107 |
| <i>3.4.1</i> | <i>Contribuições para uma Educação Feminista na América Latina</i> | 113 |
| 3.5 | Epistemologia Feminista | 128 |
| <i>3.5.1</i> | <i>Hermenêutica de Gênero ou Hermenêutica Feminista</i> | 130 |
| <i>3.5.2</i> | <i>Metodologia Feminista</i> | 137 |
| 3.6 | Pensamento Feminista Pós-Colonial | 151 |
| 4 | REVISTAS ACADÊMICAS FEMINISTAS: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DA AMÉRICA LATINA | 166 |
| 4.1 | Revistas da Argentina | 173 |
| 4.2 | Revistas do Brasil | 181 |
| 4.3 | Revistas da Colômbia | 215 |
| 4.4 | Revistas do México | 220 |
| 4.5 | Revistas da Venezuela | 232 |
| 5 | CONCLUSÃO | 244 |
| | REFERÊNCIAS | 252 |

1. INTRODUÇÃO

El poder femenino pertenece al género, al grupo social de las mujeres. Cada mujer desarrolla de manera diferencial, como todos los oprimidos, el potencial de poder surgido de lo que da al opresor. Así, bajo la dominación, los oprimidos son poderosos porque tienen aquello de lo cual carece, a la vez que necesita, quien tiene atributos considerados esencia del poder (LAGARDE¹, 2011, p. 222).

A decisão de enveredar pelas discussões que versavam sobre gênero nasceu, dentre outras formas, observando a negligência dos textos historiográficos do papel desempenhado pelas mulheres. Sobretudo, para um estudante que estava entrando no mundo acadêmico e procurava se formar profissional em educação. Esses textos nada falavam sobre isso e esse silêncio passou a gritar, clamar por ser escrito, (re)visto, apurado, (res)significado. Percebendo que esse silenciamento (PERROT, 2008, p. 13) não fora opcional (isto é, não foi realizado pelas mulheres) e sim deliberadamente como forma imposta historicamente de ocultamento do espaço das mesmas, da contribuição das mulheres na história da humanidade, segregando e amordaçando a construção e possibilidade de visibilidade de sua própria história. Assim sendo, o texto de Perrot (1992), de início, foi um direcionador, uma grande referência que sinalizava essa relação de subalternização e ao mesmo tempo de empoderamento, problematizando e apontando caminhos para minimizar disparidades.

Depois de formado, eu entro em sala de aula e me deparo com o material didático, principalmente o livro, que não fazia nenhuma menção ao que me inquietava. Esse foi o motivador para analisar as questões que abordam a discussão sobre a temática. E para procurar, de maneira concreta, burlar a ausência desse discurso criando outra maneira de observação e levando os/as discentes a se questionarem sobre esse papel, sobre sua própria formação, sobre sua constituição social. As inquietações foram diversas, empreendemos debates, proposições, argumentações, uma verdadeira busca de mudança de pensamento, que eu só observava em sala de aula. Na prática da realidade, essa vivência fora dos muros da escola, eu não conseguia ver.

¹ Acerca das citações referentes as/os escritoras/es de origem hispânica irão respeitar o registro próprio, seja pelo fato de que as/os mesmas/os sejam mais conhecidas/os, assim como pelas normas gerais, buscando favorecer assim uma maior fidedignidade com os dados obtidos através dessa pesquisa bibliográfica.

Daí, com o meu desejo de pesquisar as relações que permeiam produções acadêmicas na perspectiva da educação tornaram-se uma condição que afluía cada dia mais.

Silenciar é considerado, por muitos, sobretudo uma forma de enxergar. Rigorosamente coube às mulheres essa prerrogativa do silenciamento, do não se fazer ouvir, para que assim fossem evitados conflitos com seus familiares (pais, esposos, filhos, etc.). Uma mulher feliz e aceita socialmente, seria uma mulher calada, quieta, dócil, meiga, gentil, recatada e do lar, padrões testes apregoados até hoje.

Guiando essa relação, notadamente, as religiões de matriz judaica foram fundamentais para o processo de cerceamento dos direitos de participação social, cuja atuação política participativa se dá na esfera da vida pública de uma determinada comunidade da mulher. Sendo assim, afirmar a condição de participação sem conseguir definir um papel ativo nessa relação tornara-se cada vez mais complexo.

Isso evidencia, por sua vez, os séculos de atraso em discussão de um maior equilíbrio que a sociedade como um todo deixou de avançar, pois compreender a luta de emancipação do feminino é ao mesmo tempo conduzir a sociedade a uma convivência mais fraterna, com mais concórdia e mais democrática.

O entendimento da discussão parte da ideia das relações de gênero nos conceitos desenvolvido por Scott (1990) e Lagarde (1996), pois acreditamos que os mesmos possuem em si um cerne de questionamentos e amplitude teórica e prática. Segundo Scott “... o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14). Para Lagarde (1996)

El análisis de género es la síntesis entre la teoría de género y la llamada perspectiva de género derivada de la concepción feminista del mundo y de la vida. Esta perspectiva se estructura a partir de la ética y conduce a una filosofía posthumanista, por su crítica de la concepción androcéntrica de humanidad que dejó fuera a la mitad del género humano: a las mujeres. [...] Es notable que el humanismo no las haya advertido. La perspectiva de género tiene como uno de sus fines contribuir a la construcción subjetiva y social de una nueva configuración a partir de la resignificación de la historia, la sociedad, la cultura y la política desde las mujeres y con las mujeres (LAGARDE, 1996, p. 13).

Lagarde ainda desenvolve em outro texto a seguinte ideia sobre o gênero, como sendo um “conjunto de cualidades biológicas, físicas, económicas, sociales, psicológicas, eróticas, políticas y culturales asignadas a los individuos según su sexo” (LAGARDE, 2011, p. 207). Assim sendo, relações múltiplas de análise, com diversas categorias fundadas em outras tantas correntes teóricas, assim como o elemento de incompletude nos demonstram a grandiosidade

dessa perspectiva de análise não somente das ciências humanas e sim do próprio conhecimento como um todo, sem procurar totalizar ou homogeneizar o mesmo.

Procuramos, em nosso texto, focar nas questões políticas do movimento feminista, sua atuação, alcance e objetivos, além disso perceber o papel das universidades na formação dessa consciência coletiva e aprendizado além da própria divulgação desses conhecimentos, como sendo uma das maneiras encontradas para deteriorar elementos tão naturalizados pelo conhecimento científico. Na perspectiva de ativismo² de mulheres que contribuam na/para a produção acadêmica sobre a temática, concordamos com o conceito de protagonismo trazido pelo *Vocabulário Referido a Gênero* (2003) que diz o seguinte:

Refere-se ao protagonismo de homens e mulheres, mediante o ato voluntário, motivado pelo interesse e o desejo de se fazer presente, opinar, comentar, sugerir e tomar decisões, em ações e processos que buscam favorecer as condições de vida. Por este processo, homens e mulheres podem obter uma verdadeira redistribuição de oportunidade, que lhes permita tomar parte nas decisões de seu próprio desenvolvimento, não como simples beneficiários/as, mas como protagonistas (FAO, 2003, p. 09-10).

Um outro aspecto relevante de nosso trabalho é abordado por Gargallo (2002, p. 104) que nos fala que a autoconsciência é um dado político (advindo especialmente do pensamento feminista da década de 1970), (PERROT, 2008, p. 19-20). Isto é, uma tomada de postura frente ao dado, não com a ideia de aceitação e sim de questionamento do mesmo. “*Construcción, producción, fabricación, son conceptos transcendentales que describen la espontaneidad interna de la auto-conciencia y de su autodesarrollo. Sólo de esta manera podría darse una real autocomprensión del pensamiento*” (GADAMER, 1981, p. 72).

As discussões sobre as questões de gênero têm sido abordadas sob várias perspectivas e alcançaram maior ênfase, a partir das décadas de 1960 e 1970, (MATOS, 2000, p. 9) com o movimento feminista, em sua segunda fase, que, de certa forma, deu estímulo para que se

² Ativismo no sentido da militância (que em Freire busca ser “*un movimiento radical, ya que la radicalidad del educador y da educadora [estendemos aqui para as pessoas que são membros/as de movimentos sociais ou de lutas políticas em geral] ‘no niega el derecho del outro de optar. No pretende imponer su opción’*” (MORETTI, 2008, p. 336), em busca de empoderamento, através de práticas e ações políticas, sejam elas institucionalizadas ou não. Porém, não consideramos militância como sendo um ato eminentemente partidário, apesar de no nosso caso específico, a bandeira (causa) levantada ser a luta contra a misoginia, isto é, ao ódio em relação às mulheres. A luta feminista possui múltiplas facetas, nas quais iremos nos deter mais ao longo de nosso texto, daí buscando demonstrar as mesmas e tratar sobre a relação de combate ao preconceito e a discriminação. A ideia que estamos utilizando acerca do ativismo deriva, em grande medida, de Paulo Freire, em que uma das conceituações dadas é a de que o “*el activista se sitúa en el espacio de intersección de la tensión entre el radical y el sectario. Como no hay existencia humana sin tensión, la dialéctica es un campo filosófico que nos ayuda a pensar las prácticas contradictorias, a redefinir las acciones en la perspectiva de la negociación, del acuerdo, del consenso. (...) El activista, según la óptica de Freire, necesita romper el voluntarismo idealista porque éste no considera el proceso histórico y el pensar dialéctico como mecanismos que favorecen la superación de las tensiones para llegar a la liberación del hombre*” (SARTORI, 2008, p. 33).

desenvolvesse um tipo de ciência na qual fosse visível a contribuição da mulher e, amplamente, as demandas que envolvem as discussões de gênero como objeto de estudo.³

Para estes/as estudiosos/as houve uma nova concepção de ciência, com um ponto de vista plural, e com uma busca de mudança da perspectiva rígida de conhecimento científico. A virada do século XIX para o XX representa para muitos/as estudiosos/as uma nova forma de conceituar, definir, afirmar e vivenciar as discussões de gênero. Para tanto, novos panoramas foram implementados, novos atores/atrizes sociais surgiram, diversas demandas foram levantadas, etc. (COSTA, 2005, p. 1-2) e (SOIHET, 1997b, p. 267). Para Lage (2008b) “O conjunto desta pluralidade tem reivindicado, com legitimidade, espaços de articulação entre saberes que possibilitem configurações mais democráticas, que ampliem as possibilidades de diálogos e reconhecimentos” (LAGE, 2008b, p. 6).

Lagarde (1996) amplia o conceito de gênero que muitos/as teóricos/as aceitam, pois esse conceito não é estável, pelo contrário, e visa uma melhor forma de convivência universal, sem pretender ser hegemônico. Trabalhar gênero, é trabalhar o humano, o sujeito social.

El género implica:

– *Las actividades y las creaciones del sujeto, el hacer del sujeto en el mundo.*

– *La intelectualidad y la afectividad, los lenguajes, las concepciones, los valores, el imaginario y las fantasías, el deseo del sujeto, la subjetividad del sujeto.*

– *La identidad del sujeto o autoidentidad en tanto ser de género: percepción de sí, de su corporalidad, de sus acciones, sentido del Yo, sentido de pertenencia, de semejanza, de diferencia, de unicidad, estado de la existencia en el mundo.*

– *Los bienes del sujeto: materiales y simbólicos, recursos vitales, espacio y lugar en el mundo.*

– *El poder del sujeto (capacidad para vivir, relación con otros, posición jerárquica: prestigio y estatus), condición política, estado de las relaciones de poder del sujeto, oportunidades.*

– *El sentido de la vida y los límites del sujeto* (LAGARDE, 1996, p. 27-28).

Para tanto Gebara (2000a) destaca que “este ‘universal’ não é imutável, nem definitivo. É um universal cultural, social, ou seja, uma construção histórica e, portanto, mutável” (GEBARA, 2000a, p. 50). A subordinação do sujeito pelo sistema de classes, de divisões de raças, de separação geográfica, segundo Scott (1990, p. 6) e Scott (1992b, p. 34) são criações meramente discursivas e que devem ser analisadas, observando a construção de tais significados.

Soihet (1997a, p. 96) afirma que a partir da incorporação, pelas ciências sociais, da concepção de transitoriedade do conhecimento e incorporação de gênero como objeto de

³ Conforme nos apresenta Scott (1990, p. 6), Scott (1992b, p. 63-64), Rago (1998a, p. 89), Perrot (2008, p. 14) e Canavae (2009, p. 97).

estudos para as mesmas, houve uma nova e mais ampla ótica de sujeito histórico. Entendemos por ciências humanas o conceito de Gadamer (2003) que discorre acerca do papel destas em relação à pretensa objetividade das chamadas ciências ditas da natureza.

Se o *Verstehen* [traduzido como entendimento/compreendido] é o aspecto fundamental do *in-der-Welt-sein* [estar-no-mundo] humano, então as ciências humanas encontram-se mais próximas da autocompreensão humana do que as ciências naturais. A objetividade destas últimas não é mais um ideal de conhecimento inequívoco e obrigatório (GADAMER, 2003, p. 12).

Percebemos, através das leituras, que essa inclusão do feminino⁴, como objeto de estudos, não significou, imediatamente, uma mudança de prisma do saber científico com relação a essa categoria. Demonstrando assim o machismo que impera/imperava na forma de se produzir saberes.

Harding (1996) afirma que existem tipos de gêneros, os quais ela define em número de três, são eles: o gênero individual, o gênero estrutural e o gênero simbólico. Todos servindo a uma dimensão maior que busca controle, em nosso caso de investigação na produção dos saberes científicos. Quer dizer, o sexo da ciência.

¿Por qué sigue siendo tan evidente la segregación de género en el conjunto del personal científico, después de más de un siglo de intentar las mujeres introducirse en el ámbito de la ciencia? (...) Más en concreto, ¿por qué se ha opuesto tan reiteradamente la organización científica a la educación de las mujeres para las carreras de ciencias, al empleo de éstas en los quehaceres científicos y a la evaluación de su trabajo en la ciencia para que merezcan un reconocimiento público y un apoyo institucional equiparables a los hombres? (HARDING, 1996, p. 52).

Seguindo esse raciocínio, apesar de ter sido publicado na década de 1990, o texto de Harding continua bastante atual, pois a convergência entre as feministas é muito grande com relação a isso, conforme percebemos nos escritos de Haraway (1995, p. 9), (DE BARBIERI, 1998, p. 107) e Curiel (2007, p. 2). Desse modo consideramos que a ciência possui gênero, tal como sendo uma ciência pensada, produzida e dirigida por uma mentalidade patriarcal, de tal maneira que a própria natureza da ciência ser masculina, entranhada em diversos setores (LAGARDE, 1990, p. 2), (GRAF, 2012, p. 22) e (GARGALLO, 2012, p. 156). Como bem diz Haraway (1995, p. 10) o conhecimento está sempre situado, possui lugar, origem e objeto.

A luta pela cidadania iniciou-se, outrora, com o direito à igualdade do voto, à procura pelo sufrágio universal (RAGO, 1998b, p. 23) e (VALDIVIESO, 2012, p. 27, 29 e 31 a 36).

⁴ Inicialmente as discussões versavam sobre uma espécie de história das mulheres. Porém, com o tempo, estas passaram a ampliar, de maneira significativa, suas demandas e acolher o movimento feminista assim como as pesquisas de gênero.

Ampliou-se por melhores condições de trabalho, de consciência de corpo, por acesso à educação, pela inclusão em políticas públicas, na defesa da diminuição da violência doméstica, dentre tantas outras formas de manifestação, o que nos mostra a heterogeneidade que os estudos sobre gênero possuem e como esse campo de investigação está alicerçado em solo fértil (CANAVAE, 2009, p. 98).

Houve, por parte de alguns/as pensadores/as, uma procura por novas abordagens historiográficas (DUBY, 2011, 2013), (DUBY; PERROT, 1990),⁵ (BURKE, 1997, p. 80),⁶ (REIS, 2000, p. 135) e (DOSSE, 2003, p. 249) que apontassem o papel da mulher (do feminino) nas mais diversas sociedades (OLIVEIRA, 2012), pois até a primeira metade do século XX, e principalmente no ocidente, o discurso relativo à mulher era bastante silenciado pelo que se verifica através da literatura existente (SCOTT, 1992b, p. 69), SMITH (2003, p. 14).⁷

O limite de acesso à educação por parte das mulheres, as funções vitais, que lhes eram atribuídas naquele momento, que teriam que exercer, sobretudo o casamento e a maternidade. Fora desse esquema não existe espaço seguro para uma dama, para uma mulher considerada de “respeito”. Dessa maneira, poucas foram as figuras femininas (que receberam destaque) até aquele período por romperem com velhos preconceitos impostos pela sociedade patriarcal.⁸

⁵ A coleção da História das Mulheres no Ocidente.

⁶ Sobre os capítulos 4 e 5.

⁷ “O passado não é simplesmente opressivo. Na verdade, o passado é um mistério, já que nenhuma explicação adequada da história das mulheres está disponível. Como os historiadores feministas continuam a vasculhar documentos, artefatos e histórias, evidência de ricas contribuições públicas pilhas de mulheres cada vez mais alto. E ao lado dela acumula evidências de que as contribuições das mulheres gradualmente desaparece do registro público. Como eu tento entender o passado, eu não tenho certeza de quem ou em que confiar. Devo confiar na tradição um tanto fragmentada das valentes mulheres pensadoras, ativistas e líderes, uma tradição que é mítica no sentido de que pedaços de história escrita e oral são elaborados através da ficção imaginativa? Ou devo confiar na tradição em que as mulheres são castas, sair de casa, e modesto, uma tradição que é mítica no sentido de que ele mis-descreve como muitas mulheres, uma vez que descreve com precisão? Ambas estas tradições são complicados pela sobreposição de histórias de raça, classe, gênero, etnia, nacionalidade-histórias que estão marcadas por caprichos e manipulações. Por enquanto, a única tradição de que estou certo é a tradição de luta entre estas duas ideologias concorrentes do que significa viver como uma mulher. Em cada época, os dois confrontos, e "a questão da mulher" é levantada de novo. Para viver como uma mulher tradicional é a vagar entre os dois, e talvez muitas outras ideologias, conflitantes da natureza da mulher. É para fundir seus próprios saltos ambíguas de fusão com uma tradição de ambiguidade para as mulheres” (KAPLAN, 2003, p. 374). Tradução nossa.

⁸ Algumas dessas figuras destacadas, na América Latina e Caribe, foram Maria Lacerda de Moura (1887-1945), uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil (ver LEITE, 2005). Martha de Holanda (1903-1950) que quebrou paradigmas com seus escritos e atitudes no início do século XX. (ver NASCIMENTO, 2013, 2015). Além de Nísia Floresta (1810-1885), denominada como a primeira feminista do Brasil, tendo publicado, em 1833, o texto *Reivindicação dos direitos da mulher*, de Mary Wollstonecraft. Para mais ver (DUARTE, 2005; GONÇALVES, 2006; SILVA, 2014). Teresa Margarida da Silva e Orta (1711-1793), escritora, considerada a primeira a escrever ficção. Ainda destacam-se: Laureana González (c.1842/46 – 1896), pensadora mexicana, que através de escritos, tais como: *La emancipación de la mujer por medio del estudio*, defende uma imediata tomada de posição das mesmas e denuncia práticas de opressão por qual as mulheres atravessam. (ver KLEINHANS, 1891). Juana Inés de la Cruz (1651-1695), também mexicana. A militante socialista peruana Flora Tristán (1803-1844). A argentina Juana Manso (1819-1875), trabalhando a concepção de educação popular. A hondurenha, Rita Cetina Gutiérrez (1846-1908), fundadora do *Boletín de la Defensa Nacional*, entre tantas outras.

Percebendo que a escrita que se dava às ciências atendia/atende a quem tem mais poder como os mesmos homens, com linguagem científica e que dominavam o universo acadêmico. (VEYNE, 1983, p. 6-7), (SANTOS, 2004a, p. 25), (CERTEAU, 2011),⁹ (CHARTIER, 1991, p. 173), (CHARTIER, 2003, p. 21-22) e (CHARTIER, 2015, p. 53-57). Atendendo a um modelo estrutural excludente da concepção que fosse diferenciada daquela autointitulada como hegemônica, parâmetro e critério de verdade.

Vários estudos foram realizados no sentido de identificar e analisar discursos e práticas que constituíram o processo sócio-histórico de subalternização da mulher.¹⁰ Algumas de nossas indagações dizem respeito, a questões histórico-culturais, em grande medida à família em que essas mulheres viveram, levando em consideração o tipo de educação, como parte essencial do processo social que o indivíduo possui, além da própria concepção de busca de conhecimentos, etc., que têm, o nível sociocultural e econômico dessas famílias e qual concepção que elas, fruto desse meio, possuem em relação ao movimento feminista. Além disso, de que modo essa visão chega ao ensino superior, mediante a construção de ciência e a publicação e militância produzida por mulheres (ROSEMBERG, 2012, p. 341-342), (LOURO, 2001b, p. 471).

E, também, observar como a mulher dentro da academia vem procurando desmistificar os possíveis preconceitos no que se refere às discussões de gênero, a ampliação e reconhecimento da produção acadêmica, fruto dessa procura de rompimento. A categoria de aparelhos de Estado desenvolvida por Althusser (1970, p. 41-52) é bastante significativa dessa perspectiva levantada, assim como a teoria de capital cultural, desenvolvida por Bourdieu (1979). Para tanto, Bourdieu (1979) define como sendo

primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o ‘sucesso escolar’, ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe. Este ponto de partida implica uma ruptura com os pressupostos inerentes tanto à visão comum que considera o sucesso ou fracasso escolar como efeito das ‘aptidões’ naturais, quanto às teorias do ‘capital humano’ (BOURDIEU, 1979, p. 1).

⁹ Sobre tudo o capítulo 1, da parte I.

¹⁰ Dentre estes estudos citamos, em ordem alfabética, Beauvoir (1980), Bordo (2000), Carosio (2009a, 2012), Curiel (2007, 2009), Del Priore (2001a, 2001b, 2009), Duby (2011, 2013), Gargallo (2002, 2007, 2008, 2009a, 2009b, 2012), Lagarde (1996, 2003, 2011), Louro (2003, 2014, 2015), Lugones (1983, 1987, 2011), Matos (2000, 2002), Muraro (2001), Perrot (1992, 1998, 2005, 2008), Pinsky (2009, 2012), Rago (1998a, 1998b, 2012), Saffioti (2013, 2015), Scott (1990, 1992a, 1992b, 2008), Soihet (1997a, 1997b, 1998, 2013), e Valdivieso (2012) entre tantos/as outros/as.

A ideia do capital cultural então, ocorre na medida em que o investigador procura compreender as necessidades das crianças em ambiente escolar. Assim sendo, em nossa pesquisa, essa estrutura torna-se importante já que discorreremos sobre processo de construção da educação feminina, posteriormente tornando-se uma bandeira do movimento feminista, na manutenção de conceitos, de maneira a romper com conceitos discriminatórios.

Além das propostas advindas das chamadas epistemologias do Sul (SANTOS, MENESES, 2010), do metrocentrismo ou teoria do Sul (CONNELL, 2012, p. 10-11) e as discussões sobre colonialidade (QUIJANO, 1988, 2005) e (MIGNOLO, 2003, 2007).

Para Lage (2013, p. 45) a educação formal, o ensino básico mais especificamente, estabelece a reprodução do discurso dominante, o que não negligencia as demais esferas, que o fazem também. A partir disso, como perceber uma prática pedagógica libertadora e os meios utilizados para se alcançar a mesma por parte das/os profissionais envolvidas/os? Já, no ensino superior (ROSEMBERG, 2012), a partir da pós-graduação (HEILBORN; SORJ, 2002), a pesquisa torna-se uma constante, evidenciando uma maior possibilidade de rompimento. Não que necessariamente isso ocorra em todas as realidades, porém, o aprofundamento de questões, debates, entre outros meios, proporciona essa visão mais ampla sobre temas nem sempre evidenciados.

Percebendo esse ponto de vista, visualizamos uma reforma, urgente e profunda, no processo de ensino, em seus mais variados níveis, versando sobre uma melhor formação profissional, além da conscientização das famílias e dos discentes, pois compreendemos esse organismo educacional como altamente conectado um com o outro, de maneira que uma mudança apenas superficial não alcançaria, de fato, o resultado pretendido. Porém, é essa reforma proposta fruto de uma grande mobilização com os mais variados seguimentos sociais (LOURO, 2014, p. 92-113).

Tendo em conta estes aspectos, objetivamos identificar, na América Latina, como a mulher vem lutando para romper as algemas patriarcais, o que Lagarde (2011) chama de cativéis¹¹ impostos na reprodução do discurso autoritário e patriarcal, em seus mais variados níveis de ensino e escolaridade. Os traços comuns nessa heterogeneidade que compõem nosso campo de investigação, salientam a luta pela emancipação feminina, como elemento unificador.

¹¹ Cativéis nos termos de Lagarde (2011) compreendidos como: “*El cautiverio caracteriza a las mujeres por su subordinación al poder, su dependencia vital, el gobierno y la ocupación de sus vidas por las instituciones y los particulares (los otros), y por la obligación de cumplir con el deber ser femenino de su grupo de adscripción, concretado en vidas estereotipadas, sin alternativas. Todo esto es vivido por las mujeres desde la subalternidad a que las somete el dominio de sus vidas ejercido sobre ellas por la sociedad y la cultura clasistas y patriarcales, y por sus sujetos sociales*” (LAGARDE, 2011, p. 66).

Esclarecer os engajamentos políticos, os engajamentos de classe, quando isto não consiste simplesmente em refugiar-se no discurso, demanda que isto seja falado ao nível da prática mais imediata, quer seja ela uma prática militante, uma prática médica ou uma prática familiar, conjugal, etc. (GUATARRI, 1985, p. 25).

Mesmo sendo bastante discutidas, ainda não foram esgotadas as questões referentes ao assunto proposto. Há um grande e fecundo caminho a ser percorrido. Além do mais, apesar de análises valorosas, o universo acadêmico brasileiro, sendo o mesmo, de maneira geral, um reflexo da sociedade, ainda está muito voltado para as análises produzidas na Europa e/ou norte-americanas, além de invisibilizar a contribuição de outras perspectivas, como a de países da América Latina, do Oriente, além do continente africano, para a temática que se propõe tão plural.

São diversos os fatores que levam a tipos de conceitos pré-estabelecidos¹² e a procura por identificá-los e explicá-los é o que fundamenta o nosso trabalho. Isto é, analisar a literatura, pesquisas e periódicos eletrônicos, na perspectiva de estudar o processo de engajamento, autoconhecimento e militância de mulheres na ciência, como por parte de nosso objeto de pesquisa.

O problema não é pois o que o psicanalista tenha ideias mais ou menos falsas, mas sim que sua prática reproduz a essência da subjetividade burguesa. Um senhor que fica em sua poltrona escutando o que você diz, mas que toma uma distância sistemática em relação àquilo que você está falando não tem absolutamente necessidade de procurar impor suas ideias: ele cria uma relação de força que arrasta os investimentos de desejo para fora do campo social. Esta posição aliás não é particular ao psicanalista: ela é simplesmente mais marcada aqui do que nas outras profissões de enquadramento social. E a reencontramos a cada momento, no professor primário sobre seu estrado, no contramestre atrás de sua guarita, no militar de carreira, no tira, no psicólogo com seus testes, no psiquiatra em seu asilo, etc... Individualmente todos eles talvez sejam gente muito boa! Talvez eles façam tudo o que podem para ajudar o povo e no entanto, apesar de sua boa vontade, eles contribuem, à sua maneira para reduzir os indivíduos à solidão, para esmagar seu desejo (GUATARRI, 1985, p. 27).

A temática sobre gênero sempre foi uma grande causadora de inquietações, principalmente, por ser uma temática recente¹³, surgida a partir da segunda metade do século

¹² Numa compreensão hermenêutica gadameriana da terminologia.

¹³ No Vocabulário Portuguez e Latino – editado em 1728 – alguns verbetes nos chamam atenção pela relação de desprezo generalizado por tudo aquilo que representa o feminino. Por exemplo no verbete FEMINIDADE. Fraquezade molher. Fazer ifto he feminidade. Muliebris animi eft hoc facere. Não profeguir as, difculdades he Femlnidade. Brachilog, oe Princepes (Vol. 4. p. 90). FEMEA (Termo de Marceneiro) He hum instrumeto, que fe faz convexo, ao contrario do macho, que he outro infrumeto, que fe faz cocavo. Poderafe chamar Runcina fomina, à imitação de Vitruvio, que dao nome de Foeminaa huns ferros, em que fe encação outros, & que tambem os nollbs officiaes chamãoo Femeas (Vol. 4. p. 90). FEMININO. Feminino.Feminil. Vid. no feu lugar. A voz, muyto delgada, & *Feminina* faz impropria aacção do que falla. Feminino (Termo Grammatical) genero feminino, fe diz das diçoens cuja terminação, ou natureza he feminina, v.g.Ovelha, Egoa, carreira, & Foemineum genus, neris. Neut- Quintil. Nome do genero feminino. Nomen muliebre. Varro. Feminino (Termo Aftronomico) Planeta, ou Signo feminino, he aquelle, em que mais domina a humidade, que o calbor. v.g.Venus, a Lua, &. Planeta

XX, momento em que a historiografia a tomou como objeto de estudos; o que ampliou o horizonte de atuação desempenhado pelas ciências sociais. Até então, raras foram as obras que incluíam mulheres como foco central sem colocá-las numa perspectiva marginalizada.

Após a eclosão e ampliação do movimento feminista, ocorreu uma explosão destas obras (SMITH, 2003, p. 156). Porém, sucedeu outra problemática no início do movimento, o discurso de algumas feministas, que era tão excludente no que diz respeito aos homens, quanto ao discurso machista em relação às mulheres. Esse discurso recebe o nome de femismo ou femeanismo¹⁴, algo que, segundo nossa visão, não engrandece a problemática e dificulta o fomento de uma equidade entre mulheres e homens.

Para Ortega (1996, p. 818), Soihet (1997, p. 100) assim como Perrot (2008, p. 19) entre tantas outras, a década de 1970 foi importante por incluir como objeto da historiografia os excluídos do discurso acadêmico em seus mais variados segmentos. Esse se torna uma espécie de consenso entre os/as estudiosos/as diante do volume que os estudos sobre gênero e história das mulheres empreendem. Este momento histórico foi fruto de uma mudança, num seguimento social, importante, ocorrida em grande medida, no final dos anos 1960, partindo das disputas políticas, em âmbito global, movimentos estudantis – sobretudo o de maio 1968 entre tantos outros.

Essa leitura contribuiu para o discurso da identidade coletiva, que favoreceu o movimento das mulheres na década de 1970. Firmou-se o antagonismo “homem versus mulher” como um foco central na política e na história, que favoreceu uma mobilização política importante e disseminada. Já no final da década, porém, tensões instauraram-se, quer no interior da disciplina, quer no movimento político. Essas tensões teriam se combinado para questionar a viabilidade da categoria “mulheres” e para introduzir a “diferença” como um problema a ser analisado. Inúmeras foram as contradições que se manifestaram, demonstrando a impossibilidade de se pensar uma identidade comum. A fragmentação de uma ideia universal de “mulheres” por classe, raça, etnia, geração e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível

foemininus. Signum foemininum. O Capricórnio he signo Feminino (Vol. 4. p. 91). E, por fim, MULHER ou Molher. O P. Antonio Vieira em varios lugares diz, Mulher (Vol. 5. p. 661). Enquanto ao verbete HOMEM são dedicadas cinco páginas, com diversas significações (BLUTEAU, 1728). Optamos por conservar a grafia original, mantendo assim o significado dado. Não se possui uma grande distinção do conceito do século XVIII, para a primeira metade da década de 1960 como podemos observar em Santos (1964) que aponta a seguinte definição para a expressão GÊNERO - (do gr. genus). a) Na lógica de Aristóteles é a parte da essência que é comum a entes de espécies diferentes. b) Na linguagem comum emprega-se vagamente a uma mesma classe de indivíduos. c) Na biologia é uma divisão da família, a qual se divide em espécies (Grifo do autor).

¹⁴ Termo utilizado como uma radicalidade feminina, numa construção de uma sociedade sem a presença masculina, um rompimento total, onde a mulher é superior ao homem. O termo femismo é mais comum, já o femeanismo encontramos apenas em Feminismo e academia (YANNOULAS *et. al.*, 2000, p. 426), porém, ambos designam sociedades baseadas no culto da desigualdade entre seres, subalternizando ou um/a ou outro/a. Hembrismo, em espanhol, é um neologismo, utilizado como um sinônimo de misandria.

identidade única entre as mulheres, passou-se a outra, em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 287).

Diante do exposto por Soihet e Pedro (2007), percebemos o quanto a década de 1960 tornou-se um marco para o pensamento do movimento feminista, trazendo sobretudo, uma grande mudança de paradigma para o feminismo e, com isso, derivando novos caminhos e novas demandas. Um feminismo mais plural, mais mestiço que enveredava por questionamentos e discussões até então ocultados. A ideia de fragmentação do ser, a incorporação de categorias tais como: raça e classe, assim como, a da quebra do binarismo homem *versus* mulher.

Passos importantes foram tomados, por exemplo, em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) elege o ano (década, 1975-1985) da mulher,¹⁵ procurando desenvolver e incentivar publicações de estudos interferindo, dentre outros aspectos, no cotidiano social (GRAMMÁTICO, 2015, p. 502-506). Destaca-se ainda os objetivos do milênio (ODM), dentre seus oito pontos, o terceiro, gênero, mais especificamente o item 3. Que trata da igualdade de gênero, que nos traz a seguinte informação: tendo como objetivo “*promover la igualdad de género y la autonomía de la mujer*”. E possui como meta “*eliminar las desigualdades entre los géneros en la enseñanza primaria y secundaria, preferiblemente para el año 2005, y en todos los niveles de la enseñanza antes de fines del 2015*” (CEPAL, 2005, p. 111). A partir dessas metas estipuladas pela ONU, os países signatários devem promovê-las, visando assim a diminuição das disparidades de gênero e promoção da dignidade humana.

Na América Latina, os movimentos sociais, sobretudo os que possuem a agenda de luta de gênero, sejam eles de mulheres ou feministas (GARGALLO, 2009a, p. 32), ao longo do processo de sua constituição, passam a ter papéis decisivos nessas novas formas de observação e criação de espaços de discussão e ampliação de políticas públicas que atendam a interesses de setores, até o momento, menos favorecidos. Estes possuem tarefa de construir e de criticar (HARTSOCK, 1992, p. 37).

O ser humano é formador e transformador de seu meio, e é aquele que dá significado ao mundo em que vive. Uma forma desses significados é a criação de instrumentos que transformem esse meio. Existem tipos de ação num primeiro momento, Arendt (2016, p. 34-

¹⁵ Em 1975 foi organizada a primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada na Cidade do México. Entre 1976 e 1985 a ONU estabelece a década da mulher. Durante esse período diversas discussões ocorreram, versando de maneira variada, entre elas: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a segunda conferência (1980) realizada em Copenhague (Dinamarca). E, em 1985, a Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher, com o tema Igualdade, Desenvolvimento e Paz, realizada em Nairóbi (Quênia).

46) que aponta a esfera pública,¹⁶ e afirma que a ação humana, naquele sentido, era a ação na esfera pública, inserida no discurso. Nesse caminho Gargallo (2012) com a qual concordamos nos informa.

Para las mujeres latinoamericanas, en particular, saber qué es lo hegemónico actuante en nuestras vidas es indispensable para entender los discursos filosóficos que se producen en las academias y centros de difusión cultural de los países y regiones económica y militarmente no dominantes del mundo, cuando mantienen-sostienen la supremacía de los paradigmas epistemológicos de una nación o un grupo de naciones dominantes, manifestando que sólo es racional la aceptación de sus propuestas, la obediencia a sus modelos (GARGALLO, 2012, p. 158).

Podemos perceber assim que a luta do movimento de mulheres, posteriormente ampliando-se para o movimento feminista, está ligada a observância do discurso político e sua transformação para a inclusão de novos setores sociais. O político é definido como a esfera pública, é colocado como a esfera social, tal como Arendt (2016, p. 28) nos mostra com Aristóteles a Tomás de Aquino. *Homo est naturaliter politicus, id est, socialis*, em que o homem é, por natureza, político, isto é, social.

Discutir uma construção de discurso histórico visto pelo prisma da história das mulheres, segundo críticos do movimento feminista (LAGARDE, 1996, p. 13), (SMITH, 2003, p. 216), (GUEVARA, 2010) seria politizar a ciência e com isso, não possuir o caráter de objetividade, dado como padrão anteriormente. Entretanto, até que ponto a produção acadêmica dessas mulheres revela a influência ideológica advinda do movimento feminista? (PINSKY, 2009, p. 161) E não os compreendemos como discursos vazios, isto é, que não possuam um conteúdo político inerente. A objetividade e o posicionamento político fazem parte de um conjunto que compõem a subjetividade do/a pesquisador/a, cabendo aos/as mesmos/as procurarem a maior isenção possível. Desde já deixando evidente que a neutralidade também é um posicionamento político marcado (GADAMER, 2011, p. 57), assim como o liberal, o

¹⁶ Apenas com o intuito de ilustrar a concepção de feminino e desempenho social das mesmas na Grécia Clássica, citamos dois dos mais celebrados pensadores do período (Platão e Aristóteles), que eram considerados exemplos de humanidade e racionalidade, fundamentando toda uma estrutura epistemológica que tornar-se-á hegemônica e chamada de cultura Ocidental. Em ambos, as mulheres são vistas como seres inferiores. Platão, assim descreve. “- Sabes, de entre as ocupações humanas, alguma em que o sexo masculino não supere o feminino? Ou vamos perder tempo a falar da tecelagem ou da arte da doçaria e da culinária, nas quais parece que o sexo feminino deve prevalecer, e, quando é derrotado, não há nada de mais risível” (PLATÃO, 2000, 455a - e, p. 149 - 150). Aristóteles, por exemplo, assim as descreve. “Para a fêmea é, por assim dizer, um macho mutilado, e os fluidos menstruais sêmen são, não só puro; pois só existe uma coisa que eles não têm em si, o princípio da alma. Por este motivo, sempre que um vento de ovo é produzido por qualquer dos animais, o ovo assim formando tem nela as partes de ambos os sexos, potencialmente, mas não tem o princípio em questão, de modo que não se desenvolve em uma criatura viva, por este é introduzido pelo sêmen do macho. Quando um tal princípio tem sido transmitido para o resíduo da fêmea torna-se um embrião” (ARISTOTELES, 1991, §3, p. 42). Tradução nossa. Assim como descreve apenas como receptáculo de sêmen entre outras barbaridades.

conservador entre outros. Romper com isso ou vitimizar-se também fazem parte do processo de descoberta, alteridade (FRANÇA, 2015, p. 34-36), entendimento e autoconhecimento.

La perspectiva de género exige además nuevos conocimientos. Irrita a quienes no quieren aprender, estudiar y hacer esfuerzos intelectuales, a quienes quieren todo facilito, simple y esquemático. Como exige pensar de otra manera y desarrollar comportamientos distintos y un nuevo sentido de la vida, choca también la perspectiva de género con quienes creen que es una técnica o una herramienta para hacer su trabajo, un requisito y nada más. Molesta, indudablemente, a quienes piensan que la perspectiva de género no les toca: que deben modificarse las mujeres objeto de los análisis o de las políticas. Se equivocan. Esta perspectiva exige de mujeres y hombres, toda la puesta en movimiento y cambios personales, íntimos y vitales que no son aceptados por muchas personas que hoy usan el género como si fuera una herramienta técnica, neutra y edulcorable (LAGARDE, 1996, p. 20-21).

A crescente ocupação de poder, por parte das mulheres, em questões de política,¹⁷ da luta contra as desigualdades de gênero e na produção acadêmica, de alguma forma contribui para a minimização de quebra de estereótipos e preconceitos. As epistemologias ligadas aos estudos de gênero procuram desconstruir essas relações de opressão, assim como os estudos pós-coloniais contribuem para fomentar o debate e a possível mudança de olhares sobre a divulgação de trabalhos produzidos por mulheres, no âmbito da ciência e tecnologia.

1.1. Objetivos

Considerando o contexto histórico em relação ao feminismo latino-americano e de sua agenda de militância acadêmica mediante a difusão das revistas pesquisadas, o combate ao sexismo, ao machismo, a discriminação de qualquer natureza e procurando promover a emancipação das mulheres mediante o autoconhecimento, a participação de grupos de apoio, da sororidade e a produção de ciência por parte das docentes do Ensino Superior, o nosso problema de pesquisa vai no sentido de investigar:

Buscar conhecer quais as principais interfaces feministas entre conhecimento científico e político na produção acadêmica de pesquisadoras militantes da América Latina?

¹⁷ Argentina, Brasil e Chile são países onde mulheres ocuparam e/ou ocupam o cargo de chefia do executivo, eleitas de maneira democrática. Cristina Kirchner (até dezembro de 2015), Dilma Rousseff – até 2016, num golpe pseudolegal (LÖWY, 2016, p. 62) e Michelle Bachelet. Sem nos determos na análise de suas práticas governamentais, esse cenário, de mulheres como chefes de Estado, ao mesmo tempo é uma vitória na luta contra o patriarcado, assim como serve de modelo, como também de inspiração para que jovens militantes ao mesmo tempo tenham condições de vislumbrarem-se em cargos de tomada de decisões.

Objetivo geral

- Conhecer as principais interfaces feministas entre conhecimento científico e político na produção acadêmica de pesquisadoras militantes da América Latina.

Objetivos específicos

- Identificar os principais periódicos científicos da América Latina que tratam da questão de gênero e feminismo;
- Mapear os temas gerais sobre feminismo e gênero trabalhados pelos periódicos da América Latina.
- Mapear nas publicações sobre feminismo e gênero da América Latina quais as que articulam a temática geral com educação.

1.2. Dialogando com o Cenário da Produção sobre Feminismo e Gênero na Ciência

As pesquisas sobre o estudo das mulheres se deram, ao longo do tempo, sob diversas maneiras. A partir do século XVIII com as questões debatidas por Olympe de Gouges, em 1791 (GOUGES, 2010) e Mary Wollstonecraft, em 1792 (WOLLSTONECRAFT, 2015), (CANAVAE, 2009, p. 97) e (PERROT, 2008, p. 154-155) o papel construído acerca do feminino fora sendo questionado.

Há, por parte de uma série de pesquisadoras/es um debate sobre o nascimento do movimento feminista, tal como se configura na contemporaneidade, ou o mais próximo desse modelo. As/os mesmas/os afirmam que a Revolução Francesa (1789) fora o início desse processo, nós, no entanto, discordamos, pois a vitória da burguesia como elemento social de destaque naquele momento não representa o movimento feminista nem mesmo a causa da maioria dos/as cidadãos/cidadãs em suas mais variadas realidades sócio históricas em favor da construção de um mundo mais justo, com mesmas oportunidades, etc. Uma parcela sim, esta composta por mulheres de classes abastadas, sobretudo de origem europeia, iniciaram um debate sobre o papel das mulheres (iguais a elas), e para tanto, a cada conquista de direitos escravizavam, por vezes, outras mulheres, não abastadas, que passavam a cuidar de suas casas, para que as estas pudessem conseguir “conquistar o mundo”. Não sendo objeto central de nossas análises, percebemos que ao considerar essa data histórica como nascimento do movimento é

desconsiderar as sociedades baseadas em estruturas matriarcais¹⁸ e o pensamento de libertação que influenciou diversas mulheres ao longo do processo histórico ocidental. A sociedade fundada em princípios patriarcais, sobretudo o Ocidente cristão, limitou, de várias maneiras, a relação de equidade social pretendida (PERROT, 2008, p. 43).

No século XIX o movimento feminista toma mais corpo e força, baseado, fundamentalmente nas concepções marxistas, na luta por igualdade salarial, espaço de trabalho e acesso ao voto, o sufrágio universal, além da luta por acesso à educação de qualidade.

A perspectiva foi sendo revista, ampliada e redimensionada, ao ponto que no século XX, sobretudo na segunda metade do mesmo houve uma nova compreensão acerca dos estudos das mulheres, concepção de ciência, saberes e práticas além da própria relação de identidade, corpo, família, sujeito, entre tantas outras.

Procuramos identificar como recorte temporal para nossa pesquisa às décadas de 1990 até o ano de 2015, haja vista que a produção e difusão de trabalhos científicos com relação a temática de gênero teve um aumento considerável a se verificar pelo aumento de revistas acadêmicas com a temática.

Nossa pesquisa tem por objetivo analisar as relações de gênero na produção e difusão do conhecimento feminista na América Latina, evidenciando um espaço de construção de um arcabouço teórico denominado de feminismo latino-americano.

A temática sobre gênero é fonte de intensos debates e questionamentos, por sua diversidade temática e força social, na procura de compreensão de fenômenos ligados ao cotidiano social e sua constituição.

Realizamos pesquisa no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), local onde cataloga-se as publicações da BDTD, e encontramos os seguintes dados expostos na tabela que segue. Enquanto técnica utilizamos as expressões em destaque no campo temas na busca por títulos.

¹⁸ Até o momento os estudos sobre sociedade matriarcais são escassos, embora haja uma discussão em torno da ideia de quais bases históricas e antropológicas são necessárias para a criação de uma sociedade considerada matriarcal não podemos evidenciar uma experiência concreta por falta de dados. Oliveira (2012) contribui para a análise de gênero nas sociedades ancestrais na América Latina.

Tabela 1. Dados referentes a plataforma virtual IBICT destacada as temáticas verificadas em nossa pesquisa.

| TEMAS | GÊNERO | FEMINISMO | MULHER | MULHER E CIÊNCIA | CONHECIMENTO CIENTÍFICO | CONHECIMENTO POLÍTICO | ATIVISMO E CIÊNCIA | ESTUDOS FEMINISTAS E CIÊNCIA | FEMINISMO LATINO-AMERICANO |
|--------------|--------|-----------|--------|------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------|------------------------------|----------------------------|
| Dissertações | 1796 | 28 | 2876 | 7 | 60 | 3 | - | - | 1 |
| Teses | 832 | 18 | 962 | 3 | 34 | 1 | - | - | - |

Fonte. IBICIT (2017)

Notas. Elaboração do autor com base no banco de dados do IBICT. Disponível no seguinte endereço <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>> acessado em 02/04/2017.

Importante percebemos na **tabela 1** a relação do quantitativo de trabalhos, teses e/ou dissertações, acerca do tema mulher, porém, quando cruzamos esses dados com as expressões ativismo, ciência, conhecimento político, conhecimento científico e estudos feministas e ciência os dados caem de forma vertiginosa. Chegando ao ponto de nem mesmo existirem trabalhos publicados, até a data de nossa pesquisa, acerca de algumas questões. Com isso, nota-se a emergência dos estudos acerca da produção de conhecimento e ativismo oriundo do movimento feminista e sua produção e divulgação científica.

Notadamente, foi identificada apenas uma dissertação intitulada “Feminismo no exílio: o círculo de mulheres brasileiras em Paris e o grupo latino-americano de mulheres em Paris”, com autoria de Maira Luisa Gonçalves de Abreu, defendida em 2010, pela Universidade Estadual de Campinas – SP (Unicamp).

Os dados obtidos nos remetem as mesmas conclusões que as demais pesquisas realizadas em plataformas distintas e já expostas em nosso texto que não existem muitos estudos publicados que perpassem as mesmas questões que buscamos desenvolver em nossa produção. Assim sendo, um campo inteiramente novo de investigação feminista e faz com que a sede de pesquisa se torne cada vez maior.

Essa relação de pesquisa de produções empreendida sobre nosso cenário de pesquisa é importante na medida em que destaca a singularidade de nosso trabalho e as carências que as pesquisas voltadas ao feminismo latino-americano ainda possuem.

São muitas as referências sobre a temática trabalhada, inclusive por unir diversas questões em torno do pensamento feminista, tais como: a relação de educação e trabalho,

destacando, fundamentalmente as relações de gênero e sua construção, seja na esfera de mundo ocidental assim como na perspectiva de construção das mulheres colonizadas. Para tanto destacamos Connell (1990); Del Priore (2001, 2011). Em grande medida baseando-nos nas concepções de construção de gênero desenvolvidas tanto por Scott (1990) como por Lagarde (1996, 2011) das quais derivam a maioria das demais conceituações que observamos nos outras/os autoras/es.

Numa vertente de construção do movimento feminista e busca de emancipação feminina, destacam-se no Brasil,¹⁹ os trabalhos de Rago (1998); Pinto (2003); Pinsky (2009, 2014); Saffioti (2009, 2013) e Soihet (1998, 2003, 2013).

Em relação a construção feminista ligada a discussão acerca da educação na América Latina destacamos os trabalhos de Bartra (1998); Bittencourt e Iokoi (1996); Del Priore (2001b); Duarte (2010); Gargallo (1998, 2008); Hahner (2003); Hierro (1993, 1995, 1997, 2003a, 2003b); Lage (2016); Louro (2003, 2014, 2015); Meyer e Soares (2013); Pedro ([*et al*] 2011); Samara (1998); Silva (2014); Streck (2010) e Valdivieso (2012).

A produção acadêmica, discutindo o papel da ciência temos: Connell (2012); Harding (1983, 1993); Scott (1990, 1992a, 1992b, 2008) e Smith (2003). Na esfera da América Latina encontramos as discussões propostas por Carosio (2009a, 2009b, 2009c, 2012); Gargallo (2008, 2009); Graf (2011, 2012); Guevara (2010); Lagarde (1997, 2011); Lugones (2011) e Matos (2000, 2002, 2003). Sobre a perspectiva apresentada pelos estudos pós-coloniais destacamos as contribuições de Hall (2006); Lugones (2011); Mignolo (2003, 2008, 2009); Quijano (1988, 2005); Santos (1989, 2004, 2006, 2008, 2011) e ainda a construção dos sujeitos sociais.

Esse texto está dividido em quatro partes. No primeiro capítulo apresentamos os aspectos teórico-metodológicos que direcionam o trabalho, evidenciando uma perspectiva qualitativa e aplicando o Método do Caso Alargado. Ainda delimitamos o universo de estudo e seu percurso até a junção dos aspectos teóricos com o concreto, mediante a coleta de dados.

No segundo capítulo discutimos a visão hegemônica atribuída a ciência, sobretudo advinda da Modernidade e de como esta fora construída e passou a hierarquizar os saberes, porém, nesse interim, não ficou isenta de críticas. Destacamos ainda a discussão sobre a mulher e as relações de gênero, ressaltando a gênese desse processo, mediante o processo histórico que constitui o lastro do movimento feminista, o qual denominamos como gerações, onde se destacam profundas conquistas do movimento, em diversos aspectos, além de demonstrar sua

¹⁹ Listamos as contribuições das/dos teóricas/os aqui citados em ordem alfabética objetivando uma melhor observação.

pluralidade e dinamismo. A criação da discussão dos conceitos de gênero (sob múltiplos prismas), patriarcado e cativos, auxiliam, sobre nossa ótica, na compreensão do processo de inserção das mulheres como produtoras de ciência, contribuição essa que fora segregada e subalternizada. Para tanto, discutir o papel desempenhado pela mulher docente na universidade da América Latina é uma condição em busca de um processo educacional libertador, emancipatório, equânime. Chamamos esse fundamento de introdução do conceito de feminismo militante, atitude a qual nos leva, sob diferentes caminhos, à uma educação não-sexista. Em grande parte, a criação do conceito de metodologia e epistemologia feminista é uma característica oriunda do campo acadêmico, e, analisar essa implementação é tarefa contínua em nosso texto. Ainda apontamos os caminhos de uma hermenêutica feminista e/ou de gênero até chegarmos ao pensamento pós-colonial feminista. Esse, por sua vez, sob nossas investigações, é um dos caminhos concretos para superação dos epistemicídios e das incoerências de gênero, sobretudo, quando aplicados a uma realidade tão diversa quanto a da América Latina.

O terceiro capítulo, traz a coleta de dados de nossa pesquisa, a partir da constituição dos periódicos analisados e seus subsídios. Destacamos as temáticas mais problematizadas em cada realidade (nacional) e em temporalidades distintas. Apresentamos o país, suas revistas, dessas criamos um breve histórico, elaboramos gráficos, realizamos as suas análises e mostramos nas tabelas discussões solicitadas pela pesquisa e informamos suas contribuições, que concluem cada uma delas.

Todo esse trajeto culmina com a quarta, e última parte, que foi dedicada a exposição dos resultados desse trabalho, dados que podem auxiliar na construção de novas pesquisas e que apontam para a necessidade de mais pesquisadoras/es no campo do feminismo latino-americano.

2. QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Entender e teorizar a partir do encontro colonial é uma tarefa desafiadora, além de ser trabalho para muitas mãos (CONNELL, 2012, p. 12).

A instantaneidade de respostas que o mundo contemporâneo impõe, muitas vezes, às novas problemáticas ou mesmo as já estabelecidas, a criação de caminhos outros para que sejam alcançados seus objetivos, são, dentre outros elementos, fundamentais para que haja novos olhares acerca do conhecimento²⁰ científico e de novas maneiras de observar e procurar compreender a produção do mesmo. Estas mesmas inquietações são motivadoras em auxiliá-nos a perceber a crise de paradigmas (HARDING, 1996, p. 16) que estamos atravessando enquanto sociedade – segundo um modelo construído historicamente.

Procurar historicizar os conceitos e categorias com que se tem trabalhado (entre elas a própria categoria gênero), construindo-os durante o próprio processo de pesquisa, e incorporar as mudanças, aceitando conscientemente a transitoriedade dos conceitos e do próprio conhecimento, são preocupações que norteiam o trabalho do historiador, bem como aceitar a própria enfermidade das perspectivas, a instabilidade das categorias analíticas, constantemente desconstruídas e reconstruídas, e a historicidade inerente ao processo de conhecimento (MATOS, 2000, p. 20).

Localizamo-nos numa espécie de limbo epistêmico. Essa noção é imposta, seja de maneira deliberada ou mesmo de forma ingênua, apesar de não concordarmos com conceito atribuído para mesma, ou buscam evidenciar isso, pois não estamos inseridos nas chamadas metanarrativas, numa definição mais ampla. A exemplo disso, evidenciamos o conceito de classe²¹ que, segundo nossa compreensão, está vinculado à produtividade ou mesmo relacionado a estratos sociais (A, B, C...) porém, acreditamos que somos, antes de mais nada, humanos e necessitamos da compreensão de subjetividade (COLLING, 2015, p. 607-610) ou os essencialismo (PEREIRA; BALTHAZAR, 2015, p. 215-219) que outrora povoaram e buscaram definir a construção do conhecimento dito científico. Não desmerecemos as metanarrativas, mas compreendemos que elas inserem o todo, esgotando-o em si mesmo. Além disso, não somos de todo caracterizados como pós-modernos ou mesmo pós-estruturalistas, pois

²⁰ Sobre conhecimento ver. Lourenço; Nogueira (2015, p. 132-134).

²¹ Notadamente derivado da construção de Marx e Engels (1999) para os quais o motor da história é a luta de classes. “A história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes” (MARX; ENGELS, 1999, p. 9).

entendemos que categorias tais como patriarcado, raça e a própria ideia de classes exposta acima é fundamental para a ampliação da compreensão de nosso objeto de estudo.

Nessa aquarela de teorias e propostas epistemológicas não somos A ou B. Estamos inseridos numa forma inovadora de procura de novas óticas de interpretação, novas inquietações que relacionem e considerem a riqueza trazida pela multiplicidade de conhecimentos. Sendo assim, estamos nos inserindo numa epistemologia fundante. Um conhecimento denominado como pós-colonial associado ao feminismo latino-americano.²²

Porém, a paleta de cores não é desigual, vai do opaco ao mais brilhante, da mais absoluta ausência de cores para a mais vibrante delas, reconhecendo que todas possuem sua função e importância nessa teia de relações de que o conhecimento se nutre. Não estamos em focos distantes ou mesmo dissonantes, não numa desigualdade.

Com esse contexto, vislumbramos a pesquisa como sendo um elemento que pode contribuir para um melhor entendimento acerca de respostas inovadoras para alguns velhos e novos problemas, que, em muitos casos, resistem sem serem combatidos por várias frentes, como no caso, evidenciamos o patriarcalismo, que ainda permeia o nosso meio social (e em decorrência de sua produção o universo científico, com a concepção de construção de verdades)²³ de forma perversa, normatizando, secundarizando e marginalizando tudo o que não possui tal característica.

²² O mesmo pode ser melhor compreendido mediante os conceitos desenvolvidos por teóricos/as tais como: Curiel (2007), Lander (2005), Lugones (2011), Santos (2004b), Mignolo (2003), Navaz e Hernández (2011), Quijano (2005), Segato (2013), Spivak (2010) entre outros/as.

²³ Com relação aos sentidos dados à verdade utilizados, sobretudo, no mundo acadêmico ocidental temos os conceitos grego, latino e hebraico. Em grego, verdade se diz *alétheia*, palavra composta do prefixo *al-* (que em grego indica “negação”) e de *léthe* (que significa “esquecimento”). *Alétheia* significa “o não-esquecido”, o não-escondido, não-dissimulado. Nesse sentido, a verdade é o que vemos numa contemplação, o que se manifesta ou se mostra para os olhos do corpo e do espírito. O que é manifestado ou mostrado? A verdade é a manifestação daquilo que é realmente ou do que existe realmente tal como se manifesta ou se mostra. O verdadeiro se opõe ao falso, pseudos, que é o encoberto, o escondido, o dissimulado, o que parece ser, mas não é, o que não é como parece. O verdadeiro é o plenamente visível para a razão ou o evidente (pois a palavra “evidência” significa “visão completa e total de alguma coisa”). Sendo assim, a verdade é uma auto manifestação da realidade ou a manifestação dos seres à visão intelectual dos humanos. Ela é uma qualidade das próprias coisas (o manifestar-se ou mostrar-se a si mesmas) e o verdadeiro está nas próprias coisas, quando o que elas manifestam é sua realidade própria. Conhecer é ver e dizer a verdade que está na própria realidade e, portanto, a verdade depende de que a realidade se manifeste, enquanto a falsidade depende de que ela se esconda ou se dissimule em aparências. Por isso, na concepção grega, o verdadeiro é o ser (o que algo realmente é) e o falso é o parecer (o que algo aparenta ser e não é). Em latim, verdade se diz *veritas* e se refere à precisão, ao rigor e à exatidão de um relato, no qual se diz com detalhes, pormenores e fidelidade o que realmente aconteceu. Verdadeiro se refere, portanto, à linguagem como narrativa de fatos acontecidos, refere-se a enunciados que dizem fielmente as coisas tais como foram ou aconteceram. Um relato é veraz ou dotado de veracidade quando a linguagem enuncia os fatos reais. A verdade depende, de um lado, da veracidade, da memória e da acuidade mental de quem fala e, de outro, de que o enunciado

A pesquisa, em suas mais variadas formas, possui um caráter de função notadamente social, baseada em princípios éticos, científicos e que venham a corroborar com a construção de pontes de diálogos entre saberes, em suas mais diversas expressões. Para tanto, respeito, rigor e divulgação do conhecimento, são elementos fundamentais para a constituição de uma boa pesquisa.²⁴

Percebemos que o diálogo é um elemento que pauta a construção cotidiana de um vínculo ligando extremos e aproximando-os, procurando minimizar intolerâncias e destruir preconceitos²⁵. Os movimentos sociais são, segundo a leitura de Lage (2013, p. 17-43), um elemento importante na construção de uma nova mentalidade. As experiências sociais de luta e mobilização, podem, segundo ela, procurar inovar metodologias e criar novos processos educativos. “De certa forma, expressar a experiência de outra pessoa é confundi-la com a experiência própria, tentando guardar, ao mesmo tempo, a objetividade do discurso do outro” (GEBARA, 2000a, p. 78). Para tanto, Guevara (2010, p. 19) chama nossa atenção para aquilo que denomina como sujeitos epistemicamente não pertinentes. A experiência subjetiva também pode ser utilizada como ferramenta de análise.²⁶

corresponda aos fatos acontecidos. A verdade não se refere às próprias coisas e aos próprios fatos (como acontece na *alétheia*), mas ao relato e ao enunciado, à linguagem. Seu oposto, portanto, não é a aparência (como na concepção grega), e sim a mentira ou a falsificação. As coisas e os fatos ou são reais ou imaginários; os relatos e enunciados sobre eles é que são verdadeiros ou falsos. Em hebraico, verdade se diz *emunah* e significa “confiança”. A verdade se relaciona com a presença de alguém (Deus ou humano) e com a espera de que aquilo que foi prometido ou pactuado irá cumprir-se ou acontecer. *Emunah* é uma palavra de mesma origem que “amém” e significa “assim seja”. A verdade é uma crença fundada na esperança e na confiança em uma promessa, estando referida ao futuro, ao que será ou virá. Sua forma mais elevada é a revelação divina e sua expressão mais perfeita é a profecia.

²⁴ Para tanto ver Lugones e Spelman (1983, p. 575-576), Lugones (1987, p. 9), Harding (1987, p. 2), Harding (1993, p. 8), Brandão (2002, p. 24), Gatti (2007, p. 33), Lüdke (2009, p. 20) e Garcia (2011, p. 15-41).

²⁵ “É verdade que os preconceitos que nos dominam frequentemente comprometem o nosso verdadeiro reconhecimento do passado histórico. Mas sem uma prévia compreensão de si, que é igualmente fundada na nossa autocompreensão, a compreensão histórica não seria possível nem teria sentido. Somente através dos outros é que adquirimos um verdadeiro conhecimento de nós mesmos. O que implica, entretanto, que o conhecimento histórico não conduz necessariamente à dissolução da tradição na qual vivemos; ele pode também enriquecer essa tradição, confirmá-la, enfim, contribuir para a descoberta de nossa própria identidade” (GADAMER, 2003, p. 13). Preconceito oriundo do alemão *Vormeinung* (RICOEUR, 1983, p. 109). Essa proposta de Gadamer, ou de sua interpretação da hermenêutica e uma espécie de *distanciamento alientante* (*Verfremdung*), é questionado por diversos pensadores, destacando aqui Ricoeur (1983, p. 37-42). Porém, o mesmo analisando a obra de Gadamer, salienta que “alienação é muito mais que um sentimento ou que um humor. É a pressuposição ontológica que assegura a conduta objetiva das ciências humanas” (RICOEUR, 1983, p. 37). Sendo assim, a validade de objetividade das ciências, como um todo, não se apontando apenas as humanidades, para nós é algo extremamente discutível, como já apontamos em nosso texto.

²⁶ Podendo ampliar essa discussão em Jaiven (1998, p. 186).

Não observando apenas a pesquisa de gênero como o binômio de comparações, mas rompendo com esse pensamento, concordamos com a afirmação trazida por Pinsky (2009) pois, para ela

A ênfase nas diferenças proporciona uma maior diversidade que a simples oposição homem/mulher. Dá condições para a criação de identidades individuais e coletivas (algumas pessoas se identificam, porque, entre tantas diferenças, têm algo em comum, por exemplo, sofrem discriminação, reivindicam determinados direitos). As diferenças destacadas desafiam identidades fixas e categorias essencialistas e podem ser o próprio significado da igualdade reivindicada: “a igualdade reside na diferença” (PINSKY, 2009. p.171).

Haraway (1995), com a qual concordamos, afirma o posicionamento político ideológico de quem pesquisa e para quem pesquisa. Segundo ela “o conhecimento do ponto de vista do não marcado é realmente fantástico, distorcido e, portanto, irracional” (HARAWAY, 1995, p. 27).

O Racionalismo é, segundo Hessen (2003, p. 48-54), a doutrina que enxerga na razão a maior fonte de conhecimento dos seres humanos. E esse conhecimento terá que ser um conhecimento com validade universal, inquestionável. No racionalismo são desenvolvidas as teorias inatas, que numa visão geral determinam que todo conhecimento que o indivíduo possui já existe em si e não precisa da experiência para que ele aprenda outros. A experiência serviria apenas de incentivadora para que estas ideias surgissem. Descartes (2003, p. 14) afirma que existem conceitos nos seres que são inatos. O racionalismo, assim como tantas outras correntes de pensamento e interpretação da realidade é unilateral, pois procura realizar uma base única de discussão como verdade.

A ciência, segundo Magalhães e outros (2015, p. 102-104), através da pesquisa e de uma linguagem muito específica, buscou, de variadas maneiras, obter a dianteira em tudo e relacionar o todo que não estava inserido nessa “vanguarda” como diferente (LAGE, 2008b, p. 1-2). O feminino é esse outro²⁷ (MATOS, 2000, p. 9), representado, muitas vezes, no não discurso, no oculto, no irreal.

²⁷ Acerca do papel do outro desenvolvido pela hermenêutica gadameriana, Fleming (2003) explica que “No modelo de conversação de Gadamer da hermenêutica, o outro é aquele com quem estou em contato dialógico contínuo e sem os quais eu não tenho conhecimento. Existem vários tipos de outros, variando daqueles que são um pouco como sou, daqueles que são radicalmente diferentes de mim. Considerando que grande parte da filosofia ocidental parece favorecer um determinado tipo de parceiro de conversa, e as tentativas, por vezes, explicitamente, para o lugar das restrições sobre aqueles que estão autorizados a participar, a abordagem de Gadamer incentivaria fortemente a procurar os outros que são tão diferentes possíveis de mim. Apesar de se envolver com outras pessoas que são como eu, pode ser agradável, reduz a qualidade de meu conhecimento de mim mesmo e o mundo, porque estes outros vão partilhar as minhas opiniões e tendem a confirmar as minhas suposições, algumas das quais são provavelmente falsas e deve ser desistir. O outro que é diferente de mim me faz sentir perturbado em minhas suposições e me força, às vezes radicalmente, a reorganizar a minha compreensão de mim mesmo e do mundo. Assim Gadamer afasta explicitamente do ponto de vista, característica de grande parte do pensamento ocidental, que a compreensão é mais provável quando os parceiros já têm muito em comum. Ao contrário do pensamento

Apenas aqueles que ocupam as posições de dominadores são auto idênticos, não marcados, incorpóreos, não mediados, transcendentais, renascidos. Infelizmente é possível que os subjugados desejem e até disputem essa posição de sujeito – e depois desapareçam de vista (HARAWAY, 1995, p. 27).

Daí a função primordial que é exercida pela pesquisa e pesquisador/a. A contribuição social do/a mesmo/a na procura de quebrar velhas amarras epistemológicas. Porém, sempre levando em consideração princípios éticos e a maior isenção possível, mas percebendo que essa, por sua vez, não é de todo conseguida. Concordamos com Hernández e Amorós (2008, p. 199) quando afirma que a contribuição da teoria feminista é fazer ver. E, como tal, esse novo prisma é ponto de ampliação de concepção de universo para quem pesquisa.

2.1. Abordagens Qualitativas

Nossa proposta não é de elucidar, de imediato, questionamentos *a priori* estabelecidos por séculos de formulações epistêmicas. No caso da nossa pesquisa, a mulher docente na academia defronta-se com a produção de ciência, bem como, com as formulações advindas, em grande medida, do que se compreende por ciência. Os que pregaram durante muito tempo o pragmatismo, e ainda o disseminam, procuraram fixar imagens com o objetivo de invisibilizar a produção feminina. Compreendido como o conhecimento que está sob comando da vontade dos seres humanos, sem pretensão, precisão prática, não há conhecimento. Nietzsche formulou um pensamento que “consistia no seu exercício enquanto espírito livre”, conforme aponta Marton (NIETZSCHE, 2002, p. 14). Essa imposição de normas e padrões é bastante criticada por ele. Ainda há uma dominação por parte de entidades reguladoras que posteriormente Althusser (1970, p. 43) chamará de Aparelhos Ideológicos de Estado, sendo um deles a religião. Nietzsche diz que a ciência regula a vida das pessoas, controla seus corpos em detrimento de suas almas, se referindo aos cristãos. Há, segundo ele, uma tentativa de implementação de um tipo de sociedade ideal, que é a sociedade cristã ocidental, para dominar ideologicamente as pessoas.

O que é cristão é um certo instinto de crueldade para consigo e para com os outros; o ódio aos que pensam de maneira diferente; a vontade de perseguir. São as ideias

ocidental típico: ‘Esta conversa deve buscar o seu parceiro em todos os lugares, só porque este parceiro é outra, e, especialmente, se o outro é completamente diferente’ [...]. “Em uma conversa gadameriana, meu parceiro ideal seria a pessoa que está tanto ao contrário de mim quanto possível, e que eu deveria promover ativamente conversa com aqueles que não compartilham minhas opiniões e compromissos” (FLEMING, 2003, p. 110-111). Tradução nossa. Beauvoir (1980) destaca a importância de considerar o Outro como uma categoria a ser analisada. “A categoria do Outro é tão original quanto a própria consciência. Nas mais primitivas sociedades, nas mais antigas mitologias, encontra-se sempre uma dualidade que é a do Mesmo e a do Outro” (BEAUVOIR, 1980, p. 11).

sombrias e inquietantes que ocupam o primeiro plano; os estados de alma mais rebuscados, designados com os nomes mais honrosos, são estados epilépticos... (NIETZSCHE, 2002, p. 54).

Corroborando com a percepção apresentada acima, Hessen (2003) ressalta que “Verdadeiro, segundo essa concepção, significa o mesmo que útil, valioso, promotor da vida” (HESSEN, 2003, p. 40). Essa doutrina é baseada numa expressão muito interessante que é “O erro mais adequado”. Santos (2006) traz o debate sobre a validade dessas críticas, já que para ele a

indolência dos debates está em que eles, em geral, não põem em questão a descontextualização da razão como alguma coisa separada da realidade e acima dela. É por isso que, a meu ver, a crítica mais eloquente vem daqueles para quem as razões metonímica e proléptica não são simplesmente um artefacto intelectual ou um jogo, mas a ideologia subjacente a um brutal sistema de dominação, o sistema colonial (SANTOS, 2006, p. 782).

Procuramos propor alternativas de atuação, onde as “velhas verdades”, construídas sob o domínio do processo histórico controlado pelo patriarcado, sejam revistas, rompendo com as mesmas e, assim sendo, proporcionar novos diálogos. Nesse sentido, citando Amorós, Lagarde (1996, p. 53) diz que

El patriarcado... lejos de tener unidad ontológica estable es un conjunto práctico – es decir, que se constituye en y mediante un sistema de prácticas reales y simbólicas y toma toda su consistencia de estas prácticas –. Un conjunto práctico tal no puede ser sino metaestable. Por lo que podríamos decir que patriarcado es el conjunto metaestable de pactos – asimismo metaestablesentre - entre los varones, por el cual se constituye el colectivo de éstos como género-sexo y, correlativamente, el de las mujeres por razón estimamos que no tiene mucho sentido establecer una tipología abstracta de sistemas de género-sexo distinguiendo analíticamente la construcción cultural diferencial de los géneros del hecho de que la hegemonía puede tenerla en principio cualquiera de ambos, resultando así sistemas de género-sexo con dominante masculina o con dominante femenino o bien igualitarios.

Segundo Lage (2008b), as lutas igualitárias nos mais variados campos de experiências levam os movimentos sociais a “... reivindicarem metodologias sociais em campos historicamente afastados de qualquer possibilidade de acesso, como, por exemplo, o da educação” (LAGE, 2008b, p.09). Por isso mesmo, a ideia de inconclusividade da pesquisa, evitando o dogmatismo²⁸ já mencionado. Ainda sobre essa questão Löwy (2003, p. 6) afirma que “A categoria metodológica da totalidade significa a percepção da realidade social como um

²⁸ Como o próprio nome já nos diz, é uma corrente que procura uma única verdade, e baseado nesse ponto podemos afirmar que ela possui um único ponto de vista que é a existência de uma verdade absoluta. O dogmatismo é unilateral em suas interpretações da realidade e faz com que haja uma possibilidade de encontro entre sujeito e objeto. Ainda descreve que todo conhecimento é racional e que este mesmo saber provém do conhecimento do sujeito. Hessen (2003) divide o dogmatismo em três, sendo eles: o teórico, o ético e o religioso.

todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto”.

Para romper com uma visão de pesquisa que procura ser apenas algo alheio ao objeto a ser pesquisado, concordamos com o pensamento desenvolvido por Brandão (1984) quando afirma que deve vir da própria realidade.

Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a escrever a sua história de classe. Aprender a reescrever a História através da sua história. Ter no agente da pesquisa uma espécie de gente que serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a pesquisa participante – onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes – pretende ser um instrumento a mais de reconquista popular (BRANDÃO, 1984, p.11).

Sendo assim, pesquisador/a e objeto a ser pesquisado estão intrinsecamente ligados, procurando uma função social para a pesquisa, não apenas enclausurando-se em campos distantes do objeto pesquisado sem a intencionalidade de uma procura de mudança, dada a objetivação do caso pesquisado. No tocante à objetividade (CASTAÑEDA, 2008, p. 41-46) pretendida pelas ciências, sobretudo em relação a pesquisas nesta esfera, Santos (2004a) nos informa

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. É esta a sua característica fundamental e a que melhor simboliza a ruptura do novo paradigma científico com os que precedem (SANTOS, 2004a, p.21).

Com isso, a nossa proposta não procura ser conclusiva, mas, sim, pretendemos trazer à luz das discussões temas que estejam, por hora, “ocultas”. Nossa investigação transcorre por caminhos nem sempre evidentes das representações sociais (CARNEIRO, 1994, p. 190), já que a imagem que é constituída sobre o nosso objeto de estudos (a mulher no espaço do trabalho acadêmico como produtora de conhecimento sobre si mesma) é erigida mediante a interpretação de pessoas, construções socioculturais, etc. (LAGARDE, 2011, p. 106). As interpretações podem ser construídas em consonância com a ação de tudo o que formou/forma o pensamento. O que recebe o nome de *Zeitgeist* (espírito da época), isso numa perspectiva de compreensão baseada na hermenêutica de Ricoeur (1978). Em outras palavras, tudo aquilo que levou o/a autor/a a produzir determinada ideia/concepção.

Entendemos por representações sociais o conceito definido por Minayo (1996). Para ela, “as Ciências Sociais são definidas como categorias de pensamento de ação e de sentimento que

expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a” (1996, p.158). (MINAYO, 2004, p. 13), (BRANDÃO, 1984, p. 21-22). Para Chartier, (2002) há uma intencionalidade nessa produção da representação (TEDESCHI, 2015, p. 574-578), uma concepção repleta de elementos de dominação e elementos tendenciosos (VEYNE, 1983, p. 6).

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 2002, p. 17).

Corroborar com a ideia acima a historiadora Scott (1992a), que destaca o papel da experiência (profissional) em observar as linguagens utilizadas, assim como, o sujeito que surge mediante o discurso.

Questions about the constructed nature of experience, about how subjects are constituted as different in the first place, about how one's vision is structured—about language (or discourse) and history—are left aside. The evidence of experience then becomes evidence for the fact of difference, rather than a way of exploring how difference is established, how it operates, how and in what ways it constitutes subjects who see and act in the world²⁹(SCOTT, 1992a, p. 25).

Porém, Mies, nos evidencia a necessidade de não se colocar para pesquisa nossas frustrações, carregadas na experiência. “*La introducción de la categoría de experiencia – o del ‘factor subjetivo’ – en la ciencia correspondía al lema según el cual ‘lo personal es político’*” (MIES, 1998, p. 73), assim sendo, não levaria a resultados satisfatórios. Visão também compartilhada por Amorós (1994).

Toda experiência é confronto, já que ela opõe o novo ao antigo, e, em princípio, nunca se sabe se o novo prevalecerá, quer dizer, tornar-se-á verdadeiramente uma experiência, ou se o antigo costumeiro e previsível reconquistará finalmente a sua consciência (GADAMER, 2003, p. 14).

Santos (2006) vai trabalhar a ideia de inexperiência como fonte de dúvida ou mesmo impossibilidade de construção de saberes que sejam validados. Para ele a

pobreza da experiência não é expressão de uma carência, mas antes a expressão de arrogância, a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar (SANTOS, 2006, p. 785).

²⁹ “Questões sobre a natureza construída de experiência, sobre como os sujeitos se constituem como diferente, em primeiro lugar, sobre como sua visão está estruturada – sobre a linguagem (ou discurso) e história – são deixadas de lado. A evidência da experiência, em seguida, torna-se evidência para o fato da diferença, em vez de uma maneira de explorar como a diferença é estabelecida, como ela funciona, como e de que forma ela constitui sujeitos que veem e agem no mundo”. Tradução nossa.

Lagarde (2000) nos auxilia com a ideia de autoestima, reforçando o caráter de confronto e bagagem pessoal. *“La autoestima es, de hecho, una experiencia subjetiva y práctica filosófica asentada en una ética”* (LAGARDE, 2000, p. 31). Continua afirmando que a

autoestima es, consecuentemente, una experiencia ética de fidelidad a una misma: una experiencia que fluye y se transforma en permanencia. Simboliza la máxima transgresión del orden hegemónico que prohíbe tal autoestima a las mujeres en rango de tabú. Construir la autoestima es vivir, de hecho, bajo las pautas éticas del paradigma feminista, es ser libre. La política feminista plantea como aspiración a que, además de ser libres, las mujeres vivamos en libertad” (LAGARDE, 2000, p. 32).

Graf (2012, p. 24-25) também questiona essa pretensa objetividade do método de pesquisa, pois posiciona *a priori* o/a pesquisador/a que procura conhecer como superior ao elemento investigado. Determinando o que conhece e quanto se conhece sobre determinado tema. Essa é uma das grandes características de uma epistemologia feminista (SILVA; OLIVEIRA, 2015a, p. 196-200).

A proposta epistêmica, sobretudo da quebra, trazida pelo pós-estruturalismo (DOSSE, 1993, 1994) avança em ampliar os estudos sobre gênero, em grande medida, nas ciências humanas e no papel desempenhado pela educação (LOURO, 2014, p. 142-160) e (LOURO, 2015, p. 7-34). Chartier (2002) salienta a ideia de real com um outro sentido, procurando não transformar a discussão entre verdade e ficção. É apenas no representado, que as práticas possuem valor, isto é, mediante a sua representação o seu estar para alguém. “O real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efectivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade da sua escrita” (CHARTIER, 2002, p. 63).

Os conflitos, segundo essa concepção, não se dão a partir do social e sim da representação que o mesmo possui. Ampliando essa ideia e incorporando a concepção de realidade feminina, Pinsky (2009), associando-se a Scott (1990) e Lagarde (1996) entre outras, salienta a contribuição trazida com o advento da categoria e análise de gênero, sobretudo, pelas ciências sociais.

A categoria de gênero, (...) ajuda a pensar nessas questões, escapar ao reducionismo, levar em conta as transformações históricas e incorporar, na pesquisa e na análise, seus entrecruzamentos com etnia, raça, classe, grupo etário, nação entre outras variáveis (PINSKY, 2009, p. 163).

Associamo-nos com Ales-Mazzotti e Gewandsznajder (2004), Bogdan e Biklen (1994) e Richardson (1999), quando identificam a pesquisa qualitativa como própria para as ciências sociais. Nas quais a “abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do

investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social” (RICHARDSON, 1999, p.79). Assim como Minayo (1994), corroborando com esta perspectiva de maior proximidade e contato com o objeto e função social da pesquisa, diferentemente das ciências biológicas ou da natureza, não significando o enclausuramento da mesma. “O endeusamento das técnicas produz ou um formalismo árido, ou respostas estereotipadas. Seu desprezo, ao contrário, leva ao empirismo, sempre ilusório em suas conclusões, ou a especulações abstratas e estéreis” (MINAYO, 1994, p.16).³⁰

A pesquisa qualitativa, na perspectiva apresentada acima, se caracteriza por ser uma forma de análise em que as condições estão inseridas de forma a evidenciar o papel não meramente estatístico dos dados que o/a pesquisador/a pretende analisar, mas sim evidenciar as condições e processamento dos mesmos. Relacionado a isso, percebemos que ela desenvolve um percurso onde a amplitude de conceito se estabelece de forma a auxiliar em nossa sugestão de trabalho (LAGE, 2013, p. 50).

Apesar dessa pesquisa ter uma abordagem qualitativa a sistematização dos dados será dada mediante a construção de tabelas, o que pode trazer a ideia de uma pesquisa quantitativa. O que não é o caso.

Acreditamos que a junção de métodos de análise e interpretação trazidos tanto pela concepção de pós-colonialidade, quanto associado a outras formas de interpretações epistemológicas, podem colaborar na nossa produção e análise dos dados de nossa pesquisa. Entretanto, não deixaremos de utilizar ferramentas teóricas desenvolvidas por concepções diferentes destas citadas, pois não compreendemos que exista uma teoria perfeita em si, nem em um método que, por si só, consiga responder a todas as demandas levantadas durante o processo de pesquisa, mesmo no que se refere à compressão de dados, análises totais, entre outros aspectos. Acaso essa fosse nossa compreensão, acreditamos que estaríamos incorrendo nos mesmos equívocos que estamos procurando combater em nossa produção, tais como: a uniformização, as verdades eternas, o dogmatismo, etc.

³⁰ Hessen (2003, p. 54-58) define que, para muitos/as pensadores/as, o empirismo é o oposto ao que se define por inatismo. Com isso, proclama que toda fonte de conhecimento humano advém da experiência vivida. De outra forma, este conhecimento não pode se processar. O empirismo combate o inatismo por sua análise conter apenas o elemento do “já existido”, a razão inata; enquanto na doutrina empirista, “irá existir” a partir das experiências dos seres humanos, o conhecimento só poderá existir através deste mecanismo. Assim como o inatismo, o empirismo cai num rigor metodológico que é unilateral, exclusivo, e torna-se assim questionável, ou seja, passível de erros de interpretação, pois uma única forma não seria capaz de explicar todos os elementos estudados/analizados/questionados.

2.2. O Método do Caso Alargado

Aprofundando a questão e trazendo a concepção de amplitude que Santos (1983) propõe, utilizaremos o Método do Caso Alargado (*extended if the method*), definido pelo mesmo como um método que “privilegia o uso de técnicas de observação participante, observação sistemática, entrevistas não estruturadas, entrevistas em profundidade e análises documentais” (SANTOS, 1983, p. 12). Para tanto, em nossa pesquisa, utilizaremos apenas as análises documentais, por compreendermos que a mesma satisfaz, enquanto ferramenta de pesquisa, nossas inquietações, salientando que estamos nos baseando em acervos de revistas de diversos países da América Latina.

Esse método busca desconstruir o universalismo pretendido por outros tantos, mas possui a ressalva de que o caso alargado, sozinho, e em todos os casos, não consegue responder às inquietações do/a pesquisador/a. Assim sendo, procuramos, como o texto afirma, não cair num descritivismo ou na sobreteorização.³¹

A quebra com o relativismo é uma das principais características do Método do Caso Alargado que procura evitar equívocos ou absolutizações. Para tanto, Estanque informa que “Pretende ao mesmo tempo evitar o determinismo e o relativismo, estabelecendo uma causalidade múltipla e interactiva, isto é, olhando os fenômenos a partir de baixo, mas tendo presentes as forças externas que os modelam” (ESTANQUE, 2003, p. 8).

Essa perspectiva não se refere a isolar o caso e analisá-lo à luz de um holismo ingênuo. Em Santos (2014), podemos identificar essa concepção de micro e macro na busca de uma análise mais aprofundada que remeta às respostas que os objetos pretendem oferecer. Podemos perceber a seguinte afirmação

[...] um método que permite o estabelecimento de uma conexão lógica entre as circunstâncias mais localizadas, específicas e mesmo únicas em que algo ocorreu ou foi dito, e as consequências e relevâncias mais abrangentes, gerais, trans-pessoais e trans-temporais (SANTOS, 2014, p. 134).

Opondo-se ao modelo tradicional, notadamente impregnado pelo positivismo, o micro e o macro são incorporados (BUROWAY, 1998, p. 9), sendo as mesmas facetas da realidade. Um método que procura compreender forças micro, numa dada ocorrência social, buscando não

³¹ Acerca da visão de uma leitura feminista numa ótica da pós-modernidade, Fraser e Nicholson (1992, p. 22) nos informam que *Las teóricas sociales deberían construir genealogías de las categorías de sexualidad, reproducción y crianza antes de dar por sentada su significación universal.*

cair na armadilha da homogeneização (LUGONES; SPELMAN, 1983, p. 573). Nesse sentido Santos (1983) nos diz que.

Em vez de reduzir os casos às variáveis que os tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou mesmo de único. A riqueza do caso não está no que há nele de generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem (SANTOS, 1983, p. 11-12).

O Método do Caso Alargado, fora desenvolvido inicialmente (BUROWAY, 1998, p. 5) pela escola de antropologia social de Manchester (EUA) e pensado como uma alternativa à ciência “dura”, fechada, com a qual estavam lidando.

A antropologia social enquanto ciência tem dado significativa contribuição à ampliação do objeto de estudos das ciências sociais. Sobretudo, nos estudos de sociedades e culturas que procuravam a compreensão daquilo que até aquele dado momento não estava sendo objeto de estudos pela academia. O que se tornará num conceito elitizado e amplamente utilizado por diversos saberes no decorrer do século XX, o chamado estruturalismo (DOSSE, 1993, 1994).

Así, uno de los hallazgos más importantes de la antropología social se refiere al parentesco, que como mecanismo de equilibrio social, regula y norma la conducta interpersonal y permite la formación de grupos, sociedades y organizaciones políticas y territoriales, solucionando así de manera social y cultural el origen de diversos conflictos por las personas, las tierras, las posesiones y los objetos (BERRUECOS, 2009, p. 98).

Buroway (1998) diz que *“Indeed, it leads to an alternative model of social science and thus to alternative explanatory and interpretive practices—something social scientists are reluctant to countenance”*³² (BUROWAY, 1998, p. 6). Uma espécie de nova ciência, uma moderna roupagem, trazendo a subjetividade do/a pesquisador/a ao objeto pesquisado sem perder de vista a isenção necessária para a efetiva finalidade de seu trabalho. Nesses sentidos, assevera que *“Where positive science proposes to insulate subject from object, reflexive science elevates dialogue as its defining principle and intersubjectivity between participant and observer as its premise”*³³ (BUROWAY, 1998, p. 14).

³² “Na verdade, isso leva a um modelo alternativo da ciência social e, portanto, a alternativa explicativa e interpretativa de práticas de alguns cientistas sociais que estão relutantes em apoiar”. Tradução nossa.

³³ “Onde a ciência positiva propõe isolar sujeito e objeto, ciência reflexiva eleva o diálogo como princípio definidor e intersubjetividade entre participante e observador como premissa”. Tradução nossa.

Esse outro viés da ciência, tratada como reflexiva, procura ampliar as possibilidades do universo de pesquisa, aprofundando questões e possibilitando resultados mais próximos aos dados reais.³⁴

Os parceiros no diálogo são apenas superficialmente contemporâneos; na verdade, cada um deles sente-se apenas contemporâneo da tradição histórica da sua cultura. É assim, sobretudo, quando as diferentes culturas envolvidas no diálogo partilham um passado de sucessivas trocas desiguais. Que possibilidades existem para um diálogo intercultural se uma das culturas em presença foi moldada por maciças e prolongadas violações dos direitos humanos perpetradas em nome da outra cultura? Quando as culturas partilham tal passado, o presente que partilham no momento de iniciarem o diálogo é, no melhor dos casos, um *quid pro quo* e, no pior dos casos, uma fraude. O dilema cultural que se levanta é o seguinte: dado que, no passado, a cultura dominante tornou impronunciáveis algumas das aspirações à dignidade humana por parte da cultura subordinada, será agora possível pronunciá-las no diálogo intercultural sem, ao fazê-lo, justificar e mesmo reforçar a sua impronunciabilidade? (SANTOS, 2001, p. 37).

Burke (2008), a partir da história cultural, descreve a função e o juízo dos (ab)usos e sentidos para as expressões em suas determinadas contextualizações, para tanto afirma.

A mesma palavra tem significados diferentes em contextos distintos, e os temas podem ser modificados ao se associarem com outros. Uma abordagem quantitativa é mecânica demais, insensível demais às variações para ser esclarecedora por si mesma (BURKE, 2008, p. 35).

Uma das maneiras de intensificar as análises produzidas pelo Método do Caso Alargado é com a utilização de ferramentas de análise, tais como a chamada hermenêutica diatópica.³⁵ O que, segundo Santos (2001), implica dizer que “O carácter emancipatório da hermenêutica diatópica não está garantido a priori e, de facto, o multiculturalismo pode ser o novo rótulo de uma política reacionária” (SANTOS, 2001, p. 37). Ela não é fechada em si, como a concepção de conhecimento que tornou-se totalitário.

A hermenêutica diatópica requer, não apenas um tipo de conhecimento diferente, mas também um diferente processo de criação de conhecimento. A hermenêutica diatópica

³⁴ “*Cuando las personas que crean conocimiento asumen que usar el método científico asegura que sus valores personales y culturales no afectan el modo en que hacen ciencia y, por lo tanto, la ciencia que desarrollan, no se dan cuenta que sus prejuicios pueden estar afectando a la ciencia en todas las etapas de su elaboración*” (GRAF, 2012, p. 24).

³⁵ Segundo Santos (2001) a hermenêutica diatópica “baseia-se na ideia de que os *topoi* de uma dada cultura, por mais fortes que sejam, são tão incompletos quanto a própria cultura a que pertencem. Tal incompletude não é visível do interior dessa cultura, uma vez que a aspiração à totalidade induz a que se tome a parte pelo todo. O objectivo da hermenêutica diatópica não é, porém, atingir a completude — um objectivo inatingível — mas, pelo contrário, ampliar ao máximo a consciência de incompletude mútua através de um diálogo que se desenrola, por assim dizer, com um pé numa cultura e outro, noutra. Nisto reside o seu carácter dia-tópico” (SANTOS, 2001, p. 31). Essa ideia de incompletude alude à noção de busca permanente, de construção contínua, num eterno reconstruir-se e significar-se. Essa rigidez de padrões não cria uma sociedade plural. “O reconhecimento de incompletudes mútuas é condição *sine qua non* de um diálogo intercultural. A hermenêutica diatópica desenvolve-se tanto na identificação local como na inteligibilidade translocal das incompletudes” (SANTOS, 2001, p. 33).

exige uma produção de conhecimento colectiva, interactiva, intersubjectiva e reticular (SANTOS, 2001, p. 36).

Com isso, percebemos o quanto Santos (2001) nos impacta na relação de procura de um objeto de pesquisa que envolve o coletivo, um tecido múltiplo e que está em constante transformação. Acerca da amplitude de análise da mesma, Santos nos informa ainda que a

hermenêutica diatópica oferece um amplo campo de possibilidades para os debates que estão actualmente a ocorrer nas diferentes regiões culturais do sistema mundial sobre os temas gerais do universalismo, relativismo, multiculturalismo, pós-colonialismo, quadros culturais da transformação social, tradicionalismo e renovação cultural. Porém, uma concepção idealista de diálogo intercultural poderá esquecer facilmente que tal diálogo só é possível através da simultaneidade temporária de duas ou mais contemporaneidades diferentes (SANTOS, 2001, p. 36-37).

2.3. Delimitação, Local da Pesquisa e Sistematização dos Dados

A nossa pesquisa está delimitada ao estudo do feminismo acadêmico latino-americano. A escolha desta experiência se deu em primeiro lugar pela trajetória de luta e seus projetos educativos de formação de consciência e empoderamento feminino e segundo lugar pela militância empreendida mediante a produção e difusão de ciência que visa, dentre outras propostas, contribuir para a erradicação de processos discriminatórios.

Nesse sentido a principal característica que nos levou a escolher esta experiência foi a de identificar as principais revistas acadêmicas que divulgam trabalhos sobre feminismo e gênero na América Latina. Foram ao todo 17 países pesquisados e a coleta nos mostrou 35 revistas que tratavam sobre a temática pretendida.³⁶

Nosso estudo é de caráter exploratório, haja vista a existência de poucas pesquisas sobre o universo empreendido.

Em linhas gerais, estas publicações estão vinculadas a instituições de ensino superior e/ou centros de pesquisas associadas as mesmas ou independentes, ou ainda a órgãos governamentais, organizações não governamentais e movimentos sociais.

A tabela a seguir demonstra o levantamento geral e as publicações encontradas em nossas investigações preliminares. A mesma contém os nomes dos países e as respectivas produções que analisamos.

³⁶ O número de revistas apresentados na **tabela 3** já é um filtro, pois foram verificadas, como exemplo a nossa informação, apenas no Brasil mais um dezena de periódicos acadêmicos que publicam sobre a temática feminista e/ou de gênero.

Tabela 2. Lista de publicações acadêmicas ou de institutos universitários, organismos não governamentais, movimento sociais ou secretarias de Estado sobre mulher.

| PUBLICAÇÃO | INSTITUIÇÃO | INÍCIO | Nº | PERIODICIDADE | PAÍS |
|--|---|--------|-----|---|-------------|
| <i>Feminaria</i> | <i>Centro Cultural Tierra Violeta – Red Argentina de Género, Ciencia y Tecnología (RAGCyT)</i> | 1988 | 31 | Semestral | Argentina |
| <i>Revista Mora</i> | <i>Facultad de Ciencias y Letras, Universidad de Buenos Aires</i> | 1995 | 21 | Semestral | Argentina |
| <i>La Aljaba: revista de estudios de la mujer</i> | <i>Universidad Nacional de La Pampa</i> | 1996 | 20 | Anual | Argentina |
| <i>Revista Mulier Sapiens</i> | Independente | 2013 | 7 | Semestral | Bolívia |
| <i>Revista Estudos Feministas</i> | Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC | 1992 | 64 | Quadrimestral | Brasil |
| <i>Cadernos Pagu</i> | Universidade Estadual de Campinas | 1993 | 48 | Quadrimestral | Brasil |
| <i>Revista Labrys</i> | | 2002 | 29 | Semestral | Brasil |
| <i>La Otra Pagina – Revista Feminista Independiente</i> | | 2004 | 17 | Irregular | Chile |
| <i>Revista Punto Género</i> | <i>Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de Chile</i> | 2011 | 6 | Anual | Chile |
| <i>Al Sur De Todo – Revista Multidisciplinaria de estudios de género</i> | <i>Universidad de Chile</i> | 2013 | 10 | Irregular | Chile |
| <i>La Manzana de la Discordia</i> | <i>Universidad del Valle</i> | 1981 | 21 | Semestral (desde 2007) | Colômbia |
| <i>Chichamaya</i> | <i>Universidad del Atlántico</i> | 1984 | 13 | Anual (com irregularidade). Edições finalizadas | Colômbia |
| <i>En Otras Palabras</i> | <i>Universidad Nacional de Colombia</i> | 1996 | 23 | Anual (com irregularidade) | Colômbia |
| <i>Revista Feminista Casa de la Mujer</i> | <i>Universidad Nacional de Costa Rica</i> | 1991 | 4 | Bianual | Costa Rica |
| <i>Pensamiento Jurídico Feminista</i> | <i>Instituto Nacional de la Mujer</i> | 2005 | 3 | Anual | Costa Rica |
| <i>Revista Atenea</i> | <i>Universidad de El Salvador</i> | 2008 | 14 | Semestral | El Salvador |
| <i>Cuadernos Voces</i> | | 2009 | 2 | Anual | El Salvador |
| <i>Revista Flor del Guanto</i> | <i>Casa Feminista de Rosa</i> | 2009 | 4 | Irregular | Equador |
| <i>La Cuerda</i> | Independente | 1998 | 193 | Mensal | Guatemala |
| <i>Revista Mujer y Universidad</i> | <i>Instituto Universitario de la Mujer de la Universidad San Carlos de Guatemala (IUM-USAC)</i> | 2005 | 2 | Anual | Guatemala |

| | | | | | |
|--|--|------|-----|---------------|------------|
| <i>Revista Mujer</i> | <i>Centro de Estudios de la Mujer</i> | 1990 | 20 | Semestral | Honduras |
| <i>Debate Feminista</i> | <i>Universidad Autónoma de México</i> | 1990 | 52 | Semestral | México |
| <i>GénEros</i> | <i>Universidad de Colima</i> | 1993 | 52 | Semestral | México |
| <i>Revista La Ventana</i> | <i>Universidad de Guadalajara</i> | 1995 | 44 | Semestral | México |
| <i>Revista Arco Iris</i> | <i>Federación Coordinadora Nicaragüense de ONG que trabajan con la Niñez y la adolescencia</i> | 2003 | 16 | Semestral | Nicarágua |
| <i>Informativo Mujer</i> | <i>Centro de Documentación y Estudios (CDE)</i> | 1989 | 179 | Bimestral | Paraguai |
| <i>Chacarera</i> | <i>Centro de La Mujer Peruana Floran Tristán</i> | - | 40 | Semestral | Peru |
| <i>Revista Historia de la Mujer</i> | <i>CEMHAL – Centro de Estudios La Mujer en la Historia de América Latina</i> | 1999 | 167 | Mensal | Peru |
| <i>Boletín Generando</i> | <i>Instituto Runa de Desarrollo y Estudios sobre Género</i> | 2007 | 31 | Mensal | Peru |
| <i>Identidades – Revista Interdisciplinaria de Estudios de las Mujeres y el Género</i> | <i>Universidad de Puerto Rico en Cayey</i> | 2003 | 8 | Anual | Porto Rico |
| <i>Revista Cotidiano Mujer</i> | <i>Colectivo feminista dedicado a la Comunicación y a los Derechos Humanos</i> | 1997 | 47 | Quadrimestral | Uruguai |
| <i>Cuadernos del Sistema de Información y Género</i> | <i>INMUJERS – Instituto Nacional de las Mujeres</i> | 2010 | 5 | Irregular | Uruguai |
| <i>Cuaderno Cotidiano Mujer</i> | <i>La Diaria – Universidad Católica del Uruguay</i> | 2012 | 11 | Irregular | Uruguai |
| <i>Revista Venezolana de Estudios de la Mujer</i> | <i>Universidad Central da Venezuela</i> | 1996 | 47 | Semestral | Venezuela |
| <i>Revista Otras Miradas</i> | <i>Universidad de los Andes (Mérida)</i> | 2001 | 12 | Semestral | Venezuela |

Fonte: Sítios eletrônicos dos respectivos periódicos. Acessadas entre dezembro 2016/janeiro 2017.

Nosso campo de estudos consiste-se de um vasto território, quer seja por seu aspecto geográfico, com o recorte proposto sendo a América Latina, quer seja como o universo das redes sociais ligadas à internet como meio de difusão dessas produções analisadas. Baliza-se, em grande medida, no mapeamento dessas publicações, na quantificação das mesmas e na observação da produção das autorias.

Mediante o percurso da pesquisa, dada a coleta de dados inicial, estabelecemos que o número mínimo de edições é de dez para cada publicação, o que torna mais sólida a análise dos dados mediante a produção. Verificamos duas publicações para cada um dos países investigados, que são: Argentina, Brasil, Colômbia, México e Venezuela. A exceção do Brasil, com três publicações pesquisadas, se deu mediante a extensão territorial. Além disso, as publicações são todas acadêmicas por conterem uma dimensão teórica bem definida e possuírem, em seu corpo editorial, feministas que estão vinculadas à pesquisa acadêmica. Essas informações estão sistematizadas na tabela que segue.

Tabela 3. Países investigados e produções pesquisadas nessas realidades.

| PUBLICAÇÃO | INSTITUIÇÃO | INÍCIO | NÚMEROS | PAÍS |
|---|--|--------|---------|-----------|
| <i>Revista Mora</i> | UBA | 1995 | 21 | Argentina |
| <i>La Aljaba: revista de estudios de la mujer</i> | <i>Universidad Nacional de La Pampa</i> | 1996 | 20 | |
| Revista Estudos Feministas | UFSC | 1992 | 64 | Brasil |
| Cadernos Pagu | Unicamp | 1993 | 48 | |
| Revista <i>Labrys</i> | | 2002 | 29 | |
| <i>La Manzana de la Discordia</i> | <i>Universidad del Valle</i> | 1981 | 21 | Colômbia |
| <i>Chichamaya</i> | <i>Universidad del Atlántico</i> | 1984 | 13 | |
| <i>Debate Feminista</i> | UNAM | 1990 | 52 | México |
| <i>GénEros</i> | <i>Universidad de Colima</i> | 1993 | 52 | |
| <i>Revista Venezolana de Estudios de la Mujer</i> | <i>Universidad Central da Venezuela</i> | 1996 | 47 | Venezuela |
| <i>Revista Otras Miradas</i> | <i>Universidad de los Andes (Mérida)</i> | 2001 | 12 | |

Fonte: Sítios eletrônicos dos respectivos periódicos. Acessadas entre dezembro 2016/janeiro 2017.

Percebe, mediante os dados da **tabela 2**, que duas revistas iniciaram seus trabalhos nos anos 1980, cinco delas na primeira metade da década de 1990, outras duas na segunda metade da mesma década e as outras duas no início dos anos 2000. Demonstrando os momentos de efervescência teórica por qual os debates em torno do tema, notadamente nas instituições de ensino superior e centros de pesquisas, estavam latentes.

A pesquisa de campo se deu mediante o uso de sites e/ou plataformas de vinculação e indexação dessas publicações, em diversos âmbitos, nacionais, regionais e continentais.

A análise e sistematização dos dados coletados foram dadas na medida da identificação das categorias pré-estabelecidas, tais como: ciência, conhecimento, educação, feminismo e militância/ativismo, estas últimas estarão descritas dessa maneira pelo fato de identificarmos a sua utilização como sinônimos uma diversidade de textos utilizados em nossa pesquisa ou mesmo encontrados nos periódicos.

- **Auto-reflexividade**

A experiência no campo de estudos sobre feminismo latino-americano proporcionou uma ampliação ao conceito de feminismo, notadamente hegemônico, fruto de leituras iniciais. Demonstrou uma profunda relação com causas sociais e de emancipação humana e planetária. Questionou padrões teóricos-metodológicos e potencializou as questões dos múltiplos feminismos.

Com isso, percebemos que as principais facilidades empreendidas em nossa pesquisa se deram mediante a identificação das teóricas mais conhecidas acerca do tema. Destacando-se com farta produção e a acessibilidade das mesmas em contatos *a priori* estabelecidos.

As principais dificuldades encontradas no percurso de pesquisa ocorreram na pesquisa dos títulos das publicações acadêmicas e identificação de um vasto território geográfico. Com a ausência de indexadores gerais, mediante limitações financeiras por parte das Instituições de Ensino Superior. Porém, essas dificuldades foram suplantadas na medida em que essa pesquisa refinava-se e uma publicação passava a indicar outra, sugerir outros trabalhos, estabelecer conexões de indicação etc.

Consequentemente as aprendizagens práticas foram somando-se ao conhecimento teórico a amplificando a curiosidade pelo caso analisado. Com o intuito de poder vir a contribuir a um maior conhecimento acerca do feminismo desenvolvido na América Latina, além das publicações especializadas desse território com o intuito do fomento ao conhecimento libertário promovido desde os primórdios do feminismo.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Modernidade e Ciência

É da natureza da Razão conceber as coisas do ponto de vista da eternidade (SPINOZA, 1983, p. 291).

Cambi (1999, p.195) sugere que a modernidade é “talvez” um movimento “ainda inconcluso”. Percebemos que, enquanto projeto, essa afirmação está correta, que diversas teorias lutam por mantê-la. Apesar de, cronologicamente, a historiografia definir, sendo esta aceita pelas demais ciências, um período iniciado há séculos, essa concepção de Modernidade não fora totalmente encerrada e, para muitos/as estudiosos/as, está longe de sê-la (LAGARDE, 2006, p. 152), (SANTOS, 2006, p. 780), (LAGARDE, 2011, p. 786). Demonstrando o quanto os saberes se ressignificam, cristalizam-se, sacralizam-se, debatem-se, isto é; dependendo do ponto de vista do investigador/a, ele, o saber, estará sempre a serviço de continuar suas convicções.

Há, segundo Bombassaro (1992, p. 13-19), uma espécie de necessidade vital da existência dos seres em sociedade, ressaltando que há diferenças e similitudes, por isso, pode haver, assim, uma diferenciação entre os mesmos. Acreditamos que essas diferenças não os tornam desiguais, pelo contrário, acrescentam e podem, na medida de sua abertura, engrandecer a concepção de ser no mundo. As várias possibilidades de construção do conhecimento, os saberes fronteiriços (LAGE, 2008b), a diversidade de (in)formações, a complexidade de culturas, etc.

Estas relações de convivência mútua, às quais Bombassaro se refere, dão-se através da comunicabilidade do ser humano. Em primeiro lugar, em comunicar-se com si próprio; em segundo, em comunicar-se com os outros/as de sua espécie e terceiro, comunicar-se com a natureza, o meio onde vive. Criando e recriando, interpretando e reinterpretando aquilo que em si é construído, enquanto processo contínuo (ELIAS, 1994a, p. 4), (SANTOS, 2002, p. 12-13).

Estas duas categorias fundantes, comunicação e interpretação, sobre o conhecimento do ser estão, de certa forma, separadas por uma questão de concepção de ciência no período da modernidade, embora consideremos que não há como uma permanecer sem a outra. Portanto, elas estão unidas desde o seu nascimento ou invenção.

Esta filosofia dualista tem levado a conceber de modo antagônico não somente o racional e o histórico, mas também o teórico e o prático, operando uma censura da qual nasce a identificação do racional com o teórico e do histórico com o prático (BOMBASSARO, 1992, p. 15).

Esta dualidade acaba por provocar várias outras durante o transcorrer do processo histórico, alimentando, alicerçando e fundamentando diversas teorias (HESSEN, 2003, p. 92). Há, segundo nossa leitura, equívocos epistemológicos apontados neste dualismo promovido pela filosofia entre racionalidade e historicidade, pois passa a valorizar em demasia uma dimensão em detrimento da outra, dificultando sua compreensão conjunta.

Podemos observar estas categorias em discursos de vários pensadores através dos séculos, desde sua concepção aos nossos dias, que é o ser humano racional, baseado sobretudo numa construção de uma sociedade patriarcal. A interpelação que podemos fazer é a seguinte: que tipo de pensamento racional é este?

Porém, como já fora frisado, a racionalidade é fruto de um modelo hegemônico, que buscou estruturar padrões e definir classes, seguindo um modelo de instrumentalização que propõe a desigualdade. Somos, segundo Aristóteles (2002), os únicos seres que podem compreender o mundo em que vivem.

É importante perceber que Kant (1783), em acerca do “Esclarecimento”, procura traçar caminhos e descaminhos pelos quais os homens³⁷ procuram libertar-se da menoridade que lhes é imposta, por suas próprias condições, e ainda contempla a proposta de fuga dessa mesma situação, a maioridade. Foucault (2010b, p. 8) tomando por base o texto de Kant oferece base à ideia trazida de superação da condição posta pela *Aufklärung*.³⁸ Já Lima (2002, p. 60) trata das questões pertinentes à concepção de criação da Modernidade, e o autor discorre sobre o papel pedagógico, os modelos educacionais e institucionais de formação desse novo cidadão que o período procura criar. Alguns sujeitos não conseguem tornarem-se livres, segundo Kant (1783) “por preguiça e covardia”, sendo ainda “tão cômodo ser menor”. Será denominada como transcendência kantiana a ideia de superação dessa condição de necessidade de tutela de outrem para conseguir a própria autoconsciência. Foucault (2010b) destaca a importância dessa concepção no que se refere à formação e dominação dos indivíduos, na perspectiva de normatizá-los e criar uma sociedade funcional, ou um simulacro social (FOUCAULT, 2010b, p. 4).

³⁷ No sentido masculino já que cita o “belo sexo”, o feminino, considera “penoso” nesse processo.

³⁸ Que pode ser entendida como educação, o que não se faz diretamente em Kant. Iluminismo, termo esse criado pelo movimento na França e, por fim, “Esclarecimento”, como das traduções publicadas.

Assim como em Lima (2002, p. 60), quando ele trata das questões relativas à racionalidade moderna e aos papéis derivados desta e que são exercidos por pessoas instruídas. Outra ideia importante trabalhada pelos autores é a noção de público (*Publikum*) e privado (*Privat*). E de como essa ideia é inovadora no pensamento kantiano. Kant, como fundador de uma ideia de epistemologia, norteia, em grande medida, toda concepção de pensamento moderno totalitário que irá seguir e aprofundar-se nos séculos seguintes, sobretudo fins do XIX.

A discussão em torno do papel desempenhado pela concepção moderna de sociedade irá gerar a ideia de bem-comum sobre o bem-individual, que Kant chamará de imperativo categórico. Nietzsche (2005) e Lima (2002) irão tratar, utilizando-se de diversos teóricos, das barreiras impostas por esse paradigma na construção de uma sociedade que trate a educação como um direito de todos, derivando do dever do Estado, mas com conteúdos que, em grande medida, aprisionam esses indivíduos, procurando transformá-los em virtuosos seres sociais.

Há uma crítica às instituições sobre a relação de tutela dada ao ser social, sobretudo a instituição religiosa, que impõe a ideia de Iluminação como elemento eminentemente divino, transformando o ser em algo guiado. Em suma, o poder da *Aufklärung* e de como ela foi sendo concebida e utilizada pelos sistemas pedagógicos e institucionais. Assim sendo, a crítica ao modelo de educação é feita e nos impele a procurar pensar essas relações em nossa atualidade em busca de saberes diversos e múltiplas formas de conhecimento. Isso seria uma ideia de procura dessa maioridade.

Bombassaro (1992, p. 19-25) percebe que, através do advento de concepção moderna e (re)significação de termos entre eles, tanto saber como conhecer acabaram perdendo seu sentido inicial, epistêmico. A expressão, segundo a história da filosofia, está concebida com o sentido de “ter como verdadeiro”. Para Platão, há dois tipos de saber, *episteme* e *doxa* (opinião) “... afirmando que o ‘saber’ é uma opinião verdadeira, sempre acompanhada de uma explicação e por um pensamento fundado” (BOMBASSARO, 1992, p. 19). Analisando ainda o que diz o autor, Durant (1996) expõe que

O comportamento humano, diz Platão, deflui de três fontes principais: desejo, emoção e conhecimento. Desejo, apetite, impulso, instinto são uma coisa só; emoção, espírito, ambição e coragem são uma coisa só; conhecimento, pensamento, intelecto, razão são uma coisa só. O desejo tem o seu centro no baixo-ventre, um explosivo reservatório de energia, fundamentalmente sexual. A emoção tem o seu centro no coração, no fluxo e na força do sangue; é a ressonância orgânica da experiência e do desejo. O conhecimento tem o seu centro na cabeça; ele é o olho do desejo e pode se tornar o piloto da alma (DURANT, 1996, p. 47).

Kant procura questionar o que se tem por verdadeiro e coloca o saber como esta espera verdadeira no mundo subjetivo e objetivo. Ele critica e estabelece outros paradigmas para a racionalidade, ou melhor, a partir dele são estabelecidos outros paradigmas para a racionalidade. Segundo Durant (1996) “Não há uma filosofia verdadeira enquanto a mente não se voltar a examinar a si mesma. *Gnothi seauton*, disse Sócrates: “conhece-te a ti mesmo” (DURANT, 1996, p. 33).

A aurora da modernidade está atrelada ao fim da Era Medieval, quando predominava, de forma geral, o misticismo.³⁹ Surge o movimento histórico-cultural do Renascimento, notadamente, em busca de uma mudança de paradigma, em oposição ao teocentrismo medieval, que imperou por quase um milênio.

Na filosofia, identifica-se a corrente do pensamento humanista, representada principalmente por Rotterdam (Elogio da Loucura, 1509) e Morus (A Utopia, 1518), que vão estabelecer os princípios do Antropocentrismo e o uso da Razão sob a Natureza (intensificado, sobretudo, nos séculos XVIII e XIX), como princípios últimos que os seres deveriam possuir, ressignificando a experiência do ser, que outrora deveria submeter-se apenas a vontade dos Céus, proferida pela Igreja Romana, a partir das interpretações dos textos sagrados.

Sendo assim, o projeto iluminista já é, por si só, um movimento de rompimento, que buscou desconstruir o paradigma medieval e sua predominância transcendental.

Como destacam Santos (2004a, 20-39), (2011, p. 60-68), (2012, p. 31-46) e Lage (2008a, p. 8), essa busca de homogeneidades, procura de grandes sistemas interpretativos, padronizando métodos e procurando, como fim, a cientificidade, tem caracterizado esse momento e servido de modelo a ser seguido por colonizadores, cientistas e pelas ditas “grandes mentes”. Lugones (2011) afirma que a “*modernidad organiza el mundo ontológicamente en términos de categorías homogéneas, atómicas, separables*” (LUGONES, 2011, p. 106).

Com pensamento semelhante, Lyotard (1988) afirma que a linguagem é um dos elementos que assinala essa absolutização de poder empreendido por aquele/a que julga saber e aqui estendem o sentido, civilizar, catequizar, educar, colonizar, etc. Aquele/a que destina saber e aquele/a que recebe, dentre outras formas, passivamente, acreditando, ou sendo levado/a a acreditar, no julgamento (LYOTARD, 1988. p.15).

³⁹ Com relação a esta perspectiva Gandillac (ver 1995) discorre sobre o papel de influência desempenhado pela filosofia medieval no universo de construção da modernidade que estava sendo delineada, mediante uma concepção de filosofia baseada no platonismo.

Associando-se a essa premissa Lagarde (1996) afirma que os “*poderes de dominio son sociales, grupales y personales, permiten explotar y oprimir a personas y grupos y todo tipo de colectividades*” (LAGARDE, 1996, p. 69). Assim prossegue dizendo que,

“Hemos hecho [enquanto feministas], en la práctica y en la teoría, una crítica permanente del poder hegemónico y hemos demostrado que el poder opresivo no es eterno. Con nuestra práctica política hemos revolucionado de manera radical el campo del poder al inaugurar poderes para eliminar cualquier dominio y salir de la opresión” (LAGARDE, 2004, p. 11).

Assim como destaca-se um pouco mais a noção de poder em Silva & Oliveira (2015b, p. 538-541).

No que se refere à linguagem, entende-se que está precedida pela racionalidade, pois só há linguagem, por mais complexa que seja, se houver um pensamento, uma movimentação racional desenvolvida pelo mesmo.

A historicidade de Lyotard se compõe, dentre outros elementos, da linguagem, na qual o discurso é necessário para que haja um bem comum. O discurso, para Gadamer (2011, p. 60) pode surgir como aparência, engano e simulação, cabendo ao pesquisador/a a análise sobre ele para que assim se observe a sua função/uso.

Para Lyotard (1998) a racionalidade e a historicidade são observáveis, mais claramente, no conhecimento. Habermas firma que

Siempre que hacemos uso de la expresión “racional” suponemos una estrecha relación entre racionalidad y saber. Nuestro saber tiene una estructura proposicional: las opiniones pueden exponerse explícitamente en forma de enunciados. [...] Si buscamos sujetos gramaticales que puedan completar la expresión predicativa “racional”, se ofrecen en principio dos candidatos. Más o menos racionales pueden serlo las personas, que disponen de saber, y las manifestaciones simbólicas, las acciones lingüísticas o no lingüísticas, comunicativas o no comunicativas, que encarnan un saber. Podemos llamar racionales a los hombres y a las mujeres, a los niños y a los adultos, a los ministros y a los cobradores de autobús, pero no a los peces, a los sauces, a las montañas, a las calles o a las sillas. (HABERMAS, 1999, p. 24).

Sendo assim, o racional perpassa apenas o que estiver ligado aos seres humanos. É categoria humana, pois somente estes seres, humanos, teriam a capacidade de interpretar tais mecanismos, como ainda teriam a habilidade de decodificar estes significados propostos por esta realidade dada/construída.

Ultrapassando as distinções clássicas entre o saber e opinião, e incorporando as contribuições filosóficas da análise da linguagem, Habermas afirma de modo decisivo a existência de uma relação intrínseca entre racionalidade e conhecimento. Para ele, todo conhecimento é portador de racionalidade, porque está estruturado proposicionalmente (BOMBASSARO, 1992, p. 17).

Provavelmente, todos os setores sociais foram afetados por esse ponto de vista construído. Destacamos aqui a geografia, a economia, a política, a cultura, o próprio processo de educação (BURKE, 1980, p. 15), as pedagogias, etc.

Essa ideologia passou a dominar, influenciando e guiando os indivíduos, deliberando sobre o que deveria ser feito e como ser feito, da maneira correta, o que estivesse fora dessa formatação estaria, imediatamente, marginalizada e deveria ser rechaçada.

O indivíduo deve servir ao Estado Nação, a educação deve ter uma utilização prática, buscando claros fins, ou melhor, o modelo de ser humano perfeito (homem, branco, burguês, heterossexual e cristão). Sob esse prisma outros saberes também foram sendo erigidos com a finalidade dita como um bem nacional, o padrão, que deve ser respeitado.

A partir de então, pode falar-se de um modelo global de racionalidade científica que admite variedade interna, mas que se distingue e defende, por via de fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas, de duas formas de conhecimento não científico (e, portanto, irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (em que se incluíram, entre outros, os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos) (SANTOS, 2004, p.21).

O papel da ideologia, trazida por Ricoeur (1983), corrobora com o que defende Santos (2004), pois, a “política diz respeito a coisas variáveis e instáveis” (RICOEUR, 1983, p.64). Onde ainda para ele “[...] precisamos escapar ao fascínio exercido pelo problema da dominação, para considerarmos um problema mais amplo, o da integração social, de que a dominação é uma dimensão, e não a condição única e essencial” (RICOEUR, 1983, p.65).

Para Lage (2008, p.195-196) as “consequências dessa dicotomia hierarquizante foram desastrosas sob o ponto de vista da diversidade cognitiva da nossa humanidade, pois provocou a ocultação e a desqualificação de uma infinidade de conhecimentos [...]”. A ciência, nesse prisma, é vista como forma detentora de poder. Poder esse que exerce fascínio como ideologia no sentido dado pelo marxismo (JOHSON; SILVA; SOUZA, 2015, p. 430-434), (LYOTARD, 1988. p. 12).

Essa visão se aproxima muito do que Guevara (2010, p. 68-72) traz em seu texto em relação aos silêncios produzidos pelo dito conhecimento científico em nome de uma pretensa neutralidade, a qual já discutimos (GADAMER, 2011, p. 57). Ela denomina como sendo uma ciência para reproduzir silêncios, ocultando a produção, exercendo assim uma violência epistêmica, termo esse que se aproxima, em grande medida, do conceito cunhado por Santos (2010) de epistemicídio. Acaba-se erigindo um conhecimento-poder e só faz parte deste quem consegue traduzir seus meandros e suas estruturas, decodificando símbolos, linguagens e

atendendo a interesses destes guetos epistêmicos. A ciência, muitas vezes, afirma Gadamer (2011, p. 58), pode vir a produzir excessos e fanatismos mediante a procura incessante da verdade (notadamente no singular), uma única e correta forma de se produzir e verificar o dado conhecimento produzido.

Podemos ainda observar o advento da introdução de novos processos civilizatórios (ELIAS, 1993, p. 193-207) e (ELIAS, 1994b, p. 23-50), da racionalização, trazida, sobretudo, com o método desenvolvido por Weber e a institucionalização/padronização (FOUCAULT, 2013, p. 144-150) da vida social.

É inquestionável. Homens sem instrução em filosofia ou em outras disciplinas não passam de crianças inferiores, em certos aspectos, aos animais. De fato, os animais obedecem, cegamente, aos instintos da natureza, o homem, desprovido dos parâmetros das letras e dos ensinamentos da filosofia, fica antes sujeito a impulsos mais que animalescos (ROTTERDAM, 2005, p. 31-32).

Esse modelo, introduzido por Descartes⁴⁰, “O discurso do método” (1637), fora empreendido como a grande verdade a ser seguida pelos saberes. Derivando daí, mas não somente dele, interpretações que buscavam e ainda buscam sistematizar todas as formas de pensar, uniformizando-as e as identificando como corretas. A padronização empreendida nesse momento entronizou-se com o ideário positivista no século XIX, seja pela concepção comteana ou das que irão derivar dela, criando-se assim uma constituição da instrumentalização dos saberes, hierarquizando-os.

Não podemos nos esquecer do período Iluminista que irá se opor, autoproclamando-se de período da razão, ao período medieval e criando assim uma cisão. Voltaire define senso-comum como sendo um “estado médio entre a estupidez e a agudeza de espírito” (VOLTAIRE, 2004, p. 466). Ao contrário dele, para Santos (2004a), há sim validade nas múltiplas formas de saberes.

Estamos de novo regressados à necessidade de perguntar pelas relações entre a ciência e a virtude, pelo valor do conhecimento dito ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais ou coletivos, criamos e usamos para dar sentido às nossas práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante... (SANTOS, 2004a, p. 18); (Ver também SANTOS, 2012).

⁴⁰ Descartes assim como Bacon são representantes dessa fundação do pensamento moderno. Porém, a metafísica e o empirismo, empreendido pelos pensadores, respectivamente, são uma derivação do pensamento medieval. Para Santos, (2004, p.26) “Descartes, por seu turno, vai inequivocamente das ideias para as coisas e não das coisas para as ideias e estabelece a prioridade da metafísica enquanto função última da ciência”. Assim sendo, citando Piaget nos diz que “a epistemologia prospera em períodos de crise” (SANTOS, 2011, p.55). Popper (2004, p.14) fala das coisas para algo, em sua quarta tese, o direcionamento dado, antes mesmo de uma investigação, podendo ser questionado o aspecto ético de quem realiza a pesquisa e o que quer evidenciar com a mesma.

Há ainda uma terceira concepção acerca do senso comum, que pode salientar as diferentes formas de percepção para um mesmo dado, educação, regimes totalitários e libertários, etc., servindo assim o conhecimento como modo de domínio e permanência das camadas mais abastadas. Para Popper (2004), poderia ser muitas vezes interpretação do momento, por limites epistêmicos, técnicos, etc. E as que ele chama de “honestidade” do pesquisador/a (POPPER, 2004, p.15)⁴¹.

Kant (1783) irá idealizar essa concepção sobre a validade da razão, posteriormente trabalhada por Hegel (2001) entre outros. Para Hegel (2001), o uso da razão deve servir ao bem comum que será delineado pelo Estado, sendo assim a síntese de seu pensamento sobre o uso dessa razão e seguida por muitos outros pensadores que o precederam.

Aqueles dentre os senhores que não tenham ainda conhecido a filosofia talvez já tenham sido convidados a participar destas lições sobre a história do mundo com a crença na Razão, com um desejo, uma sede por sua compreensão. É realmente esse desejo pela compreensão racional, pelo conhecimento, e não simplesmente por uma acumulação de fatos diversos, que deveriam ser pressupostos como aspiração subjetiva no estudo das ciências. Pois, mesmo que não se estivesse abordando a história do mundo com a reflexão e o conhecimento da Razão, pelo menos se deveria ter a fé invencível e firme de que há Razão na história, acreditando que o mundo da inteligência e da vontade consciente não está abandonado ao simples acaso, mas deve manifestar-se à luz da Ideia racional. Mas na verdade não tenho de exigir esta fé por antecipação. O que eu disse aqui provisoriamente e repetirei mais tarde, deve ser tomado como visão resumida de conjunto, mesmo em nosso ramo da ciência. Não é uma pressuposição de estudo, é um resultado que por acaso conheço porque eu já conheço o conjunto. Portanto, apenas o estudo da história do mundo em si pode mostrar que ela continuou racionalmente, que ela representa a trajetória racionalmente necessária do Espírito do Mundo, Espírito este cuja natureza é sempre a mesma, mas cuja natureza única se desdobra no curso do mundo. Este, como eu disse, deve ser o resultado da história. A história em si deve ser tomada como é, temos de seguir adiante histórica e empiricamente (HEGEL, 2001, p.54).

O questionamento do enquadramento metafísico introduzido pela ciência moderna, vem ocorrendo não apenas na crise de conceitos caros a este pensamento, tais como são “razão”, “sujeito”, “totalidade”, “verdade”, “progresso” (LYOTARD, 1988, p. 35-43). Também o uso desse conhecimento como ação e prática, uma procura de profunda mudança do Paradigma tradicional (BOURDIEU, 2004, p. 30-35), (CAPRA, 2011, p. 19-46) e (HOBSBAWN; RANGER, 2002, p. 271-316).

Para o Iluminismo, a cultura significava, de uma forma geral, aqueles vínculos regressivos que nos impediam de assumir a nossa cidadania universal. Descrevia o nosso sentimento de pertença a um lugar, a nostalgia da tradição, a preferência pela tribo, a reverência em relação à hierarquia. Durante muito tempo, a diferença foi considerada uma doutrina reaccionária que negava a igualdade a que todos os homens e mulheres tinham direito. Um ataque à Razão em nome da intuição ou da sabedoria

⁴¹ Observar a quinta tese.

do corpo constituía uma forma certa de cair no preconceito do irracional. A imaginação era uma doença mental que nos impedia de ver o mundo tal como é e, conseqüentemente, de agir para o transformar. E negar a Natureza em nome da Cultura acabaria por conduzir-nos quase de certeza ao lado errado da barricada (EAGLETON, 2003, p. 46).

A episteme moderna dominará o cenário de produção de saberes estendendo-se a todos os aspectos comuns no mundo da ciência. Nessa direção, Santos (2004a) destaca o perigo escondido dentro das inúmeras potencialidades trazidas com a construção desse paradigma.

Concordando com Bachelard, Santos (2011, p. 239) traz a concepção de crise desse mesmo paradigma e a construção de um novo, a ser constituído de maneira mais igualitária, respeitando as diferenças e múltiplas formas de saberes. Essa procura pela racionalidade instrumental, buscada pela Modernidade através de um modelo totalitário de se “fazer” ciência, estabelece regras metodológicas que evidenciem princípios epistemológicos próprios (SANTOS, 2004a, p.22). Estas estão alicerçadas nas teorias evolucionistas de Darwin, que são refutadas por Popper (2004, p.51), numa reformulação do positivismo, sem deixar de sê-lo, assim como na física de Newton, ressignificada e ampliada por Einstein.

Estes pensadores determinaram e impuseram a ideia de ciência como verdade. Porém, ao não observar a produção de culturas outras, deixaram de lado uma gama de conhecimentos diferentes que também podem ser reconhecidos como verdadeiros. Negligenciaram a produção de tudo aquilo que não estava dentro de seus padrões, edificando e, muitas vezes, sacralizando o conhecimento científico europeizado. Como nos é demonstrado por Lage (2008a)

Nestes termos, a Ciência tem vindo sistematicamente, por meio de seus discursos e estruturas epistemológicas, desvalorizar os outros processos de conhecimento que não couberam na categoria do Científico – nitidamente colonial, masculino, branco – para segundo plano, como se esses outros modos de conhecer o mundo não fossem suficientemente capazes de trilhar caminhos credíveis de descobertas cognitivas. Empurrando-os para o ostracismo, firma-se pela clivagem construída entre a ciência e estes conhecimentos. Assim, a Ciência se constitui também como uma forma de ordem do mundo ao nível do saber, ordem esta, que traz implícita um conjunto de relações e mecanismos de poder (LAGE, 2008a, p. 198).

Há uma procura de simulacro social, que não passa de uma tentativa oculta para manter características homogeneizadoras (SANTOS, 2004a, p.15). O estabelecimento de métodos científicos modernos, como os expressaram Descartes e Durkheim, com as suas “Regras do Método Sociológico” (1895),⁴² em temporalidades distintas, reforça a ideia de dominação paradigmática e papel instrumentalizador da ciência (BENTIVOGLIO; LOPES, 2013)⁴³,

⁴² Questionado por Burke (1980, p.10) e Santos (2012, p. 31-45).

⁴³ Destacamos os capítulos I e II

edificado, sobretudo, durante o Iluminismo. E como Rousseau, citado por Santos (2004^a, p. 16) nos interroga: “Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se apresenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática?”.

Muitas vezes, as pesquisas servem para apenas fundamentar um ponto de vista. Para Popper (2004), “Estamos no fim de um ciclo de hegemonias de uma certa ordem científica”. (POPPER, 2004, p.19). Santos (2012, p. 17-18), por sua vez, define como crise de crescimento e crise de degenerência.

Mas, há tentativas de dissonância desse discurso homogêneo⁴⁴ que afirmam que o conhecimento historiográfico superou essa “dificuldade” epistêmica, ampliando seu horizonte de abordagem já no início do século XX, com a chamada *Nouvelle Histoire*.

Em fins do século XIX, Nietzsche se coloca contra esse paradigma⁴⁵. O que Valdivieso (2012, p. 21) irá chamar de “*superioridad geográfica de lo urbano*”.

Porém, não procuramos negar a contribuição ao pensamento científico que a Modernidade nos trouxe, todavia, o que não devemos é sacralizar e ratificar a mesma fazendo com que não haja outras maneiras de pensar e que as mesmas não são válidas. Concordamos com Popper (2004, p. 50) quando nos diz que “[...] a estagnação da ciência seria uma praga (...) o avanço científico é apenas um benefício confuso”.

⁴⁴ Como nos traz Braudel (1972, p. 153-241); Burke (1980, p. 9-26), (1992, p. 327-348), (1997, p. 109-120); Dosse (2003, p. 23-39); Duby (1993, p. 55-62); Cardoso e Vainfas (1997, p. 337-345); Reis (2000, p. 9-35); Veyne (2008) com destaque ao capítulo XI e Le Goff (2015, p. 7-14).

⁴⁵ “Há dezoito anos não me canso de pôr às claras a influência deprimente de nosso cientificismo atual sobre o espírito. A dura escravidão a que a extensão imensa da ciência condena hoje cada indivíduo é uma das principais razões que faz com que naturezas com dons mais completos, mais ricos, mais profundos, não encontrem mais educação e educadores à sua altura” (NIETZSCHE, 2005, p.59). “Hoje só possuímos ciência enquanto estivermos decididos a aceitar o testemunho dos sentidos – enquanto armamos e aguçamos nossos sentidos, ensinando-os a pensar até o fim. O resto não passa de aborto e não ainda ciência: quero dizer que é metafísica, teologia, psicologia, ou teoria do conhecimento. Ou ainda, ciência da forma, teoria dos signos: como a lógica ou também essa lógica aplicada, a matemática. Aqui a realidade não aparece em absoluto, nem mesmo como problema; tampouco como a questão de saber que valor tem em geral um sistema de signos, como é a lógica. A outra idiossincrasia dos filósofos não é menos perigosa: consiste em confundir as coisas últimas com as primeiras. Colocam no início o que vem no final – desafortunadamente! Pois não deveria vir nunca! – os ‘conceitos mais elevados’, isto é, os conceitos mais gerais e mais vazios, a última embriaguez da realidade que se evapora, eles os colocam no início e os convertem em início. De novo, essa é somente a expressão de sua maneira de venerar: o mais elevado não pode vir do mais baixo, nem pode em geral ter vindo... A conclusão é que tudo que é de primeira ordem deve ser causa *sui*. Qualquer outra origem é considerada como objeção, como contestação de valor. Todos os valores superiores são de primeira ordem, todos os conceitos superiores, o ser, o absoluto, o bem, o verdadeiro, o perfeito – tudo isso não pode ter-se ‘tornado’, é necessário, portanto, que seja causa *sui*. Tudo isso, no entanto, não pode tampouco ser desigual entre si, não pode estar em contradição consigo... É assim que chegam a seu conceito de ‘Deus’... A coisa última, a mais tênue, a mais vazia, é colocada em primeiro lugar como causa em si, como *ens realissimum*... Que tenha tido a humanidade que levar a sério as dores de cabeça desses doentes urdidores de teias de aranha! – E que ainda deva ter pago tão caro por isso!...” (NIETZSCHE, 2005, p. 30-31).

Acreditamos que, num movimento de tomada de fôlego, essa modernidade, no sentido apresentado em nosso texto, insiste em permanecer ativa, pois são vários os exemplos que existem sobre ela, um deles é o neoliberalismo.

La pobreza de género abarca a mujeres de todas las clases. La pobreza de género sostiene la explotación económica de la mayoría de las mujeres y refuerza el control económico de la vida toda de cada mujer. Impide acceso a oportunidades y a bienes, entre otros a la tierra, la empresa, los bienes de consumo y los bienes simbólicos que se adquieren con dinero (LAGARDE, 2000, p. 49).

Lage (2008a) nos informa sobre a relação entre feminismo e ciência sob a égide inicial do androcentrismo, rompendo com a finalidade de evidenciar saberes outros, conhecimentos que estavam sendo ocultados por este paradigma dominante. “Mantida sempre à margem do ‘cânone’ científico, a perspectiva feminina viu-se amordaçada e excluída da busca do desenvolvimento científico da humanidade, levado a cabo pelo projeto da ciência” (LAGE, 2008a, p. 202).

São sinônimos ao androcentrismo, sexismo, binarismo, etnocentrismo, eurocentrismo, classismo e estatocentrismo. Acerca da concepção androcêntrica, Lagarde (1996) nos fala que o mesmo é um reforço, uma forma de atuação da instrumentalização patriarcal.

El androcentrismo patriarcal refuerza al etnocentrismo, al permitir a unos hombres expropiar a los otros porque en la política patriarcal es legítimo el uso de la violencia en la defensa personal, social y del propio mundo. Es válido su uso para ampliar los límites del mundo propio y se expresa de manera positiva como conquista: en esa concepción se considera necesaria la venganza y usar en ella la violencia (LAGARDE, 1996, p. 78).

Bourdieu (2003) segue a mesma linha de raciocínio e definição. Para tanto este autor afirma que a

dominação masculina encontra, assim, reunidas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concebida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanescentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, por tanto objetividade concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais (BOURDIEU, 2003, p. 45).

Guevara (2010, p. 39) evidencia que a crítica feminista da ciência, baseada na extração de uma concepção onde exista apenas um sexo em sua composição, é marcada pela ausência de questionamentos e de fundamentos baseados na equidade e oportunidade, esta alicerçada em três categorias. São elas: a parcialidade do/a pesquisador/a, a prática como apenas masculina e

a ausência de mulheres na produção e divulgação dessa ciência ou mesmo de uma historiografia da ciência.

A década de 1970 ainda trará a abordagem dos chamados estudos pós-coloniais, ou, para alguns/as autores/as decoloniais que faz parte das chamadas correntes pós-críticas, nas quais um conjunto de intelectuais pensam a partir de uma experiência colonial libertadora, assim como a interlocução de diversas ciências, chamada interdisciplinaridade ou mesmo a transpluridisciplinaridade.

Não há uma homogeneidade de discursos na chamada pós-colonialidade, pelo contrário, a nosso ver, sua profunda heterogeneidade procura dar voz ao que, até então, fora considerado como não visível, como inferior ou mesmo inexistente, como silenciado (LAGE, 2008a, p. 207-209).

Concordamos com Santos (2001) quando traça os (des)caminhos que a ciência oferece, enquanto saber institucionalizado e quais possibilidades que possui como maneira de estabelecer novas e amplas formas de dialogar com saberes outros.

Imperialismo cultural e epistemicídio são parte da trajetória histórica da modernidade ocidental. Após séculos de trocas culturais desiguais, será justo tratar todas as culturas de forma igual? Será necessário tornar impronunciáveis algumas aspirações da cultura ocidental para dar espaço à pronunciabilidade de outras aspirações de outras culturas? Paradoxalmente — e contrariando o discurso hegemónico —, é precisamente no campo dos direitos humanos que a cultura ocidental tem de aprender com o Sul para que a falsa universalidade atribuída aos direitos humanos no contexto imperial seja convertida, na translocalidade do cosmopolitismo, num diálogo intercultural (SANTOS, 2001, p. 37).

3.2. Mulher e Relações de Gênero

Gênero é um campo de diferença estruturada e estruturante, no qual as tonalidades de localização extrema, do corpo intimamente pessoal e individualizado, vibram no mesmo campo com as emissões globais de alta tensão (HARAWAY, 1995, p. 29).

Desde a década de 1970, a categoria gênero é introduzida, inicialmente pelas feministas acadêmicas, nas discussões que se referem ao movimento feminista e busca de teorização das diferenças sexuais, como construções socioculturais que apontam uma nova guinada nos estudos sobre a temática, notadamente inserida nas ciências sociais e humanas (SOIHET, 1997,

p. 101). As discussões se ampliaram para múltiplos direcionamentos, como por exemplo, as masculinidades (CONNELL, 2003), as identidades dissidentes (VIÑUALES, 2006), as questões *queer* (LOURO, 2003), (BUTLER, 2003), etc.

Os estudos de gênero objetivavam como principal questão, naquele momento, compreender os mecanismos que, empreendidos sobre as mulheres, faziam com que elas se mantivessem subjugadas. *“El feminismo no sólo suministra un relato de la opresión de las mujeres. Va más allá de la opresión al proveer materiales que les permiten a las mujeres comprender su situación sin sucumbir a ella”* (LUGONES, 2011, p. 110). Acreditamos que a principal demanda do movimento feminista na contemporaneidade é a criação de uma cultura de gênero, na qual procura, claramente, edificar espaços sociais mais abertos, equitativos, democráticos e dinâmicos. Nos termos definidos por Castañeda (2008), que é

una dimensión particular de la cultura en la que la elaboración de lo humano como algo específico y a la vez escindido da lugar a una prolongación de estas características a todo aquello que es tocado por las mentalidades y las acciones de mujeres y hombres” (CASTAÑEDA, 2008, p. 69).

As questões foram multiplicando-se, assim como sua militância exercida em várias frentes de atuação. O feminismo, enquanto fenômeno social, é sobretudo um ato político que visa, entre outras tantas questões, a procura de respeito e harmonia entre todos/as (VALDIVIESO, 2012, p. 31) e (FARIA, 2003, p. 17).

Procurando acabar com a segmentação entre passado e presente, os estudos de gênero contribuíram para a ampliação do objeto de conhecimento histórico, levando a descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e descontinuidades, descortinando o tempo imutável e repetitivo ligado aos hábitos, mas também o tempo criador, dinâmico e das inovações, focalizando o relativo, a multiplicidade de durações que convivem entre si urdidadas na trama histórica (MATOS, 2000, p. 21).

Concordamos com a teoria trazida por Lugones e Spelman (1983) quando tratam de não homogeneizar o ser mulher, enclausurando em esquemas de definições herméticos, mas também não expulsar os discursos que se tornam dissonantes naquele instante, haja vista que eles, assim como as práticas, dependem, na maioria das vezes, do contexto em que foram empreendidas.

The only motive that makes sense to me for your joining us in this investigation is the motive of friendship, out of friendship. A non-imperialist feminism requires that you make a real space for our articulating, interpreting, theorizing and reflecting about the connections among them—a real space must be a non-coerced space-and/or that you follow us into our world out of friendship. I see the ‘out of friendship’ as the only sensical motivation for this following because the task at hand for you is one of

*extraordinary difficulty. It requires that you be willing to devote a great part of your life to it and that you be willing to suffer alienation and selfdisruption. Self-interest has been proposed as a possible motive for entering this task. But selfinterest does not seem to me to be a realistic motive, since whatever the benefits you may accrue from such a journey, they cannot be concrete enough for you at this time and they not be worth your while. I do not think that you have any obligation to understand us. You do have an obligation to abandon your imperialism, your universal claims, your reduction of us to your selves simply because they seriously harm us*⁴⁶ (LUGONES; SPELMAN, 1983, p. 576).

A ideia de inter-relações culturais numa dada percepção “amorosa”, segundo Lugones (1987, p. 3), são os conceitos centrais, apresentando-se como as bases ontológica e epistemológica do feminismo como um todo. Isto é, a riqueza do feminismo está justamente na pluralidade de concepções. Corroborando com essa premissa Yuval-Davis (2004) nos apresenta

En los años 70 y 80, las políticas feministas fueron divididas cuidadosamente entre diferentes escuelas de feminismos liberales, socialistas, radicales y, algunas veces, de sistemas duales. La diferencia entre estas escuelas de pensamiento estuvo centrada principalmente en la cuestión de aquello que se considera como “la” causa de la opresión de las mujeres – si era la ley, el capitalismo o sólo los hombres que se aferraban a sus privilegios. Asimismo, hubo mucha discusión sobre el “infeliz matrimonio” entre el marxismo y el feminismo y los modos en que se debería teorizar la opresión patriarcal en relación con la explotación de clase (YUVAL-DAVIS, 2004, p. 17).

Carosio (2009a) destaca a função do capital como doutrinador de corpos assim como também de mentes, coisificando os mesmos. Transformando e procurando uniformizar a sedução por padrões estéticos de beleza que assolapam grande quantia em dinheiro em busca de novos mercados, transformando o cotidiano numa ditadura da estética, que todos/as devem possuir e em nome dela diversas atitudes são tomadas. Carosio (2009a) denomina como imperativo estético. *“Mujeres que gastan cantidades ingentes de dinero en su apariencia porque la presencia física debe ser políticamente correcta: la imagen personal es entendida como una inversión profesional”* (CAROSIO, 2009a, p. 233).

⁴⁶ “O único motivo que faz sentido para mim é que junte a nós nesta investigação é o motivo da amizade, por amizade. O feminismo não-imperialista requer que você faça um espaço real para a nossa articulação, interpretação, teorizar e refletir sobre as conexões entre eles, um espaço real deve ser um espaço e não-coagido / ou que você nos siga no nosso mundo de amizade. Eu vejo “por amizade”, como a única motivação essencial para este seguinte, porque a tarefa à mão para você é uma extraordinária dificuldade. Ela exige que você esteja disposto a dedicar uma grande parte da sua vida a ela e que você esteja disposto a sofrer alienação e auto interrupção. O interesse próprio tem sido proposto como um possível motivo para entrar nesta tarefa. Mas o interesse próprio não parece-me ser um motivo realista, uma vez que todos os benefícios que você pode acumular a partir de uma tal viagem, não podem ser concretos o suficiente para você neste momento e eles não valem a pena. Eu não acho que você tem qualquer obrigação de nos compreender. Você tem a obrigação de abandonar o seu imperialismo, suas reivindicações universais, a sua redução de nós para si mesmo simplesmente porque eles nos prejudicam seriamente”. Tradução nossa.

3.2.1. Trajetória do Movimento Feminista

La perspectiva de género no es una ideología más, ni un análisis endosable a las concepciones previas. Si somos personas conservadoras, pone en crisis toda nuestra concepción del mundo, nuestros valores, nuestros modos de vida, y la legitimidad del mundo patriarcal. En cambio, si somos mujeres y hombres en transición, democráticos y alternativos, encontramos en esta perspectiva los argumentos y los conocimientos para convalidar discrepancias y alternativas, y además para aprender. Las acciones y las propuestas que hoy sintetiza la perspectiva de género han hecho que biografías y etnografías no vuelvan a ser las mismas debido a su metodología deconstructiva y creativa (LAGARDE, 1996, p. 21).

Há uma dificuldade em precisar o início formal do movimento emancipatório feminista (COSTA, 2015, p. 468-473). Alguns/as teóricos/as apontam fins do século XVIII, outros/as o fim da primeira metade do século XIX (GONÇALVES, 2006, p. 16). E, quando se refere à América Latina, essa imprecisão junta-se a outras tantas por ausência de interesse da elite letrada do período em documentar tais acontecimentos.

Segundo Scott (1994), o advento da Revolução Industrial foi decisivo para o papel de luta que o elemento feminino iria promover dali em diante. “A mulher trabalhadora foi um produto da Revolução Industrial” (SCOTT, 1994, p. 443). Daí debateu-se o *status* social dessas mulheres trabalhadoras - em detrimento do *status* dos homens - relações de poder, questões salariais, papel de família, compreensão de mundo público, um universo onde não eram bem-vindas. Uma nova identidade que fora constituída pertencendo agora tanto ao lar quanto à vida pública. A politização do cotidiano, assim como do sentido dado de público e privado, tornaram-se desafios novos às ciências, notadamente humanas e sociais (MATOS, 2000, p. 10-11).

Lugones e Spelman (1983) traçam esse processo árduo de conquistas, lutas e impasses que as mulheres atravessaram e ainda atravessam. Para essas autoras

[...] demand that the woman's voice be heard and attended to has been made for a variety of reasons: not just so as to greatly increase the chances that true accounts of women's lives will be given, but also because the articulation of experience (in myriad ways) is among the hallmarks of a self-determining individual or community. There

*are not just epistemological, but moral and political reasons for demanding that the woman's voice be heard, after centuries of androcentric din*⁴⁷ (LUGONES; SPELMAN, 1983, p. 574).

O contra-debate empreendido por aqueles que não queriam as mulheres no mundo do trabalho era formado, sobretudo, por questionarem se o ato de trabalhar era adequado a elas e se não as fazia perder a feminilidade, atributo fundamental para a constituição de uma família e boa condução do equilíbrio social.

A discussão então polarizou-se em duas frentes. A primeira no que diz Scott (1994) “Esta interpretação da história do trabalho feminino alimentou e contribuiu para a opinião médica, científica, política e moral a que tem chamado, com variantes, ‘ideologia da domesticidade’ ou ‘doutrina das esferas separadas’” (SCOTT, 1994, p. 443). E a segunda, nas próprias regras do mercado, do reducionismo biológico, nas diferenças homem *versus* mulher. Ainda se discutia a relação de perda de capacidade de reprodução e indução à corrupção moral. Essa busca ao mercado de trabalho era vista, para muitos, como uma espécie de afronta à “natureza” feminina, contra o lar, contra os princípios éticos, etc. A diferença, enquanto categoria de análise, é, pois, segundo Ferreira (1988, p. 96), o elemento que postula unir as concepções de pós-modernidade e feminismo, ampliando os questionamentos do mesmo. Advém das análises promovidas pela morte do sujeito e a de sua própria identidade. Essa perspectiva direcionou, em grande medida, as concepções feministas das décadas de 1980 e 1990.

Enquanto para a mulher jovem e solteira, o trabalho feminino servia, amiúde, para auxiliar em sua casa; para a casada, além de ajudar no complemento da renda doméstica, representava a incapacidade do marido em manter sozinho sua própria família, reafirmando todo discurso epistêmico conceitualizado pela Modernidade, seja por teorias econômicas, conceitos de conduta moral, necessidade de estratégias políticas, entre outras. O sexo torna-se, portanto, elemento, naquele momento, definidor da função, cargo e remuneração que irá obter.

Essa discussão ainda suscita diversos debates e estudos. Ocasionalmente, a partir dessa discrepância, a organização de mulheres, discutindo suas necessidades e a criação de uma agenda própria⁴⁸, que incluía suas necessidades. “O ‘problema’ da mulher trabalhadora emergiu

⁴⁷ “Exigência de que a voz da mulher fosse ouvida e atendida foi feita por uma variedade de razões: não apenas de modo a aumentar muito as chances de que os verdadeiros relatos de vida das mulheres serão dados, mas também porque a articulação de experiência (de inúmeras formas) está entre as características de um indivíduo autodeterminado ou em comunidade. Não são apenas epistemológicos, mas morais e razões políticas para exigir que a voz da mulher seja ouvida, depois de séculos de androcêntrismo”. Tradução nossa.

⁴⁸ Sobre as pautas feministas Lagarde (2000) nos adverte que um “*objetivo de las agendas políticas de mujeres de todo el mundo que actúan a favor de diversas causas, es lograr el empoderamiento de las mujeres al modificar*

quando vários círculos eleitorais debateram os efeitos sociais e morais, assim como a exequibilidade econômica de tais práticas” (SCOTT, 1994, p. 454).

Essa aparente mobilidade da saída das mulheres de casa para as indústrias, não foi, apesar de grande parte da historiografia daquele momento negligenciar, uma ida para o trabalho feminino. Foi sim, e apenas, uma mudança de espaço de trabalho, mantendo-se na condição de subalternidade, já que ocupavam diversas funções, em variadas temporalidades, sendo ou não um trabalho assalariado, porém, há um rompimento, segundo Scott (1994, p. 443), com o discurso de outrora, o que vai, concordando com Perrot (1992, p. 196-200), possibilitar uma tomada de consciência de poder e busca de equidade de direitos. Nesse sentido, Lagarde (2004) nos informa que

El poderío es el capital político vital generado en procesos de apropiación de los bienes y recursos del mundo y de empoderamiento. Está formado por los poderes vitales de cada mujer, constituye su subjetividad y su identidad, y se manifiesta y actúa al vivir. Los grupos de mujeres, los movimientos y las instituciones también generan y acumulan poderes vitales, tienen poderío que se concreta en sus mentalidades y en su incidencia (LAGARDE, 2004, p. 27).

O que não desconfigura a necessidade do sistema capitalista de doutrinar corpos para as novas demandas que surgiam. Atendendo a isso, mulheres e crianças passam a ser, em nossa visão, inseridas de maneira perversa no mundo do trabalho remunerado, alimentando o apetite das indústrias (MARX; ENGELS, 1999, p. 37) e (ARIÈS, 2012, p. 6). Uma observação que deve ser realidade nesse momento é sobre o papel de maior exclusão do trabalho campesino, aquele que estava fora do mundo urbano, com poucas referências a este, assim como o trabalho artesanal.

O trabalho feminino – e, por conseguinte, das crianças – era associado ao trabalho barato, mão-de-obra farta e inexplorada de maneira massiva e naturalizada. E, como afirma Scott (1994), “Estava implicitamente subscrita a teoria da economia política sobre os salários femininos e defendia a ideia de que havia uma explicação ‘natural’ para as diferenças salariais” (SCOTT, 1994, p. 467).

As bandeiras da luta feminista em busca de liberdade e espaços a ocupar teve diversas vertentes, dentre as quais destacamos aqui a associação das feministas na disputa contra o processo de escravidão, em 1840, e a realização da *Convenção para o Direitos das Mulheres* em 1848, como uma derivação desse primeiro momento (GONÇALVEZ, 2006, p. 15).

las pautas políticas que coartan la vida personal y colectiva al crear condiciones para eliminar los poderes personales y sociales que oprimen a las mujeres” (LAGARDE, 2000, p. 27-28).

Holanda (2015)⁴⁹ afirma que a colonização⁵⁰ europeia e a implementação desta cultura em nossa realidade, num ambiente muitas vezes desfavorável, enfrenta resistências contra a homogeneidade de culturas, de pessoas, de etnias, mas apesar disso foram impostas maneiras de convívio nas terras colonizadas.

Nascido em pleno Iluminismo, o conceito de cultura ataca agora, com edipiana ferocidade, os seus progenitores. A civilização era abstracta, alienada, fragmentada, mecânica, utilitária, escrava de uma fé cega no progresso material; a cultura, em contrapartida, era considerada holista, orgânica, sensível, autotélica, evocativa. O conflito entre cultura e civilização fazia, assim, parte de um declarado debate entre tradição e modernidade (EAGLETON, 2003, p. 23).

Holanda (2015) ainda reflete sobre a família e o seu papel na constituição de uma pátria brasileira. Demonstrando assim a influência da antropologia e uma perspectiva de quebra do paradigma dominante. Porém, atualmente, essa teoria está sendo bastante questionada, à procura de uma reformulação de concepções acerca de nossa historiografia, sobretudo, na inclusão dos indígenas, africanos/as, mulheres, crianças, etc. Para tanto, Bruckner (2002) ressalta essa concepção de que vamos perdendo nossa própria subjetividade ao longo da vida por conta de um processo de homogeneização de papéis. “Desde a infância que somos ensinados a melhorar as nossas imperfeições, de nos transformarmos dos pés à cabeça” (BRUCKNER, 2002, p. 52)

Com visão semelhante, Lugones (1987) nos adverte sobre os malefícios que a escravidão, numa concepção mais ampla, provoca nos sujeitos em suas práticas cotidianas. “*What is wrong is that I was taught to practice enslavement of my mother and to learn to become a slave through this practice*”⁵¹ (LUGONES, 1987, p. 6). Essa escravidão a que Lugones se refere é uma espécie de herança maldita legada de geração a geração, através da educação, seja ela formalizada ou não.⁵² Assim como a ideia trazida de que os colonizadores, sobretudo os portugueses, estariam exercendo a brutalidade do processo de colonização por

⁴⁹ Sobretudo no capítulo V, intitulado de *O homem-cordial*.

⁵⁰ O sistema mercantilista colonizador, impondo modelos e reforçando arquétipos. Sendo assim, Riquelme [*et al*] destaca que “*esta matriz de ordenamiento sufrió diversos cambios como efectos del choque cultural de ambos mundos, donde se mestizaron no sólo los sujetos sino también sus condiciones de realidad. Los Estado-nación surgidos en este lado del océano, lejos de homologar en su evolución a los europeos, desarrollaron sus propias dinámicas oligárquicas y autoritarias, mediadas, tanto por las condiciones contextuales del nuevo continente, como por las ontologías y epistemologías indígenas; posibilitando relaciones de dominación que – aunque transformadas – las reconocemos hasta el día de hoy*” (RIQUELME; ROMERO; OBREQUE, 2010, p. 50).

⁵¹ “O que está errado é que eu fui ensinado a praticar escravidão de minha mãe e de aprender para se tornar um escravo através desta prática”. Tradução nossa.

⁵² Muito se assemelhando a prostração, ao desânimo trazido por Beauvoir no romance “Morte Serena”, editado em Portugal, 1964, no Brasil o título é “Morte Suave”, onde retrata os últimos dias de sua mãe.

uma condição infeliz, mas isso não seria de seu desejo. O que no processo de expansão imperialista de fins do século XIX recebe o título de ‘O fardo do homem branco’.

O colonizador subtrai o colonizado de seu próprio ponto de vista. Assim sendo, cria a identidade de superioridade, procurando impor sobre estes uma nova autoridade como regra que exerce poder e serve como modelo de controle e guia.

La consecuencia semántica de la colonialidad del género es que “mujer colonizada” es una categoría vacía: ninguna hembra colonizada es una mujer. (...) A diferencia de la colonización, la colonialidad del género sigue estando entre nosotros; es lo que yace en la intersección de género/clase/raza como constructos centrales del sistema de poder del mundo capitalista (LUGONES, 2011, p. 109).

A consciência dessa dinâmica é processo libertador. Porém, essas amarras ideológicas transitam, aprofundam-se e atuam de várias maneiras, procurando desnudar o outro de seu próprio ser, ou a consciência que possui sobre si; o dominador cria-se como novo ídolo, como referência. Torna-se tão íntimo dele que aos seus olhos aquilo parece ser natural. *El colonizado deja de ser sujeto de la historia y se transforma solamente en lo que no es el colonizador.* (HARTSOCK, 1992, p. 35). Concordamos com Navarro-Swain (2009, p. 35) que afirma que “[...] a identidade não é o sexo, não é a sexualidade, eu não sou um ser generalizado ou desviante da norma, EU SOU EU, em construção contínua e nesta, a sexualidade não tem um papel essencial” (Destaque da autora).

Para Buarque (2015), a esfera privada sempre precede a pública, e esta, quando familiar, torna-se tão poderosa que sempre “persegue” os indivíduos. Isso, segundo a leitura, irá auxiliar na concepção de público e privado que temos atualmente, um modelo de opostos, civilização *versus* natureza, homem *versus* mulher, urbano *versus* campo, etc.

Santos (2006, p. 782) faz uma crítica à ideia de Oriente como alteridade, de nativo como selvagem, não-humano e de natureza como dominação. A ideia de Oriente é, de certa maneira, corroborada com Gadamer (2011, p. 59). Lugones (2001) por sua vez faz uma crítica à missão civilizatória colonial de transformar colonizados em homens e mulheres.

La “misión civilizadora” colonial era la máscara eufemística del acceso brutal a los cuerpos de las personas a través de una explotación inimaginable, de violaciones sexuales, del control de la reproducción y el terror sistemático (alimentando perros con personas vivas o haciendo bolsas y sombreros de las vaginas de mujeres indígenas brutalmente asesinadas, por ejemplo). La misión civilizadora usaba la dicotomía jerárquica de género como juicio, aunque lograr la generación dicotómica de los colonizados no era el objetivo del juicio normativo. No era una meta colonial el convertir a los colonizados en seres humanos. La dificultad de imaginar esto como meta puede apreciarse claramente cuando uno ve que la transformación de los colonizados en hombres y mujeres habría sido una transformación no de identidad, sino de naturaleza. Pero el volcar a los colonizados

en contra de sí mismos estaba incluido en el repertorio de justificaciones de los abusos de la misión civilizadora. La confesión cristiana, el pecado, y la división maniquea entre el bien y el mal servían para marcar la sexualidad femenina como malvada, ya que las mujeres colonizadas eran vistas en relación con Satanás, a veces como montadas por Satanás (LUGONES, 2001, p. 108).⁵³

Convencionou-se aos estudos feministas denominar de ondas as fases do processo de organização política das mulheres. Essas divisões se deram em temporalidades distintas e não, por falta de conhecimento e espaço, objetos de nossa análise, mas pelas demandas políticas do processo de constituição do movimento feminista conforme a agenda política de cada momento histórico.

A seguir, o uso do termo onda que é, designado como maneira de evidenciar fases do movimento feminista é questionado por alguns/as teóricos/as pois para eles/as essa concepção afirma que não haja um contínuo de ideias e outras concepções, Curiel (2009, p. 1) é uma das teóricas que não concorda com a utilização do mesmo. Porém, percebemos a mesma como um elemento mais didático de compreensão de intensidade de causas num dado retorce geo-histórico. (NEVES; ALMEIDA, 2014). Carosio (2009, p. 17) nos chama a atenção para o fato de estarmos vivendo uma chamada quarta onda. Primeira onda, fins do século XVIII e século XIX (*el feminismo ilustrado de la Revolución Francesa; feminismo socialista y anarquista; feminismo educacionista*). Segunda onda, primeira metade do século XX (*feminismo sufragista, socialista, liberal*). Terceira onda, 1970 adiante (*feminismo radical, movimiento de liberación de la mujer.*) e, por fim, a chamada Quarta onda, século XXI (*Feminismo institucional, liberal, socialista, de la igualdad, de la diferencia, indígena, afrodescendente, ecofeminismo, islâmico, latino-americano, etc.*). Em nosso texto optamos por fazer uso do termo geração por percebemos que o mesmo possui um caráter de continuidade, não meramente de quebra, encerramento.

⁵³ Observa-se aqui uma óbvia caça às novas bruxas, ou aos novos modelos de demônios femininos. Criar a identidade negativa de um ser exótico, advindo do mal, transformando quem coloniza em benfeitor. Há aqui uma monstruosidade enorme na relação de desumanização por qual vai ser criada a imagem do feminino do novo mundo. Corroborando com essa perspectiva e trazendo a discussão ao universo da mulher como produtora de ciência, Graf (2011) nos adverte sobre as imposições que foram feitas em torno dessas concepções.

- **A Primeira Geração**

Se as mulheres não são uma multidão efêmera de pessoas levianas, por que elas devem ser mantidas na ignorância sob o ilusório nome da inocência? (WOLLSTONECRAFT, 2015, p. 41).

O movimento feminista organizado tal qual conhecemos hoje, inspira-se em concepções do século XVIII e emerge, enquanto movimento político, entre meados do século XIX e século XX, com a denominada Primeira Geração, conceituada, muitas vezes, como sufragistas. Essa geração não se limitou às camadas socioeconômicas mais abastadas.

Na América Latina, em grande medida, foram influenciadas pelos ideais anarquistas e socialistas, sindicalistas, grupos de mulheres de alta escolaridade, dentre as quais, artistas, jornalistas, profissionais liberais, que se envolveram na luta política por cidadania. Mas, sua atuação forte e constante fez com que o feminismo fosse impulsionado como um dos mais importantes movimentos sociais com atuações no campo político, científico e social, do século XX. Acesso à educação, ao trabalho às reivindicações de direitos trabalhistas e civis entre outros, foram bandeiras desta primeira fase.

As mesmas, sobretudo mulheres advindas da burguesia possuíam alta escolarização e eram patrocinadas,⁵⁴ em grande medida, pelos seus pais e maridos, procuravam lutar pelo direito igualitário, compreendido, por muitas, que seria alcançada através do acesso ao voto direto; esse elemento, para muitas delas, causaria a emancipação feminina.

O movimento das mulheres parece ser um exemplo das formas que essa organização [social] podia tomar e aponta para um aspecto importante: não se tratava apenas de um grupo que lutava diante das instâncias do Estado, ou que simplesmente buscava deputados para propor projetos de seu interesse, mas de uma estratégia mais complexa (PINTO, 2003, p. 17).

Todavia, essa concepção não retira a ideia de cidadania pretendida pelas feministas, mas o movimento, nesse momento, recebeu críticas por estar ligado a uma concepção mais marxista, tais como ser um movimento de mulheres burguesas, brancas, etc. Esse espaço de percepção deu-se também na construção da imagem feminina no conhecimento científico,

⁵⁴ As mulheres que atuavam no mercado de trabalho eram, geralmente, aquelas que exerciam funções pouco remuneradas, ainda mais se comparadas ao trabalho remunerado masculino. Assim sendo, o aspecto econômico ficará sob a égide do patriarcado de mercado, legado ao mundo masculino. Anteriormente, conforme Gonçalves (2006, p. 35) apenas pequenas mercearias familiares ou empresas artesanais eram geridas por mulheres.

tradicionalizado, pois, a ocultação das mulheres era perceptível em quase toda a historiografia anterior a esse momento (SMITH, 2003).

São comumente descritas três fases para a Primeira Geração do movimento (PINTO, 2003), são elas: o feminismo político, notadamente no Brasil dirigido por Bertha Lutz, desde a fundação do Partido Republicano Feminino, na década de 1910 e Fundação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), na década de 1920. A segunda o chamado feminismo difuso, que incorporava a imprensa feminista alternativa com diversos periódicos que funcionavam, muitas vezes, por pouco tempo, tamanha demanda contra essa concepção. E a terceira denomina-se como feminismo anarquista/comunista, encabeçado pelas concepções de Lacerda de Moura (LEITE, 2005) dentre outras e ainda a imigração de europeus com concepções ligadas ao movimento sindical e causas trabalhistas do movimento operário (TELES, 2003, p. 41-46).

Durante todo el siglo XX, el feminismo fue un movimiento activo, fundamentalmente pacifista, internacionalista y progresista, que organizó la resistencia al fascismo en Italia, Alemania y España, que se consagró a la defensa de los derechos de las trabajadoras y de las mujeres en general (bienestar de las obreras, asignaciones familiares, igualdad de condiciones de trabajo para ambos sexos, defensa de los hijos de madres solas, derecho de la casada a conservar su nombre, su nacionalidad y su patrimonio) (GARGALLO, 2006, p. 22).

Hobsbawn (2006) afirma que a participação de mulheres no início do movimento por emancipação estava vinculada a um ideal mais amplo, lutavam também sob outras bandeiras, tais como: a dos movimentos socialistas, anarquistas, sindicalistas e/ou operários. Assim asfixiando, de certa maneira, sua própria luta.

As limitações do feminismo de classe média ocidental não eram apenas sociais e econômicas, mas também culturais. A forma de emancipação a que aspiravam seus movimentos, a saber, a de ser tratada legal e politicamente como o homem e a de tomar parte, como pessoas, sem considerações quanto ao sexo, na vida da sociedade, presumia a transformação do padrão de vida social, já bastante, distanciado do tradicional “lugar de mulher” (HOBSBAWN, 2006, p. 293).

Aparentemente, conforme aponta Gargallo (2007, p. 19) as feministas do século XIX, na América Latina, de maneira geral, possuíam uma postura mais conservadora, em aspectos como religião, notadamente cristã de maioria católica; questionavam o fato de que na política, no aspecto democrático, nenhuma mulher ter sido efetivamente ocupante de cargos públicos de alto escalão, entre outros questionamentos. Também é importante perceber, ainda em Gargallo (2006) que *“las feministas – como muchos otros colectivos – estaban desmoralizadas y su línea mayoritaria se dejó seducir por las promesas de la democratización funcional capitalista”* (GARGALLO, 2006, p. 19). Rago (2013, p. 34) também corrobora com esse pensamento.

Somente após essas lutas as mulheres, conforme nos apresenta Lagarde (2004) passaram a ter a “*conciencia de tener el derecho a tener derechos, reconocer la propia autoridad y confiar en la capacidad de lograr propósitos*” (LAGARDE, 2004, p. 6).

Diversos movimentos, sobretudo sociais, estavam reivindicando espaços, tais como os movimentos de afirmação de identidades, entre eles o movimento indígena, o movimento afro (PINTO, 2003, p. 41-43). Ainda trazendo outras lutas, como a da reforma agrária; dos movimentos de esquerda pelo fim das ditaduras civil-militares em muitos países latino-americanos⁵⁵; do movimento pacifista, sobretudo com relação ao fim da guerra do Vietnã e as tensões da Guerra Fria e da revolução cubana (1959).

Além destes, a militância de jovens estudantes e demais membros da comunidade acadêmica no maio de 1968, afora os festivais de música como o Woodstock; o próprio movimento de contracultura com impacto na revolução de costumes, na música e na arte. Assim sendo, o engajamento, até então discreto, ganhou espaço e visibilidade, dando voz ao discurso de afirmação. Desse modo, em suas mais variadas temáticas, as mulheres estavam aí inseridas (HOBSBAWN, 1995), (RAGO, 2002, p. 60) e (GARGALLO, 2006, p. 31-32).

O sistema capitalista, desse modo, doutrinava corpos, desejos e prazeres no intuito de alimentar as indústrias em fins do século XIX e início do XX. O trabalho desempenhado por mulheres e crianças é fundamental, como objeto de expropriação das mesmas, para o capital. Convergindo o pensamento de Perrot (1992, p. 196-200) com a ideia de inclusão perversa das mulheres no mercado de trabalho, recorremo-nos a Gebara (2004) quando aponta

Se crea la ilusión de que la globalización abrió espacios para las mujeres, pero de hecho, son espacios de trabajo con baja leyes laborales que amparen los contratos y ninguna organización sindical es permitida. Continuamos expropiadas de nuestro cuerpo, de nuestra fuerza de trabajo y de nuestros derechos (GEBARA, 2004, p. 111).

Dáí uma grande bandeira do movimento feminista dessa geração, mas não só, ser a luta pela igualdade de direitos trabalhistas. Como vimos, um pouco escondida entre ideais, considerados maiores, porém o acesso, a permanência e os direitos foram conquistados com grandes enfrentamentos. Panfletagem, greves, passeatas, denúncias, organização de associações trabalhistas femininas e feministas, entre outras, nos mais diversos cenários nacionais da América Latina. Todas essas formas de resistência ao sistema de opressão imperavam sobre as condições de vida das trabalhadoras, sobretudo no meio urbano.

⁵⁵ Instalação da ditadura militar no Cone Sul: entre 1964 e 1985 no Brasil, entre 1973 e 1984 no Uruguai, entre 1973 e 1989 no Chile e entre 1976 e 1983 na Argentina. Para mais ver. Pedro e Wolff (2010).

Essa política econômica procurava, em grande medida, dominar corpos, reprodução, papel social e funções de trabalho, isso tudo travestindo-se como uma política de Estado. Engels (2000), assim descreve a uniformização de papéis constituídos socialmente, como “A forma de família que corresponde à civilização e vence definitivamente com ela é a monogamia, a supremacia do homem sobre a mulher, e a família individual como unidade econômica da sociedade” (ENGELS, 2000, p. 187). Uma observação importante é que Engels não é considerado um historiador das mulheres por escrever *A origem da família, da propriedade e do Estado*, pois a inserção do ser mulher nesse trabalho se dá mediante a integração de complementaridade do feminino na família. Uma espécie de redução do papel que a mulher desempenha afora essas questões, o que não exclui sua discussão, nem tampouco diminui sua obra.⁵⁶ Diferente disso, no capítulo III de “O Segundo Sexo” (1980), Beauvoir discorre sobre essa relação do ponto de vista do materialismo histórico e seus alcances e seus conservadorismos.

Essa normatização, assim como tantas outras convenções que procuram normatizar comportamentos são questionadas pelos trabalhos de Popper (2004, p. 23), Foucault (2013, 131-165) e Santos (2011, p. 56). Nessa direção, tem-se a criação do cidadão-saber para o Estado, como ideal a ser alcançado e o derrocar da Ordem como bandeira da modernidade enquanto necessidade de uma mudança de paradigma.

Foucault (2013, p. 29) aprofunda a discussão do que vai chamar de tecnologia política dos corpos. Sendo objeto de análise a construção dos corpos na modernidade, pois são estes concebidos de modo a apontar o poder e quando fogem desse padrão, esses corpos são punidos. Os suplícios, pelos quais passam, vão desde o encarceramento em manicômios ou nos sistemas prisionais, como forma de controlar, punir e corrigir estes seres. Nesse enquadramento do indivíduo moderno, não cabe o erro, não cabe o outro, não cabe o diferente.

A modernidade, aqui tratada como pensamento dos quais somos herdeiros diretos e reprodutores do mesmo, não fora posta em xeque somente no século XX e XXI.

Uma das grandes reivindicações das feministas de fins do século XIX e início do XX foi o acesso à educação, em seus mais variados níveis e com ela uma ampliação da obtenção aos conhecimentos acerca de seus direitos e reivindicações. Sobretudo nos países de

⁵⁶ Há uma corrente feminista, bastante profícua, que analisa a problemática do movimento numa perspectiva marxista, utilizando-se das categorias de classe social, alienação e mais-valia, dentre outras. Estas, por sua vez, acabam revisando, sobretudo, as contribuições feitas por Engels e Marx, atualizando-os. Seguindo essa linha, destacamos, no Brasil, a obra de Heleieth Saffioti. Também, mais recentemente, os trabalhos de Mirla Cisne. Na América Latina destaca-se a obra de Flora Tristan, pensadora franco-peruana. Também podemos encontrar referências no chamado feminismo materialista.

colonização cristã católica⁵⁷, a Igreja ficou com essa atribuição. Para tanto Gonçalves (2006) nos informa.⁵⁸

Ao serem, pelo menos em espírito, excluídas da atenção do Estado, do que é um exemplo o fato de que, quando a abertura das escolas se tornou obrigatória por lei, só o eram aquelas destinadas aos meninos, abriu-se a oportunidade de que a Igreja “reconquistasse os espíritos” através daquelas que eram responsáveis pela educação das crianças (GONÇALVEZ, 2006, p. 30-31).

- **A Segunda Geração**

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher
(BEAUVOIR, 1987, p. 13).

A Segunda Geração (1960-1980) veio trazer uma discussão de politização dos corpos, dos prazeres e dos papéis das mulheres, acima de tudo no que se relaciona à sua liberdade sexual. Também ocorreu a emergência de um feminismo mais acadêmico, momento de defesa de grandes teses e ampliação de conceitos e de uma crítica as invisibilidades da mulher na academia e nos estudos feministas. É também chamada de neofeminismo por algumas autoras, das quais destacamos Gargallo (2006, p. 71n).

Compreendida como uma “fase” curta, porém profundamente marcada pela quebra de paradigmas, evidenciando as críticas que surgiriam a partir de então e procurando responder as mesmas.

O feminismo latino-americano⁵⁹ alcança um grande impulso, sobretudo na conquista do espaço político público. “*El feminismo entonces dirigía sus esfuerzos para que se modificasen*

⁵⁷ Enquanto possibilidade de rompimento, numa perspectiva teológica, o feminismo “*lleva a cabo la crítica de los dogmas cristianos revelando su temporalidad y su parcialidad. Intenta devolver el cristianismo a la historia, sacándolo del mundo metafísico donde se incrustó y del que parece no querer salir*” (GEBARA, 2004, p. 125).

⁵⁸ Sobre o papel da educação religiosa Bourdieu (2003) nos traz a ideia que mesmo após o processo de laicização estamental a Igreja, mesmo tendo diminuído seu poder de influência, não deixou de exercer os mecanismos de dominação com relação aos processos que envolvem a educação. “A Escola, mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança) e sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas, entre as diferentes escolas ou as diferentes faculdades, entre as disciplinas (“moles” ou “duras” – ou, mais próximas a inquietação mítica original, “ressecantes”), entre as especialidades, isto é, entre as maneiras de ser e as maneiras de ver, de *se* ver, de se representarem as próprias aptidões e inclinações, em suma, tudo aquilo que contribui para traçar não só os destinos sociais como também a intimidade das imagens de si mesmo” (BOURDIEU, 2003, p. 104).

⁵⁹ O aporte múltiplo empreendido por pensadores/as latino-americanos/as é uma conquista epistemológica grande. “*Estos conocimientos se autodefinen como trans-modernos, trans-capitalistas, trans-occidentales, trans-postcoloniales y ocasionalmente como feministas. Como tal no solo prometen una nueva práctica política que redefine la democracia liberal-occidental realmente existentes, y una ruptura epistemológica que abre espacios a*

las leyes, posibilitando la actuación de las mujeres en el ámbito público, según los cánones de la política formal” (GARGALLO, 2009b, p. 420). Diversos feminismos (COSTA, 1998, p. 127), (RAGO, 2013) emergindo nesse momento, com epistemologias próprias, em destaque o liberal, o radical e o socialista. Como afirma Feminías (2007, p. 24) o “*feminismo latinoamericano tiene algo que decir y lo hace en propia voz*”.

Gebara (2000a) destaca que o feminismo latino-americano nasce durante a década de 1960, oriundo de uma elite intelectual assim como de militantes políticas, em sua maioria de partidos de esquerda. Salienta, ainda, que esse feminismo possui duas grandes correntes. “A primeira é mais popular e leva em consideração as preocupações práticas da vida cotidiana das mulheres pobres. A segunda é mais universitária e se dedica a repensar as ciências humanas a partir da contribuição feminista” (GEBARA, 2000a, p. 37).

As experiências e formação de grupos de debates empreendidos inicialmente pelo aspecto político, sobretudo sindical ou mesmo partidário, fez nascer os grupos de mulheres, principalmente das classes mais populares, notadamente nas periferias dos grandes centros urbanos. Elas acabavam por discutir suas relações sociais, em diversas ordens, seus papéis como mulheres, donas de casa, mães, militantes, líderes comunitárias, etc. Essa ideia é corroborada por Garagallo (2006) e, quando aproximando-se de Lagarde (1996) e Gebara (2000a), afirma que “*La primera organización se dio en pequeños grupos de autoconciencia, donde las mujeres estrenaron el diálogo entre sí como una forma de apropiarse del lenguaje y del espacio de la política*” (GARGALLO, 2006, p. 23).

Há uma procura de uma nova historiografia feminista também, como nos diz Lagarde (2000). “*El feminismo de los años 60 y principio de los 70 recogió en muchos países el deseo de las mujeres que padecen el malestar sin nombre*” (LAGARDE, 2000, p. 22). Esta afirmação propõe uma mudança de narrativa, não sendo a mesma apenas linear. Denominada por Santos (2006) como *Ecología das temporalidades*, pois para ele

a lógica da monocultura do tempo linear, deve ser confrontada com a ideia de que o tempo linear é uma entre muitas concepções do tempo e de que, se tomarmos o mundo como nossa unidade de análise, não é sequer a concepção mais praticada. O domínio do tempo linear não resulta da sua primazia enquanto concepção temporal, mas da primazia da modernidade ocidental que o adoptou como seu. Foi a concepção adotada pela modernidade ocidental a partir da secularização da escatologia judaico-cristã, mas nunca eliminou, nem mesmo no Ocidente, outras concepções como o tempo

conocimientos subalternizados por el eurocentrismo que van más allá incluso del postcolonialismo de los sudasiáticos y árabes, y parecieran a veces incluir algunos elementos feministas, sino que también posibilitan la construcción de nuevas subjetividades que hablan desde la ‘herida colonial’ y auguran no sólo la ansiada liberación del trauma de la conquista sino el fin de la teleología del eurocentrismo y la egología de Occidente y el comienzo del postoccidentalismo” (MENDONZA, 2015, p. 20).

circular, a doutrina do eterno retorno e outras concepções que não se deixam captar adequadamente nem pela imagem de linha nem pela imagem de círculo (SANTOS, 2006, p. 791).

Esta pode ser uma lacuna deixada, até então, pelas ciências sociais, nas quais a perspectiva de gênero é uma nova episteme, procurando criar assim uma maior consciência e inclusão das ciências. Daí podermos falar, em nosso texto, em múltiplos feminismos, com propostas de diversos olhares e identidades (HOBSBAWN, 1995, p. 310-311). Isto culmina, sobretudo, com o processo de descolonização afro-asiático, e destaca, dentre outras realidades, diversos indianos e latino-americanos, entre outros, como protagonistas de uma nova concepção de forma de ciência, uma ciência pós-colonial.⁶⁰

O feminismo pós-1960/70 vai fazer uso das diversas correntes de pensamento, em grande medida da pós-modernidade, em busca de resolução e inquietações em suas próprias dinâmicas. O diálogo com outros saberes, mediante enfoques múltiplos passam a ser um caminho fértil para os estudos feministas e de gênero como nos aponta Matos (2002). “Os estudos de gênero têm se mostrado como um campo multidisciplinar, com uma pluralidade de influências, na tentativa de reconstruir experiências excluídas” (MATOS, 2002, 248).

Não obstante, a década de 1970 torna-se altamente implosiva, na chamada segunda fase, com o aspecto político empreendido pelo movimento. Por exemplo “Vigiar e Punir” e “História da Sexualidade” (vol. 1), ambos de Foucault, são lançados, respectivamente 1975 e 1976. É inegável a contribuição das teorias propostas por Foucault para os estudos de gênero.

Partilhamos do pensamento de Ferreira (1988) que nos impõe uma reflexão sobre o papel da individuação do ser frente à concepção pós-moderna, porém numa medida de construção de novos papéis para os/as mesmos/as.

O presente processo de fragmentação traduz, de facto, a recusa da adesão a Uma Verdade, Um Conhecimento e Um Eu. Isto é, a recusa da crença na MULHER. Esta atitude traduz o abandono de maneiras de pensar holísticas, lineares ou teleológicas que façam assentar a explicação da situação das mulheres num único fator (FERREIRA, 1988, p. 101).

Nesse sentido a concepção de uniformização de identidade entre outras generalizações também é corroborada por Navarro-Swain (2009, p. 24), que procura analisar a ideia de subalternização de identidades. Para ela, há a inspiração para a criação de epistemologias inovadoras com olhares outros sobre as ciências, como se vê a seguir:

⁶⁰ Em nosso trabalho destacamos os trabalhos de pensadoras/es tais como: Curiel, Lander, Lugones, Mignolo, Quijano, Santos, Segato e Spivak.

Em uma formação social, assim [baseada numa construção de respeito], nada pode ser verdade absoluta, legítima, universal, nada é um dado natural e inquestionável e a ciência, crítica de seus próprios instrumentos conceituais, o afirma hoje em todos os domínios. Entretanto, representações e imagens circulam com valor de verdade e de evidência, constituindo verdadeiros “regimes de verdade” (NAVARRO-SWAIN, 2009, p. 26).

Essa influência é sentida também, e por que não, dentro do feminismo, com suas variadas vertentes de investigação, podendo até denominar como Escolas Feministas.⁶¹Gargallo (2012) discorre sobre uma quebra de hegemonias e valorização da diversidade, segundo ela

Las lenguas coloniales son las que hablan los cuerpos de modelo hegemónico para transmitir conocimientos hegemónicos y formas hegemónicas de acercarse al saber. Con el español, el portugués, el francés, el holandés y el inglés los cuerpos que ostentan un legado criollo legitiman la exclusión de centenares de otras lenguas de la construcción, almacenamiento y transmisión de saberes que no les son controlables. En las zonas rurales mexicanas, no es casual que las personas mestizas y criollas usen todavía expresiones que manifiestan abiertamente que el español de los conquistadores es un instrumento de control, límite y exclusión de los pueblos originarios: “conmigo usa lengua de cristianos”, “quién va a entenderte en esa lengua de indios”, “háblame en lenguaje de razón”: expresiones idiomáticas de la voluntad de reconocer exclusivamente la validez de los saberes que se expresan en la lengua del dominio colonial, con cuya razón se identifican (GARGALLO, 2012, p. 161-162).

Há, na década de 1960, uma espécie de desvalorização do ser humano como movimento ideológico, e isso contribuiu para introduzir, de certa maneira, os demais movimentos sociais que ocorriam naquele momento. Essa concepção alicerça-se também dentro do Ensino Superior, na historiografia, por exemplo, com a chamada terceira fase da Escola dos *Annales*.⁶²

Conforme nos mostra Hobsbawn (2002), a década de 1960 trouxe consigo “uma extraordinária revolução cultural [...] cujo epicentro estava nas universidades e mais especialmente nas artes e nas humanidades” (HOBSBAWN, 2002, p. 325). Em grande medida, na América Latina que atravessava regimes ditatoriais em diversos países, a academia tornou-se um grande centro de resistência. Também se tornou um ambiente de novos discursos, principalmente com as influências do movimento de contracultura que abre brechas para

⁶¹ Scott (1990, p. 8) afirma que as historiadoras feministas analisam as questões de gênero a partir de três conceitos, são eles: 1. A compreensão pela origem do patriarcado, derivando daí a sujeição feminina; 2. Uma análise marxista, entendendo sexo como trabalho, daí derivando essa proposição e por fim 3. O pós-estruturalismo, notadamente francês e anglo-americano, a relação de coisificação do sujeito. Percebemos aí uma limitação de análise das correntes feministas, pois a agenda plural da América Latina e Caribe não está inserida. Daí decorrendo diversas objeções e apontando caminhos outros, como, por exemplo, um feminismo de corrente independente e com DNA puramente latino-americano. Como afirma Lugones (1987, p. 14). “No outro eu sou uma pluralidade de eus”. Tradução nossa.

⁶² Para ampliar essa discussão ver Burke (1980) e Burke (1997, p. 71-108), Veyne (1983, p. 22-23), Reis (2004, p. 112-125) e Hobsbawn (2002, p. 317-327).

discursos dissidentes como o dos estudos feministas, daqueles presentes em seu modelo mais clássico.

Forma-se uma nova composição, a partir de um novo tecido social. Pois, nessas novas tramas são desenvolvidas respostas às lutas e demandas propostas por esse momento de crise, na qual as ciências, em seu modelo clássico, estão inseridas.

El objetivo del movimiento de las mujeres no se limita al estudio de la opresión y la explotación femeninas, sino que pugna por su superación. Es por esa razón que la relación vigente entre la ciencia y la práctica (en la que la ciencia se concibe como apolítica) debe ser trastocada (MIES, 1998, p. 65).

Uma característica dessa chamada segunda fase do feminismo na América Latina é o neofeminismo, destacado por Bartra no texto de Gargallo (2009b, p. 420), analisando o elemento político, individual e coletivo ao mesmo tempo. Trata-se de um movimento que percorreu a subjetividade das mulheres, empreendido com a luta pela democracia nos países assolados pelos governos ditatoriais, notadamente no cone sul, a partir da década de 1960. Assim sendo, para muitas militantes do movimento clandestino de esquerda, os partidos representavam outras formas de prisão. Negando a subjetividade em prol de uma “causa maior”. Nesse sentido, Gebara (2000a) nos diz que “Após a ‘prisão doméstica’, um partido político de esquerda talvez pudesse representar um caminho de liberdade, um caminho de ingresso das mulheres no mundo público” (GEBARA, 2000a, p. 62). Visão que também é apresentada por Colling (1997, p. 7-10), pois não apenas o processo ditatorial brasileiro inviabiliza essa imagem de luta feminista. Onde a historiografia, sobretudo a perspectiva da história das mulheres, deve se fazer presente, problematizando essa discussão de participação e enfretamento exercido por partes das mulheres nesse momento. Evidenciar essa subalternização de papéis é, a nosso ver, um elemento importante e de significativa contribuição para o conhecimento, sobretudo numa dimensão feminista.

Grupos de diálogos de mulheres foram sendo constituídos, levando a uma nova forma de envolvimento e militância, na qual as mulheres descobrem suas vidas na diferença.

El neofeminismo representó continuidad y ruptura al mismo tiempo, pues descubrió el valor de la diferencia. Las mujeres no son iguales a los varones ni física, ni histórica ni ideológicamente; por lo tanto, las feministas más radicales enarbolaron el valor político del respeto a las diferencias (GARGALLO, 2009b, p. 421).

A autocrítica por qual o movimento feminista atravessava, notadamente durante fins dos anos 1980, tem efeito multiplicador e potencializador de luta e empoderamento⁶³ de diversas discussões. A própria diversidade do movimento é fruto desse momento histórico, como aponta Matos (2000).

A essa politização do dia-a-dia incorpora-se também a visão do relativismo pós-moderno, que praticamente destrói a tradicional distinção entre o central e o periférico na história, contribuindo, assim, para o desaparecimento progressivo do acontecimento histórico, do “fato” como foco central de análise. Bem como deixou explícito que o domínio que os historiadores tinham do passado era parcial (MATOS, 2000, p. 11).

Além disso, a chamada Teologia da Libertação (TÁMEZ, 1998), sobretudo no contexto latino-americano, desempenhava um forte papel na difusão de grupo de mulheres, em grande medida nas camadas mais pobres da sociedade, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), fazendo com que o cotidiano delas fosse relatado e identificado como uma luta justa, em detrimento de uma religião hierarquizada e comandada somente por homens. (GEBARA, 2000a), (TÁMEZ, 1998).

Conforme nos salienta Pinto (2003), além desse papel de uma ala mais progressista do catolicismo da América Latina, o movimento de mulheres contra a carestia, custo de vida e a mobilização em detrimento da campanha da anistia são também elementos que culminam nessa nova face do feminismo (PINTO, 2003, p. 43-44). Uma face de renovação, acima de tudo, uma mudança de consciência sobre seu papel, do pessoal ao social, numa incorporação de identidades. Um feminismo descrito como mal comportado, se relacionado à Primeira Geração (PINTO, 2003, p. 46).

No feminismo pós-1980, entre as Segunda e Terceira geração, a demanda por novas temáticas foi alvo de grande e profunda investigação. Temas como violência, aborto, sexualidade, programas de saúde e educação, relacionados, inclusive, com a implementação de creches, enquanto políticas públicas passaram a ser reivindicação do movimento feminista que cada vez mais estreitava a relação com os chamados grupos de mulheres.

⁶³ Lagarde (2004) trabalha o conceito e define sua essência de atuação. Para ela “*el empoderamiento consiste de manera literal en el proceso a través del cual cada mujer se faculta, se habilita y se autoriza. Esto es relevante debido a la constante desautorización de las mujeres y a las dificultades que el mundo nos presenta para habilitarnos, es decir para capacitarnos, sentirnos y ser capaces, y para facultar, es decir para tener la facultad o el poder de hacer cosas y de vivir con autoridad, es decir valoradas y reconocidas*” (LAGARDE, 2004, p. 5). Ainda sobre o conceito definido por Lagarde (2012) como a “*vía que permite a cada persona y a cada grupo ir eliminando los daños de la opresión, potenciar sus recursos y adquirir nuevos en beneficio de su desarrollo, es el empoderamiento*” (LAGARDE, 2012, p. 102). “*El empoderamiento de las mujeres requiere la construcción social de esos poderes para las mujeres y la sustentabilidad social de las condiciones que conducen al desarrollo de cada una y de nuestro género*” (LAGARDE, 2012, p. 106).

- **A Terceira Geração**

O feminismo é hoje um movimento, uma orientação, uma perspectiva dentro dos diferentes movimentos sociais presentes em quase todos os países e particularmente, na América Latina. O feminismo, nesse sentido, tem influenciado a cultura latino-americana (GEBARA, 2002, p. 12).

A terceira geração do movimento feminista, da segunda metade da década de 1980 aos nossos dias, tem se pautado nas críticas feitas aos essencialismos propostos, durante a segunda geração, acerca da feminilidade. Para tanto, a promoção da ideia de desconstrução do sujeito se tornou uma constante, alicerçada na premissa promovida pelas concepções pós-críticas (MEYER; PARAÍSO, 2012). Ao mesmo tempo, apesar de diversos feminismos, houve uma espécie de consenso do movimento em relação a posturas comuns em diversas realidades sócio históricas.

Un aporte radical de los feminismos de las últimas décadas del siglo XX y principios del XXI, consiste en que la participación de estas mujeres no ha tenido que ver con causas generales y difusas: al dirigir la política a las mujeres mismas, como categoría social y como individuales, se conectan desde ahí con otros procesos sociales y políticos (LAGARDE, 2000, p. 23).

Como fora mencionado, o desenvolvimento de diversas discussões a respeito do papel dos femininos existentes, negro, indígena, marxista, pós-estruturalista, branco, etc., trouxe uma tomada de atitude, notadamente mediante aos estudos acadêmicos e a militância de intelectuais, dentre outras, na esfera político-institucional, procurando, além de outras atribuições, políticas públicas para a inclusão das mulheres em espaços até então inviabilizados. Em outras palavras, a potencialização do movimento mediante à atuação de sua própria evidência.

Em fins da década de 1980, o debate em torno da concepção de ciência toma corpo com maior força. A crítica pós-moderna feminista se instaura com profundo fervor. Mulheres, herdeiras das concepções implementadas pela segunda geração do movimento de diversas partes do mundo, publicam estudos acerca dessa concepção, alicerçadas também nas propostas feitas por Butler, Derrida e Foucault entre outras/os. Além de uma nova leitura realizada por feministas marxistas, a discussão em torno do gênero e da sexualidade conferem grande demanda para as mesmas. A subjetividade é uma das vertentes investigadas. Sobre essa multiplicidade teórica que o movimento feminista atravessa, Lagarde (2004) diz

Los movimientos feministas han impulsado cambios de creencias y de mentalidades. En los ámbitos de influencia de la cultura feminista se despliegan formas de pensamiento crítico, se incrementan procesos de secularización cada vez que se eliminan poderes religiosos sobre la subjetividad de las mujeres y sobre las normas que constriñen sus vidas. Con ello se abren paso tendencias a eliminar creencias y normas dogmáticas (LAGARDE, 2004, p. 15).

Outrossim, a análise de gênero sofre uma imensa discussão, no Brasil, notadamente após a publicação do texto de Joan W. Scott “Gênero: uma categoria útil para uma análise histórica”, em 1986. As múltiplas direções que esse enfoque trouxe foram visíveis. O feminismo experimenta mais uma guinada, saindo dos estudos meramente ligados à sexualidade e aprofundando as discussões em torno do gênero. As feministas passaram a realizar uma diferenciação, ainda que não consensual no tocante a isto, entre os chamados Estudos Feministas e os Estudos de Gênero. Um não elimina o outro, porém o primeiro está ligado à ideia de militância, poder feminino, uma visão mais política; e o segundo, às relações que perpassam as discussões sobre gênero, subjetividades, criação cultural, desconstrução, identidades, etc.

Na América Latina, a terceira geração possui um caráter mais politizado, já que, em sua maioria, as feministas atravessaram suas metas, seja na militância, seja na formação acadêmica, ou ainda no aumento de grupos, em governos ditatoriais etc.. Sendo assim, a luta em favor da democracia e de direitos civis foi uma constante.

Una de las vías más eficaces de la política feminista ha sido establecer normas en el derecho nacional e internacional y sus correspondientes mecanismos e instituciones para generalizar las buenas prácticas de género que se han logrado en algunos países, regiones y comunidades. Luego han invocado su establecimiento local en otros países, regiones y comunidades, a través de las redes globales y nacionales. En una dialéctica de lo local a lo internacional y lo global y a la inversa, los movimientos feministas se han confrontado políticamente con fuerzas que se niegan al avance y a la emancipación de las mujeres y a la desaparición del patriarcado (LAGARDE, 2004, p. 18).

Além disso, diversas disputas ideológicas se colocaram nesse cenário, ampliando o chamado tráfico de teorias (FEMENÍAS, 2007, p. 13), além da ampliação dos estudos de gênero numa perspectiva anglo-americana. Mas, aos estudos feministas de raiz epistêmica latino-americana, se coloca como sendo um impulsionador para novas problematizações, novos papéis e agendas locais.

Em fins dos anos 1990 e nas primeiras décadas dos anos 2000, as políticas compensatórias tornaram-se comuns na esfera governamental de alguns países latino-americanos. Para Faria (2003, p. 17-18), essas políticas só estão sendo dirigidas às mulheres por sua relação com o bem-estar da família. Educação dos filhos, zelo com a família, economia

doméstica, entre outros aspectos, não retiram a mulher desse contexto, mantendo-a como reprodutora. Com isso, Faria (2003) acrescenta que as mulheres “não são vistas como cidadãs, com direito à autodeterminação e autonomia pessoal, mas a partir de sua responsabilidade com a família” (FARIA, 2003, p. 18). Estas são algumas das ideias trazidas com a ampliação de objetivos de estudos das ciências sociais e humanas. Para Matos (2000)

A categoria-gênero encontrou um terreno favorável na historiografia brasileira contemporânea, desnaturalizando as identidades sexuais e postulando a dimensão relacional. Assim, na década de 90, os estudos se ampliaram e diversificaram em termos temáticos, de abordagens e focalizando diferentes momentos. Incorporaram, mesmo que tardiamente, a questão da violência numa perspectiva histórica, aprofundaram as questões do imaginário feminino, diversificaram a documentação, utilizando criativamente a música, a literatura, os cronistas, a imprensa, o cinema e a mídia (MATOS, 2000, p. 17).

Além deste, no feminismo de fins do século XX e início do século XXI, destacam-se novas maneiras de atuação e uma espécie de sofisticação na forma de empreender a luta. Novas demandas são arroladas pelos movimentos feministas e o engajamento ocupa novos espaços e com novas tecnologias, como as redes sociais.

○ **Gênero**

La cuestión del género no es apenas de las ciencias humanas o de las ciencias sociales, sino que es un abordaje que se está imponiendo a todos los niveles del llamado conocimiento científico y de las actividades socio-políticas (GEBARA, 2004, p. 109).

Existe uma dificuldade em definir, de maneira concreta, o que vem a ser gênero. Lagarde define como “*sincretismo de género*” (LAGARDE, 2000, p. 36). São múltiplos dos seus significados e segundo Costa (1998) “Um dos principais ganhos que o conceito de gênero trouxe, quando aliado às correntes estruturalista e pós-estruturalista, foi a negação epistemológica de qualquer tipo de essência de mulher” (COSTA, 1998, p. 130). Sendo assim, não havendo esse perfil, enquanto definição do sujeito, gênero continua sendo um conceito a ser trabalhado e, ainda mais, alcança áreas cada vez mais amplas do conhecimento. Para tanto, Graf destaca o papel do gênero como elemento de análise.

[...] es un elemento con la potencialidad de unir las concepciones históricas, sociales y filosóficas de la ciencia. Constituye un cambio significativo sobre la visión de las ciencias, pues permite explorar si en la producción del conocimiento científico

intervienen elementos como los valores y esquemas socioculturales de género, y amplía el espectro de factores biológicos, psicosociales y culturales que pueden contribuir a entender y redefinir los propósitos y metas de la ciencia, obteniendo así nuevos elementos de análisis y métodos diferentes para entender la realidad (GRAF, 2008, p. 12).

É imperativo destacar que para muitas teóricas do pensamento feminista latino-americano, a categoria de gênero procura, de certa maneira, homogeneizar o feminismo, enquanto movimento. Para tanto, questionam a utilização indevida do termo, notadamente aceito, sem grandes questionamentos, por acadêmicas das mais diversas realidades. Uma das maiores questionadoras desse elemento é a estudiosa Gargallo (2006), que discorre sobre esse papel. Isso se dá, conforme a autora, a partir da década de 1990, não significando que a mesma seja contra a análises de gênero ou a ampliação teórica que o mesmo trouxe para o feminismo. A crítica que ela faz está sedimentada na não pesquisa aprofundada e procura de compreensão de fora para dentro, de certa maneira, deixando de lado ou mesmo rejeitando práticas de pesquisas e contribuições outras que o feminismo latino americano vem desenvolvendo.

A teoria de gênero instaura, em grande medida, uma discussão acerca das relações sociais. Muito mais que o binarismo feminino/masculino. Ela amplia esse debate de forma significativa. “A importância das relações sociais de gênero a partir do feminismo é o fato de denunciar a produção injusta” (GEBARA, 2002, p. 10). Em outras palavras, o feminismo, enquanto movimento social, impõe um papel eminentemente político de estudos de gênero.

[...] os feminismos criaram modos específicos de existência mais integrados e humanizados, desfazendo as oposições binárias que hierarquizam razão e moção, público e privado, masculino e feminino, heterossexualidade e homossexualidade. Inventaram eticamente, ao defenderem outros lugares sociais para as mulheres e sua cultura, e operaram no sentido de renovar o imaginário político e cultural de nossa época, principalmente em relação aos feminismos do século XIX e início do XX (RAGO, 2013, p. 27).

Seu desenvolvimento deu-se nos anos 1970, para designar os estudos acerca do feminino, daí uma das grandes definições do mesmo ou associação com o termo feminino (ARAÚJO, 2005). As ciências humanas e sociais, sobretudo a antropologia, (LOYOLA, 1998, p. 17-46), (SAFFIOTI, 2013, p. 445-505) e a sociologia, contribuindo com a problemática empreendida pelas novas identidades e papéis desempenhados pelas mesmas (1998, p. 49-68), iniciaram discussões cada vez mais amplas relacionadas ao termo. Na década de 1980, Scott publica seu icônico artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” e associa-se as demais pensadoras, das mais diversas áreas, no que diz respeito à importância da temática.

Mediante a concepção sobre gênero estabelecida por Lagarde (1996, 2011), podemos identificar que a mesma passa de uma categoria de analítica, como nos demonstra Scott

(1990),⁶⁴ e se confirma como um campo epistemológico vasto (CASTAÑEDA, 2008, p. 11), ampliando a discussão para além da perspectiva natureza/cultura.

Giddens (2008), corroborando com a ideia anterior “Estabelece uma distinção entre o sexo biológico e gênero social – uma criança nasce com o primeiro e desenvolve-se com o segundo” (GIDDENS, 2008, p. 110). Desse modo, temos a concepção de gênero como produção cultural, a socialização de gênero.

No Brasil, as pesquisas sobre gênero, notadamente a partir da década de 1990, possuem uma conceituação oriunda da tradição anglo-saxã, que define gênero como construção social. Porém, a acepção francesa gênero tem a ver com relações sociais de sexo que também pode ser encontrada (GIDDENS, 2008, p. 194).

Desta forma, o conceito de GÊNERO se tornou, em particular nas ciências humanas, não apenas um instrumento de análise, mas um instrumento de autoconstrução feminina e de tentativa de construção de relações sociais mais fundadas na justiça e na igualdade, a partir do respeito pela diferença (GEBARA, 2000a, p. 105). (Destaque da autora).

A utilização do gênero como elemento condutor da pesquisa de metodologia feminista é, segundo Lagarde (2004), uma prioridade. Para tanto, necessita ser trabalhado numa perspectiva de poder, pois, para esta autora o *“género se empodera cuando más mujeres se miran en el espejo de las otras, se reconocen entre sí, asumen la semejanza de su condición genérica y afirman la diversidad en su identificación”* (LAGARDE, 2004, p. 28). Daí percebemos a ideia de construção social do gênero mediante o diálogo, a observação das condições sociais que são impostas e do enfretamento por procurar quebrar as premissas que subalternizam as mulheres.

Gebara (2000a) afirma que

[...] gostaria de sublinhar a importância da categoria GÊNERO como instrumento hermenêutico que abre de novo as possibilidades de análise, dizendo ao mesmo tempo NÃO à universalização da categoria GÊNERO como categoria única e englobante da experiência de todas as mulheres. Da mesma forma, não assimilo as mulheres a uma classe social em oposição a outra, a dos homens, contra a qual “declaramos guerra” (GEBARA, 2000a, p. 113). (Destaque da autora).

⁶⁴ “... o que é talvez mais importante, o ‘gênero’ era um termo proposto por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no interior de cada disciplina. As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que ele iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente” (SCOTT, 1990, p. 6).

A temática de gênero versa sobre múltiplas abordagens e intensos debates. Connell e Pearse (2015) nos falam desse amplo olhar que avança em vários campos e tratam dessa cotidianidade dos estudos de gênero.

O mundo se depara hoje com problemas urgentes ligados ao gênero. De fato, vemos emergir na política do gênero um novo domínio, com questões afiadas sobre direitos humanos, injustiça econômica global, mudança ambiental, relações intergeracionais, violência (tanto em âmbito militar quanto na esfera pessoal) e condições para um bem viver (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 26).

▪ Gênero Enquanto Conceito Político

Falar sobre gênero e não sobre feminismo pode se constituir num ato político, pois, ao que aparenta, a categoria gênero pode ser mais palatável.⁶⁵ Ao passo que o feminismo já traz consigo uma concepção de rompimento de estruturas outras e lutas em nome de um objeto que pode ser sintetizado na equidade entre os seres humanos. Talvez, o uso do termo gênero em substituição do termo feminismo possa ser compreendido como politicamente mais aceito, pois falar em gênero abre um aspecto que amplia o debate; o que não quer dizer que seja mais profundo.

El sistema de género es una categoría de análisis producida al interior de la reflexión feminista; sirve para escudriñar las formas de la opresión y la subordinación social de las mujeres, y para desentrañar la forma en que la desautorización femenina (que es una estrategia del colectivo masculino) tiene efectos materiales en los ámbitos de la vida: la alfabetización, el empleo, la salud, el poder político y la impartición de la justicia. El género es un sistema en sí mismo; es una monótona y repetitiva, aunque aparentemente variada, combinación de partes reunidas para subordinar socialmente a los cuerpos de sexo femenino y explotarlos económica, política, religiosamente, justificando la apropiación de su sexualidad por el parentesco que, a su vez, es un sistema de sistemas. El parentesco es siempre el mismo bajo centenares de formas tan distintas entre sí que parecería posible decir que no existen el matrimonio ni la descendencia ni el incesto como tales. El mismo Lévi-Strauss no pudo dar una definición más exacta del parentesco, que catalogándolo como una imposición de la organización cultural sobre los hechos de la procreación biológica (GARGALLO, 2006, p. 38).

Em nossa leitura, o que Gargallo questiona é o uso indevido de um termo em substituição a outro sem o aprofundamento da discussão e a aceitação recorrente desse termo em muitos casos de maneira repetitiva. O que pode incorrer na análise das mulheres subordinadas aos homens, como se vê no uso do termo gênero.

⁶⁵ Inclusive Scott (1990) diz que gênero é mais aceito do que a categoria mulher.

Ligar el sistema de género con la identidad de las mujeres es atarlas a la subordinación de los hombres. Liberarse del género es, por el contrario, una propuesta de construcción de la propia subjetividad que implica el reconocimiento del valor cultural y económico de cada mujer en el colectivo femenino, y la validación del derecho a una diferencia sexual positiva y de la desconstrucción de la occidentalización forzada. Es una posición teórica y política que reconoce la diferencia como un valor de la humanidad. Liberarse del género implica reconocer que el sistema actúa en todos los ámbitos de la vida organizada y, de esta manera, evitar que las actuales políticas para favorecer el 'empoderamiento' de las mujeres, dirigidas desde los organismos internacionales lleguen a uniformar las vidas femeninas entre sí y volverlas funcionales para un mundo cada vez más policíaco, pensado desde el colectivo masculino (GARGALLO, 2006, p. 39).

Navarro-Swain (2013, 2014, 2015) chama a atenção pela criatividade que a categoria possui em se permear por diversos meandros e adverte para o uso exagerado do mesmo. Critica ainda que este termo pode contribuir inclusive para o bloqueio das potencialidades do debate, ao afirmar que,

Se os feminismos primam pela criatividade e renovação, certas categorias podem representar bloqueios a seu desabrochar se utilizadas sem uma problematização e uma perspectiva crítica. Dentre elas, acreditado que teoricamente, o emprego da categoria “gênero” muitas vezes reinstala o discurso da natureza, pois no famoso sistema sexo/gênero, um fundamento biológico, logo natural, estaria incontornavelmente presente (NAVARRO-SWAIN, 2013, p. 2).

São bastante significativos relatos como o que nos traz Rago (2013, p. 27), que também questiona essa relação de apropriação indevida do termo e lamenta a ideia de que, para alguns/as teóricos/as a expressão venha a substituir a terminologia de feminismo em muitas discussões, procurando, em alguns aspectos, o esvaziamento do conceito, sócio histórico que compõe o feminismo.

[...] os feminismos como linguagens que não se restringem aos movimentos organizados que se autodenominam feministas, mas que se referem a práticas sociais, culturais, políticas e linguísticas, que atuam no sentido de libertar as mulheres de uma cultura misógina e da imposição de um modo de ser ditado pela lógica masculina nos marcos da heterossexualidade compulsória (RAGO, 2013, p. 28).

De fato, o feminismo enquanto um conjunto de ações em vários campos sociais que lutam contra a opressão da mulher e de sua existência. Nesse sentido é mais amplo do que o movimento organizado, na medida em que expande a cultura feminista para construção da heteronormatividade.

Acerca dessa colocação, dentre tantas outras, com relação ao feminismo, enquanto movimento social de luta e emancipação dos seres, podemos constatar que o mesmo é também um mergulho em si mesmo/a, numa profundidade tal que se pode encontrar o espírito feminista que indaga as relações sociais, as distorções das mesmas entre tantas outras.

○ **Patriarcado**

Colocar o nome de dominação masculina – *patriarcado* – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna *natural* essa dominação-exploração (SAFFIOTI, 2015, p. 59).

Acreditamos que o patriarcado, enquanto categoria analítica, é um dos elementos essenciais na procura da compreensão e superação dos paradigmas dominantes, que contribui para análises que levem a procurar entender como se deu a dominação masculina e como esta se torna visível e centro de debate da condição da mulher dentro da luta de classes. Porém, percebemos também que, enquanto ferramenta analítica, não é uma unanimidade, pois “tem sido [...] criticada por não conseguir explicar as mudanças e a diversidade na desigualdade de gênero” (GIDDENS, 2008, p. 118). Porém, ainda segundo Giddens, o patriarcalismo faz parte do que chama de estruturas do poder. Esse conceito permeia seus meandros e colabora para uma manutenção dos conceitos discriminatórios. A categoria de patriarcado, definida como o comando/autoridade do homem/pai, iniciou-se mediante um sentido religioso e, posteriormente, passou a ser utilizado com o sentido social.

El término ‘patriarcado’ se usa hoy para describir una situación en la que los hombres ejercen un control primario de las instituciones culturales, político-económicas y sociales más prestigiosas en su sociedad. A veces se asocia con las sociedades regidas por la descendencia PATRILILEAL, pero los antropólogos y sociólogos sociólogos han demostrado que la patrilinealidad no es condición necesaria para la dominación masculina. Los teóricos sociales actuales piensan que las sociedades llamadas patriarcales son hoy matizadas por otras consideraciones como, por ejemplo, las que se infieren del hecho de que las mujeres de la raza, clase o religión dominante suelen poseer una posición y un poder social superiores a los de los hombres de la raza, clase y religión no dominantes (BARFIELD, 2000, p. 482-483).

A definição apontada por Gargallo (2006) acerca do patriarcado e seu conceito é importante, pois amplia a capacidade de observação do mesmo. Para esta autora o

sistema patriarcal no es un sistema económico exclusivamente, por lo tanto existen patriarcados en sociedades comunitarias, esclavistas, colectivistas, etcétera, pero el sistema de dominación de los grupos masculinos que manejan el poder político, religioso, social se fortalece con el capitalismo, que es un modelo de mercado hegemónico que para sostenerse necesita de que parte del trabajo no sea remunerado (el reproductivo doméstico), pero no puede reconocerlo. Además el capitalismo es expansivo y reproduce su división entre lo público y lo privado en todos los espacios que toca, negando la validez de producciones y reproducciones no destinadas al mercado (GARGALLO, 2006, p. 29).

Caracterizado também como um sistema de opressão ao feminino, a expressão patriarcado muda de sentido durante a década de 1970, graças à chamada Segunda Geração, tornando-se sinônimo de exclusão, opressão, dominação e subordinação das mulheres a tudo o que não possua um modelo considerado universal como definido.

Analisar o patriarcado não significa dizer que o mesmo será sempre abordado, porém percebemos que, no cenário atual, o mesmo ainda é fonte de intensos debates e continua um conceito importante para análise das práticas ainda presentes na relação mulher/homem.

Concordamos com Feminías (2007, p. 12) quando salienta que sexismo (BOTTON *et. al.* 2015, p. 601-604), o racismo, as questões indígenas, a opressão dos poderes econômicos, entre outros, são perpassadas pela discussão do patriarcado, pois se dá mediante a fundação deste no sentido de exclusão, de discriminação. Talvez, seja essa a grande faceta do patriarcado, em sua roupagem atualizada, fazer com que se pense que o mesmo não mais existe transformando-se em algo quase que incombátível, dado que somente pode ser lutar com maior eficácia contra aquilo que existe.

Segundo Castañeda (2008, p. 10), existem duas análises realizadas pelas feministas, a primeira delas é a de que o patriarcado é uma categoria importante para compreender a concepção de exclusão e todas as conjunturas negativas que a mesma traz consigo. Já a segunda, são as chamadas de não partidárias da categoria que preferem, dentre outras nomenclaturas, substituir por dominação masculina. Em nosso texto, trabalhamos com a primeira premissa, a de que a categoria do patriarcado deve sim ser desconstruída, mediante análises e posicionamentos políticos, em suas mais variadas maneiras.

Harding (1993, p.11) traz a concepção de “patriarcado do marido” para o “patriarcado de Estado”. Acrescentamos o patriarcado de mercado, envolto numa trama perpetrada, sobretudo, pelo neoliberalismo como destacam também Gebara (2004, p. 111) e VALDIVIESO (2010). Esse, por sua vez, exerce-se de diversas maneiras, tais como: com a utilização da mídia, principalmente, através da publicidade, do mercado pornográfico, de mercado de bebidas, de filmes, etc., que procuram estabelecer padrões estéticos de submissão. Carosio (2009a) nos diz que

El sincretismo de género en condiciones neoliberales ha producido una pauperización relativa y absoluta de las mujeres. Las ideologías neoliberales descalifican la queja y victimización de las mujeres y exigen éxito y disfrute en el empeño. Muchas se sienten fallidas por no ser perfectas o no soportar la carga (CAROSIO, 2009a, p. 241).

Uma pensadora de cuja compreensão acerca do patriarcado nos aproximamos muito é Connell (1990), com sua proposta de regimes de gênero, pois compreendemos que a mesma possui uma análise mais ampla desse processo, sem procurar absolutizar ou mesmo universalizar as categorias expostas. “Aqueles abstrações especulativas que parecem fazer isso (‘a dialética do sexo’, ‘relações de produção’) constituem antes *slogans* para uma forma particular de teorizar o assunto que definições do que está sendo teorizado” (CONNELL, 1990, p. 85).

Para Connell não há mudança na perspectiva de análise no que se refere ao patriarcado, isso deve ser refletido e modificado com novos métodos, epistemologias entre outros. Concordamos com Connell, pois, assim como afirma Valdivieso (2012, p. 27), o masculino é tido como sujeito universal – para além do universal é neutro também, cabendo ao feminino ser o diferente, o exótico, o outro da relação. As mulheres, segundo essa concepção, são definidas por Lagarde (1996) como *seres-para-el-desarrollo-de-los-otros*. Ainda vai além, quando afirma que

la opresión de las mujeres se concreta en la minimización de sus necesidades personales y la magnificación de su necesidad de resolver las necesidades de otros. En ese sentido en la construcción de alternativas al desarrollo es preciso remontar esta reducción ontológica de las mujeres para evitar que ellas mismas contribuyan a su exclusión o su minimización (LAGARDE, 1996, p. 148).⁶⁶

Verifica-se também em Bourdieu (2003) a premissa apresentada acima, pois segundo ele a “força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (BOURDIEU, 2003, p. 18).

Entendemos que existam riscos quando trabalhamos com esta categoria, pois analisar de maneira superficial implica, muitas vezes, incorrer em equívocos, sobretudo de tornar o elemento investigado naquilo que procuramos questionar. Para tanto, Butler (2003) nos impõe uma reflexão dessa problemática que acreditamos ser pertinente, pois, a coerência com a análise desse ser é uma necessidade da pesquisa, seja ela de qual âmbito for. Sobre isso, a autora nos diz que a

Urgência do feminismo no sentido de conferir *status* universal ao patriarcado, com vistas a fortalecer aparência de representatividade das reivindicações do feminismo, motivou ocasionalmente um atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres (BUTLER, 2003, p. 21).

⁶⁶ Ver também Lagarde (2000, p. 45).

Uma análise bastante satisfatória é realizada por Bordo (2000, p. 12) que trabalha a concepção de construção da perspectiva do outro. E considera esse ponto de vista como sendo algo extremamente forte, imbricada, inclusive, em algumas análises feministas, provando que a alteridade ainda é uma procura constante em todos os nossos níveis.

Walby, destacado por Giddens (2008, p. 118-119), destaca que existem seis tipos de patriarcado,⁶⁷ sendo eles: 1. Relações de produção em casa; 2. Trabalho remunerado; 3. O Estado patriarcal; 4. Violência masculina; 5. Relações patriarcais na sexualidade e 6. Instituições culturais patriarcais, e estes, por sua vez, estão inseridos nas grandes categorias de patriarcado público e privado.

Teóricas feministas afirmam que o lugar do homem como feminista deva ser questionado, pois, para ele, o homem feminista não compreende a ideia de subalternização pela qual as mesmas passam. Assim, o empoderamento deve vir das mesmas. Não desconsiderando o apoio, as ideias, etc., mas sim procurando exercer com alteridade esse dinamismo. (RIQUELME; ROMERO; OBREQUE, 2010, p.53).

En sí misma, la noción de “patriarcado” es altamente problemática. Aunque con frecuencia se reconoció que la ley del “parte”, el padre, ha sido aplicada tradicionalmente a hombres jóvenes, no sólo a las mujeres, ello no jugó un papel teórico significativo en los usos feministas generalizados del término. Permaneció así, incluso, cuando dichos usos fueron desarrollados en modelos teóricos más sofisticados...” (YUVAL-DAVIS, 2004, p. 21).

Discordamos de Yuval-Davis, pois acreditamos que a soma de ideais procura contribuir com a luta contra o patriarcado, somando mais vozes. Nesse sentido, Gebara (2002) nos fala também sobre a contribuição dos homens que estudam a questão das relações de gênero⁶⁸.

⁶⁷ “Relações de produção em casa. O trabalho doméstico não remunerado que as mulheres desempenham é expropriado pelo marido (ou companheiro). Trabalho remunerado. No mercado de trabalho, as mulheres são excluídas de determinados cargos, mal pagas e segregadas em trabalhos menos qualificados. O estado patriarcal. O estado tem, nas suas políticas e prioridades, um preconceito sistemático a favor dos interesses patriarcais. Violência masculina. Embora a violência masculina seja muitas vezes considerada como composta por actos individuais, ela possui um carácter padronizado e sistemático. As mulheres viveram regularmente esta violência e são afectadas por ela de modo sistemático. O estado tolera efectivamente esta violência, recusando-se a intervir, salvo casos excepcionais. Relações patriarcais na sexualidade. Manifestam-se na “heterossexualidade compulsiva” e na existência de padrões sexuais distintos para homens e mulheres (obedecem a “regras” diferentes de comportamento sexual). Instituições culturais patriarcais. Muitas instituições e práticas - incluindo os meios de comunicação, a religião e a educação - produzem representações de mulheres que obedecem a “um olhar patriarcal”. Estas representações influenciam as identidades das mulheres e prescrevem modelos de comportamento e de acção tidos como aceitáveis” (GIDDENS, 2008, p. 118-119).

⁶⁸ Contribuindo com a discussão, Castañeda (2008) se questiona “¿pueden hacer los hombres investigación feminista? Quienes niegan esta posibilidad consideran que es indispensable tener un cuerpo de mujer y vivir la experiencia de ser mujer a través de ese cuerpo para tener una comprensión plena de lo que significa la opresión, con base en la cual se lleva a cabo una investigación con pretensiones emancipadoras. Quienes, por el contrario, piensan que sí es posible, lo hacen a partir de la idea de que los hombres interesados viven situaciones de

Esses homens que estudam as relações de gênero a partir de sua identidade masculina. Estão procurando compreender como é que funciona sua identidade nas relações sociais e que identidade eles gostariam de forjar. Esse estudo não se opõe ao estudo das mulheres, mas se dá a partir de outra perspectiva (GEBARA, 2002, p. 12).

Hernández e Amorós (HERNÁNDEZ, AMORÓS, 1998) apontam para esse caminho, corroborando com Gebara, sobre a entrada de novos pesquisadores homens. Percebendo-se como algo importante o aumento de pesquisas acadêmicas sobre o feminismo. Segundo ela

cada vez en mayor medida es aceptada con normalidad en los medios y en el discurso académico la temática del feminismo. Tan así que lo propios varones se interesan cada vez más por ella y, en esa medida, las prestigian, porque, nos guste o no, son los varones los que prestigian en última instancia lo que tocan. Pero, afortunadamente cada vez tienen que compartir más con nosotras los criterios acerca de lo que es de recibido y lo que no los es en al ámbito académico (HERNÁNDEZ; AMORÓS, 1998, p. 200).

Yeatman (1992, p. 53) nos oferece a ideia de pós-patriarcado, numa perspectiva de superação do mesmo, num dado temporal de finalização. O mesmo é superado mediante as lutas feministas, em suas mais diversas formas, numa evidente premissa de atuação das teorias pós-estruturalistas.

○ **Cativeiros: Modos de Sujeição**

Cautiverio es la categoría antropológica que sintetiza el hecho cultural que define el estado de las mujeres en el mundo patriarcal: se concreta políticamente en la relación específica de las mujeres con el poder y se caracteriza por la privación de la libertad (LAGARDE, 2011, p. 175).

Existe uma infinidade de cativeiros, que são experiências de um mal imposto sócio-culturalmente (GEBARA, 2000a). Lagarde (2011) assim como Silva (2000) empreendem esforços para conceber a “origem” de um dado mal em nossa sociedade. Numa procura da consciência ontológica de criação e aprofundamento dos cativeiros, surgindo assim numa espécie de essencialização do mal. (Sendo o mesmo um constructo cultural). Assim, partem de uma premissa antropológica para compreender melhor essa temática.

Lagarde (2011) dedica a estes cativeiros, sintetizados em cinco tipos de condições de subalternização (mãe-esposas, freiras/beatas, prostitutas, presas e loucas) uma análise sobre

subordinación que les permiten aprehender las consecuencias de la opresión de género y sumarse a los afanes libertarios de las mujeres” (CASTAÑEDA, 2008, p. 94).

seus papéis dentro de uma estrutura social rigidamente marcada pela exclusão. Silva (2000, p. 44) nos informa que para Ricoeur o mal é analisado em três níveis, sendo eles: o conhecer, o agir e o sentir. Não por mera coincidência, são intimamente ligados a abordagem de Lagarde, como mencionado logo anteriormente. Para a autora, os cativeiros são uma síntese do processo de privação da ideia de liberdade no que diz respeito às mulheres, a busca de sua subalternização e coisificação. Sendo assim, afirma que os

Cautiverio es la categoría antropológica que sintetiza el hecho sociocultural y político que define el estado de las mujeres en el mundo patriarcal; se concreta políticamente en la específica relación de las mujeres con el poder de dominio y se caracteriza por su privación de la libertad y su débil poderío. Las mujeres están cautivas porque han sido privadas de autonomía, independencia para vivir, del gobierno sobre ellas mismas, de la posibilidad de elegir y la capacidad de decidir. El cautiverio caracteriza a las mujeres en cuanto al poder que ejerce sobre ellas su dependencia vital, el gobierno de sus vidas por las instituciones y los otros, la obligación de cumplir con el deber ser femenino de su propio grupo, que las conduce a vidas estereotipadas, sin opciones. Todo lo cual es vivido por las mujeres desde la posición de subordinación a que las somete el dominio de sus vidas, que ejercen la sociedad y la cultura patriarcales (LAGARDE, 2003, p. 63).

Cada uma dessas imagens construídas por Lagarde (2011) socialmente pertence a uma “prisão”, um cativeiro. Gebara (2000a) destaca, assemelhando-se à teoria exposta, alguns diversos males sociais, tais como: o não ter, o não poder, o não saber, o não valer e a maldição da cor da pele. Nota-se uma profunda relação de pertença atribuída e não natural como, muitas vezes, se tenta afirmar procurando assim justificar de alguma maneira o exposto, uma espécie de essencialização da condição.

Silva (2000, p. 46) afirma que “Ricoeur atribui ao sentimento humano três caminhos ou três desejos especificamente humanos. São eles: o desejo de ter, o desejo de poder e o desejo de valer”. Sendo assim, podemos observar que, para Ricoeur, na essência humana, há uma porção de dominação de outrem. Isso poderá virar posse, domínio e busca de honra. Percebe-se aqui uma evidente relação com a fundação de mitos, sobretudo, os que forjaram o dito pensamento ocidental. Uma espécie de construção de deuses, edificando-os, sacralizando-os, e as palavras estão no masculino por uma proposição, o mito visava a edificação de uma estrutura de superioridade dada ao homem durante as eras. “É o nascimento dos ‘ídolos’ e o nascimento efetivo do mal moral” (SILVA, 2000, p. 46).

Gebara (2000a) retrata a ideia do silêncio como um mal imposto a todos/as aqueles/as que procuram quebrar um dado paradigma. Enquanto Foucault (2010a, p. 334-335) trabalha a ideia de *parrhesía* compreendida pelos gregos, que, em sintética descrição, significa falar toda a verdade. E na tradição latina é traduzida por *libertas*, descrita como liberdade no ato de falar.

Então, a ideia de *parrhesía* demonstra que a verdade, para os gregos clássicos, está inserida na vontade simples de manifestação através da interlocução com um outro alguém. Esse diálogo não deve estar eivado de segundas intenções, porém, o autor afirma que há uma significativa mudança desse sentimento e entendimento da ideia exposta, derivado de interpretações posteriores, e, utilizadas até nossos dias, que visam minimizar a condição protagonista de sujeito, tornando-o um ser de repetição e sem vocação⁶⁹.

O silêncio é o fim, como destaca Certeau (2014, p. 264), é a ideia de morte. Aquele/a que não pode mais falar. A não ser que tenha deixado algo escrito, algo “de valor” para a posteridade. O que envolve esse cadáver é o silêncio, aquilo que estar por desvelar-se. Nessa direção, podemos associar essa passagem de Certeau à ideia de ocultamento e silenciamento dado às mulheres durante muito tempo, associando, mais uma vez as propostas de Lagarde (2011). Assim, se deu com o ocultamento das mulheres nas estruturas de poder, notadamente, em nossa pesquisa, no campo educacional, constituindo, assim, uma profunda dificuldade em conseguir dados antigos dessas participações.

O ato de falar o mal é uma das maneiras de atuação do próprio mal, mais uma forma de manifestação e perpetuação desse mal.

O dizer o mal significa fazer apelo à mediação da palavra, significa uma nova maneira de compreender o mal, e interrogar-se através do dizer. A reflexão pura só pode atingir o nível da descrição, mostrando apenas, a falibilidade humana. É necessário abrir o universo dos mitos, para que, a partir deles possamos ler o significado da origem do mal na existência humana. Assim, a compreensão de hermenêutica está delimitada pelo sentido confessado, pois é através da palavra que o sentido é explicitado e libertado (SILVA, 2000, p. 57-58).

Para Ricoeur, assim como tantos outros pensadores, sobretudo medievais, a constituição do ser humano não é má, dado que, para os mesmos, somos criaturas criadas por um Ser Supremo. Sendo assim não haveria espaço para o mal nessa relação de constituição. Porém, o mal, que atreve-se a fazer parte do cotidiano humano, é civilizacional, cultural, passando a se

⁶⁹ “A conclusão é que a *parrhesía* (o franco-falar, a *libertas*) é exatamente a antilisonja. É a antilisonja no sentido de que, na *parrhesía*, há efetivamente alguém que fala e que fala ao outro, mas fala ao outro de modo tal que o outro, diferentemente do que acontece na lisonja, poderá constituir consigo mesmo uma relação que é autônoma, independente, plena e satisfatória. A meta final da *parrhesía* não é manter aquele a quem se endereça a fala na dependência de quem fala – como é o caso da lisonja. O objetivo da *parrhesía* é fazer com que, em um dado momento, aquele a quem se endereça a fala se encontre em uma situação tal que não necessite mais do discurso do outro. De que modo e por que não necessitará mais do discurso do outro? Precisamente, porque o discurso do outro foi verdadeiro. É na medida em que o outro confiou, transmitiu um discurso verdadeiro àquele a quem se endereçava que este então, interiorizando este discurso verdadeiro, subjetivando-o, pode se dispensar da relação com o outro. A verdade que na *parrhesía* passa de um ao outro sela, assegura, garante a autonomia do outro, daquele que recebeu a palavra relativamente a quem a pronunciou. É isto, creio, o que podemos dizer acerca da oposição lisonjal/*parrhesía* (franco-falar)” (FOUCAULT, 2010a, p. 340).

colocar frontalmente a favor dos mitos como o do “Bom Selvagem”, de Rousseau) (SILVA, 2000, p. 56).

Para Ricoeur (SILVA, 2000, 53-54), é através dos mitos que podemos compreender melhor esse aspecto. Ele os divide em quatro tipos, sendo eles: 1. O mito da origem das coisas; 2. O mito da queda; 3. O mito trágico e 4. O mito da alma exilada.⁷⁰ Mais uma vez, percebemos aqui uma grande semelhança de abordagem com os escritos de Lagarde (2011) em seus cativeiros.

O mito a que se propõe Ricoeur analisar na *simbólica do mal* é o mito antropológico, pois nele se põe a questão do mal, especialmente do mal moral, por esta razão ele se põe a interpretar o mito adâmico.

Neste mito, o homem introduz o mal enquanto acontecimento e, desta ação, emerge a culpa a partir de uma consciência julgada. Dizer o mal é fazer apelo à mediação da palavra. Significa que uma nova maneira de compreender o mal se inaugura através do dizer. O que vai abrir o chamado círculo hermenêutico de uma consciência julgada e como esta se sente depois da experiência do mal (SILVA, 2000, p. 54).

Resulta dessa análise uma ideia de falibilidade que é diferente de pecabilidade, porém, sobretudo mediante algumas interpretações de instituições religiosas, a segunda concepção tenha se sobressaído em relação à primeira. A falibilidade é constituição humana enquanto compreensão da finitude do erro, podendo ser revista, re-criada, analisada, proporcionando a procura de si-mesmo/a. Mais uma vez, há aqui uma evidência com as teorias feministas latino-americanas. Esse/a si-mesmo/a seria pensar o eu, enquanto categoria total, isto é, o eu-mente-corpo inserido num dado espaço-tempo. Não deslocado, fugindo assim de um idealismo criado em torno dessa separação. Aquilo que Foucault chama de prática de si (FOUCAULT, 2014, p. 32-43). Uma procura pelo prazer, sobretudo o de viver de maneira plena.

A discriminação, em consonância com a ideia de preconceito trazida por Gadamer em nosso texto, é uma das grandes formas de geração e perpetuação dessa maldade construída e deixada como legado da experiência humana. Todavia, salientamos que este preconceito torna-se, muitas vezes, algo pouco ou mal analisado também.

Barros (2016) nos faz refletir acerca da discriminação e afirma que a mesma é

[...] um dos instrumentos da desigualdade, em alguns casos uma das etapas de sua instalação; ajuda a impor um jogo de dominação e estratificação social que afeta com menor ou maior violência grupos menos favorecidos. O gesto de discriminar socialmente equivale, necessariamente, a um determinado modo de conduzir as

⁷⁰ “O mito que descreve a origem do mal como co-existência à *origem das coisas*. O caos é, de certa forma, o mal e, por isso, o ato criador do mundo é ao mesmo tempo fundador e libertador. O mito da *queda* como acontecimento dentro de uma criação perfeita ou mito adâmico. O mito trágico, no qual o herói luta contra a maldade da divindade, como é o caso de Prometeu e de Zeus. O mito da alma exilada que divide o humano em corpo e alma e se concentra especialmente no problema de destino da alma” (SILVA, 2000, p. 53-54).

diferenças com vistas a tratá-las desigualmente. Antes de mais nada, a discriminação depende de que sejam percebidas e delineadas certas divisões e grupos sociais relativamente a um aspecto mais ou menos preciso [...]. Os indivíduos, a partir daí, passarão a ser enquadrados dentro da categoria socialmente gerada pelo sistema discriminatório, e, se no interior desta categoria passarão a ser tratados com igualdade – não necessariamente ter privilégios, mas também preconceitos – já a desigualdade se dará no âmbito mais amplo das relações entre as categorias envolvidas (BARROS, 2016, p. 34).

A problemática do símbolo se dá na construção e sedimentarização dos significados atribuídos ao mesmo. Já que ele é constituído antes mesmo das denominadas explicações racionais (SILVA, 2000, p. 5). No caso de nosso trabalho, vejamos a simbologia erigida em torno do termo mulher ou da categorização do feminino. O mesmo fora criado por um sistema de pensamento dominante, que possui uma evidente causa que é rejeitar, privar, ocultar tudo aquilo que o mesmo não se propõe a enxergar como possibilidade de ganho.

Notadamente, em nossa sociedade, esse símbolo, do qual Ricoeur (1987) e Silva (2000) tratam, passou a ser representado pelos ditames de uma conceituação patriarcal. Sendo assim, desvencilhar-se dessas noções culturais atribuídas não é tarefa das mais fáceis. Posto isso, concordamos com Ricoeur, quando nos diz que a interpretação é o foco da hermenêutica, sendo exercida de maneira profunda (RICOEUR, 1987, p. 37-56) que retoma essa discussão em Ricoeur (2008, p. 39). A interpretação está sujeita a diversas construções *a priori* estabelecidas, gerando assim um sentido de tradição – porém, é importante perceber que esse não está no sentido dado por Gadamer à expressão. O mesmo está aí numa significação pejorativa como aquilo que perpetuamos sem nos preocuparmos, enquanto cultura, em discutir (RICOEUR, 2008, 147-163).

Sentimos que a interpretação tem uma história e que essa história é um segmento da própria tradição; não se interpreta de nenhuma parte, mas para explicitar, prolongar e assim manter viva a própria tradição na qual nos mantemos. É assim que o tempo da interpretação pertence de algum modo ao tempo da tradição. Mas em troca a tradição, mesmo entendida como transmissão dum *depositum*, permanece tradição morta, se não é interpretação contínua desse depósito: uma “herança” não é um pacote fechado que se passa de mão em mão sem o abrir, mas antes um tesouro que tiramos às mãos cheias e que renovamos na própria operação de o esgotar. Toda a tradição vive graças à interpretação; é por este preço que ela dura, isto é, permanece viva (RICOEUR, 1978, p. 28).

Muito embora Ricoeur (2008), em seu documento, esteja tratando do texto também escrito, e não somente ele, já que concebe o discurso também oralizado, em nossa visão a escrita, muitas vezes, é uma prerrogativa de registo de quem vence, cabendo a quem busca estes registros compreender os meandros do lugar do narrado e seus contextos. Sendo essa escrita

fruto de um pensamento, fruto de um lugar e de um tempo. Pois como o mesmo diz a “escrita é a plena manifestação do discurso” (RICOEUR, 1987, p. 37).

Além disso, outra consideração que pode ser realizada está inserida na questão do mal provocado pelo ocultamento do discurso daquilo que é chamado de Outro. Assim sendo, esse discurso unívoco está imbuído de uma perpetuação de conceitos que visam excluir, ocultar ou mesmo inferiorizar (RICOEUR, 2008, p. 45-56).

O eu é uma condição de abertura às possibilidades múltiplas que podem surgir no decorrer do processo histórico. Então, o humano abre-se a essa gama de multiplicidade e se torna condição de desejo, de sofrimento, etc. (RICOEUR, 1968, p. 326-332); (SILVA, 2000, 40). Na procura dessa interpretação do mal, a possibilidade de quebra do mesmo ou de aprendizado com o vivido é condição salutar de transformação dos sujeitos, e no caso do feminismo latino-americano é uma qualidade inerente às mulheres, uma espécie de inacabamento, um (re)criar-se.

A constituição humana estando má, como afirmam as/os teóricos/as, passaria por uma necessária mudança, uma revisitação de si, uma espécie de avesso humano, retirando a capa de finitude como mal, passando ao cuidado de si mesmo/a. Pelo contrário, a ideia de ruptura, mediante o autoconhecimento (LAGARDE, 2000); (LAGARDE, 2004), é, na verdade, o ponto de rompimento do dualismo (socrático, platônico) (FOUCAULT, 2014, p. 59-60). O espírito não pode ser determinado por ordem, chegando a imobilidade dos corpos. O espírito é, sobretudo, livre!

Los cambios ocurridos en la feminidad han generado miedo. Son miedos colectivos e individuales a que los cambios en las mujeres y la feminidad y la presión para que cambien los hombres y la masculinidad, signifiquen la pérdida de la feminidad y de la masculinidad. El mito sobre el origen y la definición naturales de los géneros traduce estos cambios como muerte genérica y no permite imaginar que la diversidad en libertad, enriquece las experiencias y la historia (LAGARDE, 1990, p. 5).

Acreditamos que todos estes cativos que foram apresentados e que são trabalhados por Lagarde (2011) estão perpassados por um elemento notadamente subjetivo, dentre outros aspectos, por prismas externos, o medo. E, assim sendo, este mesmo medo, enquanto categoria, apavora diversas pessoas, independentemente do sexo, idade, classe social, titulação acadêmica, etc. Inclusive aquelas pessoas que não possuem a mínima compressão de seu próprio aprisionamento em meio a tantas e tão cruéis maneiras de se posicionar perante desafios.

Lagarde trabalha a ideia de exaltação da vida conjugal (2011, p. 377-468), que no meio religioso é considerada a célula fundante da sociedade, como um elemento de aprisionamento

da potencialidade feminina, confirmada por Gebara (2000b) em seus estudos. Isto ocorre mediante o matrimônio, quando a mulher muda do controle do pai para o controle do marido. Nessa relação, a sexualidade (LAGARDE, 2011, p. 201-275), dentre outras relações, é vivenciada baseada no que o tradicionalismo religioso define como correto, algo que Foucault (2014, p. 22-24) irá chamar de “esquema de comportamento”.

Talvez, por conta dessa repressão de uma conduta sexual atrelada ao culto da concupiscência masculina, o universo da prostituição feminina tenha sido tão utilizado pelos mesmos, que procurando justificar suas práticas passaram a atribuir ao elemento espectral maléfico essa falha de caráter, esse desvio de constituição dos mesmos, essa tendência a cometer o adultério (FOUCAULT, 2014, p. 19). Algo que socialmente não era tão questionado, representando assim um nível de hipocrisia em nossa sociedade.

Para tanto, as prostitutas (LAGARDE, 2011, p. 561-635) eram essas figuras desejadas e demonizadas, seres de prazeres e ao mesmo tempo de grande medo. As mesmas eram uma quebra de concepção da moralidade, sobretudo ocidentalizada (FOUCAULT, 2014, p. 32-41). Aquelas que representam a liberdade noturna, taciturna, em complementaridade com a vida conjugal. Cabendo a essas mulheres, vistas enquanto mercadorias, alimentar seus clientes com aquilo que de melhor o prazer possa oferecer.

Essa moralidade nascida na Antiguidade, aprofundada no medievo europeu e reafirmada em fins do século XIX, mediante modelos paradigmáticos que surgiram, serviram muito mais para justificar as atrocidades cometidas em relação a tudo aquilo que não estivesse descrito como normal (FOUCAULT, 2014). Foucault (2010b) se propõe a fazer uma discussão mais aprofundada da questão socrática “conhece-te a ti mesmo”. O cuidado de si, que associamos ao que Lagarde (2000) descreve por autoestima, é um mergulho do ser em descoberta de si mesmo/a, objetivando um encontro verdadeiro em busca de tornar-se (FOUCAULT, 2010b, p. 3-24).

A trama da cotidianidade encoberta por pensamentos discriminatórios pode ser uma das maiores e mais terríveis formas de aprisionamento construídas pelos seres humanos, pois encarcera corpos e mentes, ideias e concretudes, sonhos e possibilidades de construção de uma realidade nova.

Porém, existem diversos meios de quebra dessa estruturação. Derivando de uma espécie de história do medo⁷¹ como maneira de “conter” o feminino em diversos momentos, a imagem

⁷¹ Para o conceito acerca de uma história do medo e de como o feminino foi introduzido no mesmo. Delumeau (2009, p. 378-292; 476-522). Ampliando a discussão Lauro (2015, p. 456-460).

da mulher foi sendo edificada através de binarismo, na procura de sempre naturalizar a ideia e segregar a discussão na qual desempenham o papel principal.

Espinoza (1983) descreve a instabilidade e instantaneidade de alguns sentimentos, tais como a esperança e o próprio medo, afirmando que os mesmos podem não ser exatamente reais. Em outras palavras, estes podem ser forjados de alguma maneira para que pensemos que são naturais e, muitas vezes, acabam por inviabilizar o combate ou a percepção dos mesmos da maneira que estão agindo, impossibilitando uma atuação mais forte. Para tanto afirma

A esperança não é senão uma alegria instável, nascida da imagem de uma coisa futura ou passada, de cujo resultado duvidamos; o medo, ao contrário, é uma tristeza instável, nascida também da imagem de uma coisa duvidosa. Se se retira a dúvida dessas afecções, a esperança transforma-se em segurança e o medo em desespero, a saber, a alegria ou a tristeza nascida da imagem de uma coisa que tememos ou esperamos (ESPINOZA, 1983, p. 187).

Ainda ancorados em Espinoza sobre a noção de construção e concepção de ideia de um dado mal, percebemos que esse medo resulta da falta de compreensão do interlocutor em relação a algo decorrente de uma ignorância.

Numa linguagem mais gadameriana, um (pré)conceito, no sentido primordial da expressão. Essa ignorância passa, por vezes, a gerar diversas formas de lidar com aquilo que não conhecemos, gerando discursos e práticas nem sempre ligadas à sociabilidade ou solidariedade das mesmas. Inicia-se, assim, uma relação profunda de ódio, de tentativa de destruição, marcada sobretudo pela ideia de que não se deve mudar o que já estava ocorrendo, numa espécie de imutabilidade, como se isso realmente houvesse.

Odiar alguém é [...] imaginar alguém como causa de tristeza; por consequência [...], aquele que odeia alguém esforçar-se-á por repeli-lo ou destruí-lo. Mas, se receia que daí resulte para si algo de mais triste, ou (o que vem dar no mesmo) um mal maior, e se julga poder evitá-lo não fazendo àquele que odeia o mal que pensava em fazer-lhe, desejará [...] abster-se de lhe fazer mal; e isso [...] com um esforço maior que aquele que o levava a fazer mal e que, conseqüentemente, prevalecerá, como queríamos demonstrar. [...]

Por *bem* entendo aqui todo o gênero de alegria e tudo o que, além disso, a ela conduz, e principalmente tudo o que satisfaz ao desejo, qualquer que ele seja. Por *mal*, ao contrário, entendo todo o gênero de tristeza, e principalmente o que frustra o desejo. Com efeito, demonstramos acima [...] que não desejamos uma coisa porque a julgamos boa, mas, ao contrário, chamamos boa à coisa que desejamos; conseqüentemente, chamamos má à coisa por que temos aversão. Cada um julga, assim, ou estima, segundo a sua afecção, o que é bom, o que é mau, o que é melhor, o que é pior, o que é ótimo, o que é péssimo. Assim, o avaro julga que a abundância de dinheiro é o que há de melhor e a pobreza o que há de pior. O ambicioso nada deseja tanto como a glória e nada teme tanto como a vergonha. Ao invejoso, enfim, nada é mais agradável que a infelicidade de outrem, e nada mais desagradável que a felicidade de outrem. E, assim, cada um julga, segundo a sua afecção, que uma coisa é boa ou má, útil ou inútil. Além disso, a afecção pela qual o homem é disposto a não querer o que quer ou a querer o que não quer chama-se temor, o qual, por

consequência, não é senão o *medo na medida em que o homem é por ele disposto a evitar um mal que Julga futuro, por um mal menor [...]*. Mas, se o mal que se teme é o pudor, então o temor chama-se *vergonha*. Enfim, se o desejo de evitar um mal futuro é entravado pelo temor de outro mal, de tal modo que o homem ignora qual dos dois prefere, então o medo chama-se *consternação*, principalmente quando ambos os males de que se tem medo são dos maiores (ESPINOZA, 1983, 198-199).

Como percebemos em Espinoza, a ideia de mal é inerente à concepção do ser humano e a cultura, enquanto processo, poderá vir a valorizar em demasia este mesmo mal. Cabendo ao desejo, elemento subjetivo, fazer com que esse mal perdure ou que seja minimizado.

O estereótipo, que é compreendido também como a identidade dada por alguém a algo (SAVENHAGO; SOUZA, 2015, p. 219-224) construído acerca da mulher, assim como nos deparamos nas construções sócio históricas, é um modo de estabelecer o lugar do ser feminino e tornar o mesmo como algo naturalizado. Em outras palavras, é uma maneira de evidenciar a atribuída inferioridade do feminino.⁷² Nesse sentido, podemos nos ater à reflexão desenvolvida por Rago (2002) que questiona essas ponderações.

Deve-se perguntar, então, a que vem a perpetuação desse estigma sobre mulheres que lutam e lutaram por outras mulheres, que se empenham pela melhoria da condição feminina, que dão visibilidade a questões radicalmente novas, que propõem outras alternativas para o pensamento e que, sem dúvida alguma, ajudam a construir um mundo novo e muito mais saudável também para os homens? E mais, o que a utilização desse estigma nos informa sobre *o lugar do feminino* em nossa cultura e sobre a relação que se mantém com o diferente? A reflexão sobre essas questões nos ajuda a perceber como a sociedade reage ante a ideia de que as mulheres passem a se pensar com autonomia, como podendo figurar por conta própria na História, recusando-se a girar, como auxiliares ou sombras, em torno dos homens (RAGO, 2002, p. 59).

A construção da imagem do feminino enquanto bruxa, no sentido de maléfica, mal amada, etc., no tempo presente (MURARO; BOFF, 2002, p. 160-168), na constituição da ideia de “novo mundo”, durante o processo de colonização, (SOUZA, 2009) e (VAINFAS, 1995, 1996, 2008, 2010), na constituição do pensamento ocidental, em grande medida da Idade Média, Le Goff & Trunong (2014) e Muraro (2015, p. 9-22), da concepção de uma mulher emancipada, sobretudo com relação às feministas, (RAGO, 2002, p. 61-63), da construção da sexualidade eminentemente feminina (ARIÈS; BÉJIN, 1986), e ainda da mulher nos espaços públicos, tais como: na confecção da ciência, nos debates da política, ou mesmo em sua participação na esfera acadêmica, etc.) (BIROLI; MIGUEL, 2012, 2014). Não deixa de ser uma forma de subalternizar e prender no imaginário social a submissão e opressão da mulher.

⁷² Uma possível explicação para essa fobia em relação ao feminino evidenciada nas religiões monoteístas derivadas do judaísmo está na origem de um pecado, da transgressão cometida pela mulher, vista, em grande medida, através do texto bíblico, sobretudo na alegoria do Gênesis (DELUMEAU, 2009, p. 323-326).

Ricoeur (1983, p. 69) afirma que “toda ideologia é simplificadora e esquemática”. Sendo assim, procura uniformizar e se tornar um discurso centralizado. Não estamos julgando aqui se a mesma procura ser totalitária ou não, essa já seria outra conotação dada à ontologia dessa ideia. “A idealização da imagem que um grupo faz de si mesmo é apenas um corolário dessa esquematização” (RICOEUR, 1983, 69). Derivando daí a ideia de construção dos ismos como categorias inspiradoras. O feminismo, assim como outras ideologias, não fogem desse arcabouço.

A violência, seja ela de cunho sexual, física ou também simbólica, é uma ação que perpassa as discussões sobre gênero, em suas mais variadas vertentes, e que não pode ser definida em corrente epistemológica. Sendo assim, um exemplo de como é complexo determinar em limites, regras, ações, pensamentos, etc.

O feminismo latino-americano é considerado, muitas vezes, como o outro em relação aos feminismos ocidentais. Surgindo, assim, dentre outras coisas, uma forma de resistência que procura impulsionar, em diversos campos da estrutura de produção do conhecimento com universidades, entre outros espaços de pesquisa, periódicos, grupos de mulheres, movimentos sociais, etc.) num corpo epistemológico (FEMINÍAS, 2007) que também é político.

3.3. A Mulher na Ciência⁷³

Assim, como muitas outras feministas, quero argumentar a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver. Mas não é qualquer perspectiva parcial que serve; devemos ser hostis aos relativismos e holismos fáceis, feitos de adição e subsunção das partes (HARAWAY, 1995, p. 24).

O feminismo, como destaca Bordo (2000, p. 11) é compreendido como o politicamente correto, o exótico, aquilo que deve ser incluído, diferente, como o Outro. Isso se configura ainda como uma barreira a ser rompida dentro dos cânones da ciência, como uma batalha contínua de

⁷³ Há uma quantidade grande de nomenclaturas para o estudo feminista da ciência, podendo ser encontrado também como estudos feministas da ciência, crítica feminista da ciência ou mesmo mulher e ciência.

afirmação e ocupação de espaços. O feminismo luta para deixar de ser um conhecimento marginalizado. Nesses termos Gebara (2000a) nos diz que “O feminismo denuncia a produção de um conhecimento considerado científico, cuja consequência é a exclusão das mulheres e das culturas marginalizadas” (GEBARA, 2000a, p. 115). Superar essa condição de subalternização tem sido o objetivo de luta dos mais variados movimentos feministas que procuram estabelecer novos valores de relações entre mulheres e homens. É como diz Lagarde (2004)

El feminismo surge como una revolución personal y social marcada por la disidencia con los otros y con el mundo. Se convierte en una sintonía compleja y contradictoria entre mujeres diversas y sus acciones y repercusiones dan lugar a una revolución radical que no irrumpe, sino que sucede, y no usa la violencia como recurso de transformación. Es en sí mismo un nuevo paradigma en desarrollo (LAGARDE, 2004, p. 16).

A ciência pensada enquanto política⁷⁴, elaborada enquanto saber e poder, impulsionou o movimento feminista na busca de uma produção de conhecimento não sexista (SANTOS, 2006, p. 782). Gómez (1997) aponta a relação de poder envolvida no que se chama de ciência e de como o feminismo procura conhecê-la para dela fazer uso, na construção de uma forma de saber que gere mudança de conhecimento social.

El feminismo tiene un interés político en la ciencia, derivado de su enorme poder social, y tiene también un interés epistemológico, relacionado con el carácter utópico y visionario que la ciencia posee. Se asume que la ciencia no es siempre libertadora pero que es un instrumento social e intelectual capaz de cambiar el mundo y generar conocimiento y prácticas útiles para las mujeres (GÓMEZ, 1997, p. 186).

Num caminho semelhante ao exposto, Haraway (1995) nos fala sobre a necessidade da ciência enquanto elemento visionário de um dado tempo. “A ciência foi utópica e visionária desde o início; esta é a razão pela qual ‘nós’ precisamos dela” (HARAWAY, 1995, p. 25). Conforme Keller (1991), a ciência se construiu socialmente como fruto de uma ideologia e com um propósito definido.

A ciência pode ser compreendida como uma arma política, definida dentro dos cânones da modernidade, que visa à sujeição dos modelos que não seguem o padrão determinado, estando entre o poder e o saber. Por isso, o acesso à democracia é um avanço político na luta das mulheres. É nessa perspectiva que as intelectuais feministas abrem espaço dentro da ciência com diversos critérios sobre o sexismo, como nos fala Lagarde (2004).

“El acceso al conocimiento científico y a su producción y la incursión de las mujeres en el arte y en los medios de comunicación y difusión como creadoras y autoras

⁷⁴ “El feminismo implica, pues, la imaginación. No basta el anhelo: se requiere imaginar que es posible una vida distinta y un mundo mejor, e incluso anticipar cómo es y de qué trata lo distinto” (LAGARDE, 2004, p. 17).

convierte a las mujeres en sujetas de la creatividad intelectual, científica, técnica y académica, y trastoca la cultura con lenguajes, necesidades, interpretaciones y propuestas propias críticas y alternativas. Con él se generan cambios progresistas en las mentalidades a través la secularización del mundo y de la experiencia de las mujeres basada en el pensamiento laico” (LAGARDE, 2004, p. 21).

As ciências passaram a impor normas de definição dos corpos, do comportamento, dos saberes, dos gêneros, da sexualidade e trabalho (KELLER, 1991, p. 15). Seguidas e perseguidas pelos saberes nos moldes eurocêtricos. Haraway (1995) irá demonstrar essa relação. Para tanto, afirma que

Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo (HARAWAY, 1995, p. 21).

Essas diretrizes implantadas têm sido objeto de questionamento do modelo de poder com o qual se pretende desenvolver uma sociedade baseada no respeito aos saberes coletivos e as múltiplas identidades⁷⁵ e desejos. A afirmação de uma nova concepção de ciência é condição para uma outra vivência política. Mies (1998) propõe uma mudança na forma de pensar. Sendo assim,

La pretensión de elaborar una nueva definición de la ciencia a partir del contexto del movimiento de las mujeres, es decir, de una ciencia feminista, conduce necesariamente a una nueva definición de la sociedad en su totalidad, a una nueva definición de la relación entre la especie humana y la naturaleza, entre mujeres y hombres, entre los seres humano y el trabajo, a una nueva definición de la relación con el propio cuerpo, a una nueva definición que excluya la explotación. La “visión alternativa” que de la realidad nos aporta la perspectiva de nuestra propia experiencia subjetiva no solamente nos muestra que nosotras las mujeres no aparecemos en la concepción dominante del mundo y de la ciencia, sino que toda esa concepción es errónea, que está equivocada porque mantiene en la oscuridad y aísla de los procesos sociales a los explotados y dominados: las mujeres, las colonias, la naturaleza (MIES, 1998, p. 71-72).

Mudar a força dessas concepções, muitas já consolidadas, é, sobretudo, um primeiro momento de reconhecimento do papel desenvolvido, seguido pela apropriação de novos olhares sobre as mulheres e sua contribuição na história e nas relações com elas, entre elas e com o mundo. E assim, derrubar/desconstruir as normas, causando desse modo uma mudança de papel, ou a tomada de alteridade de si mesmo (BORDO, 2000, p. 12). A consciência de si. Um

⁷⁵ Acerca do conceito de identidade, lembramos, de maneira breve, do famoso discurso de Sojourner Truth (c. 1797-1883), nascida escrava nos Estados Unidos da América. Negando-se a condição imposta, consegue fugir em busca de sua liberdade. Em 1851, na Convenção de Mulheres, em Ohio, discursa e impacta a todos/as com a seguinte pergunta: “E não sou uma mulher?”. Truth torna-se um paradigma do feminismo (denominado também como feminismo negro) (TRUTH, 2014).

exemplo disso é a proposição das análises *Queer* desenvolvidas pela pensadora Butler, numa referência ao pós-estruturalismo, num debate ontológico entre sexo/gênero.

Quando o feminismo buscou estabelecer uma relação integral com as lutas contra a opressão racial e colonialista, tornou-se cada vez mais importante resistir a estratégia epistemológica colonizadora que subordinava diferentes configurações de dominação à rubrica de uma noção transcultural de patriarcado. Enunciar a lei do patriarcado como uma estrutura repressiva e reguladora também exige uma reconsideração a partir da perspectiva crítica. O recurso feminista a um passado imaginário tem de ser cauteloso, pois, ao desmascarar as afirmações autorreificadas do poder masculinista, deve evitar promover uma reificação politicamente problemática da experiência das mulheres (BUTLER, 2003a, p. 64).

De fato, o patriarcado tem sido estruturante no desenvolvimento de sua marca sexista. Porque se consolidou como o lugar onde as bases da ciência foram sedimentadas. Isto contribui para que o conhecimento produzido só encontrasse sentido sob a ótica do patriarcalismo. Nessa perspectiva Lagarde (1996) nos esclarece que

La cultura sexista es producto de historias patriarcales y contiene fuerzas activas en las que se expresa y concreta el consenso al orden aun de quienes lo padecen. Recrear la segregación entre los géneros, legitimar las desigualdades y a ética del dominio, así como reproducir y actualizar estereotipos tradicionales, contribuye a la aceptación por mujeres y hombres de que ese mundo es natural e inamovible (LAGARDE, 1996, p. 141).

Quer seja por falta de compreensão do papel de militância ou mesmo pela ausência de identificação com o discurso feminista é que Schiebinger (2001) afirma que “Muitas mulheres que ingressam na ciência não têm desejo algum de balançar o barco. Mulheres que se consideram ‘velhos camaradas’ tornaram-se as queridas dos conservadores”. (SCHIEBINGER, 2001, p. 33). O que termina por contribuir com a solidificação do discurso androcêntrico nas mais variadas formas de se conceber a ciência.

Romper com o patriarcado não é tarefa fácil, porque ele se consolidou nas mais diversas esferas das dimensões sociais, mas não impediu que se empreendesse uma luta permanente contra esta concepção hegemônica. A superação para tais práticas nos vem mediante a construção e difusão de conhecimentos múltiplos que valorizam a diversidade e denunciam as desigualdades entre mulheres e homens, além de respeitar as diferenças.

3.4. A Mulher Docente na Universidade

A presença das mulheres – especialmente das acadêmicas feministas – nas universidades contribuiu para a percepção das mulheres como sujeito e objeto de pesquisa e, simultaneamente, para a transformação da ciência androcêntrica (YOUNNOULAS *et.al.*, 2000, p. 426).

- **Educação na América Latina: Um Lugar do Feminismo Militante**

Falar sobre educação na América Latina é sempre uma tarefa complexa, quer seja por suas dimensões geográficas ou mesmo na abordagem de suas realidades distintas entre si ou ainda por seu longo processo histórico, marcado por diversas facetas, de resistência, violação e ocultação. Mesmo assim, ao longo do tempo, mulheres e homens empreenderam esforços, teóricos, práticos e políticos, com o objetivo de propor um sistema de educação que fugisse do hegemonismo⁷⁶ colonial em busca de uma concepção mais ampla, salientando a ampla diversidade existente. Concordamos com Hierro (2003a) quando afirma que a educação deve transformar as pessoas em seres melhores, mais completos. Sobre o conceito e finalidade a autora entende que

[...] el proceso de adquisición de conocimientos, habilidades y actitudes con un fin ético. Es decir, la educación necesariamente nos convierte en mejores personas. A diferencia de la instrucción, la socialización, la masificación, el lavado de cerebro y otros procesos afines que no siempre tienen un contenido ético (HIERRO, 2003a, p. 5).

Discutir educação feminista é abordar possibilidades de liberdade mediante a construção de um dado conhecimento. É procurar, acima de tudo, entender como se dá o processo de emancipação das pessoas nessa troca de experiências, pensando a educação no sentido de libertação, conforme afirma Freire (2001, p. 102) “educar é uma especificidade humana”. E, como tal, deve assegurar a esta humanidade uma consciência autônoma, que busque construir pontes e não erguer muros. Sendo assim, Freire (2012) nos apresenta a ideia de conhecimento partilhado, de construção contínua e mútua. O que revela o caráter comunitário e ético da educação enquanto processo de formação humana. Para tanto, afirma que “ninguém educa

⁷⁶ Inicialmente a hegemonia no sistema educacional latino-americano, em aspecto teórico, estava vinculado enquanto cópia do modelo europeu e hoje funde-se ao modelo neoliberal promovido, sobretudo, pelos Estados Unidos. Para tanto, as contribuições de Martí (STRECK, 2010) são salutares.

ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2012, p. 76).

A América Latina é fonte de uma pluralidade de cores de muitos aromas com culturas ancestrais convivendo com a sociedade ocidentalizada transforma esse continente em um lugar dinâmico, singular e cheio de contradições. Daí a emergência da construção de um pensamento fundante, como o do feminismo latino-americano que leva em conta a diversidade de condições das mulheres, em suas mais distintas construções sociais, étnicas e culturais, diferenciando-se assim do feminismo eurocêntrico.⁷⁷

A educação formal é fonte de intensas discussões que versam sobre sua utilidade, suas contribuições, seus meios e implicações. Por isso mesmo procuramos, através dela, conhecer a formação do imaginário feminista dessa região continental, procurando relacionar essas mulheres, suas vidas, suas lutas, seus empreendimentos de resistência, etc.

São questionamentos que perpassam essas relações e de como surge essa militância feminista no espaço acadêmico, pois discordamos da ideia de que as acadêmicas não sejam consideradas militantes, tal como pode ser descrito em Valobra (2011), corroboram para uma maior profundidade teórica e com relação aos limites e possíveis potencialidades do movimento feminista inserido no espaço educacional o que, em nossa visão, não apresenta as acadêmicas como foco central da discussão e sim mais um olhar, apurado, na construção e ocupação de espaços até então não observados pelo conjunto do movimento feminista. Ou ainda, como nos informa Jaiven (1998)

[...] hay que subrayar que la relación entre la militancia feminista y la academia ha sido muy estrecha; tan pronto como las mujeres historiadoras se percataron de que los silencios de la historia eran una forma de pérdida de identidad, comenzaron a desarrollar la curiosidad por buscar un pasado colectivo (JAIVEN, 1998, p. 187).

O feminismo e a militância na academia não só se aproximam mas também, inseridos na maioria das questões, provocam entre si novas compreensões e uma consciência política sobre as questões das mulheres, pois diversas são as problemáticas existentes, e sua ocultação nos mais variados campos sociais.

[...] debates feministas no han estado exentos de instalar paradigmas tan dicotómicos como los que intentan cuestionar y se evidencian diatribas en las que las mujeres

⁷⁷ Nos anos 1990, segundo Castillo (2010, p. 15-28; 106), os movimentos feministas de caráter transnacionais ou internacionais começaram a aprofundar essas críticas as teorias colonizadoras, representadas pelo feminismo branco e burguês, denominado como hegemônico. Sendo assim, com o desenvolvimento das discussões pós-coloniais nas academias do Norte essas diferenças, até então latentes, passaram por processo de minimização, notadamente com os trabalhos de pensadoras/es como Lugones, Quijano, Segato, Spivak, Mignolo, Santos dentre outras/os.

crucian acusaciones que apuntan a una descalificación del sujeto: feministas militantes vs. académicas, burócratas vs. académicas, burócratas vs. militantes, entre otras (VALOBRA, 2011, p. 19).

Essas divergências são importantes pois promovem o debate e propõem a ampliação dos diversos pontos de vista das mulheres, segundo suas posições em seus contextos sócio-históricos.⁷⁸

Podemos perceber o quanto o feminismo vem se aprofundando e ressignificando nossa realidade demonstrada. Para Adelman (2004, p. 165), houve uma certa facilidade de incorporação da temática de estudos sobre as mulheres por parte da academia, em meados das décadas de 1960 a 1980. O maior impasse estaria na transformação da mentalidade da mesma e não na pesquisa. Porém, acreditamos que um está atrelado ao outro, de maneira incipiente a pesquisa sobre o feminismo e seus impactos no processo educativo e militante tem algo de vanguarda (HIERRO, 1993).

Pensar em educação latino-americana é observar as relações de dependência teóricas que existem com relação a outras realidades, destacando o modelo europeu, que se tornou hegemônico.⁷⁹ Além disso, é observar como se manifesta a ideia de emancipação que esse modelo de educação se propõe a assumir, além das características dos próprios locais onde está sendo processada. Conforme nos apresenta Freire (2006)

De algum tempo para cá, as sociedades latino-americanas começam a pôr-se à prova, historicamente. Algumas mais que outras. Começam a tentar uma volta sobre si mesmas, o que as leva a se auto-objetivarem, e, assim, descobrirem-se alienadas. Se esta descoberta não significa ainda a desalienação – admiti-lo seria assumir uma postura idealista – é, contudo, motivadora para que a sociedade inicie a procura de sua concretização (FREIRE, 2006, 23-24).

⁷⁸ No que se refere ao estabelecimento do ensino superior para as mulheres na América Latina em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX Hahner (1996, p. 109-110) destaca que no “final do século XIX, nos países mais desenvolvidos da América Latina, a maior parte dos alunos das escolas normais pertencia ao sexo feminino, com origens na classe média. Ao contrário de seus colegas do sexo masculino, que tinham oportunidades de trabalho nas crescentes repartições burocráticas governamentais, no comércio, nos bancos e nas Forças Armadas, antes do século XX as mulheres tinham poucas alternativas ao ensino aceitáveis, como, por exemplo, trabalho em escritórios. Tendo instrução, poderiam evitar empregos destinados às classes baixas, tais como atividades domésticas, a ocupação mais comum das mulheres urbanas. Em países como a Argentina, o Uruguai e o Chile, com setores crescentes da classe média, os filhos de imigrantes europeus predominavam frequentemente nos estabelecimentos de formação de professores. No entanto, em sociedades mais tradicionais, como a do Peru, as escolas normais se viam às voltas com um número menor de defensores ou de alunos em potencial”.

⁷⁹ Para Bobbio *et.al.* (2002, p. 579) a hegemonia é um elemento que busca subjugar aos demais “A potência hegemônica exerce sobre os demais uma preeminência não só militar, como também frequentemente econômica e cultural, inspirando-lhes e condicionando-lhes as opções, tanto por força do seu prestígio como em virtude do seu elevado potencial de intimidação e coerção; chega mesmo a ponto de constituir um modelo para as comunidades sob a sua Hegemonia”.

Zea, conforme nos apresenta Marcondes (2014, p. 34), também associasse com a perspectiva exposta anteriormente. Para tal, ele afirma que a ideia de rompimento dessa dependência com relação ao modelo teórico educacional europeu é um primeiro passo para uma efetiva emancipação, uma desalienação. Pois, torna-se a consciência do ser colonizado procurando romper com ela criando uma síntese, numa evidente acepção ao processo dialético de construção do conhecimento, numa perspectiva de continuidade. O autor ainda afirma que todo esse processo só se consolida mediante a valorização dos saberes múltiplos ou mestiços, como o mesmo é denominado, sem prevalência de um modelo sobre outro. Por conseguinte, os modelos criados tanto por Zea quanto por Freire não excluem a contribuição europeia, segundo eles há de se fazer uma soma à esta construção do conhecimento, como algo genuíno, um saber latino-americano.

De acordo com Marcondes, que discorre sobre Zea⁸⁰ (MARCONDES, 2014, p. 48) a originalidade da América Latina está em se reconhecer como mestiça. Dessa maneira, somos herdeiros/as de construções históricas diversas, saindo assim de uma linearidade historicista que visa, dentre outros recursos excluir as contribuições ancestrais que compõem nosso cenário cultural incluindo a perspectiva educacional. Para que a educação emancipatória seja efetivada, ela deve estar baseada na mestiçagem na concepção crítica e popular.⁸¹ Freire (2001, 2006), por

⁸⁰ Podemos fazer associações a estas prerrogativas expostas por Leopoldo Zea com Simón Rodríguez, Frantz Fanon entre outros (STRECK, 2010). Na medida em que procuram construir um ensino com identidade latina, que seja ampla, introduzindo todos/as. Gargallo (1998) também questiona o modelo adotado, concebendo o mesmo como algo que possui a finalidade de adestrar os seres envolvidos nesse processo. Para tanto a autora afirma “*El método educativo de este sistema dominante es en realidad un mecanismo de adiestramiento a la obediencia de pautas de comportamiento y de aprendizaje incuestionables, que se sostiene en la identificación de lo hegemónico con lo científico, lo racional, lo masculino, lo desarrollado. En fin, con lo que corresponde a un mundo educado, global, en vía de superación de las emociones y contradicciones, todavía difusas, debido a las diferencias culturales de quienes no se identifican con el legado europeo (posteriormente occidental), heredado del colonialismo del pasado reciente. Este método de instrucción abarca, desde la escuela hasta la publicidad, los medios masivos de comunicación, la definición estética, la propuesta de un único tipo de vida de familia, siempre más reducida, una especie de pareja de ensayo, sin contacto con afectos alternos que la liberen de su encierro*” (GARGALLO, 1998, p. 23-24). Essa visão apresentada também é compartilhada por Hierro em entrevista a García (2007, 85) quando a mesma responde ao questionamento sobre o que é educar. “*Educación significa domesticar*”, relacionando, inclusive, ao tratamento aos animais. Para tanto, a autora define que “*La educación es un proceso, muy largo, que se comienza cuando una toma conciencia de que es una persona, y que desea ser persona, desarrollar sus capacidades al máximo, y se termina con la muerte. No me puedes decir, ‘mira yo ya estoy educada’ y como si fueras una fruta madura, te caes del árbol*”

⁸¹ “Na atualidade, na América Latina e também no Brasil, não há mais uma identidade forte, de origem, na forma de compreender a educação popular. A crise que se abateu sobre a esquerda mundial, dadas as novas formas de hegemonia do capitalismo no mundo, não possibilita, igualmente, que as respostas à hegemonia do capital sejam tratadas de forma homogênea pelos diferentes países. Assim, as estratégias adotadas são diferenciadas” (PALUDO, 2012, p. 285). E afirma ainda que “A educação popular, em sua origem, indica a necessidade de reconhecer o movimento do povo em busca de direitos como formador, e também de voltar a reconhecer que a vivência organizativa e de luta é formadora. Para a educação popular, o trabalho educativo, tanto na escola quanto nos espaços não formais, visa formar sujeitos que interfiram para transformar a realidade. Ela se constituiu, ao mesmo

sua vez, traz a concepção de educação que valorize conhecimentos *apriori* apreendido pelo/a educando/a e que este pode vir a ter um processo libertador, baseado na consciência de si e do mundo em que está inserido/a.

As experiências do México, Cuba, Peru e a educação popular no Brasil expressam neste século [XX] as possibilidades de construção de projeto para a emancipação das classes trabalhadoras das amarras coloniais e escravistas, permitindo-lhes uma nova inserção social, tanto como produtoras de propostas econômicas-políticas para o continente, como de formas de relações sócio-culturais que expressem diferenças enriquecedoras do novo humanismos a ser construído (IOKOI, 1996, p. 21).

Essas são bases sofisticadas para uma educação emancipatória proposta no seio da América Latina, oriundas de condições sociais muitas vezes adversas e que trazem a valorização de uma cotidianidade atrelada à experiência de vida de cada um/a. Por meio da consciência democrática, afirma Hierro (1997, p. 39) não pode haver dissociação de escolha política e qualquer outro tipo de escolha, já que todas elas são políticas. Essa autora descreve três níveis de consciência para a emancipação das mulheres no desenvolvimento de políticas públicas educacionais que valorizem a perspectiva de gênero. Para tanto as descreve como *“la afiliación; la ruptura de la imagen tradicional; la conciencia de género democrática”*.⁸² Com isso, podemos observar que a introdução da ideia de ensino de gênero nos diversos estabelecimentos educacionais, espalhados pelas diversas realidades latino-americanas, é uma das condições para a erradicação da violência contra às mulheres, às comunidades LGBT’s, e ao próprio masculino, que poderá sentir-se verdadeiramente livre, estando desde já desatrelado da concepção machista que o impede, muitas vezes, de se perceber como potência em transformação.

▪ Breve passagem pelo magistério feminino

“Hay que aprender a escribir con tu propia letra, vivir en el cuerpo que eres. ‘Gracias a la vida...’” Hierro (2007, p. 84).

A educação, enquanto processo de formação humana de uma dada concepção de conhecimento, está vinculada diretamente às políticas públicas em esfera macro, e, como tal, expõem os limites e potencialidades do mesmo. O feminismo, como movimento político emancipatório, buscou, desde o princípio de sua militância, garantir que todas as pessoas,

tempo, como uma ação cultural, um movimento de educação popular e uma teoria da educação” (PALUDO, 2012, p. 286).

⁸² Para mais informação ver Hierro (1997) onde amplia essa discussão sobre as três esferas nas páginas 39-40.

sobretudo às mulheres, tivessem acesso a níveis de educação formal equivalentes, visualizando assim uma sociedade baseada em fundamentos de justiça social.

El feminismo educa, educa porque te dice tu eres persona, tu eres valiosa, tu tienes que separar tu sexualidad la maternidad, tienes que gozar tu cuerpo, apoderarte de tu cuerpo, todo eso es educación, el feminismo es un movimiento político que educa a las mujeres (HIERRO, 2007, p. 87).

Meyer (2003, p. 12) define esse primeiro momento de busca por educação, empreendido pelas feministas de fins do século XIX e início do XX, sobretudo a superior, ligado a um feminismo descrito como liberal ou burguês onde as mulheres procuram melhorias no ensino para oferecer aos filhos uma educação de maior qualidade, a partir de sua própria formação. O que não garantia o mesmo acesso à todas as mulheres e conseqüentemente seus/suas filhos/as. Outrossim, não deixou de existir um segmento mais ligado às organizações sindicais, à grupos anarquistas e às camadas populares, num feminismo que não buscava ser hegemônico, sendo caracterizado desde sua gênese, como um movimento plural.

Em fins do século XIX o Brasil apresentava taxas elevadas de analfabetismo ou de baixa escolarização bastante elevadas e isso se comparado a alguns países da América Latina se torna ainda mais evidente (HAHNER, 1996, p. 98). Hahner (1996, p. 118) destaca a participação de feministas acadêmicas de diversos países latino-americanos que lutaram para a implementação de uma educação democrática e o ingresso de mulheres ao ensino superior, destacando Argentina, Cuba e Chile.

Uma grande parte das feministas, daquele momento histórico, compreendiam que a educação era libertadora dada a ideia de que quanto mais se sabe menos se deixa influenciar por proposições sem fundamentos ou fundamentalistas, potencializando assim uma criticidade aguçada, traçando metas para a construção de um novo momento. Além disso, empreender a luta pela emancipação de todas as pessoas, ligadas, em sua primeira geração, ao acesso ao voto. “Para as mulheres, a diminuição da disparidade entre as taxas de alfabetização relativas a homens, de um lado, e a mulheres, de outro, pode apresentar tremendas implicações, ajudando-as a participar de um mundo mais amplo” (HAHNER, 1996, p. 99).

Ainda no século XIX, segundo García (1998, p. 225), o feminismo, no México. Já passava a ser tema de investigações por parte da historiografia, demonstrando assim a potencialidade da temática e ainda como a academia estava vinculada a temas cada vez mais problematizadores. Cumprindo o dever de se observar as diversas conjunturas que formam a trama social, esses tecidos não sendo homogêneos, criam diversas vertentes de análise. Porém,

não cabendo apenas a academia, pois diversas entidades, sobretudo políticas de esquerda, procuraram implementar essas discussões em suas reuniões e/ou convenções.

Na América Latina, as feministas procuraram efetivar essas ideias através de diversos meios, ao ponto de na primeira metade do século XX, o magistério ser quase totalmente exercido, enquanto nível profissional, por mulheres. (LOURO, 2001b). O problema está quando observamos, nos diversos níveis desse processo educacional, que o número de mulheres docentes vai diminuindo, quanto mais alto é o nível de escolaridade onde ela exerce a docência.

As primeiras mulheres latino-americanas que tiveram acesso ao ensino superior, a partir da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, romperam uma grande barreira, e isso em diversas áreas do conhecimento, e nas diversas realidades nacionais analisadas por nossos estudos.

De fato, desde a segunda metade do século XIX (LOURO, 2001b); (HAHNER, 2003); (ROSEMBERG, 2012); (PRATTA, 2012); (LAGE, 2016) o ensino, nos anos iniciais, ficou a cargo das mulheres, onde as “professorinhas” são maioria nesse espaço até os dias atuais. Assim as ciências humanas, sobretudo aquelas ligadas à educação, são permeadas por mulheres, que ingressam no ensino superior e a licenciatura em Pedagogia, é, por excelência, um lugar feminino.

3.4.1. Contribuições para uma Educação Feminista na América Latina

El feminismo es un aporte a la unidad humana porque devela la separación real entre los seres humanos y la intolerancia a la diversidad, de ahí que el feminismo sea a la vez una crítica de la cultura y una cultura nueva (LAGARDE, 2011, p. 111).

O movimento feminista possui a capacidade de identificação com as causas sociais mais gerais que faz com que ele, enquanto movimento, consiga manter-se atual e dinâmico, pois engloba diversas frentes de atuação e em temporalidades distintas, evidenciando assim seu caráter militante. Ainda visualiza e adquire novas metodologias, mediante a adoção de epistemologias críticas, fazendo com que suas demandas permaneçam em constante renovação. Essa atuação empreendida pelo movimento feminista em várias frentes se dá, mediante a necessidade de observação e interferência nos mais variados setores sociais, onde há uma demanda plural compreendida pelo mesmo. Desse modo, seu objeto de análise não se limita a um estrato social, a uma etnia específica ou mesmo a um único gênero.

O feminismo é plural em suas teorias e como tal demonstra esse aporte de muitas maneiras. Hierro (2003a) destaca que as análises sobre educação feminina, sobretudo no cenário latino-americano, é um dado recente, se comparado aos estudos que envolvem a educação exercida ao universo masculino. *“La educación de las mujeres es un problema que apenas se ha comenzado a investigar, por parte de las mismas mujeres”* (HIERRO, 2003a, p. 6).

A América Latina nesse cenário de atuação do movimento feminista se propõe como um grande campo fértil, inserindo ainda a noção de pós-colonialidade numa união teórica que visa somar forças e trazer uma nova percepção de atuação de resistência. O combate à discriminação étnica, social, colonial, à violência contra a mulher, às minorias sociais, aos comportamentos dissidentes, à exploração do capital, à expropriação fundiária entre tantas outras discussões são pautas constantes do movimento feminista no continente. Nessa perspectiva Valdivieso (2012) destaca que *“Ante las nuevas situaciones, las feministas plantean viejas interrogantes que tienen como trasfondo las demandas de inclusión y reconocimiento de las diversidades”*. (VALDIVIESO, 2012, p. 38). O que ressalta o compromisso do feminismo latino-americano com a valorização de saberes outros, com a emancipação das mulheres mediante a educação e a *heautognose*, uma procura por respeito as várias formas de conceber o conhecimento de suas vicissitudes. A construção de uma nova maneira de se conceber a educação mediante a formação de pessoas voltadas ao autoconhecimento⁸³ e ao conhecimento do próximo, valorizando-o.

O combate às concepções de opressão, os sinônimos machismo, patriarcado, colonialismo, exploração, discriminação entre outros, são objetos de observação e estudos do movimento feminista, principalmente em sua terceira geração, onde a condição social da mulher se torna problema central, como demonstra Lagarde (2011)

La cultura femenina es producto de la condición de la mujer. A partir del feminismo se da una fractura en la concepción del mundo filosófica: el ser mujer es producto de lo concreto histórico; es diferente, distinto y no opuesto al ser hombre [...]. Con el feminismo se inicia un humanismo de fondo. Aquel que plantea la superación del antagonismo más profundo de los seres humanos: el extrañamiento genérico (LAGARDE, 2011, p. 111).

⁸³ Conforme afirma Freire, citado por Boufleuer (2008, p. 114) *“El conocimiento, como resultado de los procesos de aprendizaje, no existe en abstracto. Existe “adherido” a personas, como significado por sujetos cognoscentes, o reconocido como tal. Por lo tanto, un acto de conocer implica la complicidad del sujeto que lo realiza. Complicidad en el sentido de necesitar “presentarse” con sus sentidos y percepciones previas a fin de incrementarlas o rehacerlas. Al no tener ese anclaje en la subjetividad, el conocimiento no modifica en nada la auto percepción del sujeto y consecuentemente, no contribuye a la modificación de su entorno”*.

Para Bourdieu (2003, p. 138-139) o movimento feminista trouxe um modelo de ruptura nas ciências ampliando a noção de conhecimento político. Acrescentamos ao seu pensamento a característica da militância, além da multiplicidade de abordagens teóricas às ciências sociais e humanas, onde essa transversalidade é exercida na interdisciplinaridade. Sendo assim, novas abordagens e problemáticas surgem a cada instante, ressaltando a capacidade de formulação de respostas além de produzir inovações de pensamento. Essa imagem apresentada também é legitimada pelas análises de Alonso e Díaz onde (2012)

[...] las ciencias sociales, el concepto o la perspectiva interseccional impele a análisis complejos sobre las diferentes formas de opresión y las maneras en que la ‘herida colonial’ se encarna en cuerpos situados geohistóricamente en procesos particulares y locales. También para el activismo político anticolonial resulta fundamental la lucha antirracista y antipatriarcal” (ALONSO; DÍAZ, 2012, p. 89).

A contribuição da discussão de gênero, enquanto inovação epistemológica, faz parte da inclusão do mesmo como objeto de análise da ciência.⁸⁴ A educação, enquanto ferramenta de mudança social, é um elemento importante onde se insere essa discussão (LOURO, 2014, p. 19), em grande medida, a educação se faz baseada na construção do conhecimento sobre os gêneros e o respeito às diversas identidades construídas sócio culturalmente. Scott (2005) afirma que essa inovação trazida com a incorporação da perspectiva de gênero é fonte de uma profunda mudança na construção de um novo paradigma, que fora empreendida pelo embate das feministas na instância acadêmica, e mediante a formação de novas gerações de profissionais da educação, onde essas inquietações passaram a ser apresentadas nos estabelecimentos de ensino.

Para tanto, a autora afirma que *“Não é exagerado dizer que, por mais hesitantes que sejam os passos iniciais, esta metodologia implica não apenas em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história”*. (SCOTT, 1990, p. 3).⁸⁵ O que corrobora com as premissas anteriormente demonstradas.

⁸⁴ Hierro (1997) afirma que o conceito de gênero é uma grande contribuição para a ampliação da teoria feminista como um todo. Na medida que *“permite distinguir la creación del papel cultural sobre los sexos, y en esa medida nos abre la posibilidad de criticarlo y transformarlo de acuerdo con las necesidades de desarrollo que se consideren deseables en cada grupo social y en cada época histórica”* (HIERRO, 1997, p. 37).

⁸⁵ Lagarde (1996) afirma que as análises feministas, mediante a concepção de gênero, podem trazer categorias até então invisibilizadas, não limitando suas práticas de pesquisas a universos corriqueiros, demonstrando assim a capacidade de articulação e inquietação que o tema propõe. Para tanto, afirma que *“Por su historicidad, es utilizable para analizar también sus procesos originarios en sociedades desaparecidas y contemporáneas de culturas diferentes: es posible analizar las condiciones de género de las mujeres y los hombres de etnias, religiones, costumbres y tradiciones diversas. Es decir, la perspectiva de género feminista no se limita a universos occidentales y urbanos. Basada como está en una teoría compleja es útil en el análisis de cualquier sociedad organizada en torno a géneros”* (LAGARDE, 1996, p. 15-16). Ideia também defendida por Louro (2014, p. 21-25) onde trabalha a ideia de invisibilidade feminina dentro do processo educacional.

Matos (2002), por sua vez, aponta o caráter crítico que os estudos de gênero possuem. Com isso evidencia que

Os estudos de gênero vão de encontro a certas tendências que questionam a concepção de evolução linear e progressista e a do tempo vinculado a leis de mudanças e prognósticos do futuro. Procurando acabar com a segmentação entre passado e presente, os estudos de gênero contribuíram para a ampliação do objeto de conhecimento, levando à descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e descontinuidades, descortinando o tempo imutável e repetitivo ligado aos hábitos, mas também o tempo criador, dinâmico e das inovações, focalizando o relativo, a multiplicidade de durações que convivem entre si urdidadas (MATOS, 2002, p. 247).

Na América Latina as formas de resistência feminista tornam-se múltipla, pois diversas são as formas de opressão exercidas ao longo do processo histórico. Evidenciando o caráter cruel com que se deu o processo de colonização do continente pelos invasores europeus e a globalização excludente aos países considerados periféricos (MIGNOLO, 2007, p. 117-168), (GALEANO, 2014, p. 29-86), (GALEANO, 2014, p. 273-346) que afetam principalmente as mulheres. Para Lagarde *“La visión de género feminista permite establecer correlaciones entre las posibilidades de vida de mujeres y hombres y los tipos de sociedad, las épocas históricas, la diversidad cultural y los modelos de desarrollo en que viven”* (LAGARDE, 1996, p. 15). Evidenciando esse recorte a ideia de historicidade se concebe como ferramenta que procura desmistificar preconceitos e salientar as alternativas de mudança.

A incorporação de novas perspectivas torna-se urgente em fins do século XX e início do XXI. Não somente às categorias feminino/masculino são analisadas, mas outras tantas somam-se aos esforços de romper com preconceitos.

A busca de modelos normativos motivou uma espécie de caça aqueles/as que não o desempenham, que não possuíam tal padrão (LOURO, 2003, 2014, 2015), (MEYER; SOARES, 2013). Nessa concepção o papel social desenvolvido pelo indivíduo não deve sobrepujar o coletivo padronizado. Hierro (2003a) destaca a função do processo educacional como prática de obtenção do prazer e de uma construção ética das relações.

El proceso educativo nos convierte en personas, y por persona entiendo ser moral, libre y digna. Porque no nacemos personas, nos convertimos en personas a través de nuestro propio esfuerzo educativo, que se constituye de acuerdo con el género, la condición social, histórica, racial, étnica, geográfica y del ciclo de vida en que nos encontramos (HIERRO, 2003a, p. 5).

A reprodução dos modelos tradicionalmente constituídos, sobretudo pela religiosidade ocidental, deve permanecer inalterada, para que haja um bom desenvolvimento social. Lugones (2011) aponta a modernidade como o momento de organização desse modelo seguido, tornando

evidente a ideia de transposição desse padrão para as terras colonizadas, com a chamada crítica da universalidade.

La modernidad organiza el mundo ontológicamente en términos de categorías homogéneas, atómicas, separables. La crítica del universalismo feminista hecha por mujeres contemporáneas de color y del tercer mundo se centra en la idea de que la intersección entre raza, clase y sexualidad y género va más allá de las categorías de la modernidad” (LUGONES, 2011, p. 106).

Ortega (1996) assinala que a revisão da categoria “poder” é de suma importância para a ampliação dos estudos de gênero e para uma maior afirmação dos excluídos da história. Pois, para ela “*El análisis de género ha implicado también una revisión del concepto del poder*” (ORTEGA, 1996, p. 822). Essa visão se aproxima das concepções de Quijano (2005) sobre as perspectivas de colonialidade do poder.

Segundo Scott (1998), com relação a fuga dos padrões, a toda essa normatização de saberes, corpos, e etc.

[...] a experiência, concebida tanto por meio de uma metáfora de visibilidade, quanto por outro modo que tome o significado como transparente, reproduz, mais que contesta, sistemas ideológicos dados – aqueles que presumem que os fatos da história falam por si mesmos e aqueles que se fundamentam em ideias de uma oposição natural ou estabelecida entre, digamos, práticas sexuais e convenções sociais, ou entre homossexualidade e heterossexualidade (SCOTT, 1998, p. 302).

O retorno a uma análise limitada e uma visão meramente biológica⁸⁶ do ser humano, ignorando sua construção social, psíquica, afetiva e histórica, mostra-se forte em algumas reflexões e impede o avanço da construção de novas posturas diante das demandas existentes. Para Miskolci (2005) “Fenômenos históricos e socialmente criados passaram a ser encarados de forma naturalizada” (MISKOLCI, 2005, p. 12). O que caracteriza uma essencialização do sujeito e provoca o equívoco da interpretação do padrão de ser humano a ser seguido. Porém, de certa maneira, Lagarde (1996) discorre sobre uma percepção superada acerca das críticas com relação a ideia de gênero. Para ela

Las múltiples distorsiones de la perspectiva de género provienen también de su uso exclusivo para analizar a las mujeres y desarrollar programas con ellas, aun cuando la teoría de género permite analizar, comprender y develar a los hombres. El contenido relacional de la teoría de género es omitido, así como su definición

⁸⁶ “*El sexo es el conjunto de características genotípicas y fenotípicas presentes en los sistemas, funciones y procesos de los cuerpos humanos, con base en él, se clasifica a las personas por su papel potencial en la reproducción sexual. No hay homogeneidad cultural en la definición de los componentes sexuales ni genéricos. Para la antropología es claro que las características sexuales no implican características genéricas*”. Y es evidente que hay diversas combinaciones de los componentes sexuales en cada persona; a lo largo de la vida el sexo, o conjunto de características sexuales, experimenta cambios paulatinos y rápidos, formales y así se mantiene el resto de la vida, la evidencia muestra que el sexo es dinámico, maleable y cambiante. LAGARDE, 1996, 85).

histórica y los contenidos de género de la sociedad, el Estado y la cultura.”
(LAGARDE, 1996, p. 24).

Lagarde, aponta as distorções como elementos introduzidos como falta de conhecimento, e define a categoria como maneira de ampliar as discussões, na medida em que o corpo social é analisado, tanto mulheres como homens, assim como as diversas categorias que são apontadas pelos estudos de gênero.

Nessa direção Harding (1993) nos diz que “As realizações da pesquisa feminista, inclusive sua aparente contradição de ser uma pesquisa científica politizada, são explicadas, ainda que de modo subversivo, pelo empirismo feminista e seus conhecidos pressupostos” (HARDING, 1993, p. 10). Assim sendo, analisar os fenômenos sociais à luz de um prisma feminista não é apontar somente a subalternização dos seres humanos, é sim uma experiência que propõe libertação. A educação é um desses mecanismos de reivindicação do movimento feminista, desde sua primeira geração. Nessa direção a América Latina possui um forte arcabouço teórico no que se refere à procura de uma implementação de educação não-sexista.

Para que, efetivamente, os estudos sobre gênero possam ampliar-se, é necessária uma profunda mudança de mentalidade, nos mais variados meios sociais. Assim atingir setores, como a educação básica que tem enorme potencial de mudança, que demanda um grande tempo e investimentos na compreensão com a efetivação da igualdade social como objetivo de políticas públicas. Para se construir uma sociedade com mais equidade, dinâmica e que demande uma igualdade de oportunidade, essa é uma linha com a qual não podemos deixar de vislumbrar.

- **O Feminismo a Procura de uma Educação que Emancipe o Gênero na América Latina**

Pensar educação é pensar liberdade e oportunizar direitos mediante a prática do conhecimento de si e do mundo. É aventurar-se, a cada instante, em meandros até então insondáveis, é pular de um penhasco com a alegria de procurar o espanto e, com isso, inquietar-se cada vez mais. Pensar uma educação feminista é antes de mais nada retirar o véu da opressão dessa prática de liberdade. É conceber beleza no conhecer, é vislumbrar a construção comunitária do saber.

A América Latina possui uma larga produção teórico-pedagógica, muitas vezes invisibilizado, no que se refere a contribuição de libertação com relação ao colonialismo em

suas mais variadas facetas (STRECK, 2010). Há um conjunto de teorias, no espaço da América Latina, que busca servir como fonte de resistência. Para tanto, diversas influências direcionam essas ideias, notadamente princípios críticos que procuram valorizar a contribuição dos próprios povos ancestrais (OLIVEIRA, 2012), além de uma efetiva aplicação de uma educação libertadora, comunitária, popular e diversa.⁸⁷

Todavia, os estudos sobre gênero esbarram em limitações teóricas, sociais e etc., seja pela sua multiplicidade teórica,⁸⁸ o que para os críticos gera uma incapacidade de conhecimento do todo, seja pelo próprio desconhecimento com relação a temática ou mesmo aos temas analisados por ela. O fato de o movimento feminista não está inserido em todas as organizações, as diversas formações ainda são de caráter essencial. Conforme nos apresenta Lagarde (1996)

“En los últimos tiempos ha cobrado importancia la llamada capacitación en género en las oficinas gubernamentales, las organizaciones civiles, los partidos políticos, las universidades, las iglesias. Y la capacitación es verdaderamente pobre porque sin hacer una pedagogía crítica se dan elementos de manejo superficial de esta perspectiva y sólo porque casi en cada espacio hay mujeres feministas es que ha sido posible impulsar y mantener ciertos contenidos de calidad” (LAGARDE, 1996, p. 22).

As primeiras centelhas de experiências para uma educação não-sexista podem ser vislumbradas na América Latina na segunda metade do século XIX, mediante a prática da educadora Nísia Floresta, que conseguiu, a seu tempo, romper com diversos conceitos estanques e criar uma escola voltada aos “estudos gerais” para meninas, da mesma maneira que o ensino era ministrado aos meninos.⁸⁹ Além de inserir, conforme aponta Duarte (2010, p.45)

⁸⁷ A ideia de liberdade empreendida pela educação, enquanto processo de formação humano, não é uma discussão recente, porém evidenciamos as contribuições teóricas e analíticas de Freire (2001; 2002) onde trata das discussões pertinentes ao cenário educacional numa concepção de cotidianidade, liberdade, pluralidade e autonomia. Essas ideias são seu direcionamento e prática de formação para a construção de uma sociedade fraterna e harmônica. Esses princípios são também evidentes traços de diversos movimentos sociais, dentre os quais destacamos o feminismo, sobretudo em sua vertente latino-americana. Dussel (1995) define uma filosofia da libertação como ferramenta a toda ideologia que propõe a exclusão. Para ele “a experiência inicial da Filosofia da Libertação consiste em descobrir o ‘fato’ opressivo da dominação, em que sujeitos se constituem ‘senhores’ de outros sujeitos, no plano mundial (desde o início da expansão europeia em 1492; fato constitutivo que deu origem à ‘Modernidade’), Centro-Periferia; no plano nacional (elites-massas, burguesia nacional-classe operária e povo); no plano erótico (homem-mulher); no plano pedagógico (cultura imperial, elitista, versus cultura periférica, popular, etc.); no plano religioso (o fetichismo em todos os níveis), etc.” (DUSSEL, 1995, p. 18).

⁸⁸ “Es importante identificar las diversas cosmovisiones de género que coexisten en cada sociedad, cada comunidad y cada persona. Es posible que una persona a lo largo de su vida modifique su cosmovisión de género simplemente al vivir, porque cambia la persona, porque cambia la sociedad y con ella pueden transformarse valores, normas y maneras de juzgar los hechos” (LAGARDE, 1996, p. 14).

⁸⁹ “A pedagogia nisiana pautava-se numa educação para o progresso social da mulher. Onde só a partir dessa educação o sexo feminino conseguiria sua emancipação, se desprendendo do patriarcado. Um acontecimento inovador seria talvez o uso de textos didáticos na educação das meninas, com o seu livro ‘Conselhos a minha filha’ (1842), dedicado a sua filha, Lívia, e que foi adotado por escolas italianas, ‘Daciz ou A jovem Completa’ e ‘Fany ou O modelo das donzelas’, novelas dedicadas às estudantes do Colégio podem ter sido alguns dos seus escritos estudados por suas alunas. Em seu discurso dirigido às suas educandas, no encerramento das atividades do Colégio

mesmo antes da utilização da terminologia, a noção de discussão de gênero. Silva (2014, p. 73) evidencia o caráter inovador de suas análises e aportes educacionais, além de empreender uma longa batalha para estabelecer sua escola, num país de mentalidade agrária, machista e elitista. Oriunda de um dado tempo, Nísia Floresta, defende a emancipação da mulher, em múltiplos aspectos. Em suas teorias podem ser evidenciadas algumas incongruências, porém estas, a nosso ver, somente auxiliam a perceber o quanto a mesma fora pioneira.

A proposta empreendida para a educação é de que a mesma deixe de ser algo repetitivo, naturalizado, normativo, como aponta Gargallo (2008, p. 18). A autora faz referência ao processo educativo na Argentina e México⁹⁰ em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX como forma de evidenciar uma política de fomento à quebra de paradigmas, embora ainda tímidas, porém necessárias.

Já na primeira metade do século XX uma concepção de libertação feminina, mediante a apropriação de conhecimento sobre si e sobre o mundo é uma preocupação dos trabalhos de Maria Lacerda de Moura, que não escreve especificamente sobre educação, porém contribuiu muito com a discussão. Ela desempenha uma pedagogia de intervenção em sua própria realidade (EGGERT; PACHECO, 2010, p. 200).

As inspirações e os frutos desse processo de educação libertadora, sobretudo tem do em conta o acesso feminino, vai gerar, dentre outras alternativas de resistência, sobretudo nos grandes centros urbanos, uma militância feminista com a produção de periódicos que questionavam esse cotidiano de opressão por qual as mulheres estavam submetidas. Estes, por sua vez, eram editados em pequenas quantidades e acabavam por ter poucas edições, pois eram financiados pelas próprias mulheres demonstrando a ausência de recursos financeiros para sua manutenção. Ao passo que tinham educação mas não possuíam condições iguais de acesso ao mercado de trabalho (HAHNER, 2003, p. 84-100).

Todavia, evidencia-se o embate empreendido contra a opressão machista, representada, em grande medida, pelo matrimônio, muitas vezes forçado; pela maternidade, como única fonte de felicidade para a mulher; e pela família, enquanto razão última da existência do sexo feminino. Esses tornam-se, desde então, temas frequentes no combate desses periódicos.

em 1847, Nísia Floresta esclarece ‘Não vos repetirei aqui o texto de minhas constantes lições: vós o achareis, senão gravado em vossos corações, nem mesmo em vossa memória, ao menos em todos meus escritos, que vos tenho dirigido’” (SILVA, 2014, p. 62).

⁹⁰ “Desde finales del siglo XIX y hasta la década de 1930, las anarquistas mexicanas y argentinas fundaron escuelas donde no separaban las niñas de los niños y les enseñaban las mismas materias, rechazando los castigos y las clasificaciones como prácticas pedagógicas” (GARGALLO, 2008, p. 18).

Conforme nos apresenta Samara (1998, p. 85-86) “as mulheres latino-americanas identificavam-se como mães e esposas, mas frequentemente associavam esses papéis com as ideias de progresso e de nacionalismo”. Em outras palavras, estavam subjugadas pelo sistema político a colaborar com a edificação social, mediante sua exclusão e apenas contribuindo com a geração e a educação doméstica de sua prole.

Uma valorosa contribuição à educação feminina e feminista na América Latina se deu mediante os trabalhos de Gabriela Mistral, que vai trazer a ideia de rompimento com velhos paradigmas e potencialidade de escrita (ADAMNS, 2010), demonstrando no parágrafo anterior. Mistral é a primeira latino-americana a receber o Nobel de literatura, em 1945. Pedagogicamente desenvolvia a concepção de uma educação voltada à valorização dos saberes infantis de onde se poderia construir as bases de cidadania e uma nova sociedade.

Assim como Mistral, já em fins do século XX, Graciela Hierro contribui com a preocupação de uma introdução ao modelo de educação humanista.⁹¹ Esse humanismo defendido pela autora é compreensão de que a educação se dá com e para os humanos, inseridos num dado contexto sócio histórico. Essa via assemelha-se bastante a Freire (2012). A educação como formação ética e moral o ser, voltado para a leitura e construção de um mundo baseado na valorização e pleno desenvolvimento dos direitos das mulheres como prática de liberdade (HIERRO, 1997). Somente assim pode se alcançar o pleno exercício democrático. Para isso, a tomada de consciência individual e coletiva é uma necessidade latente, corroborando com Lagarde (2000) com a premissa da autoestima. Hierro (1995) afirma que

la democracia del género se logra cuando grupos importantes de mujeres alcanzan la conciencia feminista democrática; sucede entonces que las reformas que propugnan las mujeres son libertadoras de su condición de opresión dentro de la familia, que es el locus del poder patriarcal. También luchan por lograr el derecho a la participación equitativa en todas las esferas sociales; el derecho a decidir sobre el propio cuerpo; es decir, el derecho a la maternidad libremente asumida, la legislación matrimonial y de divorcio, la laboral, etcétera (HIERRO, 1995, p. 24).

Portanto, a América Latina, enquanto cenário de análise do processo educacional está, assim sujeito a mudanças. Porém, o empenho de mulheres e homens em valorizar os saberes locais, inserindo a população numa concepção de educação emancipatória, participativa e democrática é algo a ser percebido como fonte de profundo rompimento as diretrizes conservadoras que rondam o continente. Pensar numa educação feminista é deliberadamente conceber o não-sexismo, é envolver o/a educando/a num cenário de liberdade, de militância e de prática de respeito mútuo. Concebendo a biosfera como elemento unificador a todos/as.

⁹¹ Para tanto ver Hierro (1995; 1997; 2001; 2003a; 2003b); García (2007) e Bartra (in PACHECO, 2016).

*

O feminismo é um movimento que atua em várias dimensões da sociedade, e uma dessas formas de atuação é ocupando espaço na academia. O silêncio (PINTO, 2015, p. 508-510) perpetrado pela ciência acerca de diversos temas, dentre os quais a produção de saber pelo feminino é tema de grande inquietude ainda hoje. *El silencio*, afirma Feminías (2007, p. 22) *es opresión y violencia*.

O feminismo acadêmico é definido como uma revolução epistemológica, sobretudo mediante o século XX, por ser amplo, complexo, interdisciplinar e que procura quebrar a égide do androcentrismo que impera na concepção de ciência (CASTAÑEDA, 2008, p. 9). A ideia de que a inserção da mulher por si só no ambiente acadêmico iria destruir todas as barreiras é fruto da ideia de inclusão perversa, perpetrada pelo patriarcado. García e Sedeño destacam o papel das mulheres nesta esfera, pois para elas há uma

[...] norma doble: la mujer es admitida en la actividad científica prácticamente como igual hasta que dicha actividad se institucionaliza y profesionaliza; y el papel de una mujer en una determinada actividad científica es inversamente proporcional al prestigio de esa actividad (según el prestigio de una actividad aumenta, disminuye el papel de la mujer en ella) (GARCÍA; SEDEÑO, 2002, p. 7).

Há uma crescente presença de mulheres no mundo acadêmico (RIUS, 2000, p. 160). Sabemos que estar inserido nesse mundo não significa modificar substancialmente as condições de produção do conhecimento, porém a representatividade é um elemento importante. Para tanto, a década de 1970 foi importante também para o aumento significativo de pesquisas femininas em relação à ciência, numa junção de cientistas de diversas áreas do conhecimento em busca de reescrever a participação feminina na construção de saberes, como nos aponta Schiebinger (2001).

Na década de 1970, entretanto, em meio a um movimento das mulheres em maturação e numa época em que cada vez mais feministas assumiam posições de poder na história e na ciência, o estudo da história das mulheres na ciência decolou. Mulheres cientistas contribuíram com autobiografias refletidas fornecendo relatos de primeira mão de sua luta para deixar uma marca na ciência. Historiadores forneceram biografias de mulheres cientistas que aprofundaram e ampliaram a obra herdada do século XIX. Esses livros chamam a atenção para mulheres excepcionais que desafiaram a convenção para reivindicar uma posição proeminente num mundo essencialmente masculino e também analisam as condições que aumentaram ou diminuíram o acesso de mulheres aos meios de produção científica. Sem formação apropriada e acesso a bibliotecas, instrumentos e redes de comunicação, é difícil para qualquer um – homem ou mulher – fazer contribuições significativas ao conhecimento (SCHIEBINGER, 2001, p. 58-59).

A contribuição da educação é consenso entre teóricos/as especialmente aqueles ligados aos movimentos sociais no que se refere à emancipação, seja ela individual ou coletiva, mas isto depende do tipo de educação a ser fornecida? Quais premissas balizam essas estruturas? E se, numa perspectiva freireana (FREIRE, 2002, p. 44), essa educação é libertadora? Assim sendo, intensas discussões põem o feminismo acadêmico como algo múltiplo, estando longe de uma homogeneidade teórica.

Não faz sentido supor que o feminismo acadêmico vencerá suas disputas internas gerando uma única teoria a partir da qual seja possível deduzir o verdadeiro significado dos eventos ou simplificar os problemas. Esperar que tal ocorra é negar a própria história do feminismo, cuja riqueza principal reside precisamente na pluralidade. Na melhor e mais saudável das hipóteses, este *corpus* permitirá a articulação e organização da complexidade, modificando a realidade social (YANNOULAS *et.al.*, 2000, p. 432).

Para Pedro (2005), o exílio de intelectuais, militantes políticos, etc., fora um benefício no sentido de quando a anistia⁹² fora declarada e houve o retorno desse grupo, novos ares e um grande fôlego foi tomado pelos movimentos sociais, não que eles não o tivessem, porém, o enfrentamento político era outro. Seja ele em instâncias oficiais diretamente ligadas ao Estado ou não.

Surgem [no espaço acadêmico brasileiro] ao longo da década [1980] fortes grupos feministas temáticos, associados ou não a essa dicotomia, entre os quais se destacaram os que passaram a tratar da violência contra a mulher e da sua saúde (PINTO, 2003, p. 68).

Acrescendo a ideia de (des)politização intencional, ou não, dos ambientes acadêmicos, Pedro (2005) nos informa que um “destes espaços foi a universidade, certamente refúgio e, muitas vezes, considerado espaço neutro entre a militância e os cargos estatais oferecidos” (PEDRO, 2005, p. 171).

Las intelectuales, las académicas, las científicas y las artistas feministas han generado nódulos epistemológicos, nuevos problemas para las ciencias, la filosofía y las humanidades, han producido conocimientos diferentes sobre viejos problemas y han planteado nuevos problemas y formas de pensarlos. Al invalidar verdades dogmáticas han abierto mecanismos y esferas de innovación en los lenguajes y las representaciones simbólicas, en los discursos y las formas de expresión de lo reprimido y prohibido, lo imaginado y experimentado. Esta renovación y elaboración cultural ha sido cauce del surgimiento constante de nuevos deseos y la ampliación de exigencias y expectativas vitales (LAGARDE, 2004, p. 15)

Gargallo (2008, p. 23) afirma que deve ser uma educação que possua políticas que dialoguem entre os conhecimentos. Para tanto, percebemos, a partir da história das mulheres,

⁹² Por exemplo, no Brasil ela é datada em 1979.

que desde fins do século XIX a emancipação tem se dado, entre outros fatores, através do processo educacional; o que torna a educação uma agenda permanente do movimento feminista. Na década de 1960 e em grande medida na década de 1970, passa a acentuar um ingresso maior de mulheres nas universidades em toda a América Latina. Dentro desse contexto, a academia se mostrava como centro de resistência ao processo ditatorial, especialmente nos cursos das áreas das ciências sociais e humanas, não por coincidência, curso com grande presença feminina. Embora, em diversos momentos, a luta feminista estivesse subjugada por um objetivo maior como a luta por democracia, a militância num movimento de esquerda entre outros, a participação feminina foi intensa e decisiva.

Enquanto as fileiras do feminismo aumentavam e o movimento criava uma identidade política distinta da esquerda revolucionária dominada pelo homem, as feministas foram empreendendo atividades cada vez mais objetivas ou especializadas, centradas não só no trabalho com o *movimiento de mujeres*, mas também aprofundando uma visão de política, cultura e sociedade especificamente baseada no gênero sexual. O número de revistas, coletivos de cinema e vídeos, centros de mulheres agredidas e vítimas de estupro, coletivos de saúde feministas, grupos de direitos das lésbicas e outros projetos feministas baseados no gênero expandiu-se constantemente na década de 1980 (STERNBACH *et al.*, 1994, p. 263-264).

Na América Latina, apesar de diferenças regionais, as mulheres passaram a ter mais acesso à educação formal a partir da segunda metade do século XIX (MATOS, 2000, p. 14). Porém, o número de mulheres não alfabetizadas, em média, é superior ao de homens. Além disso, com ingresso no ensino superior, as mulheres avançaram em várias áreas. Mas, questões que versam sobre igualdade (salarial, de jornada de trabalho entre outras) ainda são pautas presentes na agenda feminista.

Longo foi o processo para a permissão legal do acesso geral e irrestrito das brasileiras à educação superior. Autorizada em 1827 pela Lei Geral do Ensino de 5 de outubro, mas restrita apenas às escolas femininas de primeiras letras, a educação de mulheres só conseguiu romper as últimas barreiras legais em 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que atribuiu equivalência entre os cursos secundários. A partir de então, o curso normal secundário, ramo intensamente frequentado pelas mulheres desde o final do século XIX, não mais foi discriminado por ser “apenas” um curso profissionalizante, mas passou a possibilitar, também, o acesso ao ensino superior. A partir de então, as inúmeras normalistas poderiam ingressar na academia. E foi o que fizeram (ROSEMBERG, 2012, p. 334).

A educação de cunho não sexista não é só um vislumbre, pois ela é possível. Mediante a desnaturalização dos conhecimentos compartimentalizados e/ou cristalizados, uma prática educacional que valorize questões múltiplas (GARGALLO, 2008, p. 18), saberes outros (LAGE, 2008b, 9-12), a não repetição e discussão de novas temáticas (LOURO, 2003, p. 13-19), pode contribuir para ampliar as experiências de educação não-sexista.

A la vez, las académicas feministas enfrentan resistencias y discriminación al interior de las universidades, su pensamiento no tiene difusión masiva, y sus materias difícilmente son consideradas de valor universal. De tal manera, al analizar la resistencia al diálogo con los pensamientos de negras, indígenas, indigentes urbanas, jóvenes anárquicas, artistas, prostitutas, ecologistas radicales y campesinas de los sectores feministas académicos latinoamericanos que reproducen los postulados del feminismo hegemónico para la liberación de mujeres en este continente, tiendo a establecer una analogía con la resistencia al diálogo de las universidades estadounidenses y europeas (GARGALLO, 2012, p. 155-156).

O processo educacional, enquanto luta do movimento feminista, fez com que muitos grupos conservadores revissem conceitos e posicionamentos em diversos espaços, notadamente, dentro das universidades, além de impor sua presença de discussão, produção e socialização de conhecimentos.

Esse conhecimento produzido por mulheres na academia é fruto de um profundo rompimento com os cânones até então estabelecidos. Porém, é ao mesmo tempo uma revolução imensa na questão de renovação do pensamento humano, haja vista que as populações não europeias, sobretudo as ameríndias e africanas, seriam, segundo as teorias androcêntricas, incapazes de produzir conhecimento credível. Sendo oriunda daí a necessidade de obediência e tutela. Mas, a quebra de paradigma empreendida por diversas concepções teóricas fez com que essa prerrogativa fosse posta em xeque.

Espinosa-Miñoso (2014) aponta os diversos níveis de racismos por qual nossa sociedade atravessa e afirma que o racismo de gênero⁹³ é atuante. Por isso mesmo uma revisão nessa perspectiva é urgente na medida de uma mudança de mentalidade.

Essa presença feminina na academia aumenta a cada instante, e na década de 1980 há uma grande criação de núcleos de pesquisas sobre mulheres, depois nomeados de grupos de discussão de gênero.

A presença das mulheres nos escritos acadêmicos vem crescendo, em função de um conjunto de fatores que tem dado visibilidade às mulheres, mediante sua conquista de novos espaços. Um primeiro fator seria a maior presença feminina no mercado de trabalho, inclusive nas universidades, conjugada à expansão da luta das mulheres pela igualdade de direitos e pela liberdade, numa conquista do espaço público que derivou da afirmação dos movimentos feministas (MATOS, 2000, p. 9).

Uma diversidade de temas torna-se centro de investigação para grupos de mulheres. A violência, em suas mais variadas formas, sobretudo a doméstica, até então vista como

⁹³ “Una imposibilidad de la teoría feminista de reconocer su lugar de enunciación privilegiada dentro de la matriz moderno colonial de género, imposibilidad que se desprende de su negación a cuestionar y abandonar este lugar a costa de ‘sacrificar’, invisibilizando diligentemente, el punto de vista de ‘las mujeres’ en menor escala de privilegio, es decir las racializadas empobrecidas dentro de un orden heterossexual” (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014, p. 209)

naturalizada passa a ser debatida. Assim como o corpo, o poder e o discurso. Os múltiplos feminismos procuram se criar e denunciar suas demandas com a criação de fóruns, congressos, eventos de magnitude internacional na perspectiva de romper com a estrutura opressora que se instaura na América Latina e se torna mais agudo quando do processo de neoliberalismo acelerado, durante a década de 1990.

Tengo muy claro que América Latina, en cuanto tal, no es una región del mundo donde se produce el pensamiento hegemónico, sino que sus sectores privilegiados lo reproducen, ejerciendo cierta violencia interpretativa para adecuar su realidad a los postulados de un pensamiento con el que consienten (GARGALLO, 2012, p. 156).

Estar na academia é fazer política (PEDRO, 2005, p. 173). O engajamento, a militância a partilha de saberes e cotidianos, fez com que as mulheres pudessem observar com novos olhos diversos discursos e práticas que outrora seriam impossibilitados. Com isso, não queremos dizer que a universidade na América Latina ainda não tenha barreiras por serem vencidas, muito pelo contrário, mas deixar de constatar avanços significativos como esse é fechar os olhos e esquecer a luta de intelectuais feministas por mudanças.

El feminismo, en la academia, comparte la subordinación intelectual producto de la neocolonización imperante en muchos ámbitos del continente. La mayoría de los textos que se escriben sobre feminismo en América Latina tienen un noventa por ciento de referencias extranjeras. Quisiera recordar las palabras de la chilena Margarita Pisano, que afirmaba que ¡citar es político! (GARGALLO, 2009b, p. 421).

Os múltiplos feminismos, com sua grande diversidade cultural de raça e classe unem-se na reivindicação de uma agenda única em prol de uma educação emancipatória em vários países latino-americanos. Para as feministas, ocupar a academia é, ao mesmo tempo, adquirir ainda mais poder na formação e solidez de pesquisadores/as-militantes, que fazem desse espaço de embates conservadores um espaço de discussão feminista.

Es igualmente difícil encontrar una teoría o un método feminista antes de que el movimiento feminista irrumpiera en el escenario académico hacia 1975, impulsando la creación de cátedras, centros de estudio y programas para teorizar lo ya impulsado en la escena política (GARGALLO, 2009b, p. 423).

Discursos mais conservadores apontam para a desvalorização do pensamento feminino por parte da academia. Esse menosprezo é essencialmente um ato político de caráter notadamente conservador, que demonstra a teoria do patriarcalismo dentro da ciência. Para Gargallo (2009b) “*Las mujeres han sido sistemáticamente expulsadas de la construcción de conocimiento, porque basan sus afirmaciones sobre la realidad en justificaciones que están muy desvalorizadas por la epistemología tradicional*” (GARGALLO, 2009b, p. 427).

Nesse prisma evidenciado, os escritos levantados por Connell (2012), com a teoria do Sul,⁹⁴ corroboram com a proposta.

Estruturas de gênero e de classe são criadas sob condições únicas no mundo colonial, e não simplesmente importadas ou modificadas. Sempre que mencionamos o outro componente das análises “interseccionais” atuais – raça –, estamos diante de uma das mais fundamentais criações do colonialismo, pois conceitos modernos de raça são precisamente um produto tardio do Império (CONNELL, 2012, p. 12).

A difusão, por meio eletrônico é também uma maneira de lidar com custos, das publicações tradicionais, impressas, em papel, na qual procura ampliar a difusão da produção científica, que coloca a produção de periódicos num custo muito baixo. Haja vista que os investimentos estão cada vez mais escassos no que se refere à divulgação dos periódicos, por parte dos departamentos universitários, assim como das ONGs, além de ser uma maneira de ocupar novos espaços e estes, por sua vez, mais abrangentes, superando obstáculos, geográficos, financeiros e editoriais. “Várias universidades da América Latina têm hoje a preocupação de integrar em seus diversos departamentos centros de estudos feministas: publicações e congressos estudam questões da atualidade a partir da ótica das mulheres” (GEBARA, 2000a, 37-38).

Por último, De Barbieri destaca três pontos essenciais para uma crítica feminista do conhecimento.

a) acabar con lo que se ha llamado más recientemente la “ceguera de género” en la investigación social; b) producir conocimientos que den cuenta de las condiciones de vida específicas de las mujeres; c) producir una teoría o los conocimientos necesarios para liquidar la desigualdad y subordinación de las mujeres, es decir, que tenga referentes (más o menos inmediatos) para la acción política feminista (cualquiera que sea el sentido de la misma)” (DE BARBIERI, 1998, p. 105-106).

⁹⁴ Associamos aqui a Teoria do Sul com as Epistemologias do Sul (SANTOS; MENESES, 2010), pois ambas tratam da valorização dos saberes múltiplos com a perspectiva de inovação de conhecimento não hegemônico.

3.5. EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS

O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico. (RAGO, 1998, p. 23-24).

A epistemologia feminista consiste, em grande medida, na criação de cenários onde a justiça social, a equidade de direitos e a participação democrática sejam uma realidade ampla e concreta. Para tanto, utiliza-se dentre outras formas, das análises de gênero, com suas diversas problemáticas, para alcançar esse objetivo.

La epistemología es la rama de la filosofía que estudia la definición del saber y la producción de conocimiento. Con esa perspectiva, sus líneas de trabajo buscan dar respuesta a qué conocemos, cómo conocemos y qué tipo de conocimiento producimos a partir de lo que conocemos (CASTAÑEDA, 2008, p. 33).

A desconstrução de uma mentalidade patriarcal é o princípio dessa jornada. O feminismo filosófico⁹⁵ tal como define Amorós (2000, p. 10) é um caminho bastante promissor

⁹⁵ Ao invés de utilizar filosofia feminista. Nas palavras de Amorós (2000, p. 10), “*La expresión ‘filosofía feminista’ parece connotar un quehacer constructivo y sistemático que, de hecho, estamos aún en condiciones precarias para abordar: sin contar con los problemas que en la actualidad plantea hacer filosofía sistemática en general, feminista e no. Los rendimientos deconstructivos priman, pues, sin duda, sobre los reconstructivos y, si es que llegase a ser posible hacer una filosofía feminista, a lo mejor, por ello mismo, dejaría de tener sentido: las feministas podríamos entonces sentirnos, cómodamente y sin trampas, identificadas con la filosofía que harían todos y todas. (Las ‘pensadoras de la diferencia sexual’ discreparán radicalmente, por razones que quizás ya pueden intuirse y sobre las que volveremos, de estas estimaciones más). Prefiero, por estas razones teóricas y algunas otras de orden pragmático, hablar más bien de feminismo filosófico*” Gargallo (2009b) também salienta o uso do termo além de criticar a utilização desmedida de teóricas fora da América Latina invisibilizando a produção das mesmas. Para tanto diz que “*En el siglo XX, la difusión de los ideales de igualdad entre mujeres y hombres y la creciente conciencia de la exclusión sistemática de los aportes de las mujeres al saber colectivo -y de la visibilidad de su condición y necesidades-, dio origen al conjunto de teorías feministas que confluye en el feminismo filosófico de América Latina y el Caribe. Este tiene escasa difusión y se ha analizado muy poco, aun condensando el pensamiento del movimiento político y social más importante del siglo XX. Un grave problema para ello es que la academia prioriza la lectura de los textos feministas de los países desarrollados y no toma en cuenta a las pensadoras latinoamericanas como teóricas. El feminismo, en la academia, comparte la subordinación intelectual producto de la neocolonización imperante en muchos ámbitos del continente. La mayoría de los textos que se escriben sobre feminismo en América Latina tienen un noventa por ciento de*

para essa campanha. O feminismo filosófico é uma maneira de pensar, por outras vias, as contribuições das mulheres para a história do pensamento universal, com uma espécie de revisão da história do pensamento humano. O ativismo é uma das maneiras mais profícuas para se obter resultados exitosos nessa caminhada. Sendo assim, ter em mente, que a epistemologia feminista não pretende ser a única base de produção do conhecimento, mas uma maneira de ampliar essa concepção. A amplitude desse método está justamente no envolvimento de outras epistemologias, assim como de categorias analíticas plurais, superando a ideia de dicotomia ou mesmo de pensar que somente analisaria as mulheres.

La epistemología feminista insiste una y otra vez en el carácter falaz de esta separación entre sujeto cognoscente y objeto cognoscible, puesto que, la investigación en la que se sustenta dicho conocimiento está cargada de sesgos de género que no alcanzan a ser contenidos por el procedimiento aplicado. Esos sesgos están presentes en la selección de temas a investigar, en las decisiones metodológicas, en el desarrollo de la investigación, así como en la interpretación de los datos y la exposición de los hallazgos (CASTAÑEDA, 2008, p. 36).

A construção da ideia de pensamento feminista autônomo, dentre outros elementos, visa superar a lógica patriarcal, e nestes termos, concordando com Castañeda (2008, p. 9), fundar novos métodos, novas epistemologias para que se possa superar modelos conservadores. Como se pode construir conhecimentos diferenciados que apontem novas formas de pensar se os métodos utilizados para a investigação ainda são os mesmos? Bourdieu (2003) nos informa que não “podemos esperar sair deste círculo se não encontrarmos uma estratégia prática para efetivar uma objetivação do sujeito da objetivação científica” (BOURDIEU, 2003, p. 13).

Desse modo, uma epistemologia feminista promove, entre outros fatores, a revisão do universalismo científico, a superação do dualismo, a descoberta de outros canais de diálogo e uma revisão da historiografia, incluindo o cotidiano das mulheres (GEBARA, 2000a, p. 115-122).

Nessa direção, em relação a uma proposta de definição acerca da epistemologia feminista concordamos com Castañeda (2008) quando afirma que

Al mismo tiempo, [a epistemología feminista] propone nuevos acercamientos teóricos y metodológicos para desmontar los sesgos de género de la investigación convencional, abriendo también líneas de indagación sobre temas no explorados desde esa misma perspectiva (CASTAÑEDA, 2008, p. 12).

referencias extranjeras. *Quisiera recordar las palabras de la chilena Margarita Pisano cuando afirmaba que ¡citar es político!*” (GARGALLO, 2009b, 420).

Corroborando com essa premissa, Connelly define a metodologia feminista⁹⁶ como “...contextual, experiencial, multimetodológica, no replicable y comprometida...” (CONNELLY, 1998, p. 45). Podemos então, mediante estas concepções, afirmar que a perspectiva de uma metodologia feminista está alicerçada, sobretudo, em diversas argumentações, sendo elas:

- a) Multiplicidade de fontes;
- b) Diversidade de aportes teóricos/conceituais;
- c) Posicionamento político do/a pesquisador/a.

A grande contribuição de uma epistemologia fundada mediante o feminismo latino-americano é de revisão da própria contribuição do feminismo enquanto movimento global (FEMINÍAS, 2007, p. 14). De perceber que nossos questionamentos são importantes, necessários e urgentes. Que é um campo muito fértil, e ainda fazer a crítica do não estudo da concepção pelas/os próprias/os feministas, estando, muitas vezes, numa linha de dependência de teorias “alheias” a nossa problemática local, ou mesmo, como salienta Feminías (2007, p. 14), alicerçados no chamado tráfico teórico. As epistemologias do Sul, mediante suas enormes contribuições teóricas, faz-nos refletir ainda mais sobre essa prática.

Nuestros discursos alternativos favorecen la ruptura político-epistemológica de los contextos naturalizados y abren espacios de comprensión y de resignificación. Al hacerlo, generan espacios diversos para pensar, explicar y dar voz propia a las múltiples fuerzas étnicas, sexuales, económicas, culturales que se precipitan en el lugar de lo nuevo. Como no hay explicaciones simplistas ni transformaciones que no requieran comprensión de conjunto, los procesos de cambio implican, al mismo tiempo, mayor conciencia de sí y mayor reconocimiento del Otro/a, en un continuo interjuego (FEMINÍAS, 2007, p. 14-15).

3.5.1. Hermenêutica de Gênero ou Hermenêutica Feminista

Compreender hermenêuticamente as questões que versam acerca da categoria gênero é, segundo Gebara (2000a, p. 38), procurar uma interpretação de relações das próprias mulheres enquanto seres humanos. Para tanto, afirma que “*hablar de hermenéutica del género, estamos*

⁹⁶ Metodologia feminista em nosso texto é compreendida como múltipla, estará no singular para fazer-se compreender melhor segundo a estrutura idiomática, porém, estando inserida na concepção todas as proposições enunciadas acima. “*El feminismo se ha nutrido del pensamiento científico y, al mismo tiempo, sus exigencias críticas han propiciado el desarrollo científico así como el pensamiento filosófico*” (LAGARDE, 2004, p. 15).

introduciendo la realidad del género como un instrumento de interpretación de nuestras relaciones” (GEBARA, 2004, p. 112).

A interpretação para além do próprio texto, em outras palavras, o sentido da coisa, é uma necessidade de concepção da chamada nova hermenêutica, notadamente gadameriana. É como nos diz Dias (1994), que “A hermenêutica apreende o sujeito como parte do mundo e não o mundo do sujeito, de modo que desvenda a possibilidade de novas formas de apreensão da subjetividade feminina em outras épocas do passado” (DIAS, 1994, p. 373-374).

Amorós (2000, p. 63) destaca o papel da hermenêutica como metodologia de análise para o feminismo, enquanto movimento político. Procura interpretar o sujeito em sua totalidade, algo que foi impensado ou posto de lado durante a modernidade.

las feministas deberíamos aplicar la hermenéutica de la sospecha a las deconstrucciones del sujeto que provienen de esa estirpe: nuestras intenciones críticas con respecto al sujeto no pueden converger, porque no van para nada en la misma dirección (AMORÓS, 2000, p. 70).

Daí a necessidade de utilização desse método de análise advindo do pensamento filosófico por diversas pensadoras feministas em sua investigação nas mais diversas problemáticas instauradas pela discussão, nos mais diversos campos do saber. “*La introducción de la hermenéutica del género, a partir de los análisis feministas, llevó a varios grupos de mujeres a sentirse al margen de las formulaciones tradicionales del cristianismo*” (GEBARA, 2004, p. 129-130).

A hermenêutica feminista⁹⁷, em nossa leitura, irá proporcionar a observação de prismas que até então não haviam sido levantados, ou mesmo foram negligenciados ao longo do tempo. Sendo assim, a ampliação de um feminismo filosófico (AMORÓS, 2000) se edifica, influenciando uma enorme gama de novas análises que por ventura venham a ser propostas. Nesse sentido, podemos afirmar que a teologia, na América Latina, aprofunda e enraíza a contribuição de pensadoras, teólogas da libertação, para a ampliação do conceito hermenêutico e sua aplicabilidade, enquanto ferramenta metodológica, para nosso cenário investigado. (TÁMEZ, 1998, p. 75).

Beauvoir, enquanto filósofa existencialista, tem sua obra analisada à luz da hermenêutica e, para tanto, as pensadoras que a estudam propõem uma concepção hermenêutica própria. “*La hermenéutica existencial de Beauvoir, como lo hemos visto, desde este punto de*

⁹⁷ Para uma maior fundamentação de uma crítica hermenêutica feminista numa concepção pós-estruturalista Catillo (in AMORÓS; MIGUEL, 2007, p. 61-120) e Amorós (in AMORÓS; MIGUEL, 2007, p. 215-264).

vista, puede ser asumida como radicalización ontológica de la crítica ilustrada” (AMORÓS, 2000, p. 103). Percebe-se a crítica ao sentido de modernidade que a filosofia, em várias correntes filosóficas, empreendeu em nome da edificação do conhecimento humano.

Gargallo (2006) nos aponta ainda a ideia de hermenêutica do poder. Na qual, esta pode ser utilizada como forma de subversão do conhecimento na maneira de oposição aos modelos que se pretendem totalitários e/ou hegemônicos. Ou ainda, como afirma a própria Gargallo (2006), *“un saber que coloniza el espacio del pensamiento de las otras culturas”* (GARGALLO, 2006, p. 20). Há ainda uma referência às concepções de uso de poder na perspectiva levantada por Quijano (2005)⁹⁸. *“La hermenéutica del poder es la única hermenéutica a la que se opone el pensamiento oficial, porque desencadena el conocimiento de la resistencia como un elemento triunfante frente a las imposiciones”* (GARGALLO, 2006, p. 30).

Nossa investigação perpassa a ampliação do horizonte de construção do feminismo, sobretudo, latino americano. Para tanto, fizemos uso de diversas correntes de pensamento para

⁹⁸ Quijano (2005) define a colonialidade do poder, exercida sob múltiplos aspectos, tais como: poder-saber, ser e o poder sobre a natureza, como fazendo parte do processo de globalização promovido pelo colonialismo e sendo mais duradouro que este (p. 117) e estando vinculada a especulação do capital exercida sobre a expropriação dos povos colonizados. Valdivieso (2012) também define o conceito e discorre sobre o papel dos países latino-americanos em compreender sua posição de superação do colonialismo, num autoentendimento. *“Una primera cuestión que me parece relevante para las feministas de América Latina es hacerse cargo del lugar de enunciación y de las voces que recogemos. El feminismo en Latinoamérica no ha estado libre del colonialismo que ha impregnado nuestro modo de conocer. La “colonialidad”, entendida esencialmente como la relación de hegemonía y dominación cultural, mental, que está ligada pero es distinguible y más profunda que la dominación política y económica “colonial”, se ha expresado en la elección de nuestros objetos de estudio, en las protagonistas de nuestros escritos, en las historias que nos han interesado y en cómo las hemos abordado, es decir en la matriz epistemológica que hemos ido construyendo. Sin duda los estudios feministas han evolucionado desde los estudios de “la mujer” que tenía como categorías resonancias universalistas, a utilizar la categoría “mujeres”, con la que se pretende dar cuenta de la diversidad y heterogeneidad del universo nombrado. Sin embargo, la colonialidad del saber se hace perfectamente evidente a la hora de rastrear lo que hemos estudiado las investigadoras dedicadas al género o la historia de las mujeres, hemos seguido de alguna manera el molde europeo y la matriz histórica, que dio origen en la época moderna al movimiento feminista. No hemos recogido, por tanto, ni temporal ni socialmente, todo el andar de la lucha de las mujeres latinoamericanas por su emancipación. No se trata de desconocer los aportes de las experiencias de lucha y reflexión del feminismo europeo, ni de excluir “a las de allá”; se trata de no actuar con una perspectiva colonial y establecer relaciones no jerárquicas, también en el ámbito del conocimiento, de los saberes, de la memoria, dentro de la reflexión y práctica de las luchas por la emancipación de las mujeres. Las feministas de AL comprometidas con los procesos de recuperación del continente, con toda su diversidad humana, como lugar de enunciación tenemos planteado el desafío de aportar a la descolonización para hacer del feminismo latinoamericano, una referencia útil y significativa para las mujeres de las naciones originarias, las afrodescendientes y las mestizas. Este trabajo se ha iniciado con los estudios sobre las mujeres invisibilizadas por la historia oficial y da muestras de importantes avances en la actualidad con los debates localizados en Bolivia, Ecuador, Centro América, entre otros. Una segunda cuestión o desafío tiene que ver con la imperiosa necesidad de asumir que nuestra (personal) perspectiva de las relaciones de género no es “universal”. La diversidad y pluralidad del ser mujer en Latinoamérica obliga, por ejemplo, a aceptar que la división binaria hombre/mujer, como opuestos jerarquizados no es entendida así por mujeres indígenas. Para establecer los diálogos y las alianzas que requerimos, y avanzar en los procesos de democratización de las relaciones de poder, debemos reconocer las experiencias de vida y respetar las cosmovisiones diferentes”* (VALDIVIESO, 2012, p. 35).

delinear a perspectiva feminista. Nessa direção, concordamos com Támez (1998, p. 75) quando afirma que a hermenêutica não é fixa e que para perceber essas modificações a mesma deve estar em constante investigação. Os pensadores que seguem não são necessariamente feministas, porém seus métodos acabam por influenciar, de maneira concreta, nossa construção teórica.

- **Uma Hermenêutica Feminista: A Análise Gadameriana**

A compreensão deve ser pensada menos como uma ação da subjetividade e mais como um retroceder que penetra num acontecimento da tradição, onde se intermedeiam constantemente passado e presente (GADAMER, 2015, p. 385).

A análise hermenêutica gadameriana parte da premissa de que o ser, independentemente do gênero, é plural. É uma nova concepção de interpretação dentro da própria teoria hermenêutica, baseada numa compreensão e autocompreensão (GADAMER, 1981, p. 71-72). Daí, não podendo caracterizar todas as mulheres de uma mesma maneira enquanto grupo, há referências gerais. Porém essas não devem ser tomadas de maneira generalizada. Por exemplo, nem toda mulher é latino-americana, nem toda feminista é emancipada, nem toda religiosa é submissa, nem toda violência é praticada contra às mulheres e assim por diante. Isso, segundo os/as hermeneutas, não significa um relativismo absoluto, como afirma Hoffmann (2003).

[...] yet that does not entail an uncritical acceptance of the reductive and oppressive elements of the tradition that feminist theorizing takes issue with. In this way, philosophical hermeneutics fulfills two important conditions for feminist theorizing: namely, a sensitivity to the historical and cultural situatedness of knowledge seekers, and the critical power to challenge reductive universalizing tendencies in traditional canons of thought⁹⁹ (HOFFMANN, 2003, p. 82).

Contudo, essas categorias contêm traços gerais, as chamadas pressuposições. (WARNKE, 2003, p. 59). Gadamer (1976) procura um outro sentido para a expressão preconceito, à medida em que a palavra deve ser interpretada em seu âmbito original. Para tanto, explica que os

⁹⁹ “Ainda que não implica uma aceitação acrítica dos elementos redutivos e opressivos da tradição que a teorização feminista discorda. Desta forma, a hermenêutica filosófica cumpre duas condições importantes para a teorização feminista: a saber, uma sensibilidade à situação histórica e cultural das pessoas que procuram o conhecimento, e a potência crítica para desafiar as tendências universalizantes redutivas em cânones tradicionais de pensamento”. Tradução nossa.

Prejudices are not necessarily unjustified and erroneous, so that they inevitably distort the truth. In fact, the historicity of our existence entails that prejudices, in the literal sense of the word, constitute the initial directedness of our whole ability to experience. Prejudices are biases of our openness to the world¹⁰⁰ (GADAMER, 1976, p. 9).

Não somente essas características em torno de temas caros as mais diversas correntes do pensamento feminista são objetos de discussão entre as mesmas. Essa experiência de conceituação pode acarretar uma diversidade de fatores, que podem vir a ser compreendidos como positivos ou não.

The problem that the category of women presents for a feminist politics goes beyond its inability to account either for differences among groups of women or for tangible conflicts in their understandings of their lives, needs, and interests¹⁰¹ (WARNKE, 2003, p. 60).

Em relação ao pré-conceito (*Ver-urteil*), a hermenêutica gadameriana amplia essa análise ao julgar o pensamento anterior que julga, o pré-juízo (*Urtiel*) da forma radicada em sua origem, antes da ideia (WESTPHAL, 2008, p. 667). Gadamer, ou a interpretação de sua concepção de hermenêutica, procura analisar a luz de uma efetiva-história (*effective-history*), (WARNKE, 2003, p. 68). Isto é, o significado é dado mediante a pré-noção que o/a interlocutor/a possui. Em outras palavras, é a construção do significado, do significante acerca de um signo dado levando em consideração toda a bagagem histórica e cultural que o/a interlocutor/a possui acerca de uma interpretação, nas palavras de Gadamer, situando o sujeito historicamente.

Corroborando com essa concepção, Westphal (2008) nos expõe que “Nada é simplesmente dado, puro ou não influenciado por nossa postura receptiva” (WESTPHAL, 2008, p. 651).

Dias (1994) nos aponta diversas questões sobre a utilização da hermenêutica nas análises da pesquisa das ciências humanas, sobretudo, a ciência histórica. Sendo assim, afirma que a interpretação é um dado provisório em relação ao conhecimento (DIAS, 1994, p. 377),¹⁰²

¹⁰⁰ “Preconceitos não são necessariamente injustificados e errôneos, de modo que inevitavelmente distorçam a verdade. De fato, a historicidade de nossa existência implica que os preconceitos, no sentido literal da palavra, constituem o direcionamento inicial de toda a nossa habilidade de existência. Os preconceitos são predisposições da nossa franqueza para o mundo”. Tradução nossa.

¹⁰¹ “O problema que a categoria das mulheres apresenta para uma política feminista vai além de sua incapacidade para dar conta tanto as diferenças entre os grupos de mulheres ou de conflitos tangíveis em seu entendimento de suas vidas, necessidades e interesses”. Tradução nossa.

¹⁰² “Nesse sentido, a hermenêutica do cotidiano, em vez de relativizar e fragmentar, participa em cheio da busca de conhecimentos novos para seres sociais, concretos, e, pois, diferenciados, culturalmente diversos e diversificáveis, que possam tomar a forma de consensos ou verdades parciais para determinados grupos da sociedade” (DIAS, 1994, p. 379).

podendo sofrer alterações ao longo do processo de construção do conhecimento. Porém também salienta sua contribuição na documentação das diferenças.

A historicidade do próprio conhecimento num mundo em processo de transformação e de mudanças parece constituir um primeiro passo para encaminhar a discussão de um método dos estudos feministas. Vale dizer, endossar a teoria do perspectivismo, do historicismo, que parte de um “ponto de inserção” do objeto de estudo para a partir deste ponto construir as balizas do seu conhecimento (DIAS, 1994, p. 376).

A procura por significar o conhecimento pode ter sido a prerrogativa dada para a criação de elementos homogeneizadores do mesmo. Sendo assim, os estudos feministas, conforme nos apresentou Dias (1994), é uma prática cotidiana de revisão e ampliação, além de combate a essas concepções estanques.

“A tradição é a fonte primária dos preconceitos sem os quais a compreensão, incluindo a compreensão crítica, não seria possível” (WESTPHAL, 2008, p. 668). Esta tradição, como podemos observar em algumas passagens do texto de Gadamer e de suas comentadoras, está imbricada de historicidade. Podendo trazer consigo elementos de autoestima (LAGARDE, 2000), empoderamento (LAGARDE, 2006) ou de sujeição. Porém, pode significar potência, no sentido de acúmulo para uma superação, concepção esta que os alemães chamam de *Bildung*.¹⁰³

¹⁰³ Hegel foi um pensador que não se debruçou acerca da educação, nos cânones mais tradicionais dos textos pedagógicos, porém, mediante a leitura de sua obra e seus comentadores, podem ser extraídos elementos para esse processo. Desde o período do romantismo, sobretudo alemão, a *Bildung* (podendo ser compreendida como formação cultural ou cultivar-se), é trabalhada por diversos pensadores. Dentre os quais destacamos aqui Kant, Hegel, Nietzsche e Adorno, entre outros. Hegel (2010) destaca que o processo educacional de seu tempo serve, para muitas realidades, como um modelo a ser adotado. Destaca a constituição de suas concepções acerca da alteridade do Espírito (*Geist*) em fases, que vão da infância a idade adulta – num processo de evolução. Além disso, outro aspecto central para se alcançar essa elevação do Espírito se dá a partir da dialética hegeliana, onde as etapas contradizem-se (Tese e Antítese) para assim concluir numa síntese (ideia final), porém, essa estrutura não estaria determinada e imutável, pois a síntese estaria sujeita, a partir da noção de temporalidade, a ser reconhecida como Tese e daí gerando uma Antítese, numa proposta de reavaliar constante. A concepção sobre o papel desempenhado pelo Estado na concepção de Hegel (RAMOS, 2003), (TAYLOR, 2005), (HEGEL, 2010) é determinante para percebermos o quanto a estrutura Moderna está impregnada do mesmo, pois o Estado controla/rege a ideia de Razão Última, o mesmo é controlado e determinante para a elevação do Espírito. O maior nome do Idealismo Alemão (Período do Romantismo) que busca associar a saída do estado de infantilidade, no qual nos encontramos na infância, até alcançarmos o entendimento (a autoconsciência), que, para o mesmo, deve estar sujeita a coletividade promovida pelo Estado. A constante busca do encontro da Razão (*Vernunft*), compreendida como razão superior, deveria superar o sujeito concebido pelo dualismo e o mecanicismo moderno. Pois, para Hegel, o Ser (*Sein*) é forma, expressão de elucidação, um constante desvelar-se, o ser para saber (*sein bis kennt*). A História (*Geschichte*), entendida como um processo de evolução contínuo de formação do ser, está baseada numa visão cíclica, onde o sujeito, através das estruturas pedagógicas, desenvolvidas pelo Estado, deve ser elevado, superando o Entendimento (*Verstand*) e alcançando a Razão do Espírito, que chegaria na idade adulta. Portanto, para Hegel não há verdades eternas, pois, as temporalidades trazem inquietações/problemáticas/paradigmas distintos. Por isso, a fixação da filosofia na história. O Espírito do Mundo (*Geist der Welt*) é a soma de todas as manifestações humanas, pois somente os seres humanos (homens) possuem espírito. E esse espírito faz com que haja uma marcha através da história. A ideia de Modernidade é em Hegel maturada, ganhando densidade, pois poderia ser, e em alguns casos era, mera especulação da metafísica. A emancipação do ser, anunciada por Adorno (2010) ou da discussão proposta pelo mesmo, afirma que o sujeito está sendo visto num rompimento da tradição Iluminista, puramente kantiana, ligada ao esclarecimento (*aufklärung*),

Gadamer (1981) procura não fechar a ideia em si mesma, sugerindo que esse é um caminho de equívocos. Nesse sentido, podemos afirmar que a transitoriedade de significados e significantes é um constructo histórico.

Una interpretación definitiva parece ser una contradicción en sí misma. La interpretación es algo que siempre está en marcha, que no concluye nunca. La palabra interpretación hace pues referencia a la finitud del ser humano y a la finitud del conocimiento humano, es decir, que la experiencia de la interpretación contiene algo que no se daba en la autoconciencia anterior, cuando la hermenéutica era atribuida a ámbitos especiales y se la aplicaba como una técnica para la superación de las dificultades de los textos difíciles. En aquella época, la hermenéutica era comprensible como teoría del arte; hoy ya no lo es más (GADAMER, 1981, p. 75).

rompendo com o mesmo a partir, de uma própria definição, de hegelianismo. Ou seja, a função dialética na complementariedade do sujeito, transformando o mesmo constantemente, tirando-o de uma padronização. Embora, percebamos limitações com relação a isto, como fora mencionado nas homogeneidades marxistas, porém, Becker adverte para isso, onde a “*adaptação não deve conduzir à perda da individualidade em um conformismo uniformizador*” (BECKER in ADORNO, 2010, p. 143). Nas palavras de Becker, fugir dos “*modelos ideais*” (BECKER in ADORNO, 2010, p. 140). Ainda será trabalhada o conceito de cultura de massa e emancipação do sujeito mediante o processo de empoderamento do conhecimento mediante a educação (*Bildung*), num senso mais formal do termo. São questionados métodos quantitativos introduzidos na educação alemã, como um todo, na qual se percebe a perda da identidade do ser e daí, busca-se a mudança numa perspectiva de construção para uma outra e nova realidade. Ao repensar o papel da educação formal é também, e sobretudo, pensar e ampliar a relação do eu com o mundo que me cerca. Assim, segundo Adorno (2010), haverá uma emancipação social, pois, o sujeito emancipado equilibrará essas forças. Uma educação, para ele, que por vezes surge como agressora, no sentido de extirpar o eu do sujeito. Expressões como cultura, alteridade, independência, barbárie, dialética, subjetividade, individuação e coletivização são amplamente trabalhadas no texto de Adorno. Nessa perspectiva, Hall (2006) vai procurar estabelecer paralelos entre tradições diversas e rompimentos entre identidades em temporalidades distintas, também trabalhadas por pensadores brasileiros, tais como Silva (2005), (2014), Moreira e Candau (2013), Barros (2016). Para Hall (2006), as mesmas, vão desde do Sujeito do Iluminismo, passando pelo Sujeito para a Sociologia e, por fim, do Sujeito Pós-Moderno. As três categorias, rapidamente, são descritas pelo autor que nos informa sobre pontos nevrálgicos das teorias. A crise das identidades põe em xeque os paradigmas sacralizados e nos evidencia uma tentativa de ruptura com os demais padrões estabelecidos, um dos exemplos disso é a explosão, a dimensão e a força que vários movimentos sociais possuem, mediante a busca dessa identidade. Corroborando com a perspectiva levantada pelos textos, Althusser (1970) irá trazer a concepção de educação e modelo escolar como categoria de dominação através do uso e coerção da ideologia dominante, através do que é chamado por ele de Aparelhos Ideológicos de Estado, sendo citada também a religião, o trabalho, a família e justiça, dentre outros, além dos Aparelhos Repressivos do Estado. Essa ideologia passa a ser um sistema de ideias ou representações que dominam o espírito do indivíduo ou de grupos sociais. Porém, numa concepção reducionista, em que a metafísica e a moral não possuem história (ALTHUSSER, 1970, p. 72), da qual discordamos, pois são constituições/categorias humanas e como tal possui origem. Althusser, analisando Marx, nos informa sobre as categorias serem frutos de sonhos, de construções meramente imaginárias. A luta de classes irá evidenciar essa busca pela subjetividade e a pertença do indivíduo a um grupo determinando, que para ele só poderia ser ou burguês ou anti-burguês, dicotomizando classes e pensamentos, de certa forma, limitando o universo de construção de valorização de saberes outros produzidos de “ambos” os lados. Percebemos e salientamos que muito das concepções marxistas conduziram a elementos de crescimento e fortalecimento para um raciocínio crítico reflexivo no processo educacional, porém, as suas limitações, aparentes, podem ser revistas e ressignificadas, buscando assim, compreender o sujeito e suas subjetividades, que são múltiplas, de maneira mais ampla.

3.5.2. METODOLOGIA FEMINISTA¹⁰⁴

La autoestima es memoria y olvido de lo que hemos sido y de quién hemos sido. Somos devenir y, salvo el instante del presente, todo en nosotras está en el pasado y en el porvenir. La identidad con una misma es el hilo finísimo que le da sentido a nuestra vida como existencia continua en el tiempo (LAGARDE, 2000, p. 29-30).

Diversas teóricas debruçaram-se sobre questões referentes a uma metodologia feminista e chegaram a muitas conclusões, porém, enquanto fio condutor da maioria, concordam com a existência de que uma metodologia feminista é concreta, cada vez mais, pois a mesma empreende, com sucesso, pesquisas e análises em diversos âmbitos, tanto que, mediante seu uso, a partir de sua concepção multiteórica, os diversos pensamentos feministas fazem uso dessa nova concepção metodológica. Como afirma Reinharz “... *that feminist methodology is the sum of feminist research methods*”¹⁰⁵ (REINHARZ, 1992, 240). Não havendo, segundo Mies (1998, p. 65) uma receita a ser seguida pelas/os pesquisadoras/es. A ideia de uma metodologia feminista fundada em elementos que não são “tradicionalmente” ligados aos cânones da ciência androcêntrica também são motivos de questionamentos realizados por Gargallo (2006, p. 41-59).

La metodología feminista que utiliza Bartra para analizar la común realidad del sexismo, así como las diferentes ideologías masculinas y femeninas, y el proceso artístico de las mujeres, expresa de manera explícita la relación entre política y filosofía. Esta metodología es “el camino racional que recorre una mujer con conciencia política sobre la subalternidad femenina y en lucha contra ello para acercarse al conocimiento de cualquier aspecto de la realidad” (GARGALLO, 2006, p. 76).

O ponto de partida de uma metodologia feminista é a própria experiência da mulher, autoconsciência, associada, sobretudo, à crítica ao modelo tradicional excludente de ciência.

El “ser” es un concepto abstracto y en consecuencia una abstracción teórica introducida por los filósofos. El “deber ser”, ligado al género en cuanto forma de comportamiento esperado y realizado, es, al contrario, concreto y nos introduce en

¹⁰⁴ Várias discussões existem com relação à metodologia feminista, porém muitas apontam, e é sobre estas que estamos alicerçando nossa pesquisa, para a interpretação de metodologias feministas (HARDING, 1996), (LAGARDE, 2000), (CASTAÑEDA, 2008). Procuramos deixar a mesma no singular por questões referentes à concordância gramatical da língua portuguesa.

¹⁰⁵ “...essa metodologia feminista é a soma dos métodos de pesquisa feminista”. Tradução nossa.

pautas sociales y culturales de comportamientos que pueden ser evaluados, corregidos, transformados. [...] El “ser” y el “deber ser” son a nuestra constitución del género; o sea, la constitución de identidades femeninas e identidades masculinas en relación unas con las otras (GEBARA, 2004, p. 113).

A metodologia feminista possui, por ponto central, considerar as problemáticas que envolvem as mulheres, entendidas aqui enquanto seres integrais, não em partes, mulher-mãe, mulher-sexo, mulher-trabalho, mulher-objeto, etc., e nem mesmo é a soma de todas elas, sem reducionismo.¹⁰⁶ Ela é, por si só, a integralidade do todo. Portanto, deixa de ser o *ser-para-os-outros*¹⁰⁷ (LAGARDE, 2012, p. 28) e torna-se o *ser-para-si-en-el-mundo* (LAGARDE, 2006, p. 62), numa tomada de empoderamento por si mesma, fruto de uma descoberta de suas condições e de criação de mecanismos de superação da mesma.

El Yo ha sido y antes fue; al principio de nuestras vidas inició su transcurrir. Todo lo que hemos sido está en nuestro cuerpo, en nuestra subjetividad; algo de cada una está en el mundo, está en los otros. La autoestima es síntesis del tiempo y conexión con otras y otros. Saber que provenimos de madre y padre, de qué madre y de qué padre, es un hecho de conciencia y de ubicación en la historia. Pero saber que somos nacidas de mujer, de una mujer, de ella, es el hecho nodal de la filiación y la identidad, ambas fundidas en una sola dimensión de la autoestima: nuestro lugar en la genealogía materna (LAGARDE, 2000, p. 30).

“*¿Qué cambiar personal y colectivamente? ¿Cómo hacerlo? ¿Cómo redefinir la autoestima? ¿Qué es necesario desaprender y qué es preciso aprender?*” (LAGARDE, 2000, p. 65). Precisamos fazer essas perguntas propostas por Lagarde, pois pensar uma metodologia feminista requer, em grande medida, um (re)aprender a olhar, é um refletir sob novos prismas.

Os estudos feministas participam em cheio do processo de reelaboração dos métodos das ciências humanas, pois parece indiscutível a necessidade de precisar novos métodos mais condizentes com a política das mulheres. Criticar totalidades e estereótipos universais é a principal opção teórica das estudiosas feministas. Necessariamente condicionada por conjunturas sociais, históricas, culturais determinadas, a consciência feminista adere ao historicismo, dadas as proporções relativistas que toma (DIAS, 1994, p. 374).

¹⁰⁶ A racionalidade, de cunho metonímico (SANTOS, 2006, p. 782), é que oferece a pretensa concepção de totalidade, numa construção de ordem, numa evidente acepção positivista. “Fundada na razão metonímica, a transformação do mundo não pode ser acompanhada por uma adequada compreensão do mundo” (SANTOS, 2006, p. 784). Nessa direção, com relação ao sentido empreendido e uma maneira de pensar a totalidade, Santos (2006) afirma que “Se o mundo é uma totalidade inesgotável (...) cabem nele muitas totalidades, todas necessariamente parciais, o que significa que todas as totalidades podem ser vistas como parte e todas as partes como totalidades. Isto significa que os termos de uma qualquer dicotomia têm uma vida (pelo menos) para além da vida dicotômica” (SANTOS, 2006, p. 801-802).

¹⁰⁷ Também podemos encontrar a expressão *ser-para* e *de-otros* (LAGARDE, 2011, p. 377), além de *ser-de-otros* (LAGARDE, 2006, p. 61). Foucault (2010b) trata de uma “*dupla temática do cuidado de si e do conhecimento de si: a obrigação para todo indivíduo de se preocupar consigo mesmo, imediatamente ligada, como sua condição, ao conhecimento de si. Ninguém pode cuidar de si sem se conhecer*” (FOUCAULT, 2010b, p. 43).

Como nos aponta Castañeda (2008), a sistematização de um conhecimento feminista empreende uma complexidade metodológica bastante ampla, procurando transformar os conhecimentos diversos em formas de saber compartilhados. Potencializando esses conhecimentos em novas discussões, em grande medida, sobre as próprias condições nos mais diversos setores, pelo qual as mulheres e sua universalidade temática atuam.

Centrar la investigación feminista en las mujeres, en sus experiencias (asumidas como recursos teóricos y empíricos), así como en su situación en el contexto de la organización social de género, tanto en estudios contemporáneos como históricos y filosóficos, ha traído consigo una creciente complejidad metodológica (CASTAÑEDA, 2008, p. 82).

Optar por uma metodologia feminista latino-americana implica, dentre outras escolhas, utilizar-se de um aporte político bem definido; um reconhecimento de uma teoria vasta, de amplas relações de métodos próprios, conforme nos aponta Restrepo (2012)

Lo cierto es que la pregunta por la existencia o no de la investigación feminista tiene también una profunda relación con los dilemas propios de la investigación social en general (la cuestión del método, la metodología, las técnicas, las corrientes teóricas y las relaciones interdisciplinarias) y en general con la cuestión de hacer ciencia. En ese sentido, el feminismo se alimenta de las discusiones sobre la forma de generar conocimiento, a la vez que propone nuevas perspectivas analíticas y profundas transformaciones que afectan la tradición científica (RESTREPO, 2012, p. 294).

Sobre a metodologia feminista, entendendo esse conceito numa pluralidade de análises outras e métodos de diferentes correntes de pensamento libertários, Mies (1998) nos aponta uma necessidade para uma metodologia feminista.

La necesidad de encontrar nuevos métodos y un concepto de la investigación no será sentida sino cuando las mujeres que laboran en las universidades transformen las ciencias en instrumento contra la opresión y explotación de las mujeres y cuando se dispongan a modificar el status quo (MIES, 1998, p. 64).

Essa metodologia leva em conta as questões da mulher, suas relações, sociais e históricas, suas identidades e, sobretudo, a ideia de autoconsciência de ser mulher com suas problemáticas, etc.

El objetivo es, en este sentido, contribuir a que cada mujer vea, ilumine desde la visión del mundo feminista lo oculto y lo negado; que haga visible lo invisible y nombre lo innombrable. Y en ese camino descubra cosas; al hacerlo quedarán evidenciados sus valores e interpretaciones patriarcales (obviamente autodestructivos), y puede dar el siguiente paso (LAGARDE, 2000, p. 70-71).

Tomando por base as análises realizadas por Lagarde (1996, 2000, 2011), observamos a construção de uma metodologia feminista por meio de uma utilização de novos valores dados

aos conhecimentos, numa perspectiva não hegemônica, que rompe com estruturas sectárias que apontam para a perpetuação das diversas exclusões.

En ese sentido, la pretensión básica de la metodología feminista sería plantear los problemas a investigar desde la perspectiva de ahondar en la búsqueda de los conocimientos que permitan a las mujeres actuar críticamente en pos de erradicar la desigualdad de género y democratizar a las sociedades contemporáneas. De manera paralela, esos aportes se insertarían en el proceso de desmontaje del androcentrismo en la ciencia (CASTAÑEDA, 2008, p. 80-81).

Para tanto, outras maneiras de fazer ciência – e conseqüentemente sua concepção de saber(es) – tornam-se imperativas. Restrepo (2012, p. 295-302) trabalhando “*El feminismo*” de Andrée Michel, lança a questão da observação de diversos olhares críticos em relação a tudo aquilo que fora estabelecido como verdade, numa espécie de crítica desse modelo de monismo. Para tanto, nos sugere questionar o *cronocentrismo*, o *estatocentrismo*, o *androcentrismo* e o *eurocentrismo*.

O primeiro refere-se à ideia de rigidez de noção de tempo atribuída aos saberes históricos, seguindo numa mesma metodologia de cânone positivista. Não alterando assim as metodologias e permanecendo apenas com uma tentativa de discurso libertador, caindo, desta forma, numa armadilha. O estatocentrismo é uma nova roupagem ao etnocentrismo. Para André Michel, é necessário quebrar essas concepções para que assim se possa construir novas e sólidas bases dessa metodologia feminista.

A introdução de temáticas de gênero, raça e classe são características que visam romper com essas ideias estanques promovidas pelas concepções apresentadas. Porém, adverte Restrepo (2012, p. 301) que Michel não considerava, quando da publicação desse texto, que existisse um feminismo forte fora do círculo, sobretudo, acadêmico europeu e norte-americano. Mas, que ao visitar a América Latina, rompeu com esse pensamento e começou uma série de artigos sobre esse impulso dado à concepção de feminismo que a *Nuestra América* passou a apontar.

O *androcentrismo*, um olhar masculinizante de toda produção de conhecimento humano, segregando e procurando ocultar toda a contribuição trazida por outras epistemologias e metodologias (LAGARDE, 2011), (GEBARA, 2000a). E, por fim, *eurocentrismo*, um conhecimento colonial, que recebe uma crítica contundente dos chamados estudos pós-coloniais, que refletem sobre a classificação do mundo a partir da perspectiva do colonizado.

Com relação à ideia empreendida de metodologia, Graf (2011) destaca a contribuição dada às chamadas ciências sociais e o seu olhar sobre as vidas de mulheres e homens. Para elas

ciencias sociales y humanidades, las investigadoras feministas escuchan muy atentamente lo que las mujeres informantes piensan acerca de sus propias vidas y de las de los hombres, y mantienen posiciones críticas frente a las concepciones tradicionales sobre las vidas de hombres y mujeres. Observan también algunos comportamientos de mujeres y hombres que desde la perspectiva de las disciplinas tradicionales no son relevantes (GRAF, 2011, p. 108).

A técnica de pesquisa, utilizando-se de elementos informais ou não usuais para o cânone do paradigma tradicional, é um dos focos de uma metodologia feminista (MIES, 1998, p. 64), (CASTAÑEDA, 2008, 95). Lagarde (2011, p. 79) denomina a metodologia feminista como sendo uma forma de transgressão aos rigores.¹⁰⁸ Nesse sentido, Lagarde (2000, p. 66) propõe algumas situações.

1. Diversas formas de reflexão, analítica e cognoscitiva, das terapias psicológicas;¹⁰⁹
2. Seminários e grupos analíticos (derivando-se em pequenos grupos – de formação –, assim como ações voltadas para uma educação popular e, por fim, ações de grupos feministas – militância);¹¹⁰
3. Estudos teóricos das condições genéricas e da situação das mulheres;
4. Criação de uma historicidade feminina ou, como alguns denominam, uma história das mulheres, baseadas na sua experiência, nas biografias e testemunhos de mulheres transgressoras, com isso, aproximando-se da literatura e da arte feminista;¹¹¹

¹⁰⁸ Com relação a quebra de paradigmas e potencialidade baseada numa metodologia feminista, ver Gebara, 2000b.

¹⁰⁹ Essa perspectiva é definida por Massolo (1998) com o nome de história oral. “*Me parece importante destacar dos aspectos de los objetivos que se propone la metodología de la historia oral en los estudios de la mujer: servir de correctivo a supuestos androcéntricos, y producir conocimientos e ideas que beneficien a las mujeres, en el sentido de contribuir a ‘cambiar las formas de interpretar, apreciar y comprender la vida de las mujeres’, a través de la experiencia histórica. La historia oral feminista permite, así, revelar e introducir múltiples verdades en los ambientes académicos*” (MASSOLO, 1998, p. 4). Corroborando com esta perspectiva, Longino (2008) nos informa que a “contextualização da justificação é um movimento naturalizador na epistemologia, que considera determinadas características do raciocínio cotidiano como aspectos de práticas cognitivas. Ela também abre caminho para uma alternativa às teorias fundacionalistas e coerentistas da justificação” (LONGINO, 2008, p. 534-535). Essas prerrogativas também são levantadas por Gebara (2000a). “Não se trata de uma absolutização do indivíduo, mas de mostrar como cada pessoa está em relação às outras, com o mundo mais amplo, com a Terra e com o conjunto do ecossistema. É graças a esta relação vital que continuamos a criar o que se chama bem e o que se chama mal para nós” (GEBARA, 2000a, p. 83).

¹¹⁰ De Barbieri sugere a aplicação de um modelo formulado por Freire (DE BARBIERI, 1998, p. 104);

¹¹¹ Essa ideia é também compartilhada por outras/os pensadoras/es. Para tanto, Jaiven (1998) afirma que “*Utilizar la palabra y la memoria como instrumentos que permiten unificar el conocimiento científico con la experiencia cotidiana nos lleva la experiencia individual con la realidad colectiva. Permite hacer conexiones entre esferas y actividades que los documentos no consignan. Contar historias de vida se convierte así en un proceso de*

5. Conhecimento (publicização) mediante rádio, televisão, cinema e acrescentamos a WEB, demonstrando a existência de mulheres em situações de vida;
6. Movimentos e ações de mulheres para intervir em favor de seu próprio gênero no mundo.

Gebara (2004) também elenca algumas técnicas para se alcançar esse objetivo, que ela define como métodos para se alcançar o conhecimento. Em nossa construção optamos por enumerar as mesmas, com a finalidade de melhor visualização.

“1. critica el universalismo de las ciencias; 2. propone la superación del idealismo masculino presente en las elaboraciones filosóficas, asimilando a la mujer a la naturaleza y al hombre y a la cultura; 3. introduce el relativismo cultural en su positividad; esto es, afirma las diferentes formas culturales de interpretar el mundo como necesarias a la vida del planeta y, al mismo tiempo, las afirma como posibles de evaluación crítica; 4. promueve una ética plural en la que los sujetos reflexionen a partir de su propia realidad y lleguen a decisiones a favor del bien común; 5. reivindica la diversidad y la diferencia de cara a la afirmación de una calidad de vida para todos; 6. reivindica lo cotidiano de las mujeres y de los hombres como aproximación primera para cualquier pensamiento llamado científico; 7. afirma la interdependencia entre todas las cosas y todos los niveles de nuestra existencia y, en consecuencia, entre la complejidad de las ciencias y la importancia de la transdisciplinariedad; 8. afirma, asimismo, la interdependencia entre todo lo que existe abriéndose así hacia una justicia que es también una ecojusticia” (GEBARA, 2004, p. 117-118).

A autora compartilha em diversos pontos com o apresentado por Lagarde (2000), demonstrando, assim, uma proximidade de pontos de vista.

Estes não são mecanismos únicos para se alcançar os resultados de uma metodologia feminista, pelo contrário, como Lagarde (2011) nos mostra, não procura ser hegemônica, para não cair na armadilha de tudo aquilo ao qual questiona. Sendo assim, esta encontra-se em constante revisão e aberta a possibilidades outras que venham a somar na luta contra o jugo e opressão de sistemas que promovam a exclusão como foco, rompam com a perspectiva levantada por Beauvoir (2005), “[...] o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos” (BEAUVOIR, 2005, p. 82).

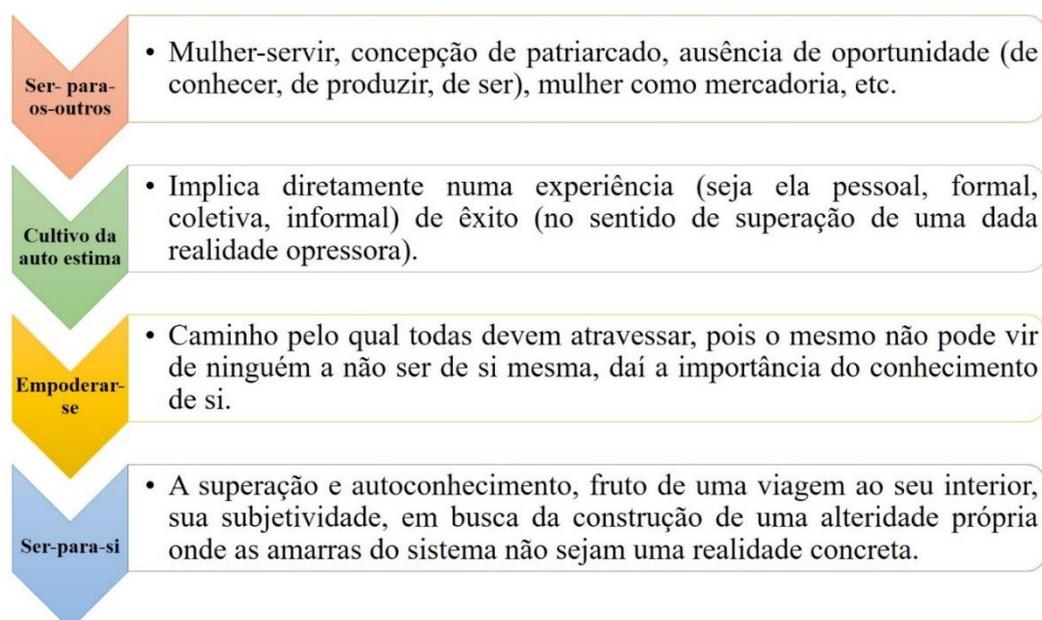
Hernández e Amorós (1998, p. 200) apontam para uma tradição feminista como ponto de criação de novas concepções acerca do conhecimento, seus usos e funções. Inclusive destaca ainda o combate do feminismo latino-americano no tocante ao fenômeno da globalização e uniformização de grupos e pessoas como um elemento importante da contribuição dessa vertente de pensamento (HERNÁNDEZ; AMORÓS, 1998, p. 201).

historización. No deja fuera a las mujeres de la historia sino que las introduce y les permite ser parte de ella, participar en igualdad de condiciones que los hombres” (JAIVEN, 1998, p. 192). Não vamos aqui evidenciar as problemáticas que orbitam em torno dessa discussão, para tanto ver Jaiven (1998, p. 193-197;

Castañeda (2008, p. 82) nos aponta que as análises avaliam questões diversas, tais como: etnia, raça, classe, religião assim como dimensões outras como idade, parentesco, sexualidade, etc., além de definir o lugar de onde se fala. Assim sendo, assumindo uma reorientação de investigação mediante novos procedimentos metodológicos, Castañeda (2008) diz que.

La cultura de género orienta esa ubicación puesto que incluye representaciones sociales, valoraciones, orientaciones y sesgos de género en las concepciones, las acciones, las prácticas sociales y los discursos tanto de las mujeres mismas, como de los sujetos e instituciones que interpelan a las mujeres y lo femenino (CASTAÑEDA, 2008, p. 83).

Figura 1. Esquema de características das etapas de rompimento do contexto patriarcal por Lagarde (2000).



Fonte: Criada mediante a concepção de rompimento promovida por Lagarde (2000).

A figura acima demonstra como se processa, de maneira generalista, a construção do *ser-para-si* definido por Lagarde. Saindo de uma autodesvalia (FREIRE, 2012, p. 55) até caminhar a uma presença-de-si. Percebe-se, dentre outras considerações, que o mesmo é algo que pode vir de uma coletividade ou mesmo da individualidade, porém, ambos necessitam ser mantidos, como forma de construção dessa nova forma empreendida de ser mulher. A perspectiva apresentada não procura ser conclusiva ou mesmo etapista, porém, é um caminho comum àquelas mulheres que empoderaram-se (Lagarde, 2006). Nessa direção, Castañeda (2008) também propõe que

Colocarse en ese mismo plano crítico ha permitido a numerosas investigadoras feministas afirmar que en su relación con las mujeres se conforma un campo hermenéutico en el que unas y otras se reconocen como sujetas de género: ahí radica la posibilidad de colocarse en una situación de intersubjetividad. En esta situación se buscarían la identificación, la comprensión y la implicación como elementos de un proceso que abriría la posibilidad de compartir el mundo desde las posiciones diferenciadas de quien investiga y quien participa en la investigación como poseedora de saberes que pueden dar pie a la producción de un conocimiento (CASTAÑEDA, 2008, p. 83).

Essa abertura com variadas possibilidades de pesquisa empreendida por e para as mulheres, tendo como foco o autoconhecimento e a autoestima (LAGARDE, 2000), é uma das centralidades da concepção de uma metodologia feminista, o encontro com a subjetividade¹¹² de cada uma e ao mesmo tempo de uma coletividade.

Castañeda (2008, p. 91) nos informa que esse pluralismo de métodos favorece as feministas pós-coloniais, em grande medida localizadas na América Latina, e aos estudos pós-estruturalistas, sobretudo, num espaço anglo-americano. No que se refere às feministas latino-americanas são destacados, em suas pesquisas, novos pontos de vista, que derivam de uma cultura singular, localizada naquilo que chamamos, no início de nosso texto, de agenda própria. Nesse sentido, podemos apontar o ecofeminismo (GEBARA, 1997), (BUSTILLOS, 2005), (WARREN, 1996), (HOLLAND-CUNZ, 1996), o feminismo indígena (GARGALLO, 2011), o feminismo negro (CARNEIRO, 1994), (CURIEL, 2007, 2009), o feminismo lésbico (VIÑUALES, 2006), dentre outras propostas levantadas por estas concepções.

Porém, não devemos compreender que todo e qualquer método possa agora ser empreendido por pesquisadoras/es feministas, e que, por si só, isso se configure como uma metodologia feminista dando conta de todas as demandas surgidas até então. Há, como já fora mencionado, uma diversidade de temas e aportes e, para tanto, é necessário observar o uso de metodologias próprias para essas finalidades, cabendo ao pesquisador/a o acompanhamento dessa relação da aplicabilidade destes em suas investigações.

¹¹² “**Subjetividade.** 1. Caráter de todos os fenômenos psíquicos, enquanto fenômenos de consciência (v.), que o sujeito relaciona consigo mesmo e chama de ‘meus’. 2. Caráter do que é subjetivo no sentido de ser aparente, ilusório ou falível” (ABBAGNANO, 2007, p. 922). “**Intersubjetivo.** Termo usado na filosofia contemporânea para designar: 1. O que se refere às relações entre os vários sujeitos humanos, como quando se diz ‘experiência’, 2. O que é válido para um sujeito qualquer, como quando se diz ‘conceito’ ou ‘verificação’” (ABBAGNANO, 2007, p. 580).

- **Chaves Epistemológicas para uma Metodologia Feminista**

Esses posicionamentos são oriundos, dentre outras características, a partir de elementos metodológicos e epistemológicos amplos, de posturas críticas e posturas interpretativas, como ressalta Castañeda (2008, p. 84). García (1998, p. 207) destaca três elementos para a construção de uma metodologia feminista, são eles: categorias conceituais; periodização e crítica e análise das fontes, pois, como já fora afirmado, não se constrói uma metodologia feminista utilizando-se apenas de epistemes que a segregam. Castañeda (2008) salienta, portanto, quatro grandes correntes: a marxista; a neomarxista; a construtivista e a pós-moderna.

Desde a influência da hermenêutica como ferramenta de análise e interpretação de dados, passando pela desconstrução do sujeito, a metodologia feminista

busca conducir la investigación hacia la elaboración de nuevos conocimientos y perspectivas de análisis. Elaborar es, entonces, crear explicaciones conceptuales complejas, novedosas y pertinentes respecto a lo ya conocido o a fenómenos emergentes (CASTAÑEDA, 2008, p. 86).

A hermenêutica, enquanto instrumento de análise, veio para ampliar esses entendimentos. Sendo assim, Gadamer (2011) afirma que o

O problema hermenêutico adquiriu uma nova ênfase na esfera da lógica das ciências sociais. Certamente, dever-se-á reconhecer que a dimensão hermenêutica encontra-se à base de toda experiência de mundo, desempenhando por isso uma função também no trabalho das ciências naturais (GADAMER, 2011, p. 138).

A metodologia feminista, apresentada por Castañeda (2008), divide-se em visibilização, desnaturalização e historização. A primeira está muito próxima à compreensão de empoderamento, de autoestima (LAGARDE, 2000), a segunda de rompimento com o que se considerava natural, a tomada de consciência de si mesma enquanto sujeito, e a terceira vincula-se, sobretudo, à ideia de construção de sua própria narrativa, do protagonismo empreendido pelas mulheres com a legitimidade de produção de seu conhecimento – compreendido de forma mais ampla do que o androcentrismo concebe.

La investigación feminista es intencional. En este caso, su intencionalidad es visibilizar para transformar, no solamente para que se vea lo que ha estado oculto de la experiencia de las mujeres, sino contribuir con los conocimientos necesarios para erradicar los sustratos de su exclusión (CASTAÑEDA, 2008, p. 88).

- **Tipos de Metodologias Feministas**

Comprendemos que o conhecimento não é um dado situado, no sentido de isolamento, ou um elemento atribuído na constituição sexual. Ele é, acima de tudo, uma construção humana. E, como tal, deve ser observado em sua mais diversa variedade e contribuição. A metodologia feminista visa a criar mecanismos que não tornem homogêneas as relações e suas análises, mas procurem pontuar os prismas feministas. Para tanto, utiliza-se de procedimentos atuais, que levem em consideração as experiências históricas das mulheres, suas lutas e enfrentamento no mundo, de maneira a tecer suas análises num ambiente mais realista. Como nos informa Graf (2011) a

epistemología feminista, por lo tanto, enfoca y señala la relatividad por la posición o perspectiva que puede tener el conocimiento. Permite el surgimiento de interrogantes aun en el marco de las epistemologías que simplemente asumen que el género y la situación o posición social de quien conoce es irrelevante para el conocimiento. Propone un cambio real en el conocimiento mediante la intervención de una perspectiva que favorezca a las mujeres (GRAF, 2011, p. 120).

- **A Teoria do Ponto de Vista Feminista (*standpoint feminist*)¹¹³**

A teoria do ponto de vista feminista possui origem nas análises marxistas. Daí procura o caráter do conhecimento situado das crenças, como na fala de Graf (2011) que “*Esta teoría sostiene una representación del mundo desde una perspectiva particular situada socialmente, y basada en una posición epistémica privilegiada o de autoridad*” (GRAF, 2011, p. 112). Para as teóricas dessa perspectiva, há elementos não observados por homens em suas análises, pois centram-se, em sua maioria, em pesquisas com elementos semelhantes. Já às mulheres conseguem observar, por terem sido ocultadas e postas à margem do processo de produção e divulgação de saberes considerados científicos, e, portanto, são capazes de analisar estes elementos até então não vislumbrados. Em outras palavras, há, por parte das mulheres, uma instauração de novas problemáticas assumidas em contextos mais subjetivos.

Teoría feminista del punto de vista (feminist standpoint theory). Su proponente más conocida es Sandra Harding, aunque ha sido desarrollado por otras autoras, sobre todo en el ámbito de las ciencias sociales, como Nancy Hartsock, Hilary Rose y Dorothy Smith. La cuna epistémica de esta corriente se encuentra en las propuestas de Marx, Engels y Lukacs.

¹¹³ Para um maior aprofundamento acerca da temática ver Harding (1987; 1993; 1996).

La teoría feminista del punto de vista parte del reconocimiento del carácter socialmente situado de las creencias. La situación de las mujeres les otorga el privilegio epistemológico en un mundo dominado por los hombres, un privilegio derivado de que desde su posición marginal, las mujeres pueden ver lo que a los hombres se les escapa desde sus posiciones de poder (CÁRCERES, MAYO, 2005, p. 646).

Advindo, sobretudo, das ciências sociais, aplicando-se sobre estudos ou grupos focais de mulheres, entretanto, o mesmo não limita-se à análise feminina, pois as masculinidades também podem ser investigadas. Assim sendo, consideramos que esta perspectiva teórica se propõe a analisar concepções de gênero num aspecto mais amplo.

Segundo Cárceres e Mayo (2005, p. 646) Dorothy Smith introduz a teoria de uma sociologia para as mulheres, na década de 1980, durante a segunda geração do movimento feminista, nos Estados Unidos. Essa teoria, segundo a autora, consistiu, em grande medida, nas análises acerca de questionamentos ao patriarcado, oriundos de uma herança marxista, que critica as meta-narrativas que se pretendem hegemônicas.

Nesse sentido, procura implantar o que chama de objetividade forte, pois, para ela, a concepção de objetividade empreendida pelas ciências não era suficientemente capaz de compreender as demandas analisadas.

De início, as condições de trabalho, em diferentes perspectivas, era a categoria mais analisada pelas feministas que utilizavam-se da teoria do ponto de vista. Posteriormente, mediante as análises de Haraway, a categoria conhecimento e sua consequente produção passa a ser pesquisado.

- **Empirismo Feminista**

A teoria apresenta a ideia de que o/a pesquisador/a deve observar o objeto a ser analisado utilizando-se de imparcialidade e procurando deixar de lado seus preconceitos. Cabendo a quem pesquisa observar, mediante um rigoroso procedimento metodológico, suas variáveis. Este método procura evidenciar o dado pesquisado e não aquilo que o/a pesquisador/a apenas quer demonstrar, numa espécie de cientificização da pesquisa. A experiência da pesquisa é algo bastante encorajado pela teoria, especialmente porque ela aborda a cegueira de gênero, conforme nos fala Castañeda (2008) quando nos explica o empirismo feminista

tiene una enorme fuerza deconstructiva dentro de los modelos científicos convencionales pues muestra que es posible obtener resultados no sexistas mediante una aplicación radical de los procedimientos científicos, con parámetros similares

pero abatiendo la ceguera de género. Ello demuestra la potencia de la teoría feminista como detonadora de nuevos conocimientos (CASTAÑEDA, 2008, p. 80).

Para essa perspectiva, uma pesquisa pode ser realizada por ambos os sexos, baseada em um método que elimina os preconceitos existentes em suas considerações, não deixando exposta essa variação de análise que por ventura venha a ocorrer.

Se acepta que ciertas áreas de la ciencia que tienen que ver con el sexo y el género son deformadas por la ideología de género, pero los métodos de la ciencia no son en sí mismos masculinos y pueden ser usados para corregir los errores producidos por esa ideología (GRAF, 2011, p. 116).

- **Enfoque Psicodinâmico**

A principal característica desta teoria é a ideia das relações objetivas, havendo assim uma referência de oposição nas experiências diversas, quer sejam masculinas ou femininas. É também uma união de teorias da psicologia social com as análises sobre o feminismo. Keller personifica, em suas pesquisas, esta teoria, que se encontra entre a teoria do ponto de vista feminista e a corrente pós-moderna.

Para as seguidoras dessa teoria essa formação psíquica se dá mediante uma interferência social contínua que passa também a estruturar a ideia de ciência e produção do conhecimento entre tantas outras. Há também de se considerar um relativismo nessas relações, sendo este ponto um dos mais criticados da teoria, além da própria ideia de objetividade dinâmica.

La reflexión sobre la objetividad se hace de la mano del análisis del sujeto cognoscente. El objetivismo, entiende que la objetividad es la separación total del sujeto cognoscente y el objeto conocido basado en el presupuesto de la autonomía del sujeto. Desde una visión tradicional (y primaria) del psicoanálisis, esta autonomía e independencia del objeto sólo es posible en el hombre, por lo tanto la objetividad se plantea como un desarrollo cognitivo masculino, ya que se parte del supuesto de que las niñas en el proceso de formación del yo no se separan del objeto primario (la madre) sino que se mantienen en la esfera de la conexión (ABREU, 2012, p. 5).

- **Ecofeminismo¹¹⁴**

O ecofeminismo é uma teoria que visa à introdução de análise do ser humano em sua relação com a Terra e com o Cosmos, como afirma Gebara (1997, p. 56). Essa perspectiva vem ganhando força em diversos espaços, não somente dentro do movimento feminista.

¹¹⁴ Para ampliação da temática ver Holland-Cunz, 1996 e Warren, 1996.

Pero en las raíces del ecofeminismo no sólo convergen el ecologismo y el feminismo, sino que también teoriza sobre la relación entre el yo, la sociedad y la naturaleza; indaga sobre las relaciones de poder que intervienen en la configuración del desastre ecológico (a nivel de género). Asimismo, incorpora el análisis de la naturaleza interconectada de la ideología cultural dentro de las estructuras económicas y sociales, especialmente su recepción en función de la categoría de género (BUSTILLOS, 2005, p. 67).

A preservação ambiental, o equilíbrio de forças, entre outras discussões voltadas a relações socioambientais é um aporte dessa corrente que agrega ainda mais seguidores/as, em espaços tais como: política, ativismo, etc. As seguidoras questionam o papel político, social que o conhecimento vem tomando ao longo do processo histórico, onde o androcentrismo se torna uma característica singular. Para tanto, não basta apenas questionar, elas propõem outras pautas e mudanças. Como afirma Gebara (1997, p. 71), a “epistemologia contextual mantém a tensão entre o caráter regionalista e o caráter universalista do conhecimento humano”. Sendo assim, o ecofeminismo não foge do contexto de lutas empreendidas pelos feminismos. E, na América Latina, o mesmo possui um espaço cada vez maior, associando-se a questões do feminismo indígena¹¹⁵, das discussões de movimentos sociais que lutam por terra e ainda com os movimentos de caráter religioso, especialmente aqueles que se pautam nas concepções da teologia feminista, etc. Seguindo essa visão, Gebara (1997) propõe pensar uma teologia ecofeminista, ampliando ainda mais o debate em torno do conceito empreendido inicialmente.

El ecofeminismo en América Latina constituye un movimiento de muy reciente data y aún no bien definido, pero que ha venido conformándose en el transcurso de sus prácticas concretas para enfrentar las amenazas que sobre la vida de las mujeres y la de sus hijos ha significado el avance del capitalismo neoliberal, traducido éste en la implantación de modelos de producción y consumo lesivos a la naturaleza y a los hombres y mujeres, por ser altamente contaminantes y generadores de pobreza, lo que agrede directamente a las mujeres (COVA, 2006, p. 38).

O ecofeminismo é uma espécie de resposta a toda sangria que o neoliberalismo, dentre outros malefícios proporcionados pelos sistemas baseados no androcentrismo, tem provocado nos últimos anos, sobretudo, na América Latina, procurando destruir e uniformizar, além de esgotar as riquezas naturais seja de fauna ou flora e ainda de minérios entre outros/as. As singularidades, a nosso ver, são composição da humanidade e, como tal, devem ser mantidas, trabalhadas e estimadas.

¹¹⁵ Quijano (2012) não trata do feminismo indígena e sim de uma maneira de resistência às estruturas de poderes que se instauraram e buscam oprimir cada vez mais as chamadas populações originárias. Para ele, o “bien vivir” é uma forma de combate decolonial a este cenário. A uma fuga dessas generalizações impostas pelos dogmatismos, sobretudo econômicos, que visam a expropriação da terra, dos saberes ancestrais, das fontes de riqueza de todo um continente. Propõe uma nova subjetividade do ser, um fortalecimento dos movimentos sociais e a fuga do colonialismo de Estado. Esse novo conceito busca trazer a ideia de alteridade da população latino-americana e caribenha e toda a sua potencialidade criativa, nas mais diversas áreas.

- **Feminismo Pós-Moderno**

O feminismo, assim como outros movimentos de caráter libertador, buscou utilizar a episteme pós-moderna como ferramenta de desconstrução das ideias que inferiorizam ou mesmo segregam a luta por emancipação de grupos sociais subalternizados. Em outras palavras, o feminismo pós-moderno é contra as práticas sexistas, em seus mais diversos níveis de concepção e atuação.

Sendo assim, os conceitos considerados como essenciais a uma dada estrutura social são postos em xeque, tais como: mulher, sexo, ciência, episteme, etc., e rediscutidos aos olhos de novas e variadas metodologias. As contribuições a esta corrente são diversas, advindas de diferentes áreas.

Notadamente, o feminismo pós-moderno é um ramo do feminismo caracterizada pela pluralidade, sofrendo diversas críticas com relação a essa ausência de estruturação, pois considera-se que diversos elementos trabalhados por outras correntes ainda sejam necessárias à compreensão das relações existentes e analisadas, como nos aponta Graf (2011).

Se señala que la situación epistémica se caracteriza por una pluralidad permanente de perspectivas, ninguna de las cuales puede demandar objetividad, esto es, cambia el conocimiento del punto de vista por el de una “mirada desde aquí ahora”. Desde esta perspectiva, las personas no están completamente atrapadas epistémicamente dentro de sus culturas, géneros, razas, etnias o cualquier otra identidad, sino que pueden escoger pensar desde otras perspectivas; su constitución puede estar cambiando en lugar de permanecer estática, y no hay una correspondencia estable entre individuos y perspectivas. Sin embargo, los dos puntos principales de esta teoría: el rechazo a la categoría analítica de mujer y la fragmentación infinita de perspectivas son controversiales en la teoría feminista, pues se les ha caracterizado en algunas ocasiones de relativistas (GRAF, 2011, p. 115-116).

As contribuições, em relação a essa teoria, não atendem as barreiras geofísicas, advêm, em grande medida, das acadêmicas anglo-americanas¹¹⁶ não se restringindo apenas as mesmas.

¹¹⁶ Para tanto, a contribuição de Butler é ímpar nessa contextualização apresentada. Para mais ver Butler (1992, 2003), Louro (2003, 2014), Navarro-Swain (2014), Nicholson (1992), Rago (1998b), Scott (1988, 1990, 1992a).

3.6. PENSAMENTO PÓS-COLONIAL FEMINISTA

We are coaxed, seduced into abnegation not through analysis but through emotive persuasion (LUGONES, 1987, p. 6).¹¹⁷

O chamado feminismo pós-colonial é definido mediante à aproximação do movimento feminista com os estudos pós-coloniais (DOTSON-RENTA, 2015, p. 546-552). Constitui-se numa associação de pautas comuns, a partir da terceira geração do movimento. Em nossa perspectiva a expressão caracteriza de maneira mais forte uma corrente de transgressão, seja ela de normas, padrões, ditames e conceitos; uma procura de mudança substancial de um dado paradigma. É um feminismo de resistência, como nos mostra Espinosa-Miñoso (2014). Além disso, o

[...] pensamiento feminista descolonial se reconoce emparentado con la tradición teórica iniciada por el feminismo negro, de color y tercermundista en los EEUU, con sus aportes a pensar la imbricación de la opresión (de clase, raza, género, sexualidad), al tiempo que se propone recuperar el legado crítico de las mujeres y feministas afrodescendientes e indígenas que desde América Latina han planteado el problema de su invisibilidad dentro de sus movimientos y dentro del feminismo mismo, iniciando un trabajo de revisión del papel y la importancia que han tenido en la realización y resistencia de sus comunidades. El grupo también se nutre de la revisión crítica al esencialismo del sujeto del feminismo y la política de identidad que comienza a gestarse a partir de las escritoras activistas lesbianas provenientes del feminismo de color que continua aun hoy en un movimiento alternativo a los postulados ampliamente difundidos del feminismo posestructuralista y la teoría queer blanca (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014, p. 203).

Intelectuais dessa corrente se veem chamadas/os a investigar, aprofundar e aumentar o campo de pesquisa. Uma espécie de transcendência (Cf. BOFF, 2008, p. 511-513) que não se limitando aqui ao sentido religioso, mas sim ampliando a ideia e rompendo limites que foram impostos de fora para dentro e surgiram por si só.

O feminismo pós-colonial nasce em fins dos anos 1970 com uma perspectiva de empoderamento do discurso por parte das mulheres, sobretudo as engajadas em movimentos sociais ou as acadêmicas (CURIEL, 2009, p. 2).¹¹⁸ Graf (2012) nos informa que o feminismo pós-colonial nega a tradição epistêmica que impõe uma hierarquização de saberes.

La epistemología feminista estudia lo anterior, abordando la manera en que el género influye en las concepciones del conocimiento, en la persona que conoce y en las prácticas de investigar, preguntar y justificar. Identifica las concepciones dominantes y las prácticas de atribución, adquisición y justificación del conocimiento que

¹¹⁷ “Estamos persuadidos, seduzidos pela abnegação, não através de análise, mas através da persuasão emotiva”. Tradução nossa.

¹¹⁸ Ver também Lugones & Spelman (1983, p. 574).

sistemáticamente ponen en desventaja a las mujeres porque se les excluye de la investigación, se les niega que tengan autoridad epistémica, se denigran los estilos y modos cognitivos femeninos de conocimiento, se producen teorías de las mujeres que las representan como inferiores o desviadas con respecto al modelo masculino, se producen teorías de fenómenos sociales que invisibilizan las actividades y los intereses de las mujeres o a las relaciones desiguales de poder genéricas, y se produce conocimiento científico y tecnológico que refuerza y reproduce jerarquías de género (GRAF, 2012, p. 22).

Essa ideia, de proposição de alternativas é também compartilhada por diversas outras pensadoras, dentre as quais destacamos: Haraway (1995, p. 15), Harding (1996, p. 17) e Schienbinger (2001, p. 76). Carosio (2009b), por sua vez, corrobora com o exposto e acrescenta que

Las mujeres del Sur demandan del feminismo una crítica contundente a la injusta globalización y propuestas emancipatorias. La cultura hegemónica del mundo que desposee de la misma supervivencia y arruina los equilibrios ecológicos desecando los recursos naturales, su característica es la destructividad de personas. Las voces feministas y su tradición de solidaridad dan un conjunto de herramientas críticas para desacreditar tanto la maquinaria económica y cultural neoliberal como las prácticas locales, culturales o religiosas, lesivas para la igualdad e integridad de las mujeres, es una acción cultural múltiple de reinención de la igualdad y la libertad (CAROSIO, 2009b, p. 22-23).

Disciplinas das ciências sociais e humanas, como fora mencionado anteriormente, transformam-se, por pressão social e do próprio movimento, para que assim suas metodologias e objetos também sejam revistos e ampliados. Duby (1993) já observava essas questões inseridas na historiografia. Para ele “A ideia de verdade em história modificou-se porque o objeto da história se deslocou, porque a história passou a se interessar menos por fatos que pelas relações” (DUBY, 1993, p. 59). Lugones e Spelman (1983) tratam da voz política que deveria surgir, pois compreendem o discurso como um elemento político também. Para tanto afirmam

*the demand reflects nascent political theory insofar as it presupposes that the silencing of women reveals a systematic pattern of power and authority; and it reflects nascent moral theory insofar as it presupposes that the silencing is unjust and that there are particular ways of remedying this injustice.*¹¹⁹ (LUGONES; SPELMAN, 1983, p. 574).

O feminismo por si só se apresenta como quebra de estrutura, de algo conservador que visa meramente excluir um grupo para privilegiar outro. Sendo assim, em nossa visão, a discussão empreendida por categorias ditas como não existentes, como por exemplo, o patriarcado, se faz sumamente necessária, à medida em que em nossa realidade pesquisada se impõe como uma constante. A pretensa de universalismo, trazida a partir do ideário moderno-

¹¹⁹ “A demanda reflete a teoria política nascente à medida em que pressupõe que o silenciamento das mulheres revela um padrão sistemático de poder e autoridade; e reflete a teoria moral nascente ao passo em que pressupõe que o silenciamento é injusto e que existem formas particulares de corrigir esta injustiça”. Tradução nossa.

iluminista, é uma maneira de prender, amordaçar o pluralismo epistêmico, os conhecimentos de fronteira ou mestiços, de não discutir o tráfico de teoria entre outras questões (FEMINÍAS, 2007, p. 13).

A ideia de mudança de paradigma empreendida pelo feminismo é, sobretudo, oriunda de uma prática política fundada na resistência. O feminismo pós-colonial surge como resposta a problemáticas locais, procurando afirmar uma agenda própria de países periféricos, seja na perspectiva de políticas decisórias de caráter mundial, seja em nível de aspecto econômico.

Concordamos com a conceituação de feminismo trazida por Gargallo (2002), pois para ela “... *el feminismo es el reconocimiento de una subjetividad en proceso, hecha de sí y nos, fluida, que implica la construcción de formas de socialización y nuevos pactos culturales entre las mujeres*” (GARGALLO, 2002, p. 104-105). Ainda conceitua o feminino latino-americano afirmando que o mesmo “*debe ser entendido como proyecto político de las mujeres y como movimiento social a la vez que como teoría capaz de encontrar el sesgo sexista de toda teorización anterior a ella*” (GARGALLO, 2002, p. 107).

O feminismo latino-americano apresenta a concepção de que o processo de colonização não fora fruto de uma opressão passiva por si só, diversas formas de resistência foram utilizadas nesse contexto (LUGONES, 2011, p. 108). Gargallo (2012), vai questionar as metodologías utilizadas por pensadoras locais. Além de

Cuestionar la hegemonía del pensamiento político de origen europeo y estadounidense en un contexto feminista latinoamericano, me parece un aporte metodológico para interrogar las condiciones que producen su capacidad de construir significados y órdenes sociales que nos apresan en un marco de referencia dominante, un espacio que se manifiesta como un lenguaje común avasallador. Es una forma de recuperar a las mujeres en lucha dentro de la censura de la globalización que las difumina y borra como figuras eficaces de oposición al sistema (GARGALLO, 2012, p. 159).

Assim como dilemas políticos que derivam de questões tais como: saúde, educação, liberdade de culto, relações étnicas, violências físicas e simbólicas, procura por políticas públicas que atendam a maior parte da população. Cenário esse formado, em grande medida, pelo efeito dos colonialismos empreendidos nestes países, que colocaram as mulheres em condições de inferioridade.

Segundo Costa (2005, p. 118) a ideia de pós-colonialidade junta-se a três outras, são elas: o pós-estruturalismo, sobretudo de Derrida e Foucault, a pós-modernidade e os estudos culturais.

Sendo assim, o feminismo nutre-se, nesse momento, de diversas correntes epistêmicas, com a concepção de que as mesmas possuem riquezas analíticas, explicativas e limites, dadas mediante suas origens e limites temporais. Traçar os limites nos faz perceber que existem avanços conceituais, ao mesmo tempo em que, é uma maneira de perceber potencialidades ainda não assinaladas por membros do movimento feminista.

Há uma divergência teórica entre o texto de Costa (2005) e o papel desempenhado pelos estudos pós-coloniais e os estudos culturais. Para ele é apenas uma divisão cronológica dos mesmos. Para Santos (2004b) a definição de estudos pós-coloniais é

[...] um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo (SANTOS, 2004b, p. 8).

Há, como podemos observar, uma junção de teorias que possuem bases comuns. Porém, a ideia de desconstrução do paradigma, cultural, político, acadêmico, Sul *versus* Norte, Norte *versus* Sul é uma condição de pesquisa por parte das ciências, sobretudo as humanas e sociais.

Os estudos pós-coloniais não significam que o fim da relação política imposta pelo colonialismo seja o fim da relação colonial exercida pelo mesmo. Mas sim, uma análise sobre as condições que fundaram essa estrutura e uma construção e ressignificação de conhecimentos plurais com o intuito de possibilitar saídas, modos de emancipação dessas condições.

A ideia dos estudos pós-coloniais surge, dentre outras formas, em meados dos anos 1970, com a contribuição dos pensadores de países chamados subdesenvolvidos ou periféricos (SANTOS, 2004a, p. 80-92). Como evidencia Costa (2006) é uma maneira de estudar a produção de países que não fazem parte do chamado primeiro mundo.

Trata-se de mostrar que a produção de conhecimento atende a um princípio circular e auto-referenciado, de sorte que “novos” conhecimentos construídos sobre uma base de representação determinada reafirmam, *ad infinitum*, as premissas inscritas nesse sistema de representações (COSTA, 2006, p. 190).

Estes, por sua vez, passam por si constituir como o outro na visão de que a produção já fora criada e o padrão estabelecido. Por isso mesmo, Santos trata da questão das chamadas sociologia das ausências (2006, p. 786), as epistemologias do Sul, com Meneses (2010, p. 31-83), os estudos de fronteiras (1994, p. 46) e a concepção de hermenêutica diatópica (2004b, p. 37), (2006, p. 803). Ainda percebe que tanto a pós-modernidade como o pós-estruturalismo assim como o marxismo conseguiram contribuir para um surgimento de uma concepção pós-

colonial, mas não conseguem responder às demandas surgidas, carecendo assim de revisões profundas (SANTOS, 2004b, p. 13). Ver também Santos (2012, p. 134).

A perspectiva de um feminismo pós-colonial questiona a tendência de universalização empreendida por outras correntes, uma espécie de feminismo que se torna hegemônico, dentro da própria concepção do movimento, como a concepção clássica por exemplo, onde no centro está a figura da mulher branca, europeia, cristã, burguesa. Para Santos (2004b, p. 3), as contribuições do feminismo e dos estudos culturais reforçam essa consolidação dos estudos pós-coloniais.

Afirmar ou reafirmar as mesmas problemáticas e universalizá-las pode, segundo Fraser e Nicholson (1992, p. 18), propor uma teoria feminista defasada, que não postula a construção de ferramentas de análise própria. Transformando, assim, sua produção num repetir-se constante.

O modelo científico pós-moderno tem um amplo desafio que é implícito nele, o de ser ao mesmo tempo rompimento paradigmático e construtor de uma nova episteme, uma nova concepção de ciência ou saberes que não seja total, mas também não marginalizada. Que trate e englobe elementos não discutidos pelo tradicionalismo intelectual, mas que não caia num modelo vazio de investigação. Identificar esse caminho talvez seja a maior contribuição já dada pelo movimento feminista, no aspecto teórico. Assim sendo, promover essa reconfiguração de conceitos se torna uma agenda urgente. Uniformizar as mulheres como única categoria é não validar a diversidade histórica, social e cultural das mesmas em todo o mundo. A homogeneização é um grande equívoco.

Como bem nos diz Curiel (2009, p. 4) o feminismo pós-colonial está criando uma genealogia própria. Sobre essa procura por identidade do feminismo latino-americano Gargallo (2012) informa “*Los feminismos no occidentales y los feminismos de los sectores marginados de la occidentalización contestan la hegemonía del pensamiento de las mujeres blancas empoderadas en la modernidad actual*” (GARGALLO, 2012, p. 174).

Observamos que se ignorarmos essa relação de regionalização que a pós-colonialidade propõe, não conseguiremos construir um pensamento que atenda as diversas demandas empreendidas por realidades próprias. Mas, sem deixar de observar as concepções fundantes e assim sendo não deslocando ou minimizando-as, pelo contrário, observando conquistas e somando a estas novas formas de pensar e agir. Lugones (1987) apresenta

A "world" In my sense may be an actual society given Its dominant culture's description and construction of life, Including a construction of the relationships of

production, of gender, race, etc But a "world" can also be such a society given a non-dominant construction, or It can be such a society or a society given an Idiosyncratic construction As we Will see It IS problematic to say that these are all constructions of the same society But they are different "worlds.

A "world" need not be a construction of a whole society It may be a construction of a tiny portion of a particular society It may be Inhabited by Just a few people Some "worlds" are bigger than others¹²⁰ (LUGONES, 1987, p. 11).

As populações originais possuem uma grande força na formação desses questionamentos, no desenvolvimento e atuação dessas agendas, pressionando governos e demandando ações mais ágeis às mesmas. A dinâmica de discussão do meio ambiente e preservação de recursos naturais, entre outras, fazem parte de seus questionamentos. Como podemos observar, são diversas as pautas do que recebe o nome de feminismo pós-colonial, por isso mesmo, não se consegue delimitar com maior clareza a sua gama de pressupostos, teóricos e metodológicos, pois ao mesmo tempo que é considerado subversivo, pelo modelo tradicional de ciência, ele é geograficamente muito extenso, percorrendo quase todas as dimensões do globo. Curiel (2009) nos apresenta uma visão mais crítica do cenário onde o feminismo pós-colonial está inserido. Para tanto, afirma que

Esta colonialidad ha atravesado también al feminismo, incluso feminismo hegemónico de América Latina y otros países del Tercer Mundo. Lo que ha generado que las mujeres del tercer mundo sean representadas como objeto y no como sujetos de su propia historia y experiencias particulares, lo que ha dado lugar a una autorepresentación discursiva de las feministas del primer mundo que sitúa a las feministas no europeas en el "afuera" y no "a través" de las estructuras sociales, vistas siempre como víctimas y no como agentes de su propia historia con experiencias importantes de resistencias y luchas y teorizaciones (CURIEL, 2009, p. 3).

Lugones (2011, p. 110), analisando a obra de Quijano, concorda com a ideia de colonialidades, destacando-se: do poder – com hierarquias, dicotomias (urbano *versus* rural); do saber, com uma hegemonia do conhecimento eurocêntrico; do ser, subjetivada em condição inferior, o outro, e, por fim, da natureza, que deve estar sob domínio. Porém, a mesma, insere uma nova categoria, a de colonialidade de gênero.

... tengo razón sobre la colonialidad del género, en la distinción entre lo humano y lo no-humano, el sexo tenía que permanecer solo. Género y sexo no podían ser al mismo tiempo vinculados inseparablemente y racializados. El dimorfismo sexual se convirtió en la base para la comprensión dicotómica del género, la característica

¹²⁰ “Um ‘mundo’ na minha opinião pode ser uma sociedade real dado descrição e construção de vida de sua cultura dominante, incluindo uma construção das relações de produção, de sexo, raça, etc. Mas um ‘mundo’ também pode ser uma tal sociedade dado uma construção não-dominante, ou pode ser uma sociedade ou de uma sociedade dada uma construção idiossincrática como veremos, é problemático para dizer que estas são todas as construções da mesma sociedade. Mas eles são diferentes ‘mundos’. Um ‘mundo’ não precisa ser uma construção de toda uma sociedade. Pode ser uma construção de uma pequena porção de uma sociedade particular, pode ser inibida por apenas algumas pessoas alguns ‘mundos’ são maiores do que outros”. Tradução nossa.

humana. Una podría estar interesada en argüir que el sexo que permanecía solo en la bestialización de los colonizados, estaba, después de todo, generizado. Lo que es importante para mí aquí es que al sexo se le hacía estar solo en la caracterización de los colonizados (LUGONES, 2011, p. 107-108).

Visão esta também corroborada por Connell (2012), onde para ela

A estruturação colonial da realidade social não termina com a descolonização formal, como Quijano, entre outros, enfatizou. Uma ciência social adequada globalmente deve se preocupar com as formas tomadas pelo encontro colonial após a independência política (CONNELL, 2012, p. 13).

Os fins dos anos 1980 até a primeira metade da década de 1990 é marcada como o momento dos fundamentos teóricos do movimento feminista como um todo. A publicações de Harding (1987, 1993, 1996); Lugones (1987); Scott (1992a, 1992b, 1995, 1998); Lagarde (1990 – apesar da nossa edição utilizada ser de 2011, 1996); Rago (1985, 1998a, 1998b); Perrot (1992), Connell (1990) e Soihet (1997a, 1997b, 1998) são provas desse surgimento de uma epistemologia feminista, além de outras que foram fundamentais para esse processo.

○ **Novos Prismas**

Não há um feminismo. O mesmo não é um movimento homogêneo, sua agenda é diversa, múltipla, fragmentada e os estudos feministas enveredam por diversas vertentes teóricas para que possam se apropriar dos seus problemas e métodos com mais propriedade, daí contribuindo com o fortalecimento do movimento de mulheres¹²¹ e dos estudos sobre a temática na medida em que ocupam novas fronteiras.¹²² Para Haraway (1995) o projeto feminista de ciência é baseado numa forma de valorização epistêmica múltipla. A autora afirma que

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e

¹²¹ “Uma distinção entre organizações de movimentos de mulheres ‘femininos’ e ‘feministas’ é comumente feita tanto pelas participantes do movimento quanto por cientistas sociais na América Latina. Paul Singer esclarece o uso desses conceitos. ‘As lutas contra o aumento do custo de vida respectivo às escolas, creches etc., assim como medidas específicas para proteger mulheres que trabalham interessam intimamente às mulheres e é possível considerá-las reivindicações femininas. Mas não são feministas na medida em que não questionam o modo pelo qual se inserem as mulheres no contexto social’” (STERNBACH *et. al.*, 1994, p. 262).

¹²² Não havendo essa unicidade teórica o feminismo pode desdobrar-se em outros feminismos e daí aos estudos sobre gênero (compreendendo a discussão como mais ampla que trata, dentre outras questões, das identidades, das questões sociais, dos papéis construídos, reconfigurações, fugindo da discussão meramente biológica – e determinista – dos sexos). Associando-nos a definição de gênero desenvolvida por Perrot (2008) como as “relações do sexo (biológico) e do gênero (social, cultural) são o cerne da reflexão feminista contemporânea, que hesita a respeito desse recorte: o sexo é a determinação primeira? Ele não pertenceria ao gênero, num corpo cuja historicidade seria prioritária?” (PERROT, 2008, p. 63). Sendo assim, o movimento feminista, em sua trajetória histórica, insere-se em diversas correntes de métodos, metodologias e epistemologias, apropriando-se, questionando-as e reelaborando-as (RAGO, 1998a, p. 90-92).

na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm. Nas categorias filosóficas tradicionais, talvez a questão seja ética e política mais do que epistemológica (HARAWAY, 1995, p. 15).

Lugones e Spelman (1983, p. 577) trazem uma questão importante de que nesse contexto, uma teoria feminista não seria algo tendencioso? Concordamos com Harding (1987, p.03) quando a mesma afirma que não há um método epistemológico puramente feminista¹²³, porém, percebemos a construção de metodologias feministas plurais. Para De Barbieri (*in* BARTRA, 1998) o feminismo enquanto movimento político e intelectual questiona modelos propondo que haja uma profunda mudança de mentalidade. Para tanto, a autora salienta que

la emergencia de los movimientos feministas y de mujeres trajo una serie de problemas a la discusión, en la que se confunden muy diversos planos: aspectos técnicos relativos a la recolección de información y al nivel del análisis; cuestiones teórico-metodológicas; otras propiamente epistemológicas; cuestiones éticas, y sobre todo políticas, de muy distintos órdenes – desde el sexismo en la institucionalidad científica hasta qué hacer con los resultados de las investigaciones. En consecuencia, las propuestas que se hicieron fueron, desde acabar con la academia hasta continuar haciendo investigación dentro de los marcos positivistas tradicionales (DE BARBIERI, 1998, p. 112).

Harding (1987) adverte para um conflito no conceito sobre categorias distintas, sendo elas: o método, a metodologia e a epistemologia,¹²⁴ seja ela tradicional ou dita como feminista. E segue afirmando

Feminist researchers have argued that traditional theories have been applied ways that make it difficult to understand women's participation in social life, or to

¹²³ Ao fazer tal afirmação podemos cair no equívoco de evidenciar ainda mais o masculino como universal e submeter o pretense método feminista a uma condição subalterna. Esse pretense monismo metodológico é um dos grandes vícios oriundos de uma concepção patriarcal de mundo.

¹²⁴ A divisão epistemológica estabelecida entre racionalidade e historicidade, inserida na filosofia, foi transmitida para as demais ciências, em meados dos séculos XVII e XVIII, com o advento da concepção de modernidade. Existe entre estas duas categorias uma dissociação por parte do conhecimento científico. Entretanto ocorre algo que acaba transformando as duas em saberes ou modelos de saberes distintos e que não se complementam. Bombassaro (1992) conceitua a epistemologia como a investigação dos fundamentos do conhecimento, então como se pode não ofertar o valor, já que se faz juízo do mesmo, a historicidade presente no conhecimento. Para tanto, afirma que “... a epistemologia trata de um conhecimento que tem a pretensão de objetividade e validade universais” (BOMBASSARO, 1992, p. 24). O conhecimento humano é o fomentador das transformações ocorridas no mundo, o mesmo auxilia a compreensão do ser-no-mundo, e modifica-se, possibilitando maiores condições físicas para os seres. Nesta perspectiva o conhecimento não pode ser compreendido somente como resultado de operações mentais, nem pode ser explicado somente a partir de uma análise lógico-semântica. O conhecimento eticamente produzido não pode ter validade meramente individual, apesar de partir deste, mas sim uma ação vinculada com o coletivo no qual o indivíduo está inserido, em outras palavras o contexto no qual ele/a vive e se relaciona com outrem. Harding (1987, p. 2-3) aponta essas definições tradicionais para método, metodologia e epistemologia. O método está compreendido como “técnicas de coleta de evidências”, a metodologia enquanto “uma teoria e análise de como a pesquisa deve prosseguir” e a epistemologia como “teorias de uma adequada teoria do conhecimento ou estratégia de justificativa”. Ela afirma que há uma confusão na interpretação e utilização dos três aspectos levantados, pois são todos compreendidos como sendo apenas método. Isso dificulta a produção de uma nova metodologia feminista, caindo assim nas constantes práticas de importação de teorias e reafirmação do conceito androcêntricos de ciência.

understand men's activities as gendered (vs. as representing "the human")
(HARDING, 1987, p. 3).¹²⁵

Assim sendo, a quebra de paradigma se faz necessária, e uma das maneiras encontradas é de produzir, a partir de pressupostos já utilizados, apropriando-se dos mesmos, caminhos outros que identifiquem os saberes menos hierarquizados e estereotipados. Nessa direção concordamos com Harding (1993) quando nos traz a proposta de não nos fecharmos em epistemologias únicas, evitando cair assim num reducionismo de análise.

O problema não é simples, pois a teoria política liberal e sua epistemologia empirista, o marxismo, a teoria crítica, a psicanálise, o funcionalismo, o estruturalismo, o desconstrutivismo, a hermenêutica e outros modelos teóricos aos quais recorremos, ao mesmo tempo se aplicam e não se aplicam às mulheres e às relações de gênero (HARDING, 1993, p.7-8).

Não há uma mulher universal, global, total. Não existe essa figura generalizadora que procura uniformizar a tudo e a todos/as, conforme afirma Harding (1993).¹²⁶ Corroborando com essa concepção, Lage afirma que “a universalidade é algo muito questionável e ela está diretamente vinculada às estruturas de poder. Quando maior a hegemonia mais se afirma o discurso da universalidade” (LAGE, 2008a, p. 206). Daí a localização do objeto de estudo e, mesmo assim, com recorte ainda maior, já que compreendemos uma multiplicidade de mulheres e, conseqüentemente, dinâmicas plurais. No entanto, entender que essas perspectivas teóricas feministas possuem, em grande medida, pontos em comum que, em sua maioria, é a de desconstruir a ideia de homem como universal e assim categorizar e ampliar discussões em torno dos problemas de gênero (SCOTT, 1992a, p. 24), (SCOTT, 1992b, p. 67-74), (CANAVAE, 2009, p. 98).

Espinoza-Miñoso (2014) destaca a ideia de que as vertentes do pensamento feminista, de matriz branca, eurocêntrica, heteronormativa e burguesa, devam ser questionadas, na medida em que nem todas as propostas empreendidas possam ser consideradas libertadoras, já que se balizam, muitas delas, em fundamentos que vão de encontro ao proposto pela teoria. A autora passa a evidenciar as possibilidades de construção empreendidas mediante à utilização do chamado feminismo pós-colonial e sua “desobediência epistêmica”.

¹²⁵ “Pesquisadoras feministas têm argumentado que teorias tradicionais foram aplicadas e que tornam difícil a compreensão da participação das mulheres na vida social, ou para entender as atividades de homens como de gênero (vs. como representando ‘o ser humano’). Tradução nossa.

¹²⁶ Nessa mesma linha Longino (2008) salienta sobre a multiplicidade de perspectivas que uma epistemologia feminista levanta. “Não existe uma epistemologia feminista única. O que existe é uma superabundância de ideias, aproximações e argumentos que têm em comum somente o comprometimento de seus autores com a exposição e a reversão da derrogação das mulheres e do preconceito de gênero das fórmulas tradicionais” (LONGINO, 2008, p. 513).

Las feministas descoloniales recuperamos las críticas que se han realizado al pensamiento feminista clásico desde el pensamiento producido por voces marginales y subalternas de las mujeres y del feminismo. Partimos por reconocer que ese pensamiento feminista clásico ha sido producido por un grupo específico de mujeres, aquellas que han gozado de privilegio epistémico gracias a sus orígenes de clase y raza. El feminismo descolonial produce una genealogía del pensamiento producido desde los márgenes por feministas, mujeres, lesbianas y gente racializada en general; y dialoga con los conocimientos producidos por intelectuales y activistas comprometidos con dismantelar la matriz de opresión múltiple asumiendo un punto de vista no eurocentrado. (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014, p. 202).

Intelectuais dos estudos pós-coloniais procuram responder aos questionamentos inseridos pela concepção de ciência eurocêntrica na medida da valorização dos saberes locais e trabalhando categorias que não são o centro de discussão dessa proposta. Sendo assim, uma concepção pós-colonial feminista funda-se na autovalorização das mulheres enquanto produtoras de ciência assim como na militância da construção de justiça e equidade social.

Concordamos com a definição de feminismo trazida por Lugones e Spelman (1983) que fala sobre a afirmação do próprio discurso, uma visibilidade do mesmo. Ainda nos dizem que o feminismo é uma resposta ao discurso hegemônico masculino que humilha as mulheres, como se vê

Feminism is, among other things, a response to the fact that women either have been left out of, or included in demeaning and disfiguring ways in what has been an almost exclusively male account of the world. And so while part of what feminists want and demand for women is the right to move and to act in accordance with our own wills and not against them, another part is the desire and insistence that we give our own accounts of these movements and actions. For it matters to us what is said about us, who says it, and to whom it is said: having the opportunity to talk about one's life, to give an account of it, to interpret it, is integral to leading that life rather than being led through it; hence our distrust of the male monopoly over accounts of women's lives (LUGONES, SPELMAN, 1983, p. 573).¹²⁷

Scott (1992b) também define a ideia de visibilidade como essencial mediante a utilização da experiência. Para tanto afirma

To put it another way, the evidence of experience, whether conceived through a metaphor of visibility or in any other way that takes meaning as transparent, reproduces rather than contests given ideological systems—those that assume that the facts of history speak for themselves and, in the case of histories of gender, those that rest on notions of a natural or established opposition between sexual practices and

¹²⁷ “O feminismo é, entre outras coisas, uma resposta ao fato de que as mulheres ou foram deixadas de fora, ou incluídas em formas humilhantes e desfigurantes no que tem sido uma conta quase exclusivamente masculina do mundo. E assim, enquanto parte do que as feministas querem e procuram de mulheres é o direito de circular e de agir de acordo com nossas próprias vontades e não contra elas, outra parte é o desejo e a insistência de que nós damos nossas próprias contas desses movimentos e ações. Por isso é importante para nós o que é dito sobre nós, quem diz isso, e para quem é dito: ter a oportunidade de falar sobre a própria vida, para dar conta de que, para interpretá-lo, é essencial para conduzir essa vida ao invés de ser conduzido por ele; daí a nossa desconfiança em relação ao monopólio masculino sobre as contas da vida das mulheres”. Tradução nossa.

social conventions, and between homosexuality and heterosexuality (SCOTT, 1992b, p. 25)¹²⁸

Para os críticos do feminismo essa ausência de um método próprio é fonte de questionamento, à medida em que não há uma definição. Porém, percebemos que essa visão é justamente a ideia de que as definições, até hoje apresentadas, não são capazes de definir a complexidade das estruturas humanas e demandas sociais que estão colocadas, em nossas mais diferentes realidades geográficas e temporais.

Há um consenso em relação a estas afirmações, pois percebe-se que a maioria das categorias são construções socioculturais, assim sendo passível de mudanças e de desconstrução. O reducionismo é um método que empobrece o conhecimento como um todo e exclui a experiência de novas abordagens, característica essa que fundamenta a construção de novas teorias (LAGARDE, 1996, p. 21).

Nesse caminho, Scott (1990, p. 14) preocupa-se em trazer a análise da categoria de gênero, ampliando o campo discursivo do feminismo, em grande medida, nas ciências sociais. Harding (1993) por sua vez, nos fala que “A pesquisa feminista não representa a substituição da lealdade a um gênero pela lealdade a outro – a troca de um subjetivismo¹²⁹ pelo outro –, mas a transcendência de todo gênero, o que, portanto, aumenta a objetividade” (HARDING, 1993, p. 13-14). À proporção que há problematizações realizadas pelas concepções feministas, o paradigma dominante¹³⁰ é questionado. Porém, Harding (1993) afirma que

Todos os feminismos são teorias totalizantes. Como as mulheres e as relações de gênero estão em toda parte, os temas das teorias feministas não podem ser contidos dentro de um esquema disciplinar singular, ou mesmo em um conjunto deles. A “visão de mundo da ciência” também se propõe como uma teoria totalizante – toda e qualquer coisa que valha a pena ser compreendida pode ser explicada ou interpretada com os pressupostos da ciência moderna. Naturalmente há um outro mundo – o das emoções, sentimentos, valores políticos, do inconsciente individual e coletivo, dos eventos sociais e históricos explorados nos romances, teatro, poesia, música e arte em geral, e o mundo no qual passamos a maior parte de nossas horas de sonho e vigília sob a constante ameaça de reorganização pela racionalidade científicas. Um dos projetos

¹²⁸ “Para colocar de outra forma, a evidência da experiência, seja concebida através de uma metáfora de visibilidade ou de qualquer outra forma que leva o significado como transparente, reproduz em vez de concursos sistemas ideológicos – que assumem que os fatos da história falam por si e, no caso de histórias de sexo, aqueles que repousam sobre noções de uma oposição natural, ou estabelecida entre práticas sexuais e convenções sociais, e entre homossexualidade e heterossexualidade”. Tradução nossa.

¹²⁹ Acerca do processo de subjetivação de valores e ideias, concordamos com Lugones (2011). “*El largo proceso de subjetificación de los colonizados hacia la adopción/ internalización de la dicotomía entre hombres y mujeres como una construcción normativa de lo social – una señal de civilización, ciudadanía y membrecía en la sociedad civil – se ha renovado y se está renovando constantemente*” (LUGONES, 2011, p. 111).

¹³⁰ Valdivieso (2012) denomina como uma crise civilizatória, manifestando assim na subjetividade humana, sobretudo de concepção ocidentalizada (VALDIVIESO, 2012, p.21). Optamos pela denominação trabalhada por Santos (SANTOS, 1989, p. 20-40), (SANTOS, 2004, p. 1), (SANTOS, 2011, p. 60-68) por entendermos que o mesmo aborda com mais profundidade a questão, pois além de apontar limites nos demonstra caminhos possíveis.

das feministas teóricas é revelar as relações entre esses dois mundos – como cada um modela e informa o outro. (HARDING, 1993, p.12-13).

Schiebinger (2001), Harding (1987, 1993), Smith (2003) e Scott (2008) apontam, dentre tantas outras, a concepção de ciência que prioriza o olhar masculino. Todas assinalam algumas perspectivas de desconstrução desse modelo de ciência centrada no mundo masculino e procuram uma ideia de quebra dela, diversas/os teóricas/os propõem como alternativa para esse cenário a concepção pós-colonial. Destacamos aqui os trabalhos de Gargallo (2008, p. 18), (2009b, p. 430), (2012, p. 159), Lugones (2011, p. 109-113), Connell (2012, p. 12), Bahri (2013, p. 663) e Mata (2014, p. 30). Aliamo-nos a exposição trazida por Rago (1998b) em relação as continuidades e interrupções acerca do conhecimento sobre gênero, pois segundo esta autora “seria ingênuo considerar que a teoria feminista rompe absolutamente com os modelos de conhecimento dominantes nas Ciências Humanas, sem reconhecer que se há rupturas, há também muitas permanências em relação à tradição científica” (RAGO, 1998b, p. 3). Isto é, há por parte desse prisma feminista uma ampliação de uma construção teórica.

Para nós, compreender os limites epistêmicos de uma determinada metodologia é, sobretudo, potencializar a mesma, na medida em que concebemos as construções teóricas como estando postas em xeque, procuram, de alguma forma, ser respondidas de maneira mais concreta. Há um relevante papel desempenhado pela academia no sentido de trazer instrumentos aos feminismos e, estes por sua vez, podem ser vistos em temporalidades distintas geo-histórias na América Latina com os trabalhos de Lagarde, Lugones, Carosio, etc., na Europa com as propostas de Beauvoir, Duby, Perrot dentre outros/as e nos Estados Unidos destacamos as contribuições de Harding e Scott. Assim sendo, houve uma mudança de objeto de estudos das ciências sociais. (BURKE, 1980, p. 31), (DOSSE, 2003),¹³¹ (PINSKY, 2009, p. 161-164). Com isso, Harding (1987) reforça a ideia de um purism científico. Para ela, “*However, there are severe problems with imagining that this is the only or most important way to eliminate sexism and androcentrism from social science*” (HARDING, 1987, p. 04).¹³²

Essa profusão de correntes teóricas distintas dentro do movimento feminista pode ser observada, dentre outros exemplos, na crítica realizada acerca da coleção História das Mulheres, dirigida por Perrot e Duby.¹³³

¹³¹ Sobretudo o capítulo VI

¹³² “No entanto, existem problemas graves em imaginar que esta é a única ou a mais importante para eliminar o sexismo e o androcentrismo da ciência social”. Tradução nossa.

¹³³ Tendência historiográfica que também fora desenvolvida na especificidade brasileira (DEL PRIORE, 2001b; PINSKY, 2009) e da América Latina e Caribe (GUARDIA, 2002). Para tanto Chartier (1995) responde a críticas realizadas em torno da coleção dirigida por Duby e Perrot afirmando que o “grande mérito de uma leitura apoiada

Alguns/mas teóricos/as questionam a abordagem, outros/as aplaudem a iniciativa. Há os/as que tratam como um momento de revisionismo, nas mais diversas correntes epistêmicas e científicas, trazendo a possibilidade de abordagem por outros ângulos, momentos históricos, etc.

As novas abordagens das ciências não são temas que se fundaram com o nascimento do movimento de mulheres em meados do século XIX, foi um conjunto de elementos efervescentes naquele dado momento que exigiam essa mudança. Mulheres essas, que procuravam romper com o estabelecido, as quais denominamos também como feministas, mesmo antes do termo designar a luta pelo empoderamento, as primeiras feministas ou profeministas¹³⁴ trouxeram questionamentos a padrões, concepções, paradigmas que serviram de impulso ao movimento feminista citado anteriormente fugindo dessa dominação masculina (BOURDIEU, 2003, p. 55). Seguindo essa visão Chartier (1995) nos informa que devemos, enquanto pesquisadores/as, ter cautela e analisar os métodos muito bem, pois

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irreduzível, universal (CHARTIER, 1995, p. 42).

Diversidade de aportes são somados à experiência científica, enriquecendo assim toda uma gama de pesquisas em torno de variados temas. (HARDING, 1987, p. 8). Essa construção diversa são formas de observação da pesquisa. Assim sendo, são categorias produzidas, corroborando assim com os estudos empreendidos por Foucault (2005a, p. 52-71), (2005b, p. 149-150) e Navarro-Swain (2009, p. 25).¹³⁵

sobre estas constatações, que diagnosticam uma redução dos papéis que a mulher poderia ter, é evitar a armadilha de uma história linear que traça a progressiva conquista de autonomia e de igualdade femininas, demarcadas por combates heroicos e figuras exemplares. Seu perigo é reintroduzir um esquema inverso, bem conhecido dos historiadores da cultura, onde a partilha e a palavra dão lugar à exclusão e ao silêncio. Esse modelo de inteligibilidade foi muito útil: foi mobilizado para qualificar as mutações culturais que se operaram no século XIII, no século XVII, ou ainda na segunda metade do século XIX. Explícita ou implicitamente, ele habita a história das mulheres na Época Moderna cuja trajetória seria de um confinamento crescente, de uma exclusão maior” (CHARTIER, 1995, p. 46-47).

¹³⁴ Em relação à expressão utilizada buscamos evidenciar que houve luta feminista antes mesmo da denominação do termo, pois o mesmo não limita a ação. Para um efeito mais didático, optamos por conceituar como anteriores, não deixando assim de afirmar a luta empreendida. “A emergência à consciência pública deste feio lado da condição das mulheres, tornou-se impossível para os pensadores sérios para continuar a acreditar na realidade do progresso social absoluto nesta cultura ou na maioria dos outros (HARDING, 1984, p. 05). Tradução nossa.

¹³⁵ Margaret Mead (1901-1978) foi uma das introdutoras, na década de 1930, da concepção de modelo familiar fora do padrão eurocêntrico. A família nuclear burguesa passa a ser questionada por demandas outrora estabelecidas e que estavam sendo invisibilizadas. Com isso a discussão envolve também a relação de identidades múltiplas, ou mesmo de não identidades, trabalhada, na atualidade, em demasia pela filósofa Butler (1992, p. 8), na antropologia, Viñuales (2006, p. 47-56) e na historiografia, Albuquerque Júnior (1999, p. 27) e (2003, p. 20), entre outros/as analisam esta mesma perspectiva.

Não deveria haver, em nosso entendimento, fixação de categorias, pois o ser em si é essencialmente constituído de possibilidades. Desse modo, decretar transformando em verdade é aprisionar o ser, é impor uma prisão. Corroborando com essa concepção Butler (1992) “*To claim that politics requires a stable subject is to claim that there can be no political opposition to that claim*”¹³⁶ (BUTLER, 1992, p. 4). Procurando esvaziar a ideia de político elimina-se assim a ideia de sujeito que possa vir a reivindicar algo, em nível individual ou mesmo coletivo, já que o mesmo passa a não existir.

A luta política, em sua face institucionalizada traz ao mesmo tempo limites, constâncias e possibilidades (quer seja de rompimento ou mesmo de retrocesso) e torna claro que algumas teorias, como o marxismo, em sua versão mais clássica concordando integralmente com Scott (1990); Harding (1987, 1993); Rago (1998b, p.15), não dá conta de analisar essa dinâmica exposta pelo movimento feminista. Butler (2000, p. 109) analisa a ideia das meta-narrativas, especialmente a marxista, e afirma que as mesmas procuram deslegitimar tendências teóricas outras. Assim sendo, as mesmas não dão conta de analisar ao nível micro.

Essa concepção está em consonância com a perspectiva defendida também por Fraser e Nicholson (1992, p. 12), sobretudo com o texto de Butler (2000, p. 110) onde o “eu” universal e o papel “pré-existente”, em caráter de definição, trazido pela existência não são analisados, segundo as autoras, pela ótica marxista de maneira satisfatória (BOTTOMORE, 1988, p. 240). Daí, existindo, ou melhor, reforçando a ideia de universalismo totalizante desta teoria (GARGALLO, 2002, p. 124).

Não se trata aqui de fazer pesquisa sem se colocar enquanto pesquisador/a, não há dissociação, não existe essa possibilidade de negligenciar a própria subjetividade¹³⁷ em detrimento do objeto pesquisado. Porém, conforme nos mostra Santos a “... objectividade decorre da aplicação rigorosa e honesta dos métodos de investigação que nos permitem fazer análise que não se reduzem à reprodução antecipada das preferências ideológicas daqueles que

¹³⁶ “Afirmar que a política exige um sujeito estável é dizer que não pode ter uma oposição política a esta afirmação”. Tradução nossa.

¹³⁷ Foucault (2005a, p. 67), acerca da subjetivação, governamentalidade e tecnologias do eu, trata sobre o papel da identidade, ou identidades constituídas do eu na sociedade ao longo do processo histórico. Com isso, percebe-se as análises do sujeito com relação a doutrinação para o mercado, isto é, o-sujeito-para-servir. Negligenciando ou redimensionando, diminuindo, a dimensão de independência do sujeito. Porém, carecendo de discussões sobre a relação de independência aqui trazida. Essa dicotomia do sujeito livre e o-sujeito-para-servir é fruto, segundo ele, do advento da Modernidade, que gera a exclusão de tudo aquilo que tomo como o “Outro”, buscando assim homogeneizar sujeitos, saberes, consciências, corpos, padrões, etc. Para Foucault (*in* DREYFUS, RABINOW, 2013, p. 273-283), não há divisão de sujeito, ele é uno e em si, múltiplo, corpo e alma, como prerrogativa religiosa, metafísica, etc., esse sujeito foucaultiano não existe, ele concebe um só, não os eliminando, mas sim, somatizando. Outra grande contribuição trazida por ele é a noção de que as ideias possuem passado, origem, gênese, contrariando, de certa forma, os escritos de Althusser (1970).

as levam a cabo”. (SANTOS, 2011, p. 31). Percebemos e concordamos com Valdivieso (2012, p. 22) quando afirma que não existe pesquisa sem levar em conta a experiência pessoal do/a pesquisador/a. Contudo, procurando, dentro desse limite, a isenção máxima que uma pesquisa compreende. Com isso, Harding (1987) adverte sobre a ideia de explicação que procurem exprimir a realidade pesquisada sem um tipo de ciência hierarquizado. Para ela “*Only in this way can we hope to produce understandings and explanations which are free (or, at least, more free) of distortion from the unexamined beliefs and behaviors of social scientists themselves*”.¹³⁸ (HARDING, 1987. p. 09).

Por fim, para Ferreira (1988, p. 95) a ideia de subjetivação do sujeito é fruto decorrente da problemática trazida pela queda do paradigma tradicional assim como do advento de novos discursos feministas (década de 1980) somados à crise do modelo de Estado de Bem-Estar Social e o fim das meta-narrativas com as chamadas correntes pós-críticas de análise (Cf. BELAUSTEGUIGOITIA; LOZANO, 2015, p. 622-629).

¹³⁸ “Só desta forma podemos esperar para produzir entendimentos e explicações que são gratuitos (ou, pelo menos, mais livres), de distorção das crenças não examinadas e comportamentos dos próprios cientistas sociais”. Tradução nossa.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Em nossa pesquisa, procuramos mapear revistas eletrônicas na América Latina que estão vinculadas a instituições de ensino superior ou que possuam, em seu corpo editorial, mulheres com atividade docente na academia. Estas publicações tratam de temas referentes às discussões de feminismo e gênero, todas elas com mais de 10 edições. Enquanto descritores para nossa pesquisa, procuramos por palavras-chaves em seus títulos, estas expressões são as seguintes: ciência, conhecimento, feminismo e ativismo/militância.

Bonder, trazido por Santa Cruz (2013, p. 16), nos informa sobre uma diversidade de origem dessas publicações na América Latina. Para ela, há um certo academicismo na produção oriunda do Brasil, mas, por outro lado, aponta a substancial contribuição das ONGs e centros acadêmicos independentes, além de movimentos sociais feministas na Argentina e Colômbia. Para tanto, as revistas acadêmicas conseguem impulsionar diversas discussões sobre os estudos feministas e de gênero, problematizando-as e fomentando outros estudos.

As publicações acadêmicas com discussão feminista e de gênero são uma forma de engajamento e militância política que ultrapassa os limites das próprias universidades, instituições e órgãos de pesquisas, e procura oferecer informações, dos mais variados seguimentos, formas e temas para assim construir uma sociedade baseada na equidade.

Concordamos com Feminías (2014) quando nos traz a ideia de que *“las revistas feministas se ocuparon específicamente de la publicación de discursos que teorizaban sobre las mujeres e las relaciones entre los géneros, desde una perspectiva crítica a la subordinación sexual”* (FEMENÍAS, 2014, p. 377). Isso não significa afirmar que as publicações possuem apenas essa vertente, mas que elas optam por tal, enquanto posicionamento político.

A década de 1980 traz esse debate de discussão do feminismo acadêmico de forma consistente, com o incentivo oriundo de feministas advindas de movimentos sociais e/ou partidos políticos que migraram para as universidades. Esse estímulo fez surgir cursos de graduação e de pós-graduação interessados nas dinâmicas e temas relacionados aos estudos feministas e de gênero. Podemos observar a criação desses cursos a partir de 1981 no Brasil, na Universidade do Rio de Janeiro; em 1983 no México, *Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco* e *El Colegio de México*; na Venezuela, *Universidad Central de Venezuela*; em 1987 na Argentina, *Universidad de Buenos Aires*; em 1987 na Colômbia, *Universidad Nacional de Colombia*. (CAROSIO, 2009c, p. 7-8), (SANTA CRUZ, 2013, p. 10).

Argentina, Brasil, Colômbia, México e Venezuela formam o corpus da nossa pesquisa porque suas revistas acadêmicas atendem ao critério principal de número mínimo de 10 edições. Optamos por pesquisar duas revistas em cada país mencionado, com exceção do Brasil onde pesquisamos três, devido às dimensões territoriais. Outro critério utilizado foi o de tempo de publicação, procuramos pelos periódicos mais antigos e com mais números de edições publicados. Estas publicações estão expostas na tabela a seguir.

Tabela 4. Revistas pesquisadas destacando as instituições as quais elas estão vinculadas, assim como ano de início de edição, quantitativo das mesmas e países onde são editadas.

| PUBLICAÇÃO | INSTITUIÇÃO | INÍCIO | Nº | PERIODICIDADE | PAÍS |
|---|--|--------|----|---------------|-----------|
| <i>Revista Mora</i> | UBA | 1995 | 21 | Semestral | Argentina |
| <i>La Aljaba: revista de estudios de la mujer</i> | <i>Universidad Nacional de La Pampa</i> | 1996 | 20 | Anual | Argentina |
| Revista Estudos Feministas | UFSC | 1992 | 64 | Quadrimestral | Brasil |
| Cadernos Pagu | Unicamp | 1993 | 48 | Quadrimestral | Brasil |
| Revista Labrys | | 2002 | 30 | Semestral | Brasil |
| <i>La Manzana de la Discordia</i> | <i>Universidad del Valle</i> | 1981 | 21 | Semestral | Colômbia |
| <i>Chichamaya</i> | <i>Universidad del Atlántico</i> | 1984 | 13 | Anual | Colômbia |
| <i>Debate Feminista</i> | <i>Universidad Autónoma de México</i> | 1990 | 52 | Semestral | México |
| <i>GénEros</i> | <i>Universidad de Colima</i> | 1993 | 52 | Semestral | México |
| <i>Revista Venezolana de Estudios de la Mujer</i> | <i>Universidad Central da Venezuela</i> | 1996 | 47 | Semestral | Venezuela |
| <i>Revista Otras Miradas</i> | <i>Universidad de los Andes (Mérida)</i> | 2001 | 12 | Semestral | Venezuela |

Fonte: Sítios eletrônicos das respectivas revistas. Acessadas entre dezembro 2016/janeiro 2017.

A Colômbia é o país investigado que possui a revista mais antiga ainda em circulação, datando de início da década de 1980. Os demais países têm suas revistas editadas nas décadas seguintes, com destaque para a primeira metade da década de 1990, num movimento imediato do pós ditaduras, notadamente nos países do Cone Sul e coincide com a oferta de cursos de estudos sobre as mulheres mencionados.

Um questionamento latente após as nossas pesquisas foi a da grande produção sobre feminismo e gênero que a América Latina produz e difunde, com abordagens micro e macro quanto à relação das dimensões geográficas propostas, baseando em temas tão diversos quanto sua própria configuração populacional, manifestando, assim, o pluralismo de abordagens. Isso

demonstra uma capacidade de articulação dessas/es pesquisadoras/es em empreender a construção de mundos mais equitativos e de observância de suas próprias relações, além de seu papel enquanto mulheres.

Os esforços somados nessas produções trazem não só trabalhos de pensadoras/es latino-americanas/os como também contribuições de acadêmicas/os e militantes estrangeiras/os, expandindo significativamente a percepção de feminismo e gênero empreendida pelas intelectuais feministas da América Latina e ligando as discussões que estão sendo travadas em esferas geograficamente distantes das nossas.

Porém, vale ressaltar, que o Brasil, no que se refere à pesquisa e difusão, encontra-se numa espécie de contramão dessa relação de produtividade. Não pretendemos com isso anunciar ou hierarquizar saberes ou métodos, apenas evidenciamos um dado e salientamos nosso ponto de vista por nossa escolha teórica. Apesar de ter um grande número de revistas que discutem o tema, estas, em sua maioria, não fundamentam sua produção teórica com a perspectiva do feminismo latino-americano. Essas produções abordam temas ligados a pós-modernidade e estudos *queer*, também discutem violência, notadamente vinculada à Lei Maria da Penha, nº 11.340/06 e questionamentos dos chamados comportamentos desviantes. A fundamentação das intelectuais brasileiras tem como referencial principal Guacira Lopes Louro e Dagmar Meyer, ambas do Rio Grande do Sul e outros de São Paulo, Campinas além do aporte teórico anglo-americano e franco com Joan W. Scott, Michelle Perrot, Judith Butler, Sandra Harding, Donna Haraway entre outras.

A concepção de feminismo da maior parte das publicações dessas revistas está atrelada a perspectiva anglo-americana e estudos do feminismo franco. Utilizando-nos de uma metáfora, o Brasil está de costas para a produção acadêmica feminista da América Latina e voltado às academias europeias e estadunidenses e o oposto também procede.¹³⁹ Mas, é preciso ressaltar que algumas publicações destacadas em nossa pesquisa procuram quebrar esse conceito e empreendem esforços hercúleos na tentativa de evidenciar outras práticas e estudos feministas, tais como os feminismos dos continentes africano e asiático, este último com abordagens que tratam sobre o Oriente Médio ou ainda Extremo Oriente, entre outras discussões, bem como os limites atuais das análises feministas, as potencialidades do mesmo e inovações em suas

¹³⁹ As palavras de Mariátegui (1975, p. 24) originalmente pronunciadas nas primeiras décadas do século XX ainda são bastante atuais em relação a algumas publicações e focos de pesquisa latino-americanas. Para ele “*La civilización occidental se encuentra en crisis; pero ningún indicio existe aún de que resulte próxima a caer en definitivo colapso. Europa no está, como absurdamente se dice, agotada y parálitica. Malgrado la guerra y la postguerra conserva su poder de creación, Nuestra América continúa importando de Europa ideas, libros, máquinas, modas. Lo que acaba, lo que declina, es el ciclo de la civilización capitalista*”.

problemáticas, salientando a ideia de profunda renovação que o feminismo produz. Além disso, as revistas por sua natureza de publicação mais constante, tendem a veicular discussões mais imediatas, que ainda não estejam maturadas com intuito do problematizá-las. O que, de certa maneira, um texto, como o livro, demora mais a fazer, por diversos fatores, além da valorização de revistas nas produções dos Programas de Pós-Graduação.

Carosio (2009c, p. 1) afirma que, apesar do empenho de grupos feministas em divulgar suas ideias, esses conhecimentos ainda são subestimados ou mesmo não reconhecidos por parte da esfera acadêmica. Concordamos com Carosio, em primeiro lugar, porque a Ciência, por princípio é sexista. O esforço de democratizar a Ciência tem sido realizado por grupos de intelectuais feministas com o intuito de desbravar espaços para colocar em pautas questões feministas dentro da ciência, tal como o feminismo latino-americano, com debates teóricos que fundamentam outras formas de interpretar o mundo e o próprio feminismo. Ou ainda quando alguns/as teóricos/as que se enclausuram em dogmatismos que desconsideram os grandes avanços, tanto teórico como sociais e históricos que o feminismo trouxe. Em segundo lugar, porque sendo a ciência eurocêntrica e colonial, haverá sempre uma maior credibilidade se os teóricos europeus ou estadunidenses estiverem fundamentando os estudos. Por causa disso, é que o estudo feminista latino-americano rompe duplamente a subalternização colonial imposta.

É também pertinente frisar que muitos desses periódicos investigados, sobretudo nos países de matriz hispânica, são frutos de cursos *stricto sensu* em Estudos da Mulher, cursos esses que em sua maioria são interdisciplinares, ligados aos departamentos de ciências sociais e das humanidades, e que são vinculados às universidades e centros de pesquisas, grupos, coordenações, coletivos, institutos, etc., que se propõem a discutir o conteúdo e rompem com os cânones tradicionais que as ciências estabeleceram, quebrando, assim, os paradigmas tradicionais de exclusão e isolamento. Carosio (2009c) salienta a importância dos diálogos interdisciplinares como direcionamento de novas formas de discussão e ampliação do feminismo. Para tanto, Carosio nos diz

Los Estudios de la Mujer/es y de Género han sido inter y transdisciplinarios porque ponen el énfasis en la ubicación de los sujetos a partir de las relaciones de poder cruzando así los sistemas de clase, edad, etnia y raza, lo que lleva a la ruptura disciplinaria, y al planteamiento necesario de la interdisciplina. Han trabajado la intersección del género con otras dimensiones como las etnias, la raza y la sexualidad, incorporando dos valores alternativos: la diversidad y la diferencia sin jerarquía y sin hegemonía (CAROSIO, 2009c, 12-13).

A seguir, estão dispostas tabelas destacando algumas características de cada revista identificada, contendo os artigos publicados com as temáticas pertinentes, que são:

ciência/conhecimento, feminismo/gênero, ativismo/militância e educação. Estas, por sua vez, encontram-se organizadas por revistas, temáticas, títulos, edições, palavras-chave, autoria, vínculo institucional das/os autoras/es e ano das publicações. Além disso, dispõem de um breve percurso descrito de cada revista investigada, assim como de seus países de origem.

Antes de cada tabela, tem-se um gráfico contendo o resumo das mesmas, com foco nas palavras relacionadas nos títulos de seus artigos, o quantitativo de cada palavra pesquisada, além do cruzamento destes temas, caso venha a ocorrer.

Figura 2. Distribuição geográfica dos países investigados e o número de publicações analisadas em cada um deles.



Fonte. Elaboração do autor baseado no modelo disponível em <<https://free-editable-worldmap-for-powerpoint.softonic.com/>>, acessado em janeiro/2017.

A **figura 2** aponta os países pesquisados, destacando-os e facilitando a observância do território empreendido pela pesquisa. Assim como o número de revistas investigadas por cada país em destaque.

A seguir, na **tabela 5** a identificação da revista, seu país de origem e os termos pesquisados.

Tabela 5. Incidência das palavras pesquisadas em cada publicação

| PUBLICAÇÃO | PAÍS | TERMO PESQUISADO | | | | |
|---|-----------|------------------|--------------|----------|-----------|-------------------------|
| | | CIÊNCIA | CONHECIMENTO | EDUCAÇÃO | FEMINISMO | ATIVISMO/ MILITÂNCIA |
| 1. <i>Revista Mora</i> | Argentina | 1 | - | - | 5 | - |
| 2. <i>La Aljaba</i> | | 1 | - | 2 | 9 | 3 |
| 3. <i>Revista de Estudos Feministas</i> | Brasil | 8 | 3 | 11 | 75 | 9 |
| 4. <i>Cadernos Pagu</i> | | 4 | 3 | 1 | 23 | 1 |
| 5. <i>Labrys – Estudos Feministas</i> | | 2 | 1 | - | 123 | 4 |
| 6. <i>La Manzana de la Discordia</i> | Colômbia | 1 | - | 2 | 6 | - |
| 7. <i>Chichamaya</i> | | - | - | 2 | 1 | - |
| 8. <i>Revista Debate Feminista</i> | México | - | - | - | 46 | - |
| 9. <i>Revista GénEros</i> | | 2 | - | 36 | 11 | - |
| 10. <i>Revista Venezolana de Estudios de la Mujer</i> | Venezuela | 8 | 7 | 3 | 15 | 2 |
| 11. <i>Revista Otras Miradas</i> | | - | - | 4 | 1 | - |

Fonte: Sítios eletrônicos dos respectivos periódicos. Acessadas em janeiro/2017.

A tabela anterior demonstra, de maneira geral, um panorama dos temas trabalhados por cada país em relação à perspectiva de feminismo e/ou gênero nos países analisados. Além disso, o quanto alguns dos temas selecionados são pouco abordados, o que deixa evidente futuras pesquisas acerca dessas questões que não foram abordadas por nossa investigação.

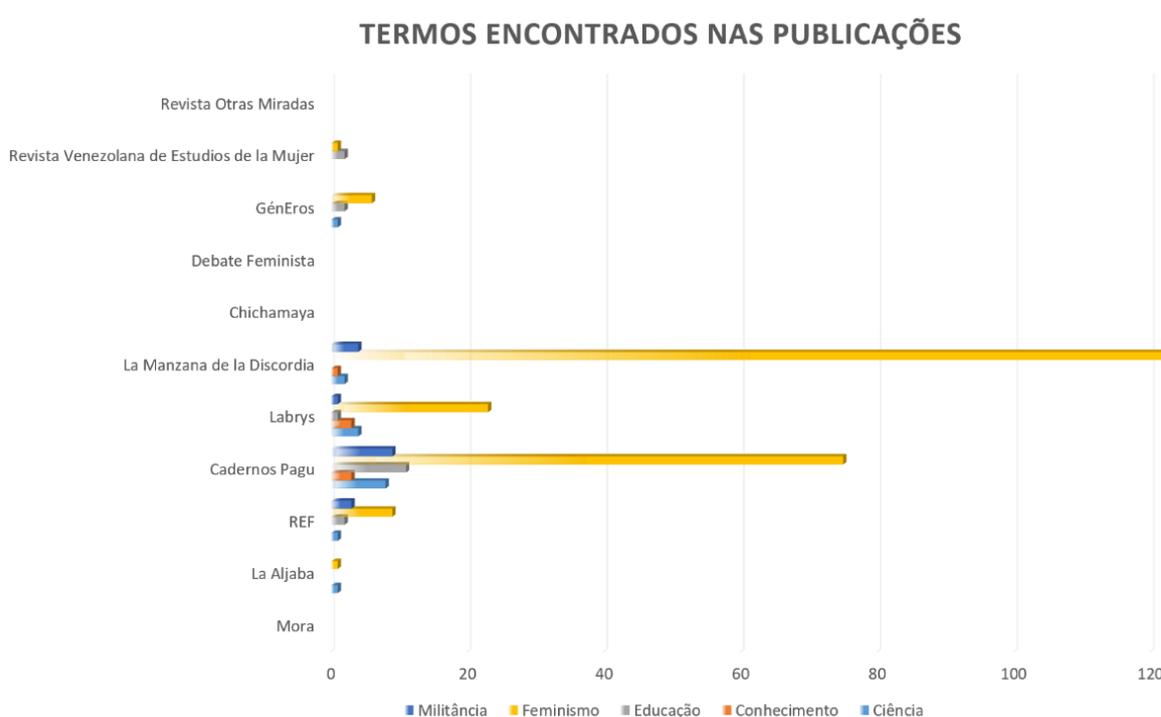
É salutar o quantitativo de textos publicados contendo em seus títulos o termo feminismo, este, por sua vez, é seguido pela temática educação, conhecimento, ciência e, por fim, militância/ativismo.

Dentre os países investigados, o Brasil é o que possui a maior quantidade de revistas, dada sua dimensão geográfica, porém de maneira um pouco tardia, se comparado a outras

realidades que tiveram suas publicações iniciadas na primeira metade de década de 1980. Outro dado demonstrado pela tabela se refere à intensa produção realizada pelo México, com diversas publicações sobre feminismo, seguido pela Venezuela.

Procuramos sistematizar esses dados coletados de todas as revistas pesquisadas mediante o gráfico que segue. Nele está contida a relação das palavras pesquisadas e suas inserções nos títulos dos artigos publicados nos periódicos.

Gráfico1. Comparação e identificação de termos pesquisados em cada uma das publicações pesquisadas



Fonte: Sítios eletrônicos dos respectivos periódicos. Acessadas em janeiro/2017.

É importante ainda a quantidade de edições publicadas pelo México, onde apenas duas revistas pesquisadas possuem, até o momento, 104 edições. A Colômbia, por sua vez, apesar de possuir as revistas mais antigas em circulação, contém o menor número de edições, somam 34.¹⁴⁰ Esses dados podem trazer diversas questões, algumas delas ligadas ao fomento das IES que produzem as mesmas, além do corpo de textos e discussões promovidas nas dadas realidades.

¹⁴⁰ Dados expostos na tabela 4.

As temáticas dessas revistas pesquisadas são diversas e variam em cada país, porém discussões sobre aborto e sua legalização, sexualidade, corpo, cuidado, estética, prostituição, violência - em seus mais variados aspectos, papel da mulher no espaço político institucional, trabalho feminino legalizado - dupla ou tripla jornada, educação não-sexista, maternidade, inclusive na adolescência, entre outros, são temas comuns nessas publicações.

A seguir, apontaremos cada país pesquisado, suas principais abordagens e publicações, além de quantificar e analisar os dados coletados.

4.1. Publicações da Argentina

Os estudos feministas na Argentina, assim como em boa parte dos países pesquisados, possui a definição comum da primeira geração, a de procura por direitos ainda essenciais, sobretudo o direito ao voto, que, naquele dado contexto histórico, acreditava-se que era a principal fonte de reivindicação e conquistas que o movimento feminista poderia adquirir. Essa primeira geração possui uma face mais genérica, obviamente que cada país passou por problemáticas e constituições de escala do movimento que são pertinentes e regionalizadas, mas, em linhas gerais, essa fora a imagem comum vivenciada.

Mediante o acréscimo de demanda empreendida, em grande medida, com os estudos de gênero e teoria feminista, somadas às dinâmicas nacionais, notadamente, e especificamente no Cone Sul (PEDRO; WOLFF, 2010), e o enfrentamento às ditaduras militares que assolaram o desenvolvimento das democracias, os estudos de feministas e de gênero passaram a ter um tom significativo nas produções das/os intelectuais na Argentina. Seu brutal processo ditatorial, pelo qual passou de 1966-1973, impediu, durante seu transcorrer, que as instituições de fomento à pesquisa impulsionassem suas investigações, realidade essa que foi compartilhada por outros países do continente.

Constatamos a existência de um grande número de revistas que se dedicam aos estudos de feminismo e gênero na Argentina. Estas, por sua vez, estão divididos em diversas áreas, tratando sobre temas que vão desde política às análises sobre violência, aborto, participação social, entre outras. Porém, através do número máximo de revistas pesquisado que foi estipulado para cada país, procuramos evidenciar aquelas que mais se aproximavam de nossas inquietações, além dos mais antigos e com maior circulação, nacional ou internacional. Destacamos também a colaboração e empenho de feministas acadêmicas como María Lugones

e María Luísa Femenías dentre tantas outras que se esmeram em difundir as discussões sobre o feminismo.

Sendo assim, destacamos as seguintes revistas: “Revista Mora” e “*La Aljaba – revista de estudios de la mujer*”. Ambas possuem mais de 20 edições, o que demonstra de início, que estas revistas são consolidadas.

- **Revista Mora**

A revista *Mora – Revista del Área Interdisciplinaria de Estudios de la Mujer* procura ser, como o próprio nome nos informa, uma construção interdisciplinar, estando ligada as discussões do feminismo e/ou gênero notadamente nas ciências humanas e sociais.

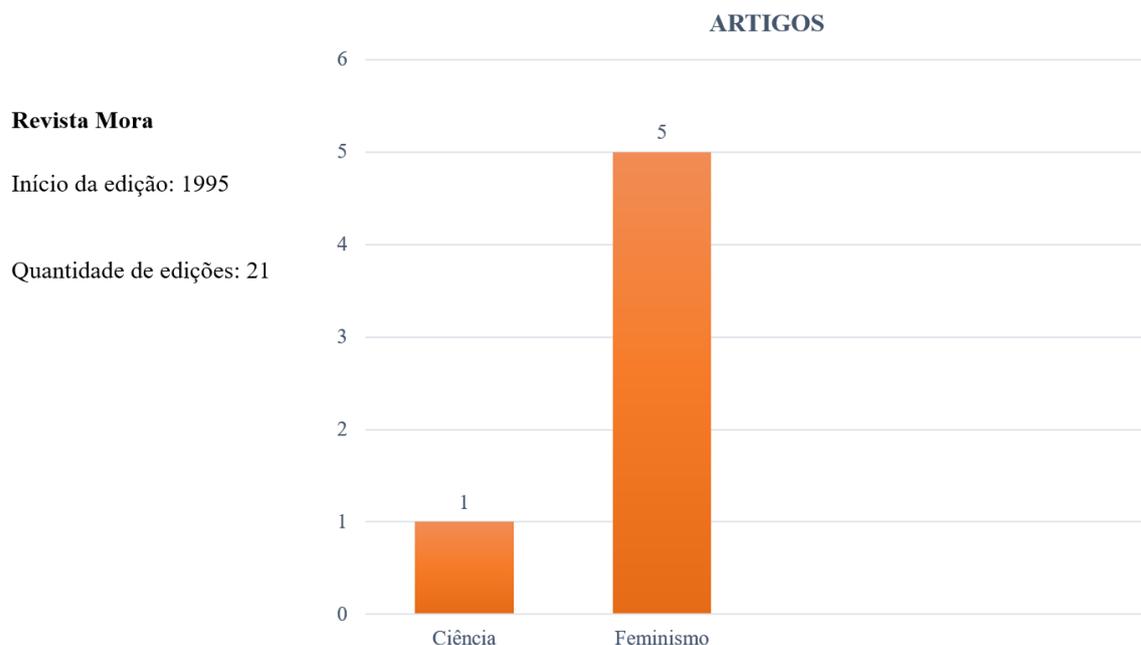
Sendo assim, seu conteúdo passa por disciplinas como antropologia, filosofia, sociologia, história, literatura entre outras, como é descrito a seguir. Femenías (2014) traz um pouco do surgimento e empenho proposto pela *Revista Mora*. Para ela, a publicação é fruto

[...] de alta movilización social surgió Mora: en principio, como necesidad de ofrecer herramientas para afianzar el debate, fortalecer el espacio académico para las mujeres, llamar la atención sobre las nuevas corrientes de pensamiento que habían prosperado en el exterior durante los años de dictadura y que se anudaron de modo más o menos subterráneo con el exilio o la “cultura de las catacumbas”, que ahora podían exigir presencia pública incluso en la academia (FEMENÍAS, 2014, p. 378).

Destacamos que há uma exclusivamente de suas contribuições em língua espanhola, apesar de aceitar algumas em outras línguas. O periódico argentino se propõe, mediante uma discussão regionalizada, a contar com a participação de pensadoras/es de países, sobretudo hispânicos, assim como seus vizinhos, latino-americanos, de maneira especial o Brasil. Ainda recebe artigos acadêmicos e não acadêmicos, estando a mesma em veiculação.

A *Revista Mora* tem seu primeiro número editado em 1995, o que faz dela a primeira revista acadêmica feminista da Argentina, e está vinculada a *Área Interdisciplinaria de Estudios de la Mujer (AIEM)*, ligado ao *Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género (IIEGe)* da *Facultad de Ciencias y Letras da Universidad de Buenos Aires (UBA)*. A partir de 2012, seu conteúdo passa ser digitalizado e assim facilmente acessado, em seu próprio site. A revista é indexada à plataforma virtual *Scielo*, e lá suas edições estão disponíveis desde 2007, vol. 13, nº 1.

Gráfico 2. Revista *Mora* e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados.



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <http://iiege.institutos.filo.uba.ar/revista_mora.php>. Acessado em janeiro/2017.

No que se refere aos nossos estudos, constatamos que a Revista *Mora*, no total de 21 edições, possui apenas seis artigos que se cruzam com as empreendidas em nossa problemática. Todas elas estão de alguma maneira interligadas ao tema feminismo. Este, por conseguinte, conta com cinco publicações, e quando observamos o termo ciência, este está sendo utilizado em apenas uma publicação. Esse último artigo procura traçar a trajetória de construção da ciência por mulheres na Argentina, em destaque na tabela exposta ao final desse item.

Porém, há uma inserção do termo gênero em 29 textos. Estes, por sua vez, dividem-se nos formatos de artigos, resenhas, entrevistas, etc. Todavia, apenas um dos artigos identificados se cruza com o tema feminismo. Os trabalhos com autoria feminina somam 27 e dois com autoria masculina, além de um construído de forma coletiva, no qual não é possível destacar autoria específica. Esse dado evidencia a produção feminina como bastante superior à masculina quando se trata das questões pertinentes às temáticas de gênero em revistas feministas.

Tabela 6. Revista *Mora*. Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa.

| TÍTULO (ARTIGO) | EDIÇÃO | PALAVRAS-CHAVE | AUTORIA | VÍNCULO | ANO |
|--|--------------|--|------------------------|----------------------------------|------|
| <i>Una mujer en la ciencia argentina: Rebeca Gerschman.</i> | v. 14 - nº 2 | <i>Radiación; Envejecimiento; Radicales libres; Oxígeno; Rebeca Gerschman.</i> | Jorge Norberto Cornejo | UBA | 2008 |
| <i>Feminismo y religión: apuntes sobre Católicas por el Derecho a Decidir</i> | v. 14 - n. 2 | <i>Aborto; Católicas por el Derecho a Decidir; Religión; Iglesia Católica.</i> | Beatriz Escudero Rava | UBA | 2008 |
| <i>Feminismo, trata y nuevos tratos</i> | v. 14 - n. 2 | Informação não disponível na publicação | Dora Barrancos | IIEGE | 2008 |
| <i>Faccia a faccia con el feminismo de la diferencia</i> | v.16 - nº 2 | Informação não disponível na publicação | María Marta Herrera | Universidad Nacional de La Plata | 2010 |
| <i>Feminismo, filosofía y literatura. Simone de Beauvoir, una intelectual comprometida</i> | v. 19 - nº 2 | <i>Filosofía; Literatura; Sujeto-mujer.</i> | Pamela Abellón | UBA | 2013 |
| <i>El feminismo materialista francés en el marco general de las teorías feministas y de género</i> | v 21 - nº 2 | Informação não disponível na publicação | María Luisa Femenías | UBA | 2015 |

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <http://iiege.institutos.filo.uba.ar/revista_mora.php>. Acessado em janeiro/2017.

Não identificamos cruzamento de informações entre os termos pesquisados em seus títulos de maneira a contribuir com a problemática de produção de ciência por mulheres docentes na academia. Apenas o texto “*El feminismo materialista francés en el marco general de las teorías feministas y de género*” de autoria de María Luisa Femenías (v. 21, nº 2) que busca analisar a ideia de gênero e feminismo trabalhadas nos textos com um viés franco.

Isso não minimiza sua importância enquanto produção acadêmica feminista, pelo contrário, apesar de sua grande contribuição aos estudos feministas e de gênero na Argentina, em grande medida no Cone Sul, a temática de produção de ciência não é o foco dessa publicação.

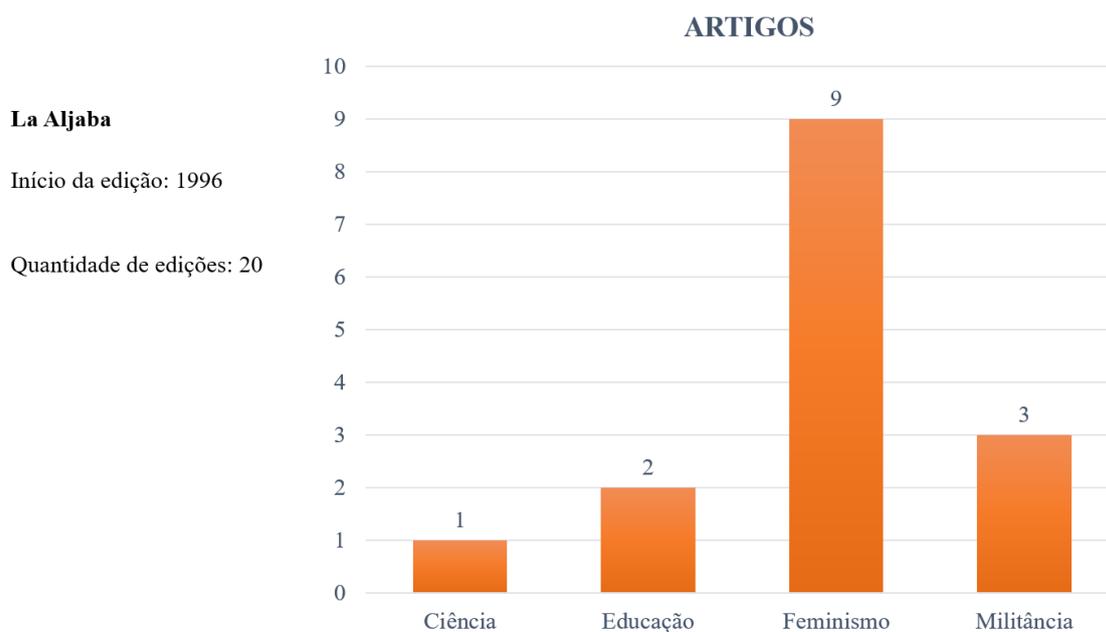
- *La Aljaba*

Criada em 1996, a revista *Al Aljaba* é uma publicação de estudos relacionados à mulher, que possui periodicidade anual. A revista encontra-se vinculada à *Universidad de La Pampa, Luján y Comahue*, na Argentina. Tendo seu corpo editorial composto por intelectuais destas instituições.

Destacam-se, até o momento, 20 edições, todas elas disponíveis em seu portal com contribuições de diversas/os pesquisadoras/es do tema. Sendo estas/es acadêmicos, militantes, membros de organismos e movimentos sociais, nacionais e/ou estrangeiros.

A criação da revista se dá no momento de maior fomento aos estudos feministas e de gênero na esfera acadêmica, demonstrando a preocupação da pesquisa sobre a temática e sua potencial inquietação em veicular trabalhos sobre o assunto, posto que compreendemos a atividade como ponto de militância. Há uma busca, segundo as normas da revista, por trabalhos inovadores, que tracem maneiras ímpares de abordagens de temáticas sobre feminismo e/ou gênero. Notadamente ligada às ciências sociais e humanas, *La Alajaba – Segund Época* busca ampliar as discussões em torno dos estudos feministas na Argentina e, consequentemente, na América Latina.

Entendemos que a militância não está restrita apenas a um elemento de embate direto, corpo a corpo, e sim mediante múltiplas maneiras de se perceber, compreender e interferir buscando alterar o cenário de desconforto provocado por práticas e pensamentos sexistas. Com isso, a academia contribui de maneira concreta, mediante a utilização de senso crítico empreendido nas análises problematizadas e pesquisadas por parte de docentes que investigam a temática, assim como de uma militância política exercida de variadas maneiras, destacamos aqui a cibernética, através de redes sociais entre outras formas, como também dentro de organismos políticos, etc.

Gráfico 3. Revista *La Aljaba* e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados.

Fonte: Gráfico elaborado a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/publicaciones/aljaba.htm>>. Acessado em janeiro/2017.

Tabela 7. *La Aljaba*. Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa¹⁴¹.

| TÍTULO (ARTIGO) | EDIÇÃO | PALAVRAS-CHAVE | AUTORIA | VÍNCULO | ANO |
|---|------------|--|------------------------|--|------|
| <i>Feminismo, ciencias naturales y biomedicina: debates, encuentros y desencuentros</i> | V. 4, nº 4 | <i>Feminismo, ciencias naturales y biomédica, investigación, metodología</i> | Teresa Ortiz Gómez | <i>Universidad de Granada</i> | 1999 |
| <i>Razón y Cuerpo. Feminismo, esferas públicas y prácticas pedagógicas</i> | V. 4, nº 4 | <i>Público, privado, esfera pública, pedagogía, feminismo.</i> | Adriana Hernández | <i>Universidad Nacional del Comahue</i> | 1999 |
| <i>De madres bellas, hijos sanos. El feminismo naturista de principios de siglo</i> | V. 5, nº 5 | <i>Naturismo, medicina, mujer, estética, salud.</i> | María Silvia Di Liscia | <i>Instituto Universitario Ortega y Gasset, España</i> | 2000 |
| <i>Feminismo y Diplomacia. Paulina Luisi, Maria Cristina Giustiniani Bandini y la Comisión de la Sociedad</i> | V. 5, nº 5 | <i>Mujeres, niños, feminismo, diplomacia</i> | Eugenia Scarzanella | <i>Universidad de Bolonia – Italia</i> | 2000 |

¹⁴¹ A partir do ano de 2010 apenas está disponível na plataforma da revista os seguintes dados: o volume da edição sem seu número. Por este motivo esses dados não se encontram em nossa tabela.

| | | | | | |
|---|--------------|--|--|---|-----------|
| <i>de las Mujeres contra la trata de mujeres y niños</i> | | | | | |
| <i>Sujetos de género en la escuela. Un intento de articulación entre sexualidad, género y educación</i> | V. 5, nº 5 | <i>Educación, género, sexualidad, prácticas discursivas.</i> | Adriana Hernández y Carmen Reybet | <i>Facultad de Ciencias de la Educación, UNCom</i> | 2000 |
| <i>El declive de la Postmodernidad. Falta de pausabilidad del feminismo postmoderno</i> | V. 7, nº 7 | <i>Feminismo, postmodernidad, sujeto, igualdad, razón, género, patriarcado</i> | Rosa Cobo | <i>Universidad de A Coruña (España)</i> | 2002 |
| <i>Las prácticas discursivas sobre educación sexual: a propósito de la política pública del Estado neuquino</i> | V. 8, nº 8 | <i>Sexualidad, salud reproductiva, educación sexual, practicas discursivas.</i> | Nélida Bonaccorsi | <i>Universidad Nacional del Comahue</i> | 2003 |
| <i>Matrices históricas del feminismo en Bahía. Las luchas sufragistas a través de la prensa.</i> | V. 9, nº 9 | <i>Feminismo, sufragismo, movimiento de mujeres, voto y ciudadanía femenina.</i> | Ana Alice Alcántara Costa | UFBA | 2004-2005 |
| <i>La educación de las mujeres rurales en el Territorio Nacional de La Pampa durante los primeros gobiernos peronistas (1946-1955).</i> | V. 10, nº 10 | <i>Estado; Educación rural; Mujeres; Peronismo</i> | Nancy M. Peirano | Informação não disponível na publicação | 2006 |
| <i>La transversalización de género en la educación: ¿qué pasa en las escuelas de Galvarino, la capital indígena de la región de La Araucanía?</i> | V. 12, nº 12 | <i>Transversalización de género – educación - escuela.</i> | Lucy Ketterer Romero | <i>Universidad de La Frontera, Temuco, Chile</i> | 2008 |
| <i>Feminismo y derechos de las mujeres: representaciones de género en la prensa católica de Bahía Blanca a principios del siglo XX</i> | V. 15 | <i>Mujeres, derechos, feminismo, prensa, catolicismo.</i> | Lucía Bracamonte | <i>Universidad Nacional del Sur/Conicet</i> | 2011 |
| <i>La militancia social de las mujeres: América Latina y sus dificultades para una lectura de género</i> | V. 16 | <i>Mujeres, militancia, género.</i> | Brisa Varela | <i>Universidad Nacional de Luján</i> | 2012 |
| <i>La historia de vida de una militante social</i> | V. 17 | <i>Historia de vida, empoderamiento, mujer, feminismo.</i> | Marta L. Carrario | <i>Universidad Nacional del Comahue</i> | 2013 |
| <i>Aportes desde lo formal normativo a las articulaciones entre las leyes de violencia de género y educación sexual en La Pampa</i> | V. 19 | <i>Educación sexual integral, violencia de género políticas públicas, Ley 26150, Ley 25485</i> | Anabel Surin e Daniela MJ. Zaikoski Biscoy | <i>Universidad Nacional de La Pampa</i> | 2015 |
| <i>El amor como objeto de estudio del feminismo del siglo XXI</i> | V. 19 | <i>Pareja heterosexual, género, conflicto, desigualdad Emocional, amor.</i> | Ana Dolores Verdú Delgado | <i>Universidad Técnica Particular de Loja (Ecuador)</i> | 2015 |
| <i>Experiencias políticas de mujeres, relatos de</i> | V. 19 | <i>Testimonio-experiencia, política-mujeres.</i> | Fabiana Grasselli | <i>Investigadora Asistente</i> | 2015 |

| | | | | | |
|---|-------|--|----------------|---|------|
| <i>militancia y literatura testimonial durante los años setenta. Textos de Rodolfo Walsh, Francisco Urondo y María Esther Giglio desde una lectura en clave de género</i> | | | | INCIHUSA- CONICET Mendoza, Argentina | |
| <i>Feminismos entre la paz y la guerra</i> | V. 20 | <i>Feminismo europeo, belicismo, pacifismo, Virginia Woolf</i> | Dora Barrancos | UBA / Universidad Nacional de Quilmes | 2016 |

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/publicaciones/aljaba.htm>>. Acessado em janeiro/2017.

Verificamos que um dos artigos pesquisados no periódico, cujo título “*Feminismo, ciencias naturales y biomedicina: debates, encuentros y desencuentros*”, localizado no Vol. IV de 1999 com autoria de Teresa Ortiz Gómez, cruza as temáticas feminismo e ciência. Porém, como podemos observar, este expõe interrogativas relacionadas ao mundo das ciências naturais, não necessariamente à militância acadêmica feminina e suas contribuições para quebra de conceitos sexistas acerca do feminismo.

Todavia, não podemos deixar de observar a contribuição valorosa do trabalho desenvolvido pela autora, no que se refere à iniciativa de articular temáticas consideradas, até bem pouco tempo, por muitos pensadores, como inconcebível a sua presença na mesma pesquisa.

Na revista “*La Aljaba*” existem 49 trabalhos, dentre as mais diversas formas de publicações, que contém em seu título o termo gênero. Destes textos, 60 mulheres estão apontadas como autoras e três homens.

Um dado que surge através dos dados coletados é o fato de que não existe um cruzamento do termo gênero (*género*) com o termo feminismo nestes títulos, o que não impede que o mesmo esteja sendo tratado no corpo do texto, porém não sendo este o ponto de análise de nossa pesquisa. Pois, a abordagem do mesmo feminismo versa sobre diversas perspectivas, ainda mais se somarmos as contribuições trazidas com os estudos de gênero em suas diversas origens.

4.2. Publicações do Brasil

As pesquisas de gênero no Brasil, se comparadas aos demais países pesquisados, foram um pouco atrasadas, sobretudo, por ter atravessado um duro e longo processo de ditadura civil-militar (1964-1985), quando as instituições de ensino superior, entre outras intelectuais que produzem conhecimento científico, encontravam-se à mercê de governos autoritários, e estes, através da censura, mantinham o controle ideológico do país.

Sendo assim, as primeiras revistas publicadas no Brasil datam no início da década de 1990 (GROSSI, 2004, p. 213) quase uma década depois do texto histórico de Scott. Muito embora com a defesa da tese de Saffioti, em 1967,¹⁴² a segunda geração do feminismo no Brasil, tenha procurado a formatação de sua própria identidade. Mas, como já trabalhamos outrora, a luta feminista foi subjugada em detrimento da luta contra ditadura que o país e suas/seus militantes procuravam.

Com o rompimento dessas estruturas de opressão social e intelectual que o país atravessou, os estudos feministas ganham impulso, com incentivo de organizações financiadoras de projetos e pesquisas, assim como a criação de diversos departamentos de pesquisas nas universidades, em sua maioria, mas não exclusivamente, públicas. Outra grande contribuição foi a edição de livros com temática feminista sob a direção de Rose Maria Muraro (ZUCCO; LISBOA, 2014). Além da luta pela inclusão de direitos das mulheres no processo de formulação da constituinte de 1987, entre tantas outras contribuições que foram se somando às já existentes; o que evidencia a ocupação de espaços ditos como masculinos e questionados pelos diversos grupos feministas.

Além disso, podemos destacar o retorno das/os exilados/as políticas que fez florescer um ambiente acadêmico mais dinâmico, pelo menos se comparado à situação que se vivia, pois na década anterior, durante o regime ditatorial, essas/es estudiosas/es procuraram vincular-se a academias e/ou centro de pesquisa nos países onde estavam atuando, enquanto estudantes ou lecionando. Como resultado, o aumento do número de doutoramentos dessas/es intelectuais foi considerável e essas bagagem, teórica e social, foram incorporadas de diversas maneiras em sua realidade profissional. Houve, assim, o fortalecimento de pesquisas e a difusão dos estudos feministas e de gênero no Brasil com a criação de grupos de trabalhos e projetos de investigação, dentre outros.

¹⁴² Tese publicada com o título “À mulher na sociedade de classes: mito e realidade” em 1969 pela editora Quatro Artes, ainda no período de processo de Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Inicialmente, destacaram-se as produções de mulheres ligadas a uma vertente do feminismo marxista, que teve como principal expoente, Heleieth Saffioti. “Reminiscências, releituras, reconceituações”, v. 0, n. 0 de 1992; “Violência de gênero no Brasil atual”, v 2 – especial, de 1994 e o artigo “Enfim, sós Brasil rumo a Pequim”, v. 3, n. 1 de 1995, são artigos publicados na Revista de Estudos Feministas. Apontamos ainda os trabalhos produzidos por feministas como Rachel Soihet (UFRJ), Heloísa Buarque de Hollanda (UFRJ), Rosiska Darcy de Oliveira (PUC-Rio), Bila Sorj (UFRJ), Margareth Rago (Unicamp), Adriana Piscitelli (Unicamp), Cláudia de Lima Costa (UFSC), Miriam Pilar Grossi (UFSC), Jacqueline Pitanguy entre tantas outras, além de Guacira Lopes Louro (UFRGS) e Dagmar Meyer (UFRGS) que vão discutir gênero e educação.

O Brasil, enquanto campo de pesquisas em estudos feministas¹⁴³, procura se aproximar dos universos anglo-americano e franco, das análises sobre as subjetividades além das teorias pós-críticas, etc., por meio das contribuições advindas através das ciências sociais e das humanidades nos diversos departamentos de pesquisas aos quais está vinculada a maioria desses grupos, assim como, em universidades públicas, federais e estaduais, além de órgãos financiadores de pesquisas nacionais e de organismos internacionais de estímulo à pesquisa.

O Brasil tem produzido uma quantidade elevada de trabalhos acerca da temática feminista e de gênero, sob múltiplos prismas. A maior parte das revistas sobre feminismo e gênero está vinculada às instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais. Para tanto, essas instituições criaram comissões, grupos e linhas de pesquisa, entre outras, e passaram a submeter estes trabalhos à opinião pública acadêmica mediante sua veiculação, na maioria das vezes, disponibilizando estas produções em plataformas online.

Além disso, a oferta de cursos de extensão, de formação e de pós-graduação sobre os temas com a criação de Grupos Temáticos em reuniões nacionais também se tornou algo frequente. Entretanto, não constatamos nenhuma revista que trate exclusivamente de educação e feminismo, a não ser em artigos publicados de forma esporádica, e que iremos apresentar no decorrer de nossa análise. No entanto, o tema gênero e educação se tornou, em linhas gerais, mais presente nos últimos 10 anos com a criação do GT 23 Gênero, Educação e Sexualidade na ANPEd.

¹⁴³ Segundo Grossi (2004, p. 218) o termo estudos feministas consegue agregar os questionamentos pertinentes ao feminismo, assim como as análises de gênero, a chamada teoria feminista, e os estudos de mulher. É uma maneira de congregar em poucas palavras trabalhos com perspectivas distintas.

Vale salientar os trabalhos publicados pelos periódicos das universidades federais da Bahia, Minas Gerais, Paraíba e Pará, que não estão em nosso trabalho por exceder o número de revistas investigadas, têm contribuído significativamente para a construção e ampliação de um debate frutífero em torno das temáticas feministas.

- **Revista de Estudos Feministas**

A *Revista de Estudos Feministas* (REF) foi inicialmente vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em seus primeiros sete anos, passou pela Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos (CIEC/UFRJ), em seu Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais (PPGCS) e finalmente no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS). Por falta de financiamento a revista passou sua edição, publicação e produção completa para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este é o periódico acadêmico mais antigo em circulação no Brasil, seu número inicial, a edição 0, data de 1992. Em 1999, o site da revista é criado, com isso, houve um impulso na veiculação de suas produções.

A revista está ligada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da UFSC, em sua linha de pesquisa de Estudos de Gênero. Também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), dentre outros vínculos e articulação com organismos de fomento à pesquisa e divulgação. É, segundo Lago (*in* FUNCK [*et al*], 2014, p. 391-392) a revista brasileira mais citada em trabalhos acadêmicos.

Foi, inicialmente, pensada durante o Encontro Nacional de Núcleos de Estudos sobre Mulher, realizado em 1991. (GROSSI, 2004, p. 211). Como o próprio nome nos sugere, propunha-se a debater o papel de mulheres acadêmicas e suas produções nos departamentos de pesquisas das universidades e centros de pesquisas as quais estavam vinculadas, procurando compartilhar experiências e, assim, promover uma maior articulação entre as pesquisadoras.

Desde lá, pode-se observar que a inquietação em relação às temáticas regionais são importantes como também a articulação da mesma em empreender a difusão de trabalhos de acadêmicas de renome do feminismo militante acadêmico mundial, em sua maioria com trabalhos originais, o que salienta sua ampla credibilidade no meio.

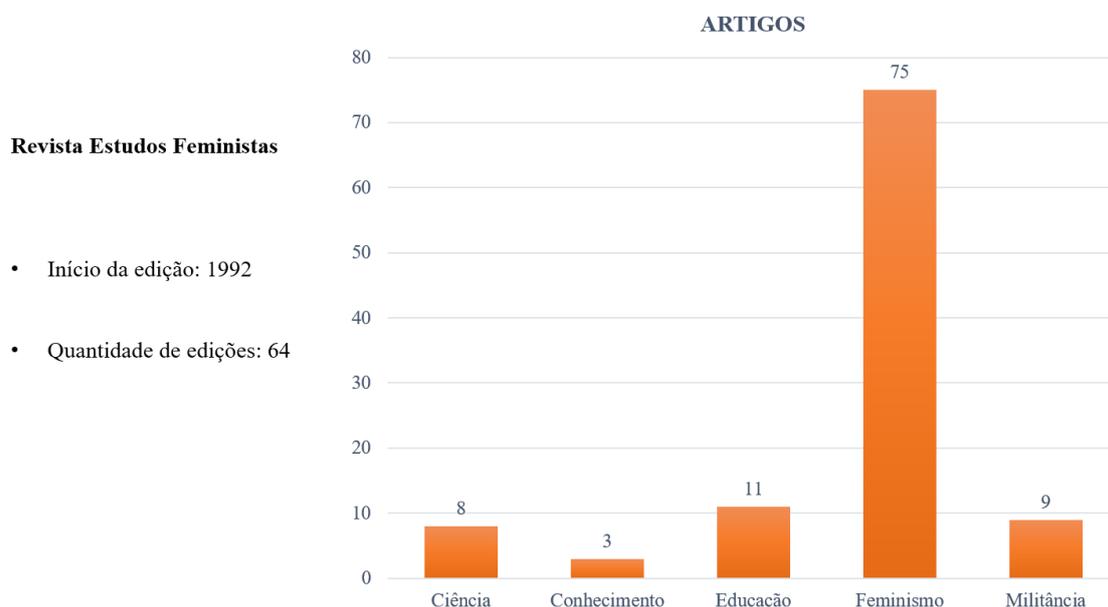
Grossi (2004, p. 213) destaca que, no Brasil, há uma particularidade do feminismo, pois, conforme sua análise, o mesmo está inserido no meio acadêmico, assim como em movimentos sociais, diferentemente de outras realidades apontadas por ela, tais como os órgãos

governamentais. Acreditamos que essa é uma característica muito latente do feminismo latino-americano, sendo essa uma das principais facetas desse movimento epistemológico fundante que procuramos retratar. A REF destaca em seus números diversas publicações que tratam sobre essa nova articulação e forma de pensar a teoria feminista filosófica e suas contribuições no cenário regional da América Latina.

São temas de destaque que a revista tem publicado, violência (interna e externa), estudos *queer*, feminismo de esquerda, encontros feministas internacionais, temáticas ligadas as discussões LGBTs, corpo, identidade, entre outros.

A revista ainda dedica-se intensamente aos estudos de teorias feministas e de gênero. Possui alta circulação e respeito no meio acadêmico local e internacional, conta em suas edições com textos escritos em línguas portuguesa, espanhola e inglesa, além de uma grande contribuição de pesquisadoras/es estrangeiras/os.

Gráfico 4. Revista Estudos Feministas e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados.



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>>. Acessado em janeiro/2017.

Numa breve observação do gráfico anterior, destacamos a frequência da temática feminismo sobre as demais. Já que a mesma obteve nos títulos dos artigos 75 inserções. Porém, somente dois artigos se cruzam nas temáticas, ambos relacionados a conhecimento e feminismo.

São eles: e “Produção do conhecimento em um mundo ‘problemático’: contribuições de um feminismo dialético e relacional”, de autoria de Karen Mary Giffin (v. 14, n. 3), de 2006 e o outro é “O feminismo desconstruindo e re-construindo o conhecimento”, de Eleonora Menicucci de Oliveira (v. 16, n. 1), de 2008.

Tabela 8. Revista de Estudos Feministas (UFSC). Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa.

| TÍTULO (ARTIGO) | EDIÇÃO | PALAVRAS-CHAVE | AUTORIA | VÍNCULO | ANO | | |
|---|---------------------|----------------------------------|---------|--|----------------------------------|--------|------|
| Feminismo e utopia | v.1, n.1 | Informação disponível publicação | não na | Susana Bornéo Funck | Informação disponível publicação | não na | 1993 |
| Mulher e política no Brasil. Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa | nº 2 (Ed. especial) | Informação disponível publicação | não na | Céli Regina Jardim Pinto | Informação disponível publicação | não na | 1994 |
| Feminismo no Brasil de hoje | v.2, n.2 | Informação disponível publicação | não na | Angela Borba / Hildete Pereira / Jacqueline Pitanguy / Wania Sant'anna | Informação disponível publicação | não na | 1994 |
| Educação e ideologia | v.2, n.3 | Informação disponível publicação | não na | June e Hahner | Informação disponível publicação | não na | 1994 |
| Feminismo e recomposição da esquerda | v.2, n.3 | Informação disponível publicação | não na | Christine Delphy | Informação disponível publicação | não na | 1994 |
| Vamos falar a verdade sobre o feminismo (depoimentos a revista Ms) | v.2, n.3 | Informação disponível publicação | não na | Bell Hooks / Gloria Steinem / Urvashi Vaid / Naomi Wolf | Informação disponível publicação | não na | 1994 |
| Dois olhares sobre Heleieth Saffioti. O feminismo adentra a academia | v.3, n.1 | Informação disponível publicação | não na | Bila Sorj | Informação disponível publicação | não na | 1995 |
| Nossos feminismos revisitados | v.3, n.2 | Informação disponível publicação | não na | Luiza Bairros | Informação disponível publicação | não na | 1995 |
| Feminismo do Sagrado uma reencenação romântica da diferença | v.4, n.1 | Informação disponível publicação | não na | Fabiola Rohden | Informação disponível publicação | não na | 1996 |
| Feminismo e revolução | v.6, n.1 | Informação disponível publicação | não na | Jacqueline Hermann | Informação disponível publicação | não na | 1998 |

| | | | | | | | |
|--|----------|--|--------|--|----------------------------------|--------|------|
| Os desafios para o feminismo como crítica da cultura no 3º milênio | v.6, n.1 | Informação disponível publicação | não na | Alejandra Ana Rotania | Informação disponível publicação | não na | 1998 |
| Feminismos latinoamericanos | v.6, n.2 | Informação disponível publicação | não na | Sonia E. Alvarez | Informação disponível publicação | não na | 1998 |
| Feminismo, bioética e vulnerabilidade | v.8, n.1 | Informação disponível publicação | não na | Debora Diniz, Dirce Guilhem | Informação disponível publicação | não na | 2000 |
| <i>Derechos reproductivos y feminismo en la experiencia de los varones</i> | v.8, n.1 | Informação disponível publicação | não na | Juan Guillermo Figueroa Perea | Informação disponível publicação | não na | 2000 |
| <i>Arte popular y feminismo</i> | v.8, n.1 | Informação disponível publicação | não na | Eli Bartra | Informação disponível publicação | não na | 2000 |
| Conhecimento Suplementar: <i>Queering</i> o eixo norte/sul | v.8, n.2 | Jornalismo feminista, teoria <i>queer</i> latino-americana, Maria Moreno, Página/12, Las/12 | | Francine Masiello | Informação disponível publicação | não na | 2000 |
| Feminismo: ações políticas e instâncias de poder | v.8, n.2 | Advocacy, feminismo, raça, anti-racismo, democracia, escravização dos corpos. | | Edna Maria Santos Roland | Informação disponível publicação | não na | 2000 |
| Foucault: marido o amante? Algunas tensiones entre Foucault y el feminismo | v.8, n.2 | Género, subjetividad, identidad, movimientos de liberación, teoría feminista. | | Josefina Fernández | Informação disponível publicação | não na | 2000 |
| O feminismo nas páginas dos jornais: revisitando o Brasil dos anos 70 aos 90 | v.8, n.2 | Feminismo, periodismo cultural, Brasil, movimento feminista, política. | | Simone Pereira Schmidt | Informação disponível publicação | não na | 2000 |
| Feminismo fora do centro: entrevista com Ella Shohat | v.9, n.1 | Informação disponível publicação | não na | Sônia Weidner Maluf, Claudia de Lima Costa | Informação disponível publicação | não na | 2001 |
| Feminismo transnacional: re- lendo Joan Scott no sertão | v.9, n.1 | Globalização, feminismo transnacional, movimentos de mulheres, movimentos sociais, gênero, desenvolvimento, o local. | | Millie Thayer | Informação disponível publicação | não na | 2001 |
| Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV | v.9, n.2 | Enunciação, mídia, mulher, dispositivo pedagógico, discurso. | | Rosa Maria Bueno Fischer | Informação disponível publicação | não na | 2001 |

| | | | | | |
|--|-----------|---|--|---|------|
| Teoria <i>queer</i> - uma política pós-identitária para a educação | v.9, n.2 | Teoria <i>queer</i> e educação, política de identidade e de pós-identidade, pedagogia <i>queer</i> | Guacira Lopes Louro | UFRGS | 2001 |
| Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo | v.9, n.2 | Educação e gênero, organizações multilaterais, governo brasileiro, movimento de mulheres, dados estatísticos. | Fúlvia Rosemberg | Informação não disponível na publicação | 2001 |
| Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzira Bittencourt | v.10, n.1 | Feminismo, modernismo, eugenia, nacionalismo. | Maria Bernardete Ramos | UFSC | 2002 |
| Angelita La Escapía e a fotografia viva de Marx: feminismo e passados presentes em Almanac of the Dead | v.10, n.1 | Pós-moderno, tempo, resistência, marxismo. | Lúcia Helena de Azevedo Vilela | UFMG | 2002 |
| Publicando nas ONGs feministas: entre a academia e a militância | v.11, n.1 | Feminismo; publicações; organizações não-governamentais; academia; militância | Sônia Malheiros Miguel | Centro Feminista de Estudos e Assessoria | 2003 |
| Cinquenta anos depois de O segundo sexo, a quantas anda o feminismo na França?: uma entrevista com Michelle Perrot | v.11, n.2 | Informação não disponível na publicação | Ingrid Galster | <i>Universität Paderborn, Alemanha</i> | 2003 |
| <i>Feministas y feminismos en el II Foro Social Mundial de Porto Alegre</i> | v.11, n.2 | <i>Feminismo, sexismo, antiglobalización</i> | Silvia Chejter / Claudia Laudano | <i>Centro de Encuentros Cultura y Mujer / Universidad de la Plata</i> | 2003 |
| Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos | v.11, n.2 | Ativismo feminista, movimentos feministas latino-americanos, feminismos transnacionais | Sonia E. Alvarez / Elisabeth Jay Friedman / Ericka Beckman / Maylei Blackwell / Norma Stoltz Chinchilla / Nathalie Lebon / Marysa Navarro / Marcela Ríos Tobar | <i>University of California / Columbia University / Stanford University / Loyola Marymount University / California State University / Randolph-Macon College / Dartmouth College / Centro de Estudios de la Mujer</i> | 2003 |
| Construindo espaços transnacionais a partir dos feminismos | v.11, n.2 | Informação não disponível na publicação | Nadia de Mond | Marcha Mundial das Mulheres | 2003 |

| | | | | | |
|--|-----------------------------|--|-----------------------------|--|------|
| <i>FSM: espacio para la construcción de feminismos</i> | v.11, n.2 | <i>Movimiento anti-globalización, feminismo, economía, género.</i> | Magdalena León T. | <i>Instituto de Estudios Equatorianos</i> | 2003 |
| Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial | v.11, n.2 | Mulheres, feminismo, movimentos sociais, política. | Miriam Nobre, Nalu Faria | SOF. Sempreviva Organização Feminista | 2003 |
| Pensando o Fórum Social Mundial através do feminismo | v.11, n.2 | Movimento feminista; democracia; conflito; transformação; reconhecimento | Maria Betânia Ávila | SOS Corpo | 2003 |
| Movimentos feministas, feminismos | v. 12 (especial) | Movimentos feministas; backlash; teoria e prática feminista. | Suely Gomes Costa | UFF | 2004 |
| Gênero e feminismo no Brasil uma análise da Revista Estudos Feministas | v.12, ano 2004, nº especial | Gênero; feminismo; Revista Estudos Feministas | Debora Diniz, Paula Foltran | UnB / ANIS: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero | 2004 |
| Negociando o feminismo pop na cultura jovem feminina: um estudo empírico com fãs de grupos femininos | v.12, n.2 | Cultura jovem feminina; feminismo; mímese; metodologia em estudos de público | Bettina Fritzsche | <i>Freie Universität Berlin</i> | 2004 |
| O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória | v.12, n.2 | Feminismo, gênero, contexto, diversidade cultural, história do Brasil. | Cynthia Andersen Sarti | UNIFESP | 2004 |
| Consórcio de Publicações Feministas: a visibilidade do feminismo e sua divulgação | v.12, nº especial | Consórcio/Rede; Publicações Feministas; parcerias | Rozeli Maria Porto | UFSC | 2004 |
| <i>Debatiendo sobre el feminismo en México</i> | v.12, nº especial | <i>Debate feminista, recuento, encuesta, teoría, utilidad.</i> | Cecilia Olivares | <i>Debate Feminista</i> | 2004 |
| A contribuição da Revista Estudos Feministas para o debate sobre gênero e feminismo | v.12, nº especial | Estudos de gênero; estudos feministas; história das mulheres | Luzinete Simões Minella | UFSC | 2004 |
| A Revista Estudos Feministas faz 10 anos uma breve história do feminismo no Brasil | v.12, nº especial | História dos Feminismos no Brasil; Estudos de Gênero; Teoria Feminista | Mirian Pillar Grossi | UFSC | 2004 |
| Os dossiês da REF: além das fronteiras entre academia e militância | v.12, nº especial | Publicações feministas; estudos feministas e de gênero; ativismo feminista | Sônia Weidner Maluf | UFSC | 2004 |

| | | | | | |
|---|-----------|--|--|---|------|
| Políticas do olhar: feminismo e cinema em Laura Mulvey | v.13, n.2 | Informação não disponível na publicação | Sônia Weidner Maluf, Cecilia Antakly de Mello, Vanessa Pedro | UFSC / <i>Birkbeck College</i> | 2005 |
| A ciência dos partos: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia científica no século XIX | v.13, n.3 | Imagens; corpo; obstetrícia; realismo | Ana Paula Vosne Martins | UFPR | 2005 |
| O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo | v.13, n.3 | Teoria feminista; pós-estruturalismo; sujeito social; essencialismo; binarismo | Silvana Aparecida Mariano | UEL | 2005 |
| Violência doméstica e Juizados Especiais Criminais: análise a partir do feminismo e do garantismo | v.14, n.2 | Juizados Especiais Criminais; violência doméstica; feminismo; feminismo jurídico; garantismo penal | Carmen Hein de Campos, Salo de Carvalho | <i>University of Toronto, Canada</i> / PUCRS | 2006 |
| Gênero e ciência: entrevista com Shirley Malcolm | v.14, n.3 | Informação não disponível na publicação | Carmen Silvia Rial, Miriam Pillar Grossi, Betina Stefanello Lima | UFSC / UnB | 2006 |
| Produção do conhecimento em um mundo “problemático”: contribuições de um feminismo dialético e relacional | v.14, n.3 | Epistemologia feminista; estudos sociais da ciência; ideologia; dialética. | Karen Mary Giffin | Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca Fundação Oswaldo Cruz | 2006 |
| Produção do conhecimento em um mundo “problemático”: contribuições de um feminismo dialético e relacional | v.14, n.3 | Epistemologia feminista; estudos sociais da ciência; ideologia; dialética. | Karen Mary Giffin | Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz | 2006 |
| O feminismo em novas rotas e visões | v.14, n.3 | Feminismo; mulheres negras; racismo; políticas públicas; ações governamentais. | Matilde Ribeiro | Informação não disponível na publicação | 2006 |
| Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira | v.14, n.3 | Cultura; poder; história; classe social; literatura; crítica feminista | Rita Terezinha Schmidt | UFRGS | 2006 |
| A semiótica de um enterro prematuro: o feminismo em uma era pós-feminista | v.14, n.3 | Pós-feminismo; narrativas de enterro; práticas de enterro; corpo do feminismo; Antígona. | Mary Hawkesworth | <i>Rutgers University</i> | 2006 |

| | | | | | |
|--|-----------|--|--|---|------|
| Esboço de um feminismo latinoamericano | v.15, n.1 | Feminismo; Latinoamérica; teoría; localización; situación. | María Luisa Femenías | <i>Universidad Nacional de La Plata</i> | 2007 |
| Educação sexual e primeira relação sexual: entre expectativas e prescrições | v.15, n.2 | Sexualidade; gênero; escola; Educação Sexual; adolescência. | Helena Altmann | Unicamp | 2007 |
| A contribuição da crítica feminista à ciência | v.16, n.1 | Crítica feminista; Conhecimento científico; Ciência; gênero; Desigualdade | Lourdes Bandeira | UnB | 2008 |
| O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento | v.16, n.1 | Feminismo; pesquisas; divisão sexual; ruptura epistemológica; saúde; trabalho. | Eleonora Menicucci de Oliveira | UNIFESP | 2008 |
| O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento | v.16, n.1 | Feminismo; pesquisas; divisão sexual; ruptura epistemológica; saúde; trabalho. | Eleonora Menicucci de Oliveira | UNIFESP | 2008 |
| Militância feminista e academia: sobrevivência e trabalho voluntário | v.16, n.1 | Militância; Academia; Trabalho voluntário | Joana Maria Pedro | UFSC | 2008 |
| Estudos feministas e movimentos sociais: desafios de uma militância acadêmica em forma de revista | v.16, n.1 | Revista; Militância; Movimentos feministas | Cristina Scheibe Wolff | UFSC | 2008 |
| O governo dos corpos femininos entre as catadoras de lixo: (re)pensando algumas implicações da Educação em Saúde | v.16, n.2 | Mulheres; saúde sexual e reprodutiva; biopolíticas; Educação em Saúde | Fabiane Ferreira da Silva / Paula Regina Costa Ribeiro | FURG | 2008 |
| <i>Las as jóvenes y el feminismo: ¿Indiferencia o compromiso?</i> | v.16, n.2 | <i>Feminismos; Jóvenes feministas; México</i> | Oralia Gómez-Ramírez, Luz Verónica Reyes Cruz | <i>University of British Columbia, Canada / CIHUATL – Grupo de Mujeres de Pachuca, México</i> | 2008 |
| Filosofia, gênero e ciência: entrevista com Eulalia Pérez Sedeño | v.17, n.1 | Informação não disponível na publicação | Cristina Tavares da Costa, Miriam Pillar Grossi | UFSC | 2009 |
| “Contando histórias feministas” e a reconstrução do feminismo recente | v.17, n.1 | Feminismo; Pós-estruturalismo; Estória; Teoria | Liane Schneider | UFPB | 2009 |
| Histórias/estórias entrelaçadas do(s) feminismo(s): introdução aos debates | v.17, n.1 | Narrativas feministas; tradução cultural; políticas de citação | Claudia de Lima Costa | UFSC | 2009 |
| Entre o acadêmico e o popular: os rumos do feminismo atual | v.17, n.1 | Feminismo; “Contando histórias | Márcia Hoppe Navarro | UFRGS | 2009 |

| | | | | | |
|---|-----------|--|---|---|------|
| | | feministas”; O novo feminismo | | | |
| Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação | v.17, n.3 | Desigualdades raciais; preconceito e discriminação; ações afirmativas; políticas públicas. | Danielle Oliveira Valverde / Lauro Stocco | Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher / MEC | 2009 |
| Nem Deus, nem amo, nem marido: uma trajetória do feminismo na Argentina – entrevista com María Luisa Femenías | v.17, n.3 | Informação não disponível na publicação | Carmem Sílvia Moraes Rial, Miriam Pillar Grossi | UFSC | 2009 |
| <i>Revistas y políticas de traducción del feminismo mexicano contemporáneo</i> | v.17, n.3 | Informação não disponível na publicação | Márgara Millán | UNAM | 2009 |
| Feminismo, psicanálise, gênero: viagens e traduções | v.18, n.1 | Teorias; Feminismo; Gênero; Psicanálise | Mara Coelho de Souza Lago | UFSC | 2010 |
| Tornando <i>queer</i> a educação ambiental | v.19, n.1 | Educação ambiental; pedagogias <i>queer</i> ; heteronormatividade. | Constance Russel / Tema Sarick / Jackie Kennely | <i>University, Canada / York University / Youth Net Vancouver</i> | 2011 |
| Contos de <i>Camp Wilde</i> : tornando <i>queer</i> a pesquisa em educação ambiental | v.19, n.1 | Educação ambiental; pedagogias <i>queer</i> ; heteronormatividade; pesquisa. | Noel Gough / Annette Gough | <i>Deakin University, Australia</i> | 2011 |
| Gênero na prática docente em educação física: “meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar”? | v.19, n.2 | Gênero; educação física; prática docente; práticas corporais; esporte | Helena Altmann / Eliana Ayoub / Silvia Cristina Franco Amaral | Unicamp | 2011 |
| Ativismo artístico: engajamento político e questões de gênero na obra de Barbara Kruger | v.19, n.2 | Barbara Kruger; arte engajada; feminismo; arte contemporânea. | Lina Alves Arruda / Maria de Fátima Morethy Couto | Unicamp | 2011 |
| <i>Educación y empleo: desigualdad de género regiones mexicanas. 2000-2005</i> | v.19, n.3 | <i>Educación; participación laboral; desigualdad de género; modelo econométrico; regiones mexicanas.</i> | Eva Aguayo / Nélide Lamelas | <i>Universidad de Santiago de Compostela, España</i> | 2011 |
| Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993) | v.20, n.1 | Feminismo; raça; saúde reprodutiva; identidade social; racismo. | Mariana Santos Damasco, Marcos Chor Maio, Simone Monteiro | FIOCRUZ | 2012 |
| Cidadania e feminismo no reconhecimento dos | v.20, n.1 | Cidadania; direitos humanos; feminismo; gênero; capital social. | Jussara Reis Prá, Léa Epping | UFRGS | 2012 |

| | | | | | |
|--|-----------|--|---|---|------|
| direitos humanos das mulheres | | | | | |
| Feminismos e antirracismo: entaves e intersecções. Entrevista com Luiza Bairos, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) | v.20, n.3 | Informação não disponível na publicação | Sonia E. Alvarez | <i>University of Massachusetts, Amherst</i> | 2012 |
| <i>Algunas reflexiones sobre el estudio de los hombres desde el feminismo y desde los derechos humanos</i> | v.21, n.1 | <i>Derechos humanos; Feminismo; Género; Hombres</i> | Juan-Guillermo Figueroa-Perea | <i>El Colegio de México</i> | 2013 |
| Feminismo e/no pós-colonialismo | v.21, n.2 | Feminismo pós-colonial; representação; essencialismo; mulher do Terceiro Mundo; globalização. | Deepika Bahri | <i>Emory University, Estado Unidos</i> | 2013 |
| <i>Nosotras: feminismo latino-americano em Paris</i> | v.21, n.2 | Feminismo; exílio; América Latina; França. | Maira Abreu | Unicamp | 2013 |
| <i>Feminismo, Iglesia Católica y derechos sexuales y reproductivos en el Chile post-dictatorial</i> | v.21, n.2 | <i>Iglesia Católica; feminismo; Chile; derechos reproductivos; derechos sexuales.</i> | José Manuel Morán Faúndes | <i>Universidad Nacional de Córdoba</i> | 2013 |
| As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual | v.21, n.2 | Gênero; racismo; política heterossexual; colonialismo. | Claudia Mayorga, Alba Coura, Nerea Miralles, Vivane Martins Cunha | UFMG / <i>Universidad Autónoma de Barcelona</i> | 2013 |
| <i>Encuentros y desencuentros entre la militancia de izquierda y el feminismo en la Argentina</i> | v.21, n.2 | <i>Años 70; las nuevas izquierdas; feminismo; Partido Socialista de los Trabajadores (PST); Argentina.</i> | Catalina Trebisacce | UBA | 2013 |
| <i>Ártemis: por um feminismo crítico, artístico e libertário</i> | v.21, n.2 | Surgimento da Revista <i>Ártemis</i> ; conexão com as ONGs feministas; projetos e linhas editoriais; revistas feministas; desafios e estratégias de superação. | Loreley Garcia / Liane Schneider | UFPB | 2013 |
| A Revista <i>Gênero/UFF: fazendo “ciências” na militância</i> | v.21, n.2 | Revista <i>Gênero</i> ; história; impasses. | Hildete Pereira de Melo | UFF | 2013 |

| | | | | | |
|--|-----------|---|---|---|------|
| REF 20 anos Militância e academia em publicações feministas | v.21, n.2 | Informação não disponível na publicação | Tânia Regina Oliveira Ramos, Zahidé Lupinacci Muzart | UFSC | 2013 |
| As mulheres na Ciência da Computação | v.21, n.3 | Mulheres; ciência; computação | Michelle Pinto Lima | IFPI | 2013 |
| Condições de produção dos feminismos artísticos em Portugal | v.21, n.3 | Condições; produção; feminismos; artísticos; Portugal | Rui Pedro Paulino da Fonseca | Universidade do Porto | 2013 |
| O feminismo bem-comportado de Heleith Saffioti (presença do marxismo) | v.22, n.1 | Feminismo; marxismo; Saffioti; Beauvoir; Friedan; Freud | Céli Regina Jardim Pinto | UFRGS | 2014 |
| Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres | v.22, n.1 | Movimento social rural de mulheres; lutas de gênero; militância política; subjetividades | Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Mara Coelho de Souza Lago, Cristina Scheibe Wolff | Universidade do Extremo Sul Catarinense / UFSC | 2014 |
| <i>Un bosquejo del feminismo/s peruano/s: los múltiples desafíos</i> | v.22, n.2 | <i>Feminismo; movimiento feminista; institucionalidad; gobierno; democratización.</i> | Violeta Barrientos Silva, Fanni Muñoz Cabrejo | <i>Pontificia Universidad Católica del Perú</i> | 2014 |
| <i>Aportes del feminismo a la lucha socioambiental</i> | v.22, n.2 | <i>Mujer; naturaleza; opresión; género; cosmovisión originaria.</i> | Ana Mariel Weinstock | <i>Universidad Nacional San Martín (UNSAM)</i> | 2014 |
| Um recente movimento político religioso: feminismo islâmico | v.22, n.2 | Feminismo islâmico; feminismo secular; mulher muçulmana; ativismo islamista de mulheres; fontes religiosas do Islã. | Cila Lima | USP | 2014 |
| Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez | v.22, n.3 | Racismo; mulheres negras; feminismo negro; pensamento de mulheres negras. | Cláudia Pons Cardoso | UNEB | 2014 |
| <i>“Los peregrinajes de los feminismos de color en el pensamiento de María Lugones”</i> | v.22, n.3 | <i>Peregrinajes; Feminismo de Mujeres de Color; Colonialidad y Género</i> | Karina Bidaseca | <i>CONICET-UNSAM y UBA</i> | 2014 |
| Rumo a um feminismo descolonial | v.22, n.3 | Gênero; raça; sexualidade; colonialidade; heterossexualidade normativa; feminismo descolonial | María Lugones | <i>University of New York</i> | 2014 |
| <i>La emergencia del feminismo en la Argentina: un análisis</i> | v.23, n.1 | <i>Feministas; anarquistas; análisis</i> | Natalia Martínez Prado | <i>Universidad Nacional de Córdoba</i> | 2015 |

| | | | | | |
|---|-----------|---|---|--|------|
| <i>de las tramas discursivas a comienzos del siglo XX</i> | | <i>del discurso; identidades.</i> | | | |
| Artes visuais e feminismos: implicações pedagógicas | v.23, n.1 | Arte; artistas mulheres; educação; escola | Andréa Senra Coutinho Luciana / Gruppelli Loponte | Universidade Federal de Juiz de Fora / UFRGS | 2015 |
| Gênero, feminismos e ditaduras do Cone Sul: perspectivas recentes | v.23, n.3 | Informação não disponível na publicação | Cristina Scheibe Wolff / Janine Gomes da Silva / Núcia A. S. de Oliveira | UFSC | 2015 |
| As mulheres praticando ciência no Brasil | v.24, n.1 | Mulheres; educação; ciências; pesquisas; doutorado. | Márcia Goret Ribeiro Grossi, Shirley Doweslei Bernardes Borja, Aline Moraes Lopes, Aleixina Maria Lopes Andalécio | CEFET – MG / Faculdade Novos Horizontes | 2016 |
| Relações de gênero, ciência e tecnologia no currículo de filmes de animação | v.24, n.2 | Relações de Gênero; Discurso Científico; Subjetivação | Lívia de Rezende Cardoso | UFSE | 2016 |
| Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate | v.25, n.1 | Blackness; Black Experience; Diáspora; Masculinidades Negras; Feminismo Negro | Mônica Conrado / Alan Augusto Moraes Ribeiro | UFPR / USP | 2017 |

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>>. Acessado em janeiro/2017.

O primeiro artigo procura problematizar o desenvolvimento epistemológico das teorias feministas nos estudos relacionados à constituição dos saberes científicos, dentre outros, estando essa publicação um pouco mais próxima da nossa temática discutida nos capítulos iniciais de nosso texto, além de trabalhar sobre recepção desse conhecimento feminino pelos meios acadêmicos.

Já o último trabalho está direcionado à pesquisa de saúde feminina, trabalho, impactos e usos do feminismo em âmbito de saúde, sendo resultado de uma pesquisa realizada pela autora.

Em relação a inserção do termo gênero nos títulos dos trabalhos publicados na revista, é identificado um número total de 453, sendo 475 mulheres apontadas como autoras e 100 homens como autores, havendo um trabalho conjunto em alguns textos com dupla ou tripla autoria. Essas informações salientam o quanto a problemática e discussão é mais empreendida por mulheres, pelo menos no que se refere à produção docente em revistas feministas.

- **Cadernos Pagu**

“Cadernos Pagu” é, provavelmente, o mais famoso dos periódicos sobre feminismo e gênero no Brasil. Sua edição data de 1993 e está ligada ao Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É fruto de uma intensa discussão acerca da problemática dos estudos feministas e de gênero, alicerçada na já, naquele momento, consolidada, contribuição acadêmica militante.

Em 1993, quando foi lançado o primeiro número da revista, as integrantes do Pagu se propunham a contribuir com a constituição do campo de estudos de gênero no Brasil, através da difusão de conhecimentos na área, do estímulo à publicação de autores nacionais e de uma leitura crítica da produção internacional (CADERNOS PAGU, 2003, p. 1).

Desde sua criação, o objetivo central é divulgar, gratuitamente, os trabalhos inéditos de pesquisadoras/es nacionais e estrangeiros, sobretudo, oriundos nas ciências humanas e sociais. Em português, espanhol e inglês os artigos são publicados e dispostos em sua plataforma virtual. Destaca-se o incentivo de agências de apoio à pesquisa, públicas ou privadas, na constituição, execução, permanência e ampliação da revista, pois, sem isso, torna-se quase impraticável conceber sua veiculação, estando a mesma inserida em diversas questões que perpassam desde a relação de condições de trabalho, a impulso das publicações, divulgação entre outros, não sendo esse o objeto de nossas análises.

“Cadernos Pagu” está associada, ao todo, a mais de 31 indexadores diferentes que fazem com que suas buscas sejam mais ágeis de serem realizadas, assim tornando uma fonte rápida e constante de pesquisa, além da qualidade de suas publicações.

A tabela a seguir demonstra os números especiais publicados pelo Caderno a respeito do tema gênero e ciência, sendo importante observar o número 27, de 2006, cujo título “Ciência, substantivo feminino, plural” traz essa comparação da contribuição feminina na produção de saberes considerados científicos e qual o impacto dessas produções no cenário acadêmico nacional, como podemos perceber a seguir

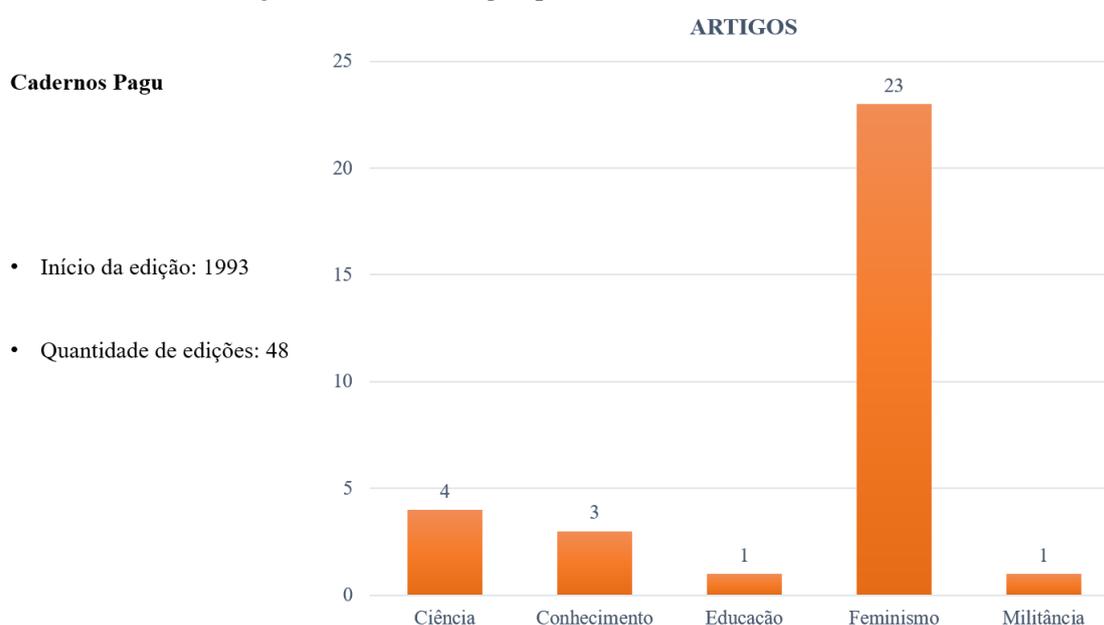
Tabela 9. Números específicos seguindo a temática Gênero e Ciência – Cadernos PAGU

| NÚMERO | ANO | TÍTULO | DIVISÃO DA REVISTA | | | | |
|--------|------|---------------------------------------|--------------------|---------|-------------|----------|------------|
| | | | DOSSIÊ | ARTIGOS | ENTREVISTAS | RESENHAS | DOCUMENTOS |
| 10 | 1998 | Gênero, tecnologia e ciência | - | 13 | - | 4 | - |
| 15 | 2000 | Gênero, ciências, história | 9 | 3 | - | 3 | - |
| 27 | 2006 | Ciência, substantivo feminino, plural | 10 | 3 | 1 | 3 | 2 |

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<http://www.pagu.unicamp.br/pt-br/numeros>>. Acessado em janeiro/2017.

Sendo assim, torna-se importante destacar a importância da identificação dessas produções e a percepção e desenvolvimento que as mesmas procuram trazer ao cenário de produção de conhecimento, seja ele acadêmico ou não.

A crítica feminista das ciências e o maior acesso das mulheres às ciências perpassam os artigos que compõem este dossiê. Recortes, nuances e limitações dessas críticas feministas são apropriados por Carla Cabral e por mim, para combiná-los a outras reflexões críticas sobre a construção das ciências, tratando temas como objetividade, neutralidade científica e determinismo tecnológico (CADERNOS PAGU, 2006, p. 10).

Gráfico 5. Cadernos Pagu e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados.

Fonte: Gráfico elaborado a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<http://www.pagu.unicamp.br/pt-br/numeros>>. Acessado em janeiro/2017.

Constatamos o grande número de textos produzidos com a temática feminismo, sendo ao todo 23 inserções, seguindo por ciência, com quatro, depois conhecimento com três e apenas um em educação e outro em ativismo/militância. Não observamos nos títulos pesquisados uma grande articulação entre as temáticas investigadas, o que não configura que o periódico não trate dessas relações, mas que nos títulos dos trabalhos essa composição não se deu de maneira concreta, conforme se vê, a seguir.

Tabela 10. Cadernos Pagu. Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa.

| TÍTULO (ARTIGO) | EDIÇÃO ¹⁴⁴ | PALAVRAS-CHAVE | AUTORIA | VÍNCULO | ANO |
|--|-----------------------|---|----------------------|--|------|
| Feminismo, luta antirracista e bioética | 5 | Informação disponível na publicação | Fátima Oliveira | CEBRAP. | 1995 |
| Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial | 5 | Informação disponível na publicação | Donna Haraway | <i>University of Califórnia, Santa Cruz.</i> | 1995 |
| Catolicismo e protestantismo: o feminismo como uma questão emergente | 8/9 | Feminismo, Religião, Teologia, Catolicismo, Protestantismo | Fabíola Rohden | ISER | 1997 |
| O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política | 8/9 | Historio Oral, Memória, Gênero, Historiografia Política. | Marco Aurélio Garcia | Unicamp | 1997 |
| Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo” | 11 | Feminismo, pós-modernismo, pós-estruturalismo, sujeito, identidade. | Judith Butler* | <i>University of California at Berkeley</i> | 1998 |
| Feminismo e lesbianismo: A identidade em questão | 12 | Informação disponível na publicação | Tania Navarro Swain | UnB | 1999 |
| O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. | 16 | Informação disponível na publicação | Maria José Rosado. | PUCSP | 2001 |

¹⁴⁴ A revista não possui a referência por volumes e sim por número, sendo assim a ausência do volume na coluna edição.

| | | | | | | |
|--|----|--|--------|--|--|------|
| A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. | 16 | Informação disponível publicação | não na | Lucila Scavone. | UNESP / Araraquara. | 2001 |
| Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. | 16 | Informação disponível publicação | não na | Cynthia A. Sarti | USP | 2001 |
| Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. | 16 | Informação disponível publicação | não na | Mariza Corrêa. | Unicamp | 2001 |
| O sujeito no feminismo: revisitando os debates. | 19 | Identidade; Diferença; Teorias Feministas; Pós-Estruturalismo; Lugar de Enunciação. | | Claudia de Lima Costa. | UFSC | 2002 |
| Gênero e ciência: a carreira científica de Aída Hassón-Voloch | 23 | Informação disponível publicação | não na | Nara Azevedo / Bianca Antunes Cortes / Luiz Otávio Ferreira / Magali Romero Sá | Fiocruz | 2004 |
| Qual foi o impacto do feminismo na ciência? | 27 | Gênero; Ciência; Crítica Feminista da Ciência | | Evelyn Fox Keller. | <i>Massachusetts Institute of Technology</i> | 2006 |
| Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado. | 27 | Epistemologia; Gênero; Ciência e Tecnologia. | | Carla Giovana Cabral. | UFSC | 2006 |
| <i>All you need is love. Ciudadanía, género y educación en los debates del primer socialismo argentino</i> | 27 | Socialismo, Género, Ciudadanía, Educación, Política. | | Marina Becerra | UBA | 2006 |
| Um estimulante encontro com Michel de Certeau: o feminismo tático de Bertha Lutz. | 27 | Informação disponível publicação | não na | Suely Gomes Costa | Informação não disponível na publicação | 2006 |
| Mulheres em movimento: histórias do feminismo pela fotografia | 29 | Informação disponível publicação | não na | Juliana Perucchi / Karla Galvão Adrião | UFSC | 2007 |
| As mulheres, os outros e as mulheres dos outros: feminismo, academia e Islão. | 30 | Feminismo; Feminismo Islâmico; Antropologia; Islão; Relações Internacionais; Direitos Humanos; Marrocos. | | Maria Carneira da Silva. | Universidade Nova de Lisboa | 2008 |
| Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. | 31 | Tráfico de Pessoas; Crime; Direitos Humanos; Gênero, Prostituição. | | Adriana Piscitelli | Unicamp | 2008 |
| Feminismo: velhos e novos dilemas uma contribuição de Joan Scott | 31 | Informação disponível publicação | não na | Érica Melo | Informação não disponível na publicação | 2008 |

| | | | | | |
|--|----|--|--|---|------|
| Presença feminina no estudo e no trabalho da ciência na Unicamp. | 32 | Ciências Exatas; Engenharia; Desigualdade por Sexo no Trabalho. | Elza da Costa Cruz Vasconcelos / Sandra Negraes Brisolla | Unicamp | 2009 |
| A ciência na mídia e as estratégias de reafirmação da bipolaridade entre os gêneros: o caso do Globo Repórter. | 32 | Mídia; Corpo; Gênero; Ciência. | Cláudia Regina Ribeiro / Fabíola Rohden | IMS/UERJ. | 2009 |
| “Não faz mal pensar que não se está só”: estilo, produção cultural e feminismo entre as minas do rock em São Paulo. | 36 | Movimentos Sociais; Feminismo; Juventude; Estilos; Interseccionalidades; Agência Social. | Regina Facchini | Unicamp | 2011 |
| Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. | 36 | Transmissão Intergeracional; Movimento Feminista; Mulheres; Brasil. | Eliane Gonçalves e Joana Plaza Pinto | UFG | 2011 |
| Dicionário Crítico do feminismo | 36 | Informação não disponível na publicação | Maira Abreu | Unicamp | 2011 |
| Mulheres negras em movimento: rizomas da negritude e do feminismo? | 38 | Informação não disponível na publicação | Clovis Carvalho Britto | UFG | 2012 |
| Do Comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. | 40 | Partido Comunista; Feminismo; Zuleika Alambert; Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris; Consciência de Gênero. | Rachel Soihet. | UFF | 2013 |
| Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. | 43 | Feminismo; Gênero; Direitos Políticos; Monitoramento. | Jussara Reis Prá | UFRS | 2014 |
| Rachel de Queiroz e o romance de 30: ressonâncias do socialismo e do feminismo. | 43 | Feminino; Feminismo; Socialismo; Regionalismo. | Osmar Pereira Oliva. | Unimontes | 2014 |
| Mulheres-visitadoras, mulheres-voluntárias, mulheres da comunidade: o conhecimento como estratégia de diferenciação de sujeitos de gênero. | 45 | Conhecimento; Gênero; Políticas públicas. | Carin Klein / Dagmar Meyer | Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) / UFRS | 2015 |

| | | | | | |
|--|----|--|---|---------------|------|
| A Fundação Oswaldo Cruz e a ciência no feminino: a participação feminina na prática e na gestão da pesquisa em uma instituição de ensino e pesquisa. | 46 | Gênero e Ciência; Produção Científica Feminina; Fundação Oswaldo Cruz. | Jeorgina Gentil Rodrigues / Maria Cristina Soares Guimarães | Icict/Fiocruz | 2016 |
|--|----|--|---|---------------|------|

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<http://www.pagu.unicamp.br/pt-br/numeros>>. Acessado em janeiro/2017.

Entre todas as edições pesquisadas, encontramos apenas um artigo que cruza os dados temáticos requisitados, não sendo observadas, em nossa pesquisa, as seções de resenhas de livros.

O texto “Qual foi o impacto do feminismo na ciência?”, de Evelyn Fox Keller, edição 27 de 2006, procura traçar as mudanças na concepção de ciência, mediante o ponto de vista realizado da crítica feminista aos paradigmas absolutizados por discursos construídos com perspectiva androcêntrica. A mesma autora publicou um texto, sobre essas mesmas problematizações, que contribui bastante para as pesquisas e se tornou uma referência nos estudos que apresentam este foco.

Destacamos os dados referentes à observância do termo gênero nos títulos dos textos publicados nos “Cadernos Pagu”. Ao total, foram identificadas 115 inserções. Dessas, 117 foram de autoria feminina e 26 foram de autorias masculinas. Outra informação que deve ser destaca é de que esse foi o periódico analisado que possui a maior quantidade de homens publicando. Isso não significa dizer que haja uma política de exclusividade de autoria feminina nos demais periódicos, porém esse pode ser também um caminho de futuras pesquisas derivadas das iniciais promovidas pela nossa.

- **Labrys – Estudos Feministas**

A revista eletrônica “Labrys – Estudos Feministas” é uma criação de um grupo de intelectuais ligadas a um feminismo acadêmico, sobretudo advindo do universo europeu, notadamente francês, porém, não se limitando apenas a este viés. Conta com a participação de escritoras/es de diversas universidades e centros de pesquisas do mundo, uma revista multilíngue, contendo textos em sua maioria em língua portuguesa, francesa, espanhola e inglesa sendo esta última em menor proporção.

Desde seu início, é editada por Tânia Navarro-Swain, historiadora e professora emérita da Universidade de Brasília (UnB), Margareth Rago, historiadora, do quadro da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Marie France Dépêche professora de Teoria Literária da Universidade de Brasília (UnB), acrescido, posteriormente, de Francine Descarries, socióloga, professora da *Université du Québec à Montréal* (UQAM).

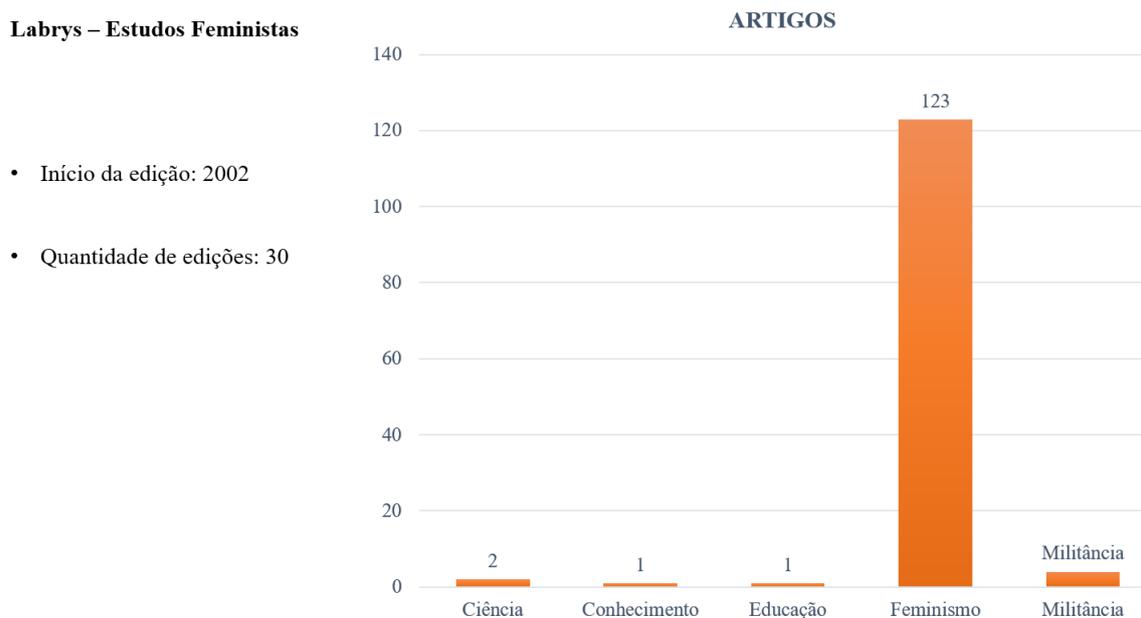
Pode-se observar que é o periódico com mais inserção de publicações por parte de pesquisadoras/es de universidades estrangeiras e trata de uma grande diversidade temática, tais como: o feminismo oriental, o feminismo pós-colonial, o feminismo lésbico, o feminismo acadêmico, o feminismo latino-americano, as discussões de gênero numa perspectiva mais ligada à observância da pós-modernidade, este último, principalmente em suas últimas edições, muito baseado nos estudos foucaultianos, entre tantos outros. A publicação conta ainda com seção de depoimentos, entrevistas, testemunhos, artigos, dossiês, resenhas de livros e artes, poesia, pintura, etc.

A “Labrys” é a única revista que envolve, com regularidade, temáticas e pesquisadoras do mundo africano, algo bastante incomum ou mesmo inexistente nas demais revistas. Está indexada nacionalmente a Capes e internacionalmente a Biblioteca Nacional da França, dentre outros.

Nas palavras de Navarro-Swain (2002), essa é uma revista feminista e criada por feministas. “Labrys” procura romper o sentido de verdade mediante uma re-invenção, por meio da interdisciplinaridade de falas e potências que as mesmas possuam.

Porém, é muito importante destacar que, dentre os periódicos analisados até então, este foi o único que buscou criar uma edição ampla para discutir essa relação de conhecimento, feminismo e educação. Assim sendo, evidencia a intensa contribuição do mesmo nos estudos feministas e de gênero no país e sua dinâmica de difusão com temáticas cada vez mais inquietantes, desconcertantes.

Gráfico 6. Labrys – Estudos Feministas e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados.



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<http://www.labrys.net.br/>>. Acessado em abril/2017.

Ao evidenciar um pouco a relação de publicações pertinentes à temática analisada em nosso texto podemos observar que são três os números especiais dedicados às análises de países da América Latina e suas problemáticas relacionadas ao feminismo e estudos de gênero. Sendo eles, em ordem de publicação: Argentina (nº 8, de 2005), coordenado por María Luiz Femenías; Peru (nº 11, de 2007), organizado por Sara Beatriz Guardia e México (nº 19, de 2011), organizados por Karla J. O. Gómez. Além do dossiê inteiramente dedicado ao Brasil e sua contribuição ao feminismo, intitulado como “As brasileiras ousam os feminismos” (nº 20-21, 2012), com a organização das feministas Cecilia M. B. Sardenberg e Ana Alice Alcântara Costa. “Memórias insubmissas: mulheres nas ditaduras latino-americanas” (nº15-16, 2009), sob a apresentação de Margareth Rago.

O número 22 de 2012 é destinado ao Dossiê “Feminismo e educação: olhares, ênfases e tensões”, coordenador pelas pesquisadoras Dagmar E. Estermann Meyer, Rosângela de F. R. Soares. Apesar de toda a discussão que envolve a problemática educacional não identificamos nenhum artigo que perpassasse por nossa discussão, sobretudo no âmbito da universidade e sua relação de produção científica realizada por mulheres.

Tabela 11. *Labrys – Estudos Feministas*. Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa.

| TÍTULO (ARTIGO) | EDIÇÃO¹⁴⁵ | PALAVRAS-CHAVE | AUTORIA | VÍNCULO | ANO |
|---|-----------------------------|---|--|--|------------|
| A incredulidade a respeito das metanarrativas: articulando pós-modernismo e feminismos | 1-2 | Pós-modernismo, feminismo, meta narrativas, gênero | Linda Hutcheon | <i>Université du Toronto</i> | 2002 |
| <i>La historia feminista del género y la cuestión del sujeto</i> | 1-2 | <i>Historia feminista del género, posestructuralismo, sujeto maternal construído y sujeto constructor de cambio</i> | Lola G. Luna | <i>Universidad de Barcelona</i> | 2002 |
| Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero | 1-2 | Violência, feminismo, gênero | Heleieth I.B. Saffioti | UNESP, PUC-SP | 2002 |
| Ser uma jovem militante hoje? Por que? Como? | 1-2 | Informação não disponível na publicação | Anne Quéniart e Julie Jacques | <i>Université du Québec à Montréal</i> | 2002 |
| Espaço regional, questões de poder e posicionamentos estratégicos: a reconfiguração dos discursos e das práticas feministas regionais | 3 | Intervenção, grupos de mulheres, feministas | Denyse Côté | <i>Universidad e de Quebec</i> | 2003 |
| Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global | 3 | Movimentos feministas, sexualidade, sexismo, histórico. | Margareth Rago | Unicamp | 2003 |
| O desafio da ética na Pesquisa-ação feminista: uma experiência no Québec. | 3 | Ética, pesquisa-ação, grupos feministas, pesquisadoras, feminismo | Line kurtzman | <i>Université du Québec</i> | 2003 |
| Ciência e tecnologia no mundo pós-colonial e multicultural: Questões de gênero | 3 | Feminismo, gênero, estudos em ciência e tecnologia, movimentos de mulheres. | Sandra Harding | <i>University of Califórnia</i> | 2003 |
| As heterotopias feministas: espaços outros de criação | 3 | Heterotopias, feminismos, criatividade, experiência | Tania Navarro Swain | Universidad e de Brasília | 2003 |
| Feminismos, políticas de gênero e novas | 5 | Feminismo, políticas públicas, movimentos de mulheres. | Jussara Reis Prá e Marie Jane Carvalho | USP / UFRGS | 2004 |
| Intertextualidade: perspectivas feministas e foucaultianas | 5 | Feminismos, Foucault, diferença dos sexos. | Tania Navarro Swain | UnB | 2004 |

¹⁴⁵ A revista não possui a referência por volumes e sim por número, sendo assim a ausência do volume na coluna edição.

| | | | | | | |
|--|---|---|--------|----------------------|---|------|
| Feminismo como pensamento da diferença | 5 | Feminismos, pensamento da diferença, pós-estruturalismo, vanguarda. | | Valeska Wallerstein | Universidade Federal do Rio de Janeiro | 2004 |
| <i>Relais-femmes, encontra o conhecimento: a atuação de uma utopia ...</i> | 6 | Informação disponível na publicação | não na | <i>Lise Gervais</i> | <i>Relais-femmes, Montreal</i> | 2004 |
| Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria <i>queer</i> como políticas de conhecimento | 6 | Informação disponível na publicação | não na | Guacira Lopes Louro | Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul | 2004 |
| <i>Que deviendront nos engagements féministes?</i> | 6 | Informação disponível na publicação | não na | Francine Descarries | <i>Université du Québec</i> | 2004 |
| <i>Parcours féministes en milieu universitaires : paradoxes et défis.</i> | 6 | Informação disponível na publicação | não na | Chantal Maillet | <i>Université Concordia</i> | 2004 |
| <i>Formation des discours féministes et action institutionnelle: l'articulation des "intérêts des femmes" dans le développement régional au Québec</i> | 6 | Informação disponível na publicação | não na | Dominique Masson | <i>Université d'Ottawa,</i> | 2004 |
| <i>Les femmes confrontées à la justice pénale au Québec. Plaidoyer pour une recherche féministe.</i> | 6 | Informação disponível na publicação | não na | Nathalie Duhamel | <i>Société Elizabeth Fry</i> | 2004 |
| <i>De la militance à la recherche sur le VIH et le travail du sexe: Parcours d'une jeune universitaire</i> | 6 | Informação disponível na publicação | não na | Maria Nengeh MENSAH | <i>UQAM</i> | 2004 |
| <i>El feminismo académico en Argentina</i> | 7 | Informação disponível na publicação | não na | María Luisa Femenías | <i>Universidad Nacional de La Plata</i> | 2005 |
| <i>Penser c'est déjà changer: A propos de la réflexion féministe en Belgique francophone (1970-2005)</i> | 7 | Féminisme, francophonie, études féministes | | Nadine Plateau | Informação não disponível na publicação | 2005 |
| <i>Les études féministes en France: une institutionnalisation problématique</i> | 7 | Études féministes, institutionnalisation, recherche | | Françoise Picq | <i>Université de Paris-Dauphine</i> | 2005 |
| <i>Émergence et développement des études féministes au Québec</i> | 7 | Informação disponível na publicação | não na | Francine Descarries | <i>Université du Québec</i> | 2005 |

| | | | | | |
|--|----|--|-----------------------------------|---|------|
| <i>Global Feminisms and the State of Feminist Film Theory</i> | 7 | Feminisms and feminist studies, Women's Movement and Women's Studies, feminist film theory | E. Ann Kaplan | Brook University | 2005 |
| <i>L'histoire du féminisme au Canada et au Québec: bibliographie sélective</i> | 7 | Histoire des femmes, féminisme, discipline historique | Karine Hébert, Sophie Doucet | Université du Québec | 2005 |
| <i>L'écriture féministe comme acte politique: transgressions au moyen de la langue coloniale au Québec, au Maghreb et en Afrique noire</i> | 7 | Informação não disponível na publicação | Marie-France Dépêche | UnB | 2005 |
| <i>O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política</i> | 7 | Feminismo, movimento social, dinâmica | Ana Alice Alcantara Costa | UFBA | 2005 |
| <i>Cyberspace as a networking tool for feminists</i> | 7 | | Wendy Harcourt | Journal Development | 2005 |
| <i>Surfing the Waves of Feminism: Cyberfeminism and its others</i> | 7 | Cyberfeminism, gender, technology | Susanna Paasonen | University of Jyväskylä | 2005 |
| <i>O ciberfeminismo nunca chegou à América Latina</i> | 7 | Mulheres, tecnologia, gênero, ciberfeminismo, software livre | Tatiana Wells | Universidad e de Westminster | 2005 |
| <i>Feminismos en la Argentina</i> | 8 | Informação não disponível na publicação | Maria Luisa Femenías | Universidad Nacional de La Plata | 2005 |
| <i>Primera recepción del término "feminismo" en la Argentina</i> | 8 | Informação não disponível na publicação | Dora Barrancos | Universidad e Estadual de Campinas | 2005 |
| <i>Feministas en Encuentros Nacionales de Mujeres: ¿Movimientos en movimiento?</i> | 8 | Informação não disponível na publicação | Claudia Laudano y Teresa Azcárate | Universidad es Nacionales de La Plata y Entre Rios / Grupo de Estudio e Investigación: Desmesuradas | 2005 |
| <i>Perspectivas feministas en la España del XXI (entre el suelo y el techo de cristal)</i> | 10 | Informação não disponível na publicação | Ana de Miguel Álvarez | Universidad Rey Juan Carlos de Madrid | 2006 |
| <i>Las teoría crítica feminista en España hoy: entrevista a Celia Amorós y Amelia Valcárcel</i> | 10 | Celia Amorós y a Amelia Valcárcel, teoría filosófica feminista de la igualdad | Luz Stella León Hernández | Universidad Nacional de Uruguay | 2006 |

| | | | | | |
|---|----|---|--|--|------|
| <i>Hacia una historia del pensamiento feminista en España.</i> | 10 | Pensamiento feminista, España, historia | Rosalía Romero Pérez. | <i>Universidad de Sevilla</i> | 2006 |
| <i>Igualdad y diferencia dos impulsos en la teoría feminista</i> | 10 | Diferencias, feminismos, igualdad. | Cristina Molina Petit | <i>Universidad de Las Palmas de Gran Canaria</i> | 2006 |
| <i>Filosofía y Feminismo en Celia Amorós</i> | 10 | Deconstrucción crítico-feminista, filosofía, marcas de género | Luisa Posada Kubissa | <i>Universidad Complutense de Madrid</i> | 2006 |
| <i>El papel del movimiento feminista en la consideración social de la violencia de contra las mujeres: el caso de España.</i> | 10 | Violencia, movimiento feminista, democracia | Victoria A. Ferrer Pérez y Esperanza Bosch Fiol. | <i>Universitat de les Illes Balears</i> | 2006 |
| <i>Ciudadanía, feminismo y globalización</i> | 10 | Ciudadanía, globalización, Estado, familia, mujeres. | María Xosé Agra Romero | <i>Universidad de Santiago de Compostela</i> | 2006 |
| <i>Du « French feminism » au « genre » : trajectoire politico-linguistique d'un concept</i> | 10 | Études féministes, genre, égalité, femmes | Francine Descarries et Laetitia Dechaufour | <i>Université du Québec à Montréal</i> | 2006 |
| <i>La trayectoria del movimiento feminista en el Peru</i> | 11 | Informação disponível publicação | não na Cecília Olea Mauleón | <i>Centro de la Mujer Peruana "Flora Tristan".</i> | 2007 |
| Metaficção historiográfica e feminismo: olhares sobre Charlotte Bronte | 11 | Informação disponível publicação | não na Cristina Maria Teixeira Stevens | UnB | 2007 |
| O feminismo entre a ideologia e a utopia | 11 | Informação disponível publicação | não na Maria Carneiro da Cunha | Informação não disponível na publicação | 2007 |
| Sem regras nem disciplina: a escrita feminista das mulheres anarquistas espanholas | 11 | Informação disponível publicação | não na Maria Clara Pivato Biajoli | Unicamp | 2007 |
| <i>Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?</i> | 11 | Informação disponível publicação | não na Cecília Maria Bacellar Sardenberg | UFBA | 2007 |
| Um Aceno de Resistência: representações humorísticas do feminino e do feminismo | 12 | Feminismo, humor, política. | Maria da Conceição Francisca Pires | Fundação Casa de Rui Barbosa | 2007 |
| <i>Le féminisme : une théorie critique de la connaissance</i> | 12 | Informação disponível publicação | não na Marie-Andrée Bertrand | <i>Université de Montréal</i> | 2007 |

| | | | | | | |
|---|-------|---|--------|--|---|------|
| <i>Il était une fois le mouvement féministe... à l'origine des études féministes</i> | 12 | Informação disponível publicação | não na | Nadia Fahmy-Eid | <i>Université du Québec</i> | 2007 |
| <i>Un savoir à nous ... des pionnières des études féministes au Québec retracent leur expérience.</i> | 12 | Informação disponível publicação | não na | Francine Descarries | <i>Université du Québec</i> | 2007 |
| <i>Travail et militance : quelle place pour les jeunes femmes?</i> | 13 | <i>Jeune femme – syndicat – implication – conciliation travail / famille – pouvoir – réseau – soutien social – dissonance relationnelle –plafond de verre</i> | | Johanne Saint-Charles, Marie-Ève Maillé et Danielle Bélanger | <i>UQAM</i> | 2008 |
| História Feminista, uma história do possível | 14 | Historiografia, Feminismos, História do Possível, História das Mulheres. | | Valéria Fernandes da Silva | Colégio Militar de Brasília e Faculdade Teológica Batista de Brasília | 2008 |
| <i>On women's labor: He zhen, anarcho-feminism and twentieth-century china in the world</i> | 15-16 | Informação disponível publicação | não na | Rebecca E. Karl | University of Michigan | 2009 |
| <i>"State Feminism?" Gender and Socialist State Formation in Maoist China</i> | 15-16 | Informação disponível publicação | não na | Wang Zheng | <i>University of Michigan</i> | 2009 |
| O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar | 15-16 | Feminismos, mulheres, luta armada, clandestinidade | | Ana Alice Alcântara Costa | Universidade Federal da Bahia | 2009 |
| Cisões, Alianças e Sucessos dos Feminismos no Rio de Janeiro. Anos 1970-1980. | 15-16 | Feminismos, Centro da Mulher Brasileira, Rio de Janeiro, Aborto Violência contra as Mulheres, Consciência de Gênero | | Rachel Soihet | Universidade Federal Fluminense | 2009 |
| O anarco-feminismo espanhol: Lucía Sanchez Saornil e Amparo Poch y Gascón | 15-16 | Informação disponível publicação | não na | Margareth Rago | Unicamp | 2009 |
| <i>Un féminisme gangrené par le relativisme</i> | 15-16 | Informação disponível publicação | não na | Micheline Carrier | <i>Université du Québec</i> | 2009 |
| "Subterrâneos da liberdade": mulheres, militância e clandestinidade | 15-16 | Subterrâneos da liberdade, mulheres, militância | | Susel Oliveira da Rosa | Unicamp | 2009 |
| <i>Évolution du féminisme en arts visuels : regard croisé entre le Québec et le monde anglo-saxon</i> | 17 | Féminisme, art, artistes femmes, historique, Québec, monde anglo-saxon | | Ève Lamoureux | | 2010 |

| | | | | | |
|---|-------|--|--|--|------|
| Autobiografia nas artes visuais: feminismos e reconfigurações da intimidade | 17 | Autobiografia, mulheres artistas, ética, intimidade e subjetividade. | Luana Saturnino Tvardovskas | Unicamp | 2010 |
| <i>Le féminisme: un choix théorique et militant en faveur du changement social</i> | 17 | Informação não disponível na publicação | Francine Descarries | <i>Université du Québec</i> | 2010 |
| <i>La critique africaine et la quête d'une épistémologie féministe</i> | 18 | Épistémologie féministe, fiction feminina africana | Cécile Dolisane-Ebossè | <i>Université Yaoundé</i> | 2010 |
| Representações de si e do outro nos contos de autoria feminina na revista alterosa | 18 | Autoria feminina; conto; revista Alterosa; mulheres; representações | Cláudia J. Maia | Universidad e Estadual de Montes Claros | 2010 |
| <i>El neofeminismo mexicano (1968-2010)</i> | 19 | Feminismo, neofeminismo | Ana Lau J. | <i>Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco</i> | 2011 |
| Feminismo no México: diversidade de vozes | 19 | Feminismo, mulheres, sufragismo, política, direitos, neofeminismo | Eli Bartra | <i>Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco</i> | 2011 |
| <i>Trabajos, mujeres y subjetividades en la narración autobiográfica: notas para el debate feminista reflexivo.</i> | 19 | Trabajo, reflexividad, relaciones de poder entre mujeres, localización y posiciones de sujeto. | Avril Regina Arjona Luna | Informação não disponível na publicação | 2011 |
| <i>A salud reproductiva en la arena política: alcances y retos del feminismo frente a la política demográfica del estado.</i> | 19 | Feminismo mexicano, salud sexual y reproductiva, alternancia política, política demográfica, derechos sexuales y reproductivos, maternidad voluntaria, planificación familiar. | Dora Cardaci y Ángeles Sánchez Bringas | Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco | 2011 |
| <i>Feminismo popular y feminismo indígena. Abriendo brechas desde la subalternidad</i> | 19 | Feminismos, clase social, etnia, proyecto político. | Gisela Espinosa Damián | <i>Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco</i> | 2011 |
| A participação das mulheres na ciência: problematizações sobre as diferenças de gênero | 20-21 | Estudos feministas, gênero, ciência, determinismo biológico. | Fabiane Ferreira da Silva / Paula Regina Costa Ribeiro | Universidad e Federal do Rio Grande | 2012 |
| Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista | 20-21 | Antropologia feminista, gênero, poder | Alinne de Lima Bonetti | Universidad e Federal da Bahia | 2012 |

| | | | | | |
|--|-------|---|--|---|------|
| Feminismos no brasil: enunciando e canalizando demandas das mulheres em sua diversidade | 20-21 | Feminismos, direitos, diferenças | Cecilia M. B. Sardenberg / Ana Alice Alcântara Costa | Universidad e Federal da Bahia | 2012 |
| Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros | 20-21 | Movimentos feministas, lésbicas, tensões, encontros | Gilberta Santos Soares / Jussara Carneiro Costa | Universidad e Federal da Bahia | 2012 |
| Feminismo, estado e políticas de enfrentamento à violência contra mulheres: monitorando a lei maria da penha | 20-21 | Violência, direitos das mulheres, lei Maria da Penha | Márcia Santana Tavares / Cecília M. B. Sardenberg / Márcia Queiroz de C. Gomes | Universidad e Federal da Bahia e Universidad e Federal da Paraíba | 2012 |
| Feminismo(s) no Rio de Janeiro dos anos 60 aos 90 | 20-21 | Novo feminismo, Rio de Janeiro, direitos reprodutivos e sexuais, ecofeminismo, décadas de 60 a 90 | Angela Arruda | Universidad e Federal do Rio de Janeiro | 2012 |
| <i>Reinventing themselves, reinventing Brazil: feminism, subjectivity and politics</i> | 20-21 | Experience, feminist movement, feminist activists | Margareth Rago | Universidad e Estadual de Campinas | 2012 |
| História, shoujo mangá e feminismo: um olhar sobre a rosa de Versalhes | 20-21 | História, Shoujo Mangá, Revolução Francesa, Feminismo | Valéria Fernandes da Silva | Faculdade Teológica Batista de Brasília e Colégio Militar | 2012 |
| <i>Feminismo filosófico y teoría de género en América Latina</i> | 20-21 | feminismo filosófico, metodología, activismo, contextualización, género | María Luisa Femenías - Ofelia Schutte | <i>Universidad Nacional de La Plata / University of Florida</i> | 2012 |
| <i>El trabajo doméstico remunerado y las luchas feministas en Costa Rica</i> | 20-21 | trabajo doméstico remunerado, servidumbre, derechos, empoderamiento | Roxana Hidalgo Xirinachs | <i>Universidad de Costa Rica.</i> | 2012 |
| <i>La recherche féministe et les femmes âgées : une rencontre récente</i> | 20-21 | Femmes; âgées; vieillissement; recherche féministe; historique | Anne Quéniart, Michèle Charpentier et Christelle Lebreton | <i>Université du Québec</i> | 2012 |
| <i>Vingt ans d'histoire du féminisme au Québec</i> | 20-21 | Féminisme, Maternalisme, Nationalisme, Histoire, Québec, XXe siècle. | Denyse Baillargeon | Université de Montréal | 2012 |

| | | | | | |
|---|-------|---|---|--|------|
| <i>Féminisme et engagement au sein du mouvement des femmes québécois : convergence des récits et diversité des trajectoires</i> | 20-21 | féminisme, mouvement des femmes québécois, militantisme, idéologies et pratiques féministes | Francine Descarries, Isabelle Marchand, Sandrine Ricci, Christine Corbeil | <i>Université du Québec</i> | 2012 |
| <i>L'intersectionnalité: féminisme enrichi ou cheval de Troie?</i> | 20-21 | Dimension du genre, exclusion, féminisme, intersectionnalité, oppressions multiples, parité. | Micheline de Sève | <i>Université du Québec</i> | 2012 |
| Nellie Bly, feminista: a aventura do jornalismo | 22 | Aventura, jornalista, volta ao mundo, trabalho, mulheres | Tania Navarro Swain | Universidade de Brasília | 2012 |
| O feminismo Riot: geração e violência | 22 | Feminismo, geração, violência. | Gabriela Miranda Marques / Joana Maria Pedro | Universidade Federal de Santa Catarina | 2012 |
| Sobre os feminismos, o esporte e o potencial pedagógico dessa relação | 22 | Esporte, feminismos, gênero. | Silvana Vilodre Goellner / Paula Botelho-Gomes / Paula Silva | Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Universidade Lusófona do Porto | 2012 |
| 50 anos de feminismo no Brasil: reflexões sobre uma história pessoal e coletiva | 23 | Feminismo, participação política, cultura feminista, poder, movimentos sociais. | Eva Blay | Universidade de São Paulo | 2013 |
| <i>Espacios universitarios en las rutas feministas en la Argentina a principios del siglo XX</i> | 23 | Ideas feministas, universidad, Argentina. | Mirta Zaida Lobato | <i>Universidad de Buenos Aires</i> | 2013 |
| <i>"Caring for Animals: A Feminist Approach"</i> | 24 | Feminism, Ethic of Care, Animal Ethics, Animal Rights | Josephine Donovan | <i>University of Maine</i> | 2013 |
| Por um feminismo 'vadio' e outras considerações contemporâneas | 24 | Marcha das Vadias; Feminismo, LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais); Estética da existência. | Maria Rita de Assis Cesar /Thayz Conceição Cunha Athayde | UFPR | 2013 |
| <i>Pour un féminisme libertaire: peut on utiliser la pensée de Foucault ?</i> | 24 | <i>Foucault, liberté, féminismes</i> | Tania Navarro Swain | UnB | 2013 |
| <i>Un cinéma féminin sans féminisme ? Marginalité, intégration et différence chez les nouvelles réalisatrices françaises des années 1990.</i> | 25 | <i>Cinéma féminin – féminisme – cinéma français – femmes auteures – universalisme</i> | Corinne Oster | <i>Université de Lille 3</i> | 2014 |

| | | | | | |
|---|----|--|---|--|------|
| Gênero e Psicologia do desenvolvimento: quando a ciência é utilizada como força normatizadora das identidades de gênero | 26 | Gênero; psicologia do desenvolvimento; sistema binário; heteronormatividade. | Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira / Ana Flávia do Amaral Madureira | Universidad e de Brasília / Centro Universitário de Brasília | 2014 |
| <i>Hommes infâmes, individus dangereux et la violence envers les femmes: relectures féministes de Foucault</i> | 26 | <i>Foucault, violence, femmes</i> | Chloë Taylor | <i>Université d'Alberta</i> | 2014 |
| <i>Queer Feminism: Cultivating Ethical Practices of Freedom</i> | 26 | Queer, feminism, critical theory, neoliberalism, ethics. | Jana Sawicki | <i>Williams College</i> | 2014 |
| O feminismo acolhe Foucault | 26 | Foucault, feminismo, parresia, heterotopia, pensamento. | Margareth Rago | Unicamp | 2014 |
| <i>A Feminist Foucauldian Analysis of the Links between Transnational Production and Reproduction</i> | 26 | <i>Foucault, biopolitics, governmentality, reproduction, labor, globalization</i> | Margaret A. McLaren | <i>Rollins College</i> | 2014 |
| <i>Feminism, Foucault and Deleuze.</i> | 26 | Feminist theory, Foucault, Deleuze, sexuality, selfhood, de Beauvoir | <i>Mariam Motamedi Fraser</i> | <i>University of London</i> | 2014 |
| <i>Gender, Feminisms and Mental Health: Implications For Research And Practice In Clinical Psychology</i> | 26 | Gender; Feminisms; Mental Health; Clinical Psychology; Research-intervention. | <i>Gláucia Diniz / Cristina Vianna</i> | Universidad e Paulista | 2014 |
| Perspectivas feministas na interface com o processo de pesquisa-Intervenção-pesquisa com grupos no campo Psi | 26 | Teorias feministas, trabalhos com grupos, pesquisa-intervenção, juventude | Karla Galvão Adrião | Universidad e Federal de Pernambuco | 2014 |
| A psicanálise apesar de Freud: uma releitura feminista ainda necessária | 26 | Psicanálise; feminismo; sexualidade feminina; complexo de Édipo | Patricia Porchat / Beatriz Barbosa Fejgelman | Universidad e Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho | 2014 |
| <i>Martha de Hollanda and the Brazilian Feminist Crusade (1928-1932): an "inflammatory feminist" in Pernambuco?</i> | 27 | Martha de Hollanda; Brazilian Feminist Crusade; Political Culture; Citizenship. | Alcileide Cabral | Universidad e Federal Rural de Pernambuco | 2015 |
| <i>Vertigoes and shades of Brazilianness: Heterotopias, colonialism and the feminist critique of art</i> | 27 | Women artists, feminism, Brazilian history, heterotopias, Adriana Varejão and Rosana Paulino | Luana Saturnino Tvardovskas | Universidad e Estadual de Campinas | 2015 |

| | | | | | |
|---|----|---|-------------------------------|---|------|
| <i>Feminist heterotopias: rebelliousness and transgression in the sweet art of Kara Walker</i> | 27 | Informação não disponível na publicação | Margareth Rago | Universidade Estadual de Campinas | 2015 |
| <i>Heterotopia as a Space of Feminist Resistance</i> | 27 | Foucault, heterotopia, feminism, resistance | Margaret A. McLaren | Rollins College | 2015 |
| <i>Feminist heterotopias and “out of place” bodies: between politics and art</i> | 27 | Body; feminism; heterotopy; SlutWalk; photo-performances. | Maria Rita de Assis César | Universidade Federal do Paraná | 2015 |
| <i>Stylistics of existence and heterotopias of the body in Foucault and in the contemporary feminisms: beyond the legal subject</i> | 27 | Feminisms, political force, bodies | Priscila Piazzentini Vieira | FAPESP | 2015 |
| <i>Qu'est ce une hétérotopie féministe ?</i> | 27 | Hétérotopie, féminismes, invention | Tania Navarro Swain | Universidade de Brasília | 2015 |
| <i>Una lingüística desde el feminismo radical de la diferencia</i> | 27 | Lengua androcéntrica, silencio de las mujeres, fuentes de significados, diferencia sexual, lingüística feminista. | Andrea Soledad Franulic Depix | Universidad de Chile | 2015 |
| <i>Radical feminist activism in the 21st century</i> | 27 | Radical, feminism, activism | Janice G. Raymond | University of Massachusetts | 2015 |
| <i>Nuestro feminismo ni maquilla, ni rellena</i> | 27 | Feminismo, rebedia, fenómeno cultural, Bolívia | Maria Galindo | | 2015 |
| <i>Radical feminism</i> | 27 | Radical, political, feminism. | Susan Hawthorne | James Cook University | 2015 |
| Memórias de uma professora malcomportada: feminismos, crítica e cidadania como prática docente | 27 | Professora “malcomportada”, feminismos, história, memória, cidadania. | Diva do Couto Gontijo Muniz | UnB | 2015 |
| <i>Les féminismes africains</i> | 27 | Féminismes, femmes africaines, injustice, émancipation | Oumou Doukouré/Dicko | Université de Ouagadougou | 2015 |
| Eu, Alice e o feminismo: o encontro e a amizade | 27 | Informação não disponível na publicação | Maria de Lourdes N. Schefler | UFBA | 2015 |
| <i>Le blogue Je suis féministe : un outil d'engagement féministe</i> | 28 | Engagement, blogue, féminisme en ligne, militantisme, génération Y | Véronica Gomes | Informação não disponível na publicação | 2015 |
| <i>Indian Feminism: Dynamics and Challenges</i> | 28 | Feminism, indian, patriarchy, doubly subaltern. | Asha Mukherjee | Visva-Bharati Central University | 2015 |

| | | | | | |
|--|----|---|----------------------|--|------|
| <i>Muslim Women's Activism in India: Negotiating the Customary Laws and Feminism.</i> | 28 | <i>Muslim women, rights, religion, social change</i> | Arvinder A. Ansari | <i>Jamia Millia Islamia</i> | 2015 |
| <i>'Hindutva Feminism'? Challenges to the Indian Women's Movements</i> | 28 | <i>Indian women, women's movement, organizations</i> | Nandita Dhawan | <i>Jadavpur University</i> | 2015 |
| <i>Mapping the terrain of activism in the Feminist and the Women's Movement in India</i> | 28 | <i>Feminism, Women's Movement, activism</i> | Rekha Pande | <i>University of Hyderabad</i> | 2015 |
| <i>Feminist issues and displacement: a close look from Odisha</i> | 28 | <i>Collective actions, feminist consciousness, economic issues, eco-feminist issues</i> | Urmimala Das | <i>Women's Studies Research Centre, Odisha</i> | 2015 |
| <i>Unveiling vistas: tracing multiple orientations of the feminist movements in India</i> | 28 | <i>Feminism, Indian feminism, gender, matriliney, Woman Question in India</i> | Usha VT | <i>Pondicherry Central University</i> | 2015 |
| <i>Feminism in India: many streams, many struggles</i> | 28 | <i>Feminism, struggles, equality, violence</i> | Veena Poonacha | <i>SNDT Women's University</i> | 2015 |
| <i>Strength in diversity? An interpretation of Feminism/s in Italy - With Chronology 1250-2016</i> | 29 | <i>Awareness; female condition; parity and diversity; divorce; abortion; emancipation and liberation; self-consciousness; workerism; autonomous feminism; femminicidio; post feminism; immigration; power</i> | Piera Carroli | Informação não disponível na publicação | 2016 |
| <i>Contra-archivos del sexo: feminismos excéntricos y meta pornografía</i> | 29 | <i>Feminismo, queer, post-colonial, meta-pornografía</i> | Michèle Soriano | CEIIBA | 2016 |
| <i>Feminismos de la Transición en Cataluña</i> | 29 | <i>Cataluña, mujeres, sujeto político, dignidad, libertades</i> | Conxa Llinàs Carmona | <i>Universidad de Barcelona</i> | 2016 |
| <i>Feminism and Women of Note</i> | 29 | <i>Women composer, musical education, social attitudes</i> | Diana Ambache | | 2016 |

| | | | | | |
|--|----|--|----------------------|--|------|
| <i>Des rapports sociaux de sexe à l'identité sexuelle, un continuum qui divise les féministes.</i> | 29 | <i>Québec, stratégies féministes, filiations théoriques, postures idéologiques</i> | Francine Descarries | <i>Université du Québec</i> | 2016 |
| <i>Fragmented Feminisms</i> | 29 | <i>Feminism, philosophy, liberation, women</i> | Susan Hawthorne | <i>James Cook University</i> | 2016 |
| <i>La administración de justicia y la deuda con las mujeres. Reflexiones desde el feminismo venezolano</i> | 29 | <i>Violencia, normalización, mujeres, patriarcado</i> | Elida Aponte Sánchez | <i>Universidad del Zulia</i> | 2016 |
| <i>La educación sexual femenina a través de la prensa del siglo XIX. El caso de La Madre y El Niño</i> | 30 | <i>Prensa, siglo XIX, enfermedad, maternidad, higiene</i> | Paula Leronés Robles | <i>Universidad de Castilla-La Mancha</i> | 2017 |

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<http://www.labrys.net.br/>>. Acessado em abril/2017.

Há uma intensa demanda do tema feminismo dentro da “Labrys – Estudos Feministas”. O que não exclui os demais assuntos expostos, porém é algo a ser observado se levarmos em consideração a proposta de criação da revista.

Na revista “Labrys”, foi 67 vezes encontrado o termo gênero (*género, gender, genre*) em seus títulos, em sua totalidade produzido por mulheres. Num levantamento em todas as publicações¹⁴⁶, são cerca de 786 mulheres para apenas seis homens que publicaram no periódico.

Mediante toda produtividade apresentada pela revista, não conseguimos identificar os cruzamentos entre nossas expressões de pesquisa. Porém, destacamos aqui três artigos que têm em seu título a expressão ativismo vinculado ao feminismo. Mas, percebemos que a educação, pelo menos em sua vertente institucionalizada, não é foco dos artigos apresentados, até então, na revista.

¹⁴⁶ A edição 15-16 no momento de nossa revisão da pesquisa, dia 04/04/2017, não estava online, por esse motivo os dados obtidos não poderão ser conclusivos mediante esse evento ocorrido.

4.3. Publicações da Colômbia

A Colômbia não é reconhecida, dentre os países investigados, por possuir um forte movimento feminista. Do mesmo modo que outros países latino-americanos, o feminismo se associou, durante muito tempo, ao partido socialista (PIZARRO; MELO, 2013). Advinda muita de sua discussão acadêmica na atualidade dos países latino-americanos, com forte contribuição da Venezuela e do México.

Na chamada segunda geração, décadas de 1970-1980 um feminismo de caráter burguês estabelece algumas discussões. Os comitês de enfrentamento e as organizações sindicais, camponesas e núcleos de fomento em bairros, tratam prioritariamente a temática da violência doméstica, sendo uma referência aos estudos que se seguem, no chamado, feminismo acadêmico.

Com a ampliação das inquietações em torno da temática, os centros universitários, através de seus departamentos de pesquisas, criam núcleos de estudos sobre as mulheres. É nesse caminho que surge a *Escuela de Estudios de Género* (EEG) da *Universidad Nacional de Colombia* (Unal) em 2001, oriunda de um Programa de Estudos de Gênero, Mulher e Desenvolvimento. É, em seu pioneirismo, responsável por diversas mudanças na concepção de estudos sobre mulher na Colômbia, inclusive sendo o único programa de pós-graduação relacionado diretamente ao tema. Também é formado o *Centro Interdisciplinario de Estudios de Género* (CIEG) da *Universidad de Antioquia* (Udea), ambos possuindo uma visão plural de abordagens e procurando conciliar ideias para uma superação de contradições tão latentes engendradas pelo patriarcado do saber.

Mesmo com o avanço das análises e pesquisas sobre os estudos feministas e de gênero, as feministas que ingressam no governo procuram criar leis que estabeleçam essas garantias, porém, afirmam haver uma imensa dificuldade em determinar esses parâmetros, tamanha é a força que o patriarcado possui dentro das instituições e sociedade colombiana.

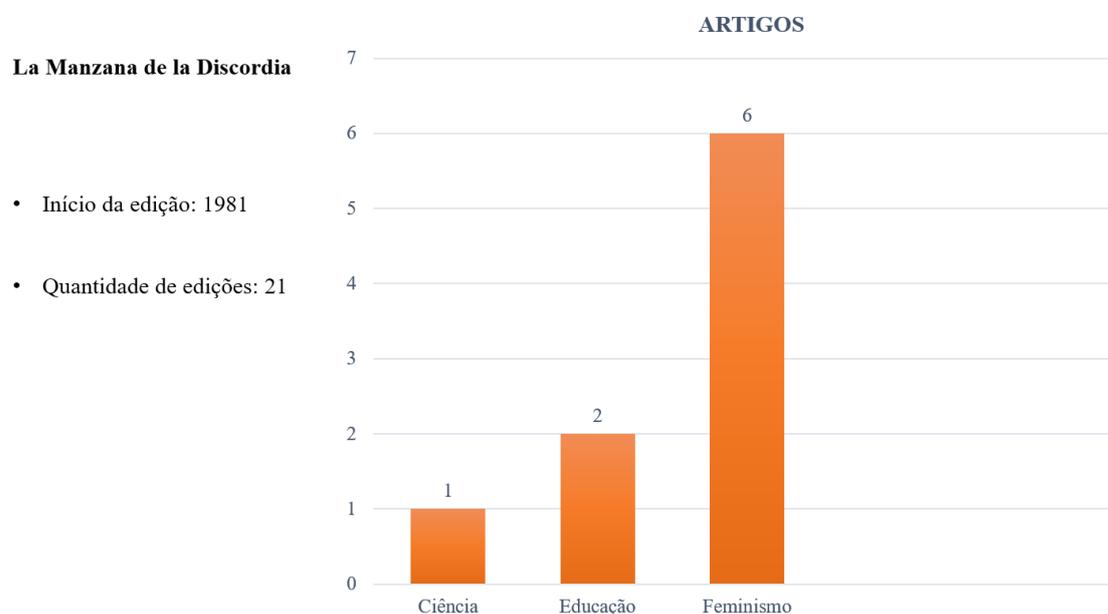
Hoje, temas como jornada de trabalho e equidade de direitos, remuneração, garantia de acesso à educação, horas de trabalho, etc., garantias básicas de desenvolvimento humano e violência doméstica marcam as inquietações dos trabalhos apresentados no país. Obviamente, esses não são os únicos, dada a importância que os estudos sociológicos possuem numa esfera de pesquisa acadêmica macro. Mas, significa, dentre outras considerações, que os estudos sobre feminismo e gênero ainda são subjugados em detrimento de outras demandas por questões que não são o foco de nossa discussão.

- **Revista *La Manzana de la Discordia***

“*La Manzana de la Discordia*” tem início em 1981, advindo de um grupo de mulheres. Está vinculada ao *Centro de Estudios de Género, Mujer y Sociedad* que procura difundir a produção feminista, da Colômbia. Faz parte do corpo de edições da *Universidad del Valle* e conta com 21 publicações. Desde 2001, estas podem ser pesquisadas em sua plataforma online. Esta é a revista acadêmica mais antiga ainda editada listada em nossa pesquisa.

Em 2007, o periódico passou por uma reestruturação e sua edição tornou-se semestral. A revista trabalha sobre temas ligados às discussões de gênero, identidades, sexualidade, mulheres artistas, obras tanto literárias como plásticas, entre outros.

Gráfico 7. Revista *La Manzana de la Discordia* e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados.



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<http://genero.univalle.edu.co/publicaciones.htm>>. Acessado em janeiro/2017.

Em sua edição nº 3, ano 2 de 2007, a revista publicou o dossiê que foi dedicado ao estudo de gênero na realidade brasileira. Temas como feminização da sociedade, globalização, história do feminismo e modernidade foram tratados pelos artigos das pensadoras destacadas.

Tabela 12. La Manzana de la Discordia. Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa.

| TÍTULO (ARTIGO) | EDIÇÃO | PALAVRAS-CHAVE | AUTORIA | VÍNCULO | ANO |
|---|------------|---|--|---|------|
| <i>Teorías feministas y estudios sobre varones y masculinidades. Dilemas y desafíos recientes</i> | V. 2, nº 2 | <i>Teoría feminista, masculinidades, relaciones de género, estudios de género</i> | Mara Viveros Vigoya | <i>Universidad Nacional (Colombia)</i> | 2007 |
| <i>La carrera científica: una forma de construir espacios de acción para mujeres aún en la adversidad</i> | V. 3, nº 2 | <i>Carreras académicas, mujeres, investigación, socialización</i> | Olga Lucía Obando S | <i>Universidad del Valle</i> | 2008 |
| <i>Resistencia contra-hegemónica y polisemia: conformación actual del movimiento de mujeres/feministas en Colombia</i> | V. 3, nº 1 | <i>Movimiento social de mujeres, feminismo, Colombia, América Latina, siglo XXI</i> | Doris Lamus | <i>Universidad Autónoma de Bucaramanga</i> | 2008 |
| <i>La trasgresión de la cultura patriarcal: Movilización feminista en Colombia (1975-1995)</i> | V. 4, nº 2 | <i>Movimiento de mujeres, movimiento feminista, género, Colombia, historia.</i> | Doris Lamus Canavate | <i>Universidad Autónoma de Bucaramanga</i> | 2009 |
| <i>Género y educación superior. Un análisis de la participación de las mujeres como profesoras en la Universidad del Valle</i> | V. 4, nº 1 | <i>Mujeres, género, educación superior, trabajo académico-administrativo</i> | María Eugenia Ibarra / Gabriela Castellanos Llanos | <i>Pontificia Universidad Javeriana de Cali / Universidad del Valle</i> | 2009 |
| <i>El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano.</i> | V. 5, nº 2 | <i>Género, feminismo, raza, patriarcado, discurso, poder, afrodescendientes, resistencia, descolonialidad</i> | Betty Ruth Lozano Lerma | <i>Universidad del Valle</i> | 2010 |
| <i>La categoría de género y la educación superior: Una mirada a América latina desde Colombia</i> | V. 6, nº 2 | <i>Género, feminismo, educación superior, Latin America, postcolonialismo, carnaval</i> | Gabriela Castellanos Llanos | <i>Centro de Estudios de Género, Mujer y Sociedad Universidad del Valle</i> | 2011 |
| <i>Feminismos latinoamericanos: una mirada panorámica</i> | V. 6, nº 1 | <i>Feminismos, pensamiento feminista latinoamericano, subalternidad, género, clase, etnia</i> | María Luisa Femenías | <i>Universidad Nacional de La Plata</i> | 2011 |
| <i>Un legado beauvoiriano: el trabajo doméstico en la perspectiva del feminismo materialista de Christine Delphy</i> | V. 9, nº 1 | <i>Delphy, Beauvoir, feminismo, trabajo doméstico no remunerado</i> | Mariana Smaldone | <i>Universidad de Buenos Aires, Argentina</i> | 2014 |

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<http://genero.univalle.edu.co/publicaciones.htm>>. Acessado em janeiro/2017.

Destacamos aqui três artigos, um sobre ciência e dois sobre educação, que perpassam, de alguma maneira, nossas inquietações. O primeiro deles está no número 2 (vol. 3) de 2008 com autoria de Olga Lúcia Obando, que publica “*La carrera científica: una forma de construir espacios de acción para mujeres aún en la adversidad*”. Texto rico, em grande medida, no que se refere ao ônus social atrelado ao aumento de grau de estudos adquiridos por mulheres, em detrimento ao de homens, que possui um maior foco nos cursos de doutoramento.

“*Género y educación superior. Un análisis de la participación de las mujeres como profesoras en la Universidad del Valle*”, de María Eugenia Ibarra e Gabriela Castellanos (vol. 4, nº 1), de 2009, procura trazer uma análise do campo de trabalho acadêmico-administrativo por parte das mulheres numa perspectiva local, na *Universidad de Valle*, Chile.

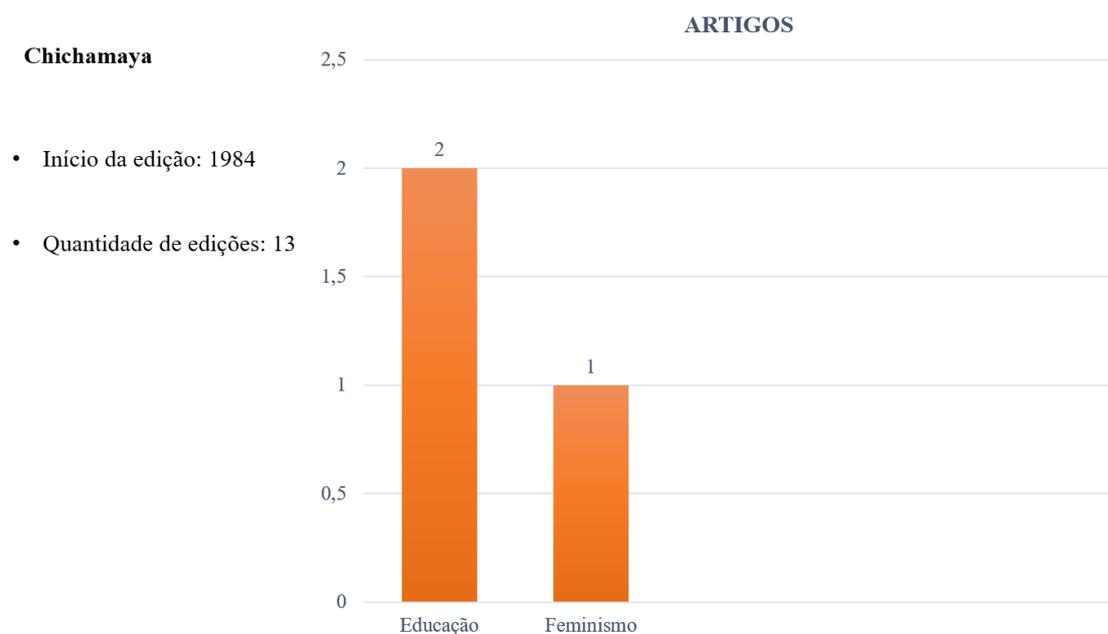
Outro artigo escrito por Gabriela Castellanos, (vol. 6, nº 2, de 2011) intitulado “*La categoría de género y la educación superior: una mirada a América Latina desde Colombia*” é uma procura por contextualizar as dificuldades de trabalhar a categoria gênero no ensino superior, ligados à docência. É um texto que se aproxima de nossa pesquisa. Observa o quão necessário são os estudos sobre o tema e revela outras potencialidades que estas análises podem trazer enquanto resultados, seja em novas pesquisas com temáticas ainda não abordadas, seja nas relações que buscou detectar.

Na revista “*La Manzana*”, foram identificados 49 trabalhos contendo a expressão gênero em seus títulos, sendo 51 destes produzidos por mulheres e 10 por homens.

- **Revista Chichamaya**

Chichamaya é uma revista da *Universidad del Atlántico*, lançada em 1984 e conta com 23 edições. É um periódico, cuja publicação já fora encerrada. Este foi o mais antigo periódico encontrado por nossa pesquisa acerca da temática de feminismo e gênero na América Latina disponível online, o que não significa dizer que fora o primeiro ou mesmo o único nesse sentido.

Destacamos no gráfico a seguir as publicações relacionadas à temática investigada por nós e como as mesmas estão distribuídas nas edições da revista.

Gráfico 8. Revista *Chichamaya* e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados.

Fonte: Gráfico elaborado a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<http://www.uniatlantico.edu.co/uatlantico/publicaciones/revista-chichamaya>>. Acessado em janeiro/2017.

Tabela 13. *Chichamaya*. Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa.

| TÍTULO (ARTIGO) | EDIÇÃO ¹⁴⁷ | PALAVRAS-CHAVE | AUTORIA | VÍNCULO | ANO |
|---|-----------------------|---|----------------------|---|------|
| <i>La familia e la educación</i> | 3 | Informação não disponível na publicação | Hilda Zarante | Informação não disponível na publicação | 1986 |
| <i>La Educación Femenina en Barranquilla a Comienzos del presente año</i> | 8 | Informação não disponível na publicação | María Teresa Ramirez | Informação não disponível na publicação | 1989 |
| <i>Los Movimientos de Mujeres: Feminismo y Femenidad en Colombia 1930-1943)</i> | 8 | Informação não disponível na publicação | Lola G. Luna | <i>Universidad de Barcelona</i> | 1989 |

¹⁴⁷ A revista não possui a referência por volumes e sim por número, o que explica a ausência do volume na coluna edição.

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<http://www.uniatlantico.edu.co/uatlantico/publicaciones/revista-chichamaya>>. Acessado em janeiro/2017.

A revista “*Chichamaya*”, já finalizada sua edição, possuía apenas dois textos que continham em seu título a expressão gênero. Notadamente nos últimos anos de sua edição e ambos escritos por mulheres. Fora num período em que a discussão de gênero exigia mais espaços nas acadêmicas e com isso uma maior produção e difusão da mesma nos periódicos acadêmicos.

4.4. Publicações do México

O México possui, em face de seu processo histórico, uma forte raiz de resistência, que remonta desde o processo de colonização que alimentava o sistema mercantilista da Coroa espanhola, baseado na expropriação dos territórios invadidos.

Todavia, já em meados do século XVII, Sór Juana Inés de La Cruz (1651-1695) destaca-se pelos seus escritos e atrai a atenção das instituições da época que promovem seu silenciamento, sua ocultação. Assim como os registros históricos de resistências ao processo de colonização empreendidos pelas mulheres, em sua maioria oriundas das civilizações Maias e Astecas, entre tantos outros registros.

Desde a década de 1970, o país busca criar revistas de caráter feminista, que procuram discutir a situação das mulheres, suas potencialidades e quais elementos impedem esse processo de libertação, empoderamento e conquistas sociais. Essas publicações somam-se as outras tantas que circulam, algumas de forma muito breve, por diversas questões, décadas antes, no que chamamos de primeira geração do movimento feminista. Notadamente, elas não eram acadêmicas, eram, acima de tudo, veículos de chamado às mulheres que procuravam direitos iguais e garantia de que estes fossem cumpridos. Advinda uma potente forma de manifestação de caráter particular do país.

O México é um país com forte tradição nos estudos feministas e de gênero. Principalmente, nas últimas décadas do século XX, advindos das contribuições da área da antropologia e da filosofia, dentre tantas outras.

A década de 90 significa a plena institucionalização e a burocratização do movimento neofeminista; no entanto, paralelamente dá-se a sua legitimação que, por sua vez, abre novas possibilidades. Por meio da multiplicação numa miríade de ONGs consolida-

se a organização do movimento; institucionaliza-se tanto em organismos governamentais, como não governamentais e no âmbito acadêmico onde alcança um tímido e esquelético apogeu e, de algum modo, se legitima. Surgem também as feministas profissionais que trabalham para o feminismo e vivem graças a ele, aflora dessa maneira, o que se pode chamar de profissionalização do feminismo que vai de mãos dadas com a institucionalização. Durante os primeiros anos de luta pelos direitos das mulheres de uma determinada onda ou etapa, pode-se dizer que se vivia para ela, e depois de algum tempo foi possível viver dela; como aconteceu na década de 1950, em que já existiam as feministas profissionais, e se repete no final do século XX (BARTRA, 2011, p. 5).

Destacamos aqui as contribuições feministas como as de Marcela Lagarde e Marta Lamas, além das filósofas Eli Bartra e Graciela Hierro. Também de Hermila Galindo, Esperanza Brito de Martí, dentre tantas outras acadêmicas que o país possui, mediante a intensa contribuição da formação e discussão do tema, evidenciando aqui os departamentos de pesquisas e cursos de pós-graduação em estudos feministas das diversas universidades, sobretudo as Universidades Autônomas.

Temas como violência, aborto, feminismo latino-americano, feminismo filosófico, papel da epistemologia feminista e metodologias feministas, feminismo indígena, feminismo negro, feminismos de esquerda dentre outros são temas frequentes em suas publicações e debates.

Assim como outras realidades apresentadas, o México possui uma sólida contribuição dos estudos feministas, em grande medida, no feminismo latino-americano, assim como sua vasta rede de publicações especializadas no tema. Por motivos já expostos em nosso texto, só investigaremos dois desses periódicos.

Bartra (2011, p. 7) destaca que há grandes desafios em avançar nos estudos feministas e suas contribuições, seja no México como também no feminismo de forma geral. Porém, mesmo com a grande produção, uma vasta diversidade ainda está invisibilizada e/ou não trabalhados, ainda que sejam motivos de forte debate, assim como a principal meta, desse novo momento do movimento feminista acadêmico no México, que é procurar mudar, mediante a articulação de educação, conhecimento, etc., bem como a mentalidade patriarcal que ainda impera na sociedade mexicana, assim como em quase todo o globo.

- ***Revista Debate Feminista***

A “*Revista Debate Feminista*” está publicada integralmente em espanhol e conta com participação de diversas teóricas/os tanto das Américas quanto de academias europeias.

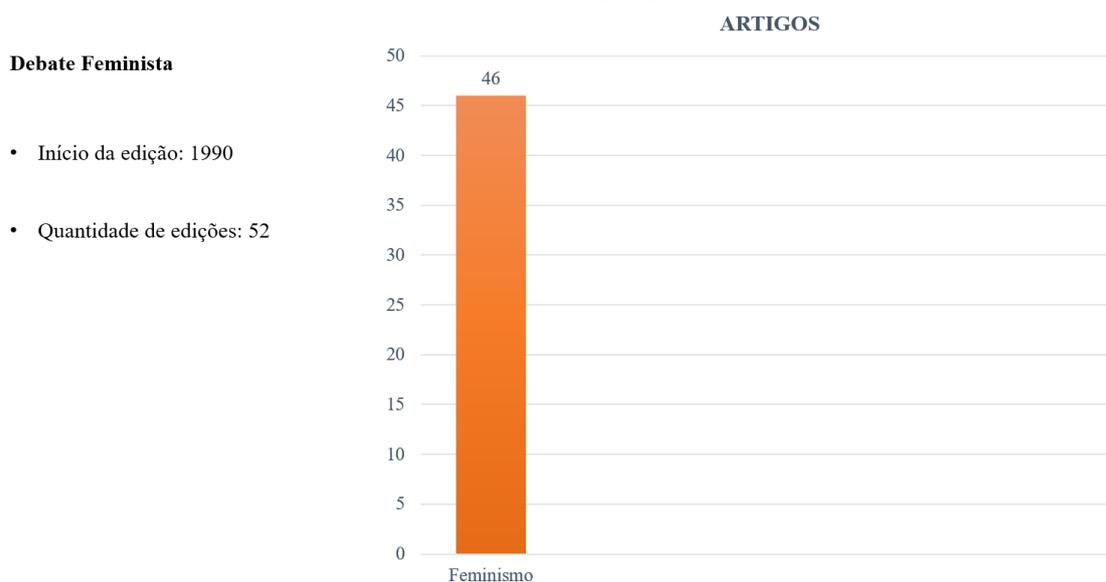
Apresenta muitos artigos compartilhados por outras revistas feministas, sobretudo nos primeiros anos de sua edição.

Sua veiculação tem início em 1990, sob a direção de Marta Lamas e sua periodicidade é semestral. No editorial da primeira edição, em 1990, Lamas nos informa que

nace de la necesidad compartida entre varias feministas de disponer de un medio de reflexión y debate, un puente entre el trabajo académico y el político, que contribuya a movilizar la investigación y la teoría feminista, dentro y fuera de las instituciones académicas, y ayude a superar la esterilidad de los estudios aislados del debate político. No compartimos la concepción de las “mujerólogas” (especialistas en el tema de la mujer, desvinculadas del movimiento feminista) y tampoco aprobamos el antiintelectualismo que tiñe algunas posiciones frente a la fabricación de estudios banales (y su aprovechamiento curricular) y las explosiones de sentimiento a nombre de la Revolución. (EDITORIAL, LAMAS, 1990, p. ix).

Democracia, poder, desejo, racismo, violência, maternidade, família, arte, ética, entre outros, são assuntos de destaque abordados nas sessões da revista. “*Debate Feminista*” é editada pelo Programa Universitario de Estudios de Género da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

Gráfico 9. Revista Debate Feminista e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados.



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<http://www.elsevier.es/es-revista-debate-feminista-378>>. Acessado em janeiro/2017.

Possui grande respeito de teóricas/os que trabalham as questões que envolvam feminismo e estudos de gênero, não só da América Latina. Conta com a contribuição de diversas autoras/es que trazem, em textos inéditos, abordagens, discussões e análises que ajudem a compreender os fenômenos que perpassam esse debate.

Tabela 14. Debate Feminista. Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa.

| TÍTULO (ARTIGO) | EDIÇÃO ¹⁴⁸ | PALAVRAS-CHAVE | AUTORIA | VÍNCULO | ANO |
|--|-----------------------|---|--------------------------|---|------|
| <i>Feminismo y democracia</i> | 1 | Informação não disponível na publicação | Carole Pateman | <i>Universidad de Sydney</i> | 1990 |
| <i>El contexto en lo que cuenta: feminismo e teorías de la ciudadanía</i> | 1 | Informação não disponível na publicação | Mary G. Dietz | Informação não disponível na publicação | 1990 |
| <i>El feminismo y la democratización mundial</i> | 1 | Informação não disponível na publicação | Lourdes Arizpe | Informação não disponível na publicação | 1990 |
| <i>Del feminismo a la solidaridad: el caso italiano</i> | 2 | Informação não disponível na publicação | Mariella Gramaglia | Informação não disponível na publicação | 1990 |
| <i>De las mujeres, la fuerza de las mujeres: una carta itinerante para el feminismo comunista de los ochenta</i> | 2 | Informação não disponível na publicação | Francesca Gargallo | Informação não disponível na publicação | 1990 |
| <i>El encuentro con el feminismo</i> | 2 | Informação não disponível na publicação | Rossana Rossanda | Informação não disponível na publicação | 1991 |
| <i>El feminismo devastador</i> | 4 | Informação não disponível na publicação | Paloma Villegas | Informação não disponível na publicação | 1991 |
| <i>Feminismo y teoría del discurso: razones para un debate</i> | 5 | Informação não disponível na publicação | Giulia Colaizzi | Informação não disponível na publicação | 1992 |
| <i>Feminismo y postmodernismo</i> | 5 | Informação não disponível na publicação | Sabina Lovibond | Informação não disponível na publicação | 1992 |
| <i>Feminismo y democracia</i> | 5 | Informação não disponível na publicação | Beatriz Ramírez Saavedra | Informação não disponível na publicação | 1992 |
| <i>Feminismo, ciudadanía y política democrática radical</i> | 7 | Informação não disponível na publicação | Chantal Mouffe | Informação não disponível na publicação | 1993 |
| <i>Las relaciones del feminismo italiano con las instituciones políticas (1987-1992)</i> | 7 | Informação não disponível na publicação | Francesca Gargallo | Informação não disponível na publicação | 1993 |

¹⁴⁸ A revista não possui a referência por volumes e sim por número, sendo este o porquê da ausência do volume na coluna edição.

| | | | | | |
|---|----|---|---------------------------------|---|------|
| <i>Traddutora-traditora: una figura paradigmática del feminismo de las chicanas</i> | 8 | Informação não disponível na publicação | Norma Alarcón | Informação não disponível na publicação | 1993 |
| <i>Pornografía, feminismo y libertad</i> | 9 | Informação não disponível na publicação | Ronald Dworkin | Informação não disponível na publicação | 1994 |
| <i>Un siglo de feminismo en México</i> | 14 | Informação não disponível na publicação | Gabriela Cano | Informação não disponível na publicação | 1996 |
| <i>El feminismo como modelo ilocucionario</i> | 15 | Informação não disponível na publicação | María Pía Lara | Informação não disponível na publicação | 1997 |
| <i>Articulaciones y desarticulaciones de las feministas hoy</i> | 15 | Informação não disponível na publicação | Alejandra Valdés | Informação não disponível na publicação | 1997 |
| <i>Feminismo e derecha</i> | 17 | Informação não disponível na publicação | María Dolores Renau | Informação não disponível na publicação | 1998 |
| <i>Feminismo y poder político</i> | 17 | Informação não disponível na publicação | Amelia Valcárcel | Informação não disponível na publicação | 1998 |
| <i>Un fantasma recorre el manifiesto: fantasma del feminismo</i> | 18 | Informação não disponível na publicação | Mabel Belucci / Viviana Norman | Informação não disponível na publicação | 1998 |
| <i>Ética y feminismo</i> | 21 | Informação não disponível na publicação | Estela Serret | Informação não disponível na publicação | 2000 |
| <i>El feminismo de Virginia Woolf: el caso de Tres guineas</i> | 25 | Informação não disponível na publicação | Marta Lamas | Informação não disponível na publicação | 2002 |
| <i>Historia de una dualidad inevitable: feminismo vs. conservadurismo</i> | 27 | Informação não disponível na publicação | Ana Lidia García | Informação não disponível na publicação | 2003 |
| <i>Deponer a El Vaticano: el proyecto secular del feminismo</i> | 27 | Informação não disponível na publicação | Jean Franco | Informação não disponível na publicação | 2003 |
| <i>Feminismo y modernidad</i> | 35 | Informação não disponível na publicação | Virginia Guzmán y Claudia Bonan | Informação não disponível na publicação | 2007 |
| <i>Feminismo y género en la obra cinematográfica de Maricarmen de Lara</i> | 37 | Informação não disponível na publicação | Eli Bartra | Informação não disponível na publicação | 2008 |
| <i>Qué tienen en común feminismo y libertad</i> | 38 | Informação não disponível na publicação | Linda M.G. Zerilli | Informação não disponível na publicação | 2008 |
| <i>El feminismo y el liberalismo nuevamente: ¿tiene razón Martha Nussbaum?</i> | 39 | Informação não disponível na publicação | Anne Phillips | Informação não disponível na publicação | 2009 |
| <i>La "protesta extrema" del feminismo</i> | 40 | Informação não disponível na publicação | Lea Melandri | Informação não disponível na publicação | 2009 |

| | | | | | |
|---|----|---|--|---|------|
| <i>Género y feminismo en América Latina</i> | 40 | Informação não disponível na publicação | María Luisa Femenías | Informação não disponível na publicação | 2009 |
| <i>Feminismo, democracia pluralista y política agnóstica</i> | 40 | Informação não disponível na publicação | Chantal Mouffe | Informação não disponível na publicação | 2009 |
| <i>Las jóvenes y el feminismo: ¿indiferencia o compromiso?</i> | 41 | Informação não disponível na publicação | Oralia Gómez Ramírez y Luz Verónica Reyes Cruz | Informação não disponível na publicação | 2010 |
| <i>De “El feminismo” a “Los feminismos”</i> | 41 | Informação não disponível na publicação | Lourdes V. Barrera, Cecilia Garibi, María Fernanda Guerrero y María Victoria Montoya | Informação não disponível na publicação | 2010 |
| <i>Feminismo y dinámica generacional</i> | 41 | Informação não disponível na publicação | Marina Cacace | Informação não disponível na publicação | 2010 |
| <i>Feminismo hoy</i> | 41 | Informação não disponível na publicação | Bethsabé Huaman Andía | Informação não disponível na publicação | 2010 |
| <i>Apuntes para un balance de la expresión del feminismo en la región y México</i> | 41 | Informação não disponível na publicação | Feministas socialistas | Informação não disponível na publicação | 2010 |
| <i>Qué significa el feminismo</i> | 44 | Informação não disponível na publicação | Vivian Gornick | Informação não disponível na publicação | 2011 |
| <i>Lo que el feminismo desató</i> | 44 | Informação não disponível na publicação | Marta Acevedo | Informação não disponível na publicação | 2011 |
| <i>Cuarenta años de feminismo</i> | 44 | Informação não disponível na publicação | Dulce María López Vega | Informação não disponível na publicação | 2011 |
| <i>Sobre Descolonizando el feminismo</i> | 44 | Informação não disponível na publicação | Dulce María López Vega | Informação não disponível na publicação | 2011 |
| <i>¿Debe el feminismo ser un análisis transmoderno o político?</i> | 45 | Informação não disponível na publicação | Ana María Martínez de la Escalera | Informação não disponível na publicação | 2012 |
| <i>Feminismo, peronismo. Escrituras, militancia y figuras arcaicas de la poscolonialidad en dos revistas argentinas</i> | 47 | Informação não disponível na publicação | Juan Besse y Catalina Trebisacce | Informação não disponível na publicação | 2013 |
| <i>Feminismo y bioética</i> | 49 | Informação não disponível na publicação | Susan Sherwin | Informação não disponível na publicação | 2014 |

| | | | | | |
|--|----|---|--------------------------|---|------|
| <i>El ecofeminismo y su expresión en la filosofía de Karen Warren. Una perspectiva ética</i> | 49 | Informação não disponível na publicação | Lizbeth Sagols | Informação não disponível na publicação | 2014 |
| <i>Feminismo y prostitución: la persistencia de una amarga disputa</i> | 51 | Informação não disponível na publicação | Marta Lamas | Informação não disponível na publicação | 2016 |
| <i>Publicidad y estereotipos femeninos: la prensa zacatecana (1917-1931)</i> | 52 | Informação não disponível na publicação | Emilia Recéndez Guerrero | Informação não disponível na publicação | 2016 |

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<http://www.elsevier.es/es-revista-debate-feminista-378>>. Acessado em janeiro/2017.

Encontramos ao todo 46 inserções do termo feminismo nos textos publicados pela revista. Mas, não verificamos nenhuma que trate da questão da educação no ensino superior ou mesmo ciência, sendo ainda uma lacuna por preencher, em possíveis futuros trabalhos.

Na revista “*Debate Feminista*”, identificamos 13 artigos que contêm em seus títulos a expressão gênero. Sendo estes produzidos por 12 mulheres e três homens.

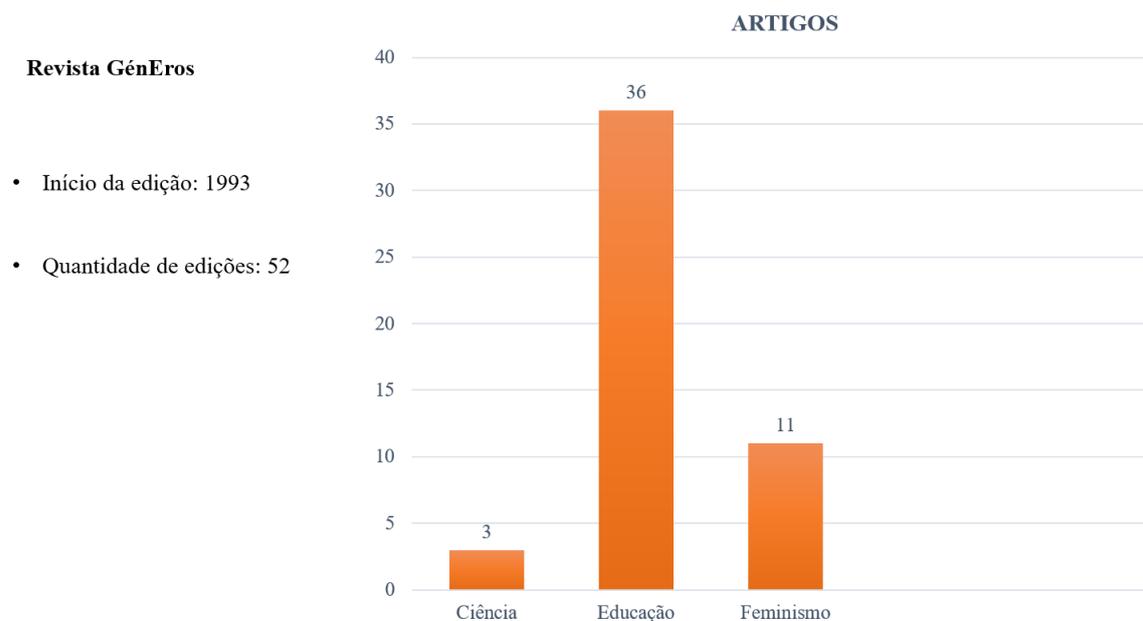
- **Revista *GénEros***

A revista “*GénEros*” é uma publicação semestral da *Universidad de Colina*, editada desde 1993 e contando com 52 edições, o que demonstra uma grande produção e interesse na divulgação das questões pertinentes aos estudos sobre feminismo e gênero.

A interdisciplinaridade é uma característica fecunda nos estudos feministas e de gênero. A revista está sempre no plural. Aspecto que já é salientado como referencial em seu primeiro editorial.

Pero como ni pensamos solas ni estamos en un mundo unisex. GénEros recuerda su nombre e invoca al dios de la vida: Eros. El que da y potencia lo vital. A la deidad de la luz y la creación. Y convoca los atributos de ese mundo de pluralidad, lucidez y placer para reunir en unas hojas de papel lo que compartimos las mujeres con ese dios: la vida (EDITORIAL, nº 1, vol. 1, 1990, p. 2).

A revista procura problematizar temas mediante a publicação de artigos científicos inéditos de teóricas/os nacionais e estrangeiros e potencializar essas inquietações, promovendo uma maior discussão da sociedade na qual está inserida.

Gráfico 10. Revista GénEros e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados.

Fonte: Gráfico elaborado a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<http://bvirtual.ucol.mx/consultaxcategoria.php?seccion=5&categoria=1>>. Acessado em janeiro/2017.

Tabela 15. GénEros. Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa.

| TÍTULO (ARTIGO) | EDIÇÃO ¹⁴⁹ | PALAVRAS-CHAVE | AUTORIA | VÍNCULO | ANO |
|---|-----------------------|---|--------------------------------|---|------|
| <i>La mujer en la educación superior: el caso de la Universidad de Colima</i> | v. 1, nº 1 | Informação não disponível na publicação | Sara Lourdes Cruz Iturribarría | Informação não disponível na publicação | 1993 |
| <i>De la domesticación a la educación de las mexicanas</i> | v. 4, nº 4 | Informação não disponível na publicação | Liliana Esparza | Informação não disponível na publicação | 1994 |
| <i>Educación femenina a través del tiempo</i> | v. 5, nº 5 | Informação não disponível na publicação | Sara Griselda Martínez | Informação não disponível na publicação | 1995 |
| <i>¿Existe un estilo femenino en ciencia?</i> | v. 6, nº 6 | Informação não disponível na publicação | Esperanza García | Informação não disponível | 1995 |

¹⁴⁹ A revista não possui a referência por volumes e sim por número, portanto a ausência do volume na coluna edição.

| | | | | | |
|--|--------------|---|--|---|------|
| | | | | na publicação | |
| <i>Lo público y lo privado en la educación femenina del occidente mexicano</i> | v. 11, nº 11 | Informação não disponível na publicação | Florentina Preciado Cortés | Informação não disponível na publicação | 1997 |
| <i>Educación de la mujer: Rousseau vs Feminismo.</i> | v. 15, nº 15 | Informação não disponível na publicação | Alejandra Arriaga Cárdenas | Informação não disponível na publicação | 1998 |
| <i>La feminización de la educación: La palabra, el sentido y la autoridad de las mujeres</i> | v. 15, nº 15 | Informação não disponível na publicação | Nuria Pérez de Lara Farré | Informação não disponível na publicação | 1998 |
| <i>La educación desde un enfoque de género</i> | v. 15, nº 15 | Informação não disponível na publicação | Sara Lourdes Cruz Iturrigarria | Informação não disponível na publicação | 1998 |
| <i>Educación de la mujer: Rousseau vs Feminismo.</i> | v. 15, nº 15 | Informação não disponível na publicação | Alejandra Arriaga Cárdenas | Informação não disponível na publicação | 1998 |
| <i>Educación y salud de la mujer: reflexiones desde una perspectiva de género</i> | v. 18, nº 18 | Informação não disponível na publicação | Lourdes Campero-Cuenca | Informação não disponível na publicação | 1999 |
| <i>Género y currículum en educación básica</i> | v. 19, nº 19 | Informação não disponível na publicação | Alicia Rivera / María del Pilar Míguez / Leticia Morales / Rosa María Gonzalez | Informação não disponível na publicação | 1999 |
| <i>El feminismo estadounidense y las dos mujeres al frente de la casa latinoamericana</i> | v. 19, nº 19 | Informação não disponível na publicação | Lilia Granillo Vázquez | Informação não disponível na publicação | 1999 |
| <i>Filosofía, política, género y naturaleza: la oportunidad del ecofeminismo y otros cuentos</i> | v. 19, nº 19 | Informação não disponível na publicação | Verónica Vázquez García | Informação não disponível na publicação | 1999 |
| <i>Mujeres y políticas públicas en educación</i> | v. 20, nº 20 | Informação não disponível na publicação | Elena Jeannetti Dávila | Informação não disponível na publicação | 2000 |
| <i>Mujer y educación en Colima</i> | v. 20, nº 20 | Informação não disponível na publicação | Clementina Nava Pérez | Informação não disponível | 2000 |

| | | | | | |
|---|--------------|---|--|---|------|
| | | | | na publicação | |
| <i>Mujeres y educación en Colima. Una reflexión histórica</i> | v. 20, nº 20 | Informação não disponível na publicação | Hector Porfirio Ochoa Rodríguez | Informação não disponível na publicação | 2000 |
| <i>Elementos para el análisis de la educación de las mujeres</i> | v. 20, nº 20 | Informação não disponível na publicação | Sara Lourdes Cruz | Informação não disponível na publicação | 2000 |
| <i>La legislación y la educación en derechos humanos de las mujeres desde un enfoque de género</i> | v. 22, nº 22 | Informação não disponível na publicação | Olga Bustos Romero | Informação não disponível na publicação | 2000 |
| <i>Una propuesta para la educación en igualdad</i> | v. 22, nº 22 | Informação não disponível na publicação | Fanny Tania Añaños Bedriñana | Informação não disponível na publicação | 2000 |
| <i>El feminismo de la diferencia: a partir de sí</i> | v. 22, nº 22 | Informação não disponível na publicação | María-Milagros Rivera Garreta | Informação não disponível na publicação | 2000 |
| <i>La educación no formal: una estrategia para la construcción de actores sociales.</i> | v. 25, nº 25 | Informação não disponível na publicação | Luz Alejandra Cárdenas / Elena Susana Pont | Informação não disponível na publicação | 2001 |
| <i>Diferencias genéricas en las actitudes ante la ciencia en adolescentes mexicanos</i> | v. 26, nº 26 | Informação não disponível na publicação | Rosa María Gonzalez | Informação não disponível na publicação | 2002 |
| <i>Feminismo en el Magreb</i> | v. 26, nº 26 | Informação não disponível na publicação | Poder Arroyo Medina | Informação não disponível na publicação | 2002 |
| <i>Pobreza en educación: la marginalidad de las mujeres</i> | v. 28, nº 28 | Informação não disponível na publicação | Gabriela Delgado Ballesteros | Informação não disponível na publicação | 2002 |
| <i>Educación física y roles de género - Martínez Covarrubias, Sara G.</i> | v. 28, nº 28 | Informação não disponível na publicação | Norma Lilia Chávez Figueroa / Jarla Janeth Castellón Bravo | Informação não disponível na publicação | 2002 |
| <i>Sabiduría e igualdad de oportunidades: la aportación del feminismo a los programas de mentoras</i> | v. 28, nº 28 | Informação não disponível na publicação | Lilia Granillo Vázquez | Informação não disponível | 2002 |

| | | | | | |
|--|--------------|---|---|---|------|
| | | | | na publicação | |
| <i>El sentido libre de la diferencia sexual en la educación</i> | v. 29, nº 29 | Informação não disponível na publicação | Anna María Piussi | Informação não disponível na publicação | 2003 |
| <i>La educación técnica de la mujer en México.</i> | v. 29, nº 29 | Informação não disponível na publicação | María de Los Angeles Rodríguez Alvarez | Informação não disponível na publicação | 2003 |
| <i>El feminismo como manifestación de la sociedad contemporánea</i> | v. 29, nº 29 | Informação não disponível na publicação | Carmen María del García Aguilar | Informação não disponível na publicação | 2003 |
| <i>Educación y género: la ética del placer</i> | v. 31, nº 31 | Informação não disponível na publicação | Graciela Hierro | Informação não disponível na publicação | 2003 |
| <i>La participación de la mujer en la educación superior en México</i> | v. 31, nº 31 | Informação não disponível na publicação | Jorge Luis Ibarra Mendivil | Informação não disponível na publicação | 2003 |
| <i>Aportes de la teoría del género al estudio del sistema educativo: mujeres y educación en la Argentina</i> | v. 31, nº 31 | Informação não disponível na publicação | Hilda Beatriz Garrido | Informação não disponível na publicação | 2003 |
| <i>La educación física en los manuales y textos escolares (1880-1930): análisis de las categorías de género, espacio-tiempo y nacionalidad</i> | v. 31, nº 31 | Informação não disponível na publicação | Eduardo Gosende / Laura Manolakis / Pablo Scharagrodsky | Informação não disponível na publicação | 2003 |
| <i>Con Dios y sin toga. La educación de mujeres en las academias liberales porfirianas</i> | v. 32, nº 32 | Informação não disponível na publicação | Oresta López | Informação não disponível na publicação | 2004 |
| <i>La participación de las mujeres en la educación superior: transformaciones en la década 1995-2005</i> | v. 35, nº 35 | Informação não disponível na publicação | Florentina Preciado Cortés | Informação não disponível na publicação | 2005 |
| <i>La incorporación de la mujer morelense a la educación (1930-1990)</i> | v. 35, nº 35 | Informação não disponível na publicação | Luz Marina Ibarra Uribe / Ana Esther Escalante Ferrer | Informação não disponível na publicação | 2005 |
| <i>El Síndrome de Bournout en mujeres docentes de educación básica en el municipio de Autlán de Navarro, Jalisco.</i> | v. 36, nº 36 | Informação não disponível na publicação | Mónica Araceli Reyes Rodríguez / Araceli | Informação não disponível na publicação | 2007 |

| | | | | | |
|--|--------------|--|--|---|------|
| | | | Ramírez Meda / Luis Efraín - Pérez / Fausto Gutiérrez Lugo / María Elizabeth Kuri Cano | | |
| <i>Educación, género y feminismo en los lugares de la memoria</i> | v. 39, nº 3 | Informação não disponível na publicação | Luz Maceira Ochoa | Informação não disponível na publicação | 2008 |
| <i>Educación, comunicación y canción infantil</i> | v. 40, nº 4 | Informação não disponível na publicação | Anna M. Fernández Poncela | Informação não disponível na publicação | 2009 |
| <i>Reflexiones para una mesa de diálogo que apenas empieza: feminismos y estudios de género de los hombres en México</i> | v. 42, nº 6 | Informação não disponível na publicação | Guillermo Núñez Noriega | Informação não disponível na publicação | 2010 |
| <i>Hacia la equidad de género en las instituciones de educación superior</i> | v. 47, nº 11 | Informação não disponível na publicação | Nora Patricia Ríos de la Mora | Informação não disponível na publicação | 2012 |
| <i>Perspectiva de género en instituciones de educación superior en la región su-sureste de México</i> | v. 47, nº 11 | Informação não disponível na publicação | Gina Villagómez Valdés / María Consuelo Sánchez González | Informação não disponível na publicação | 2012 |
| <i>¿Cómo entendemos la violencia de género en las instituciones de educación superior? Marco conceptual</i> | v. 47, nº 11 | Violencia, género, homofobia, educación superior | Rosa María Gonzalez Jiménez | Informação não disponível na publicação | 2012 |
| <i>Los inicios del feminismo mexicano: La cuestión de la mujer en Horacio Barreda y Hermilia Galindo</i> | v. 48, nº 12 | Informação não disponível na publicação | Neri Aidee Escorcía Ramírez | Informação não disponível na publicação | 2013 |
| <i>Evolución del perfil de género de la matrícula en educación superior en México 1990-2010. Un estudio de caso: género y rendimiento de los aspirantes a ingeniería y ciencias en la Universidad de Guadalajara</i> | v. 52, nº 16 | Informação não disponível na publicação | Martha Elena Aguiar Barrera / Humberto Gutiérrez Pulido | Informação não disponível na publicação | 2015 |
| <i>Evolución del perfil de género de la matrícula en educación superior en México 1990-2010. Un estudio de caso: género y rendimiento de los</i> | v. 52, nº 16 | Informação não disponível na publicação | Martha Elena Aguiar Barrera / Humberto Gutiérrez Pulido | Informação não disponível na publicação | 2015 |

| | | | | | |
|---|--------------|--|-----------------------|---|------|
| <i>aspirantes a ingeniería y ciencias en la Universidad de Guadalajara</i> | | | | | |
| <i>El feminismo académico y sus aportes a la educación superior en México</i> | v. 52, nº 16 | | Elsa Guevara Ruiseñor | Informação não disponível na publicação | 2015 |

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<http://bvirtual.ucol.mx/consultaxcategoria.php?seccion=5&categoria=1>>. Acessado em janeiro/2017.

O artigo de Sara Lourdes Cruz Iturribarría “*La mujer en la educación superior: el caso de la Universidad de Colima*” (nº 1, vol. 1, de 1993) verifica, mediante o número de matrículas, o quantitativo feminino e masculino, procurando traçar esse panorama. Essas discussões semelhantes perpassam as publicações de Jorge Luis Ibarra Mendivil “*La participación de la mujer en la educación superior en México*”, nº 31, vol. 11, de 2003, de Florentina Preciado Cortés “*La participación de las mujeres en la educación superior: transformaciones en la década 1995-2005*”, nº 35, de 2005 e sobre a equidade de gênero, como no artigo de Nora Patricia Ríos de la Mora “*Hacia la equidad de género en las instituciones de educación superior*”, vol. 11 de 2012, entre outros.

Mas, apesar dessa singularidade observada na revista, que é de conter um maior número de textos voltados ao tema da educação, envolvendo as questões de gênero, como verificamos em seus arquivos, não encontramos publicações que se aproximem dos questionamentos formulados em nossa pesquisa.

Na revista “*GénEros*” foram identificados 150 trabalhos que contêm em seus títulos a expressão gênero, estes, por sua vez, foram produzidos por 135 mulheres e 23 homens.

4.5. Publicações da Venezuela

Os estudos sobre feminismo e de gênero na Venezuela têm, na década de 1980, um forte impulso graças à criação, por parte de feministas acadêmicas, de cátedras que procuram investigar temáticas problematizadas pelas mesmas. Carosio (2009c, p. 8-9) destaca a criação de quatro delas, as Universidades *Central da Venezuela* e de *Zulia*, respectivamente 1983 e 1984 e nas Universidades de *Los Andes*, *Núcleo Trujillo*, e da *Área de Estudios de la Mujer Instituto de Investigaciones Literarias*, ambas em 1989.

La producción de los saberes feministas en Latinoamérica nació de la experiencia cotidiana de visibilizar una sujeta que no era reconocida como tal, frente a las propias mujeres y frente a la sociedad. La producción de saberes del feminismo se hizo al nombrar lo que hasta ese momento no tenía nombre, produciendo discursos propios, evidenciando la distancia entre teoría y práctica. Así, al nombrar lo privado en clave política era posible convertir lo personal en un proyecto colectivo (CAROSIO, 2009b, p. 19).

Esse coletivismo buscou se materializar na década de 1990 com a ampliação dos estudos sobre mulher dentro destas universidades, com seus centros de pesquisas e estudos avançados, especializações, porém, é salutar compreender que esses avanços ainda são discretos a julgar pela enorme carência. As duas publicações destacadas da Venezuela, a “*Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*” e a revista “*Otras Miradas*”, são frutos desse processo de reconhecimento, pelo menos parcial, empreendido pela academia.

Na América Latina, a luta feminista não é algo incomum, ela fora constante, pois podemos identificar a resistência feminina durante o processo de colonização, Ibérico em sua maioria, em diversos momentos. Assim como, na contemporaneidade, encontramos entraves, cada vez mais sofisticados, que têm como meta impedir esse avanço das conquistas empreendidas por diversos grupos feministas. O feminismo latino-americano é fruto desse embate, não desconexo de sua própria realidade, o que faz com que se torne, cada vez mais, uma necessidade, objetivando-se sua ampliação e conhecimento. As problemáticas que o movimento feminista atravessa são reflexões de Carosio (2009b), como nos diz em:

En nuestra Latinoamérica del Siglo XXI, afrontamos una encrucijada entretejida o bifurcada entre feminismos integrados y feminismos de ruptura, entre feminismos ideológicamente globalizados y feminismos policéntricos y localizados en nuestra latinoamericanidad, entre feminismos de la igualdad y feminismos de la diferencia, entre feminismos universalistas y feminismos alternativos (con reconocimiento de etnia y clase), que plantea las siguientes preguntas, donde estamos convencidas de que la lucha en contra de la subordinación de género debe ser planteada en formas específicas y diferenciales latinoamericanas: ¿Qué tipo de poder buscamos? ¿Qué tipo de relaciones políticas promovemos? ¿Qué tipo de sociedades emancipadas queremos? ¿Cómo se articula el feminismo con las emancipaciones y las democracias? ¿Cómo se articula con las revoluciones y las transformaciones sociales que se están dando en el siglo XXI en Latinoamérica? ¿Cuáles son los aportes del Feminismo a la globalización alternativa de cara al siglo XXI? ¿Qué tareas pendientes tiene el Feminismo Latinoamericano después de los logros conseguidos? ¿Cuáles son los que reconocemos como logros? ¿Cuáles son las diversidades que reconoce y refleja el Feminismo Latinoamericano? ¿Cuál es la relación entre el Feminismo y el Socialismo como proyectos ético-políticos en el Siglo XXI en Latinoamérica? (CAROSIO, 2009b, p. 21-22).

A Venezuela é um desses centros de resistência e atuação que o feminismo possui. Neste país, diversos trabalhos e análises apontam suas potencialidades e limitações na tentativa de

procurar suprir essas necessidades e fazer com que haja maneiras mais eficazes de divulgar suas concepções em busca de equidade e justiça social.

- ***Revista Venezolana de Estudios de la Mujer***

A “*Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*” é uma publicação intensa de periodicidade semestral, fundada em 1995 e totalmente disponível em sua versão online. Está vinculada ao *Centro de Estudios de la Mujer* da *Universidad Central de Venezuela*.

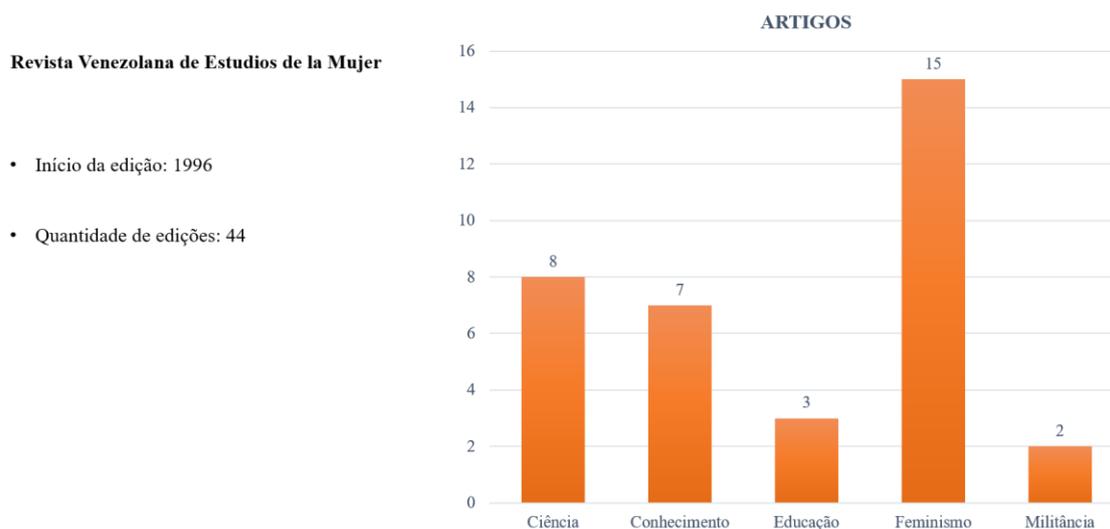
Dividido em várias sessões, investigações, artigos, ensaios, resenhas e relatos de experiência, este periódico conta, em sua maioria, com textos inéditos de pesquisadoras/es locais ou estrangeiras/os. A revista procura servir como um veículo de debate para o campo do feminismo, em suas mais amplas concepções, não somente para o país e sim para a América Latina. Até 2016, foram 47 números editados e publicados, mas, a partir do volume 9, número 22, de 2004, as edições encontram-se disponíveis para pesquisa virtual. São poucas as suas indexações, dificultando o acesso a sua própria página. Tornando, assim, os buscadores, aos quais está ligada, uma necessidade.

A revista possui como diretora e editora a feminista Alba Carosio, assim como já contou com a direção de Magdalena Valdivieso, duas pensadoras de peso quando se fala em feminismo latino-americano e pensamento feminino de esquerda.

O seu volume 13, número 31 de 2008 é dedicado às análises sobre Gênero e educação. O volume 14, número 33, de 2009, é exclusivo para tratar sobre o feminismo latino-americano. Assim como o volume 31, número 46, de 2016, dedica-se às Ideias e práticas feministas latino-americanas e o tema mulheres e ciência é debatido nos volumes 16, números 36 e 37, de 2011. Retoma o tema educação em *As Mulheres e as meninas na educação*, no volume 20, número 45, de 2015.

A revista conta com textos tanto em espanhol como em inglês, procurando atingir, assim, um maior número de interessadas/os em seus temas e trabalhos.

Gráfico 11. Revista Venezolana de Estudios de la Mujer e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados.



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_vem/issue/archive>. Acessado em janeiro/2017.

Tabela 16. Revista Venezolana de Estudios de la Mujer. Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa.

| TÍTULO (ARTIGO) | EDIÇÃO | PALAVRAS-CHAVE | AUTORIA | VÍNCULO | ANO |
|---|------------|--|------------------------------|------------------------------|------|
| <i>Lo femenino en el arte: una forma de conocimiento</i> | v.11 n.27 | Informação não disponível na publicação | Carmen Hernández | <i>Fundación Celarg</i> | 2006 |
| <i>Epistemología feminista: la subversión semiótica de las mujeres en la ciencia</i> | v. 12 n.28 | <i>Género y ciencia, epistemología feminista, feminismo, postmodernismo, postcolonialismo</i> | Diana Maffia | <i>UBA</i> | 2007 |
| <i>Criticas desde el feminismo y el genero a los patrones de conocimiento dominantes.</i> | v.12 n.28 | <i>Teoría feminista, patrones de conocimiento dominantes</i> | M. Magdalena Valdivieso Ide. | <i>UCV</i> | 2007 |
| <i>Las mujeres y la educación en América Latina: Una aproximación a los dilemas y desafíos.</i> | v.12 n.28 | Informação não disponível na publicação | Urania A. Ungo M. | <i>Universidad de Panamá</i> | 2007 |
| <i>Feminismo Latinoamericano.</i> | v.12 n.28 | <i>Feminismo latinoamericano, feminismo de la diferencia, feminismo indígena, feminismo lésbico.</i> | Francesca Gargallo | <i>UNAM</i> | 2007 |

| | | | | | |
|---|-------------|---|---------------------------------------|--|------|
| <i>Críticas desde el feminismo y el género a los patrones de conocimiento dominantes.</i> | v.12 n.28 | <i>Teoría feminista, patrones de conocimiento dominantes</i> | Magdalena Valdivieso Ide. | CEM - UCV | 2007 |
| <i>Feminismo en el socialismo del siglo XXI</i> | v.12 n.28 | Informação não disponível na publicação | Alba Carosio | CEM - UCV | 2007 |
| <i>El feminismo y la educación en y para nuestra América.</i> | v.13 n.31 | <i>Educación, prácticas sociales, exclusión, currículos ocultos, currículos abiertos.</i> | Francesca Gargallo | Informação não disponível na publicação | 2008 |
| <i>La educación de las mujeres en Venezuela 1870-1940 o reconstruir la historia de Venezuela incluyendo a las mujeres</i> | v.13 n.31 | <i>Escuela, educación, equidad, derechos, contenidos escolares.</i> | Emma D. Martínez V. | UCV | 2008 |
| <i>Género y educación para la paz: tejiendo utopías posibles.</i> | v.13 n.31 | <i>Género, educación, perspectiva de género, educación para la paz, empoderamiento.</i> | A. Jeanette Bastidas Hernández-Raydán | Universidad Centroccidental Lisandro Alvarado UCLA - Barquisimeto, Venezuela / Universidad de Granada UGR - Granada, España. | 2008 |
| <i>El feminismo y la educación en y para nuestra América.</i> | v.13 n.31 | <i>Educación, prácticas sociales, exclusión, currículos ocultos, currículos abiertos.</i> | Francesca Gargallo | UNAM | 2008 |
| <i>El feminismo latinoamericano y su proyecto ético-político en el siglo XXI</i> | v. 14 n. 33 | Informação não disponível na publicação | Alba Carosio | CEM - UCV | 2009 |
| <i>El feminismo y su instrumentalización como fenómeno de mestizaje en nuestra América</i> | v. 14 n. 33 | <i>Mestizaje, emancipación, poder.</i> | Francesca Gargallo | Universidad Autónoma de la Ciudad de México | 2009 |
| <i>Feminismo y socialismo. Aportes teórico-prácticos en Venezuela (1999-2009)</i> | v. 14 n. 33 | <i>Feminismo, socialismo, género, Venezuela.</i> | María Elena Alva; Nora Castañeda | Informação não disponível na publicação | 2009 |
| <i>A la búsqueda de un nuevo encuentro entre feminismo y socialismo con amplitud, pero también con estrategia</i> | v. 14 n. 33 | <i>Crisis, debate, socialismo.</i> | Andrea D'Atri | Informação não disponível na publicação | 2009 |

| | | | | | |
|--|-------------|---|---|---|------|
| <i>Feminismos en la América Latina globalizada/localizada. Nuevas democracias, nuevas izquierdas, en deuda con la equidad de género. ¿Un espacio amigable para una utopía posible?</i> | v. 14 n. 33 | <i>Feminismos, identidad, integración.</i> | Carmen Colazo | Informação não disponível na publicação | 2009 |
| <i>Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos Latinoamericanos: Complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional</i> | v. 14 n. 33 | <i>Feminismo transnacional, feminismo latinoamericano, etnocentrismo, estudios de género</i> | Yuderkys Espinosa Miñoso | Informação não disponível na publicação | 2009 |
| <i>Mujeres en educación y trabajo en Venezuela: Un largo recorrido que no termina</i> | v.14 n.34 | <i>Mujeres, educación, trabajo, derechos sociales, civiles y políticos.</i> | Emma D. Martínez Vásquez | Informação não disponível na publicação | 2010 |
| <i>Feminismo académico y militante</i> | v.15 n.34 | Informação não disponível na publicação | Virginia Ávila García | Informação não disponível na publicação | 2010 |
| <i>El dispositivo sexo/ciencia</i> | v.16 n.36 | <i>Epistemología, ciencia y feminismo</i> | Lourdes C. Pacheco Ladrón de Guevara / Laura I. Cayeros López / María del Refugio Navarro Hernández | <i>Universidad Autónoma de Nayarit.</i> | 2011 |
| <i>La ciencia y la voz feminista y latinoamericana de una científica: Sara Rietti</i> | v.16 n.36 | <i>Ciencia, tecnología, feminismo, democratización, Latinoamérica</i> | G. Iraima Mogollón M. | UCV | 2011 |
| <i>Las mujeres y la ciencia médica: una mirada retrospectiva a los estudios médicos de pregrado en la Universidad central de Venezuela</i> | v.16 n.36 | <i>Mujeres, médicas, medicina, género</i> | Elisa Alejandra Valdivieso Ide | Informação não disponível na publicação | 2011 |
| <i>¿La ciencia en Venezuela con rostro masculino? De cómo los y las jóvenes del 23 de enero se imaginan a quienes hacen ciencia</i> | v.16 n.36 | <i>Percepción pública de la ciencia, masculinización del conocimiento, representaciones sociales.</i> | Yosjuan Piña Narváez | Informação não disponível na publicação | 2011 |
| <i>Historia, género e ciência: mulheres engenheiras no sul do Brasil</i> | v.16 n.37 | <i>Ingenieras, Sur de Brasil, Género</i> | Luciana Rosar Fornazaari Klanovicz | Informação não disponível na publicação | 2011 |

| | | | | | |
|--|------------|--|--|--|------|
| <i>Interpretando el conocimiento acerca de las anomalías congénitas y los factores de riesgo en mujeres migrantes hacia la gran caracas-Venezuela</i> | v.16 n.36 | <i>Migraciones, Prevención, Anomalías Congénitas.</i> | Adelaida Struck;, Mony Vidal-Aguilera, Betty Méndez,; Ángel Reyes, | UCV | 2011 |
| <i>Expediciones en la cotidianidad, diálogos feministas entre el saber ancestral y el conocimiento científico</i> | v.16 n.36 | <i>diálogo de saberes, pedagogía de la cotidianidad, crítica feminista de la ciencia y la tecnología</i> | Tania Pérez-Bustos | Universidad Javeriana | 2011 |
| <i>“Mujeres, ciencia y profesionalización en México: entre dos modernidades 1890-1910/1990-2010”</i> | v.17 n.38 | <i>Mujeres, Ciencia, México, Modernidad</i> | María Ileana García Gossio | Informação não disponível na publicação | 2012 |
| <i>Planificación, educación y mujeres: miradas alternativas ¿cómo leen los/as hacedores/as de las políticas sociales las experiencias de las mujeres?</i> | v.17 n.38 | <i>procesos organizacionales, mujeres, educación, programas sociales.</i> | Claudia Anzorena | Informação não disponível na publicação | 2012 |
| <i>El saber popular femenino interactúa con la ciencia y la técnica. Experiencias de apropiación social del conocimiento</i> | v.16 n.37 | <i>Apropiación social del conocimiento, diálogo de saberes, saberes populares, saberes científico-técnicos, género, Venezuela</i> | Ana Castellanos | Informação não disponível na publicação | 2013 |
| <i>El diploma de perfeccionamiento profesional en género y estrategias de animación sociocultural, un espacio para el estudio de la equidad de género y la educación para la paz</i> | v.18 n.40 | <i>Perspectivas de género, animación sociocultural, pedagogía participativa y educación para la paz</i> | Isabel Zerpa Albornoz | UCV | 2013 |
| <i>Representaciones disidentes de las sexualidades. Pospornografía y feminismo pro-sexo.</i> | v. 18 n.41 | <i>Resignificación, reapropiación, feminismo pro-sexo, pospornografía</i> | Indhira Libertad Rodríguez Mendoza | UCV | 2013 |
| <i>Inscripciones feministas. Notas críticas sobre la (re) producción del conocimiento</i> | V. 20 n.45 | <i>Feminismo latinoamericano, producción y reproducción del conocimiento, feminismo crítico, perspectivas femeninas en la academia</i> | Natalia Fischetti / Mariana Alvarado | INCIHUSA CCT- CONICET Mendoza / CONICET, INCIHUSA CONICET. Universidad Nacional de Cuyo. | 2015 |

| | | | | | |
|---|-------------|---|---|--|------|
| <i>Educación decimonónica de resistencias en profesoras</i> | v.20 n.45 | <i>Educación decimonónica, resistencias, profesoras, feminismos.</i> | Luis Enrique Meléndez-Ferrer | <i>Universidad de Zulia</i> | 2015 |
| <i>Mujer, cultura y educación en el primer libro venezolano de literatura, ciencias y bellas artes de 1895</i> | v.20 n.45 | <i>Primer Libro venezolano de Literatura, Ciencias y Bellas Artes, sociedades de mujeres, espacios educativos de resistencias, memoria educativa.</i> | Alexandra Mulino | <i>UCV</i> | 2015 |
| <i>La música y la educación femenina en la Venezuela del siglo XIX</i> | v.20 n.45 | <i>Mujer, siglo XIX, educación femenina, enseñanza de la música, género.</i> | Mariantonia Palacios | <i>UCV</i> | 2015 |
| <i>Educación, trabajo y oficios de las mujeres (en los siglos XVIII, XIX y primera mitad del XX)</i> | v.20 n.45 | <i>Roles de género, división sexual del trabajo, historia de las mujeres y trabajo femenino.</i> | Ana Mary Risso Ramos | <i>Instituto Metropolitano de la Mujer</i> | 2015 |
| <i>“Parteras de nuevos feminismos. Socorristas en Red - feministas que abortamos: una forma de activismo corporizado y sororo”</i> | v. 20 n. 44 | <i>Aborto, misoprostol, sororidad, agencia-miento político.</i> | Florencia Maffeo / Natalia Santarelli / Paula Satta / Ruth Zurbriggen | Informação não disponível na publicação | 2015 |
| <i>Conocimiento, balance y acciones en salud sexual y reproductiva en un grupo de estudiantes de la Universidad Central de Venezuela.</i> | v.21 n.46 | <i>Salud Reproductiva, Conocimiento, Programas.</i> | Adelaida Struck | <i>UCV</i> | 2016 |
| <i>Consolidación de las ideas y prácticas feministas latinoamericanas: del feminismo de la igualdad al feminismo comunitario</i> | v.21 n.46 | <i>Feminismo latinoamericano, independencia, colonia, ideología, mujeres</i> | Francesca Gargallo Celentani | <i>UNAM</i> | 2016 |
| <i>Y la una no se mueve sin la otra: descolonialidad, antirracismo y feminismo. Una triaja inseparable para los procesos de cambio</i> | v.21 n.46 | <i>Feminismo latinoamericano, mujeres, América Latina, El Caribe</i> | Yuderkys Espinosa Miñoso | <i>UBA</i> | 2016 |

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_vem/issue/archive>. Acessado em janeiro/2017.

Evidencia-se, mediante a observação dos dados da tabela, que a revista procura ser um foco de discussão de uma variada gama de temas que envolvem o feminismo, sobretudo o feminismo latino-americano.

É, como já podemos notar, uma das poucas que conseguiu, ao longo de sua publicação, divulgar as cinco temáticas analisadas em nossa pesquisa. Assim como a que possui dossiês inteiramente dedicados a estas.

Em nossos cruzamentos de dados conseguimos detectar o artigo de Ana Castellanos (v. 16, nº 37, de 2013) *“El saber popular femenino interactúa con la ciencia y la técnica. Experiencias de apropiación social del conocimiento”*, procura, numa visão da realidade venezuelana, observar nas comunidades e/ou associações cooperativas as chamadas redes socialistas como têm se dado a apropriação do conhecimento e a interação do mesmo com os chamados saberes populares.

De autoria de Magdalena Valdivieso, o artigo *“Críticas desde el feminismo y el género a los patrones de conocimiento dominantes”*, de 2007 (v. 12, nº 28) versa sobre o conhecimento, feminista e sua epistemologia, bem como os cânones do mesmo. Numa revisão das teorias feministas, neste mais de um século de experiência de luta e reivindicação, mostra-nos como a lógica universal empreendida pelo conhecimento dominante subalterniza as mulheres e potencializa a invisibilidade de sua contribuição.

Francesca Gargallo participa com um texto intitulado *“El feminismo y la educación en y para nuestra América”*, v. 13, nº 31, de 2008, que procura analisar, sob a luz da teoria feminista, como se dá a educação formalizada e seus processos de aprendizados, baseados, segundo a autora, numa concepção marcadamente sexista. E de como se pode vir a quebrar estas estruturas, mediante a ampliação e divulgação das ideias de equidade trabalhadas pelo movimento feminista com a proposta de uma educação não-sexista.

Virginia Ávila trabalha com a ideia de feminismo acadêmico associando-o à militância, aproximando-se, assim, do tema de nossa investigação. Com o título *“Feminismo académico y militante”*, v. 15, nº 34, de 2010, a autora procura, através de relatos de experiências, em sua maioria em primeira pessoa, as formas de trabalho desempenhado por acadêmicas, advindas sobretudo do México, bem como a resistência ao universo acadêmico norte-americano.

E, por fim, um artigo que trata sobre a relação de aborto e condição feminina, relação de direitos humanos e promoção de política pública do país. *“Parteras de nuevos feminismos. Socorristas en Red - feministas que abortamos: una forma de activismo corporizado y sororo”* (v. 20, nº 44, de 2015), procura traçar a ideia de sororidade.

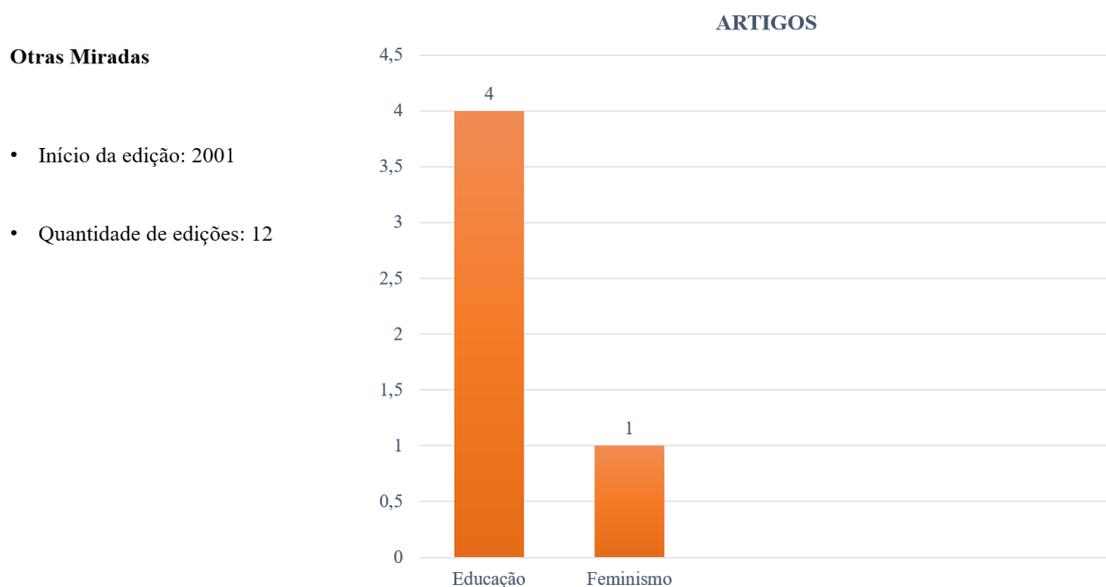
Foram identificados 62 trabalhos na revista que contém em seus títulos o termo gênero, destes 73 contribuições femininas e 11 masculinas.

- **Revista *Otras Miradas***

A *Revista Otras Miradas* é uma publicação acadêmica feminista, de veiculação semestral, ligada ao *Consejo de Desarrollo Científico, Humanístico y Tecnológico (CDCHT)* da *Universidad de Los Andes, Mérida*. Assim como as demais revistas pesquisadas, o periódico procura ser um fórum de pesquisa, divulgação, problematizações e debates de ideias feministas e de gênero baseados na articulação de saberes em procura de uma quebra do sexismo e do discurso androcêntrico.

Editada entre os anos de 2001-2007, contou ao total com 12 números, empreendendo, em suas análises, diversas temáticas. Destacamos os quatro artigos que tratam sobre educação e um, especificamente, sobre feminismo em nossas análises, assim como são também demonstrados no gráfico a seguir. Estando eles disponíveis para consulta na tabela anterior.

Gráfico 12. *Otras Miradas* e número de artigos que estão tratando dos temas selecionados.



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<http://www.saber.ula.ve/gigsex/otrasmiradas/>>. Acessado em janeiro/2017.

Tabela 17. Revista *Otras Miradas*. Lista com os títulos das publicações que tratam de temas relacionados a nossa pesquisa.

| TÍTULO (ARTIGO) | EDIÇÃO | PALAVRAS-CHAVE | AUTORIA | VÍNCULO | ANO |
|--|---------|--|--------------------------|--|------|
| <i>El saber de las mujeres en la educación</i> | v.3 n.1 | <i>Sexismo en la escuela, Saberes de las Mujeres, Autoridad vs. Poder.</i> | Nieves Blanco | <i>Universidad de Málaga, España</i> | 2004 |
| <i>Reordenamientos genéricos de la matrícula en la educación superior. El caso de México</i> | v.4 n.1 | <i>“Feminización” Educación Superior, Implicaciones sociales, familiares y económicas México</i> | Olga Bustos Romero | <i>Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).</i> | 2004 |
| <i>Género y educación en valores</i> | v.4 n.1 | <i>Educación, género, valores.</i> | Isabel Carrillo Flores | <i>Universitat de Vic.</i> | 2004 |
| <i>Educación, adolescencia y violencia de género: les amours finissent un jour.</i> | v.6 n.1 | <i>Curriculum, Masculinidades, Violencia de Género, Interculturalidad, Educación sentimental y Cultura de paz.</i> | Fernando Barragán Medero | <i>Universidad de La Laguna, Tenerife, España</i> | 2006 |
| <i>Cosmovisión maya y feminismo ¿camino que se unen?</i> | v.6 n.2 | <i>Mayanismo, feminismo, Guatemala</i> | Carmen Álvarez Medrano | | 2007 |

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados obtidos no seguinte endereço <<http://www.saber.ula.ve/gigesex/otrasmiradas/>>. Acessado em janeiro/2017.

Estes trabalhos destacam a necessidade de se conceber, com urgência, uma educação voltada à valorização dos saberes múltiplos com foco na educação feminina de caráter não-sexista, através do combate à violência, bem como ao uso dos saberes ancestrais, à introdução de novos valores sócio humanísticos, todos estes como maneira de evidenciar justiça e equidade social na América Latina.

Na revista “*Otras Miradas*”, foram identificados 19 trabalhos que contêm em seus títulos da expressão gênero, com a colaboração de 20 mulheres e dois homens.

Estes dados coletados, referentes à utilização do termo gênero, podendo ser utilizado nas línguas espanhola, inglesa e francesa, evidenciam a crescente demanda dos estudos e das análises de gênero nos estudos feministas, impactos e ainda possibilidades outras abertas por ambos os campos. Ainda demonstram o quanto a produção feminina é superior à participação masculina. Sendo importante a observação de que estas revistas pesquisadas são acadêmicas e feministas, demandando, *a priori*, a concepção de maior publicação difundida por mulheres.

Talvez derive também dessa concepção a ideia de que os homens pouco se interessam pelo feminismo ou mesmo não possam vir a ser considerados feministas. Esta última problemática já foi discutida em nosso texto. Compreendemos este meio de produção e difusão de conhecimento, notadamente expresso nos dados obtidos, como uma maneira de formante da militância feminista em prol de justiça e equidade social.

5. CONCLUSÃO

O direito ao saber, não somente à educação, mas à instrução, é certamente a mais antiga, a mais constante, a mais largamente compartilhada das reivindicações. Porque ele comanda tudo: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação, o prazer. Essa reivindicação se acompanha de um imenso esforço de apropriação: leitura, escrita, acesso à instrução. Com procedimentos um pouco diferentes (PERROT, 2008, p. 159).

O percurso de nossa pesquisa fora bastante árduo, tendo em vista a dificuldade em realizar o levantamento de publicações que se encontravam em formatos diversos, de acordo com normas e padrões particulares de cada país. Entretanto, esta dificuldade, que se mostrou inicial, foi transposta e procuramos nos deter nas análises dos dados obtidos mediante o uso do conhecimento teórico construído durante o período de vivência das investigações, notadamente oriundo das discussões do feminismo latino-americano associado com as perspectivas pós-coloniais. Estas, por sua vez, associadas às concepções de ciência e valorização de saberes diversos.

Em nosso texto, não pretendemos absolutizar ou hierarquizar epistemologias, tampouco metodologias. Apenas evidenciamos nosso ponto de vista e escolha teórica, no que se refere a construção de uma sociedade equânime, sob uma perspectiva feminista. Sendo assim, salientamos ainda que a teoria pós-colonial, de maneira geral, evita formulações e análises que concebiam o processo de dominação, esta exercida sob variadas maneiras, como uma via de mão única, ela se propõe ao diálogo, o respeito e a compreensão profunda, evitando assim uma superficialidade.

Procuramos apontar e analisar essas formas de resistências e maneiras de atuação que se inscrevem no cenário pesquisado. A crítica pós-colonial enfatiza, dentre outros elementos, conceitos como hibridismo (não ecletismo) e inovação epistemológica, que estão inseridos em espaços permeados por complexas relações de poder, sobre as quais, algumas foram discutidas em nosso texto, sobretudo ao que se refere ao hegemonismo colonizador, questionando-o, problematizando-o, teorizando-o e procurando criar uma prática de rompimento com o se concebia enquanto dado, naturalizado. Essa cristalização, concebida enquanto naturalizada, é um dos elementos de profunda crítica exercida pelas/os teóricas/os.

Retomando a questão inicial de nosso exercício de pesquisa que é: **Quais as principais interfaces feministas entre conhecimento científico e político na trajetória de pesquisadoras ativistas da América Latina?**

Chegamos, a partir da apreciação dos dados das publicações editadas pelos países pesquisados, as seguintes considerações apresentadas:

I. Em relação à militância feminista, a partir da pesquisa no meio acadêmico, dar-se mediante a publicação de textos que visam à discussão de temas gerais do feminismo e/ou gênero e a possibilitam, não derivando apenas de concepções ideológicas de cunho partidário e sim por meio de uma soma de esforços, à medida que a luta feminista perpassa diversas concepções. Destacamos a ideia de militância por considerar que a mesma pode ser exercida de variadas maneiras, e com finalidades bem definidas, dentre as quais destacamos a quebra de um modelo hegemônico e, conseqüentemente, excludente de ciência; a criação de uma sociedade baseada na justiça e equidade de direitos para mulheres e homens e o respeito à diversidade humana.

II. Derivado da consideração anterior, podemos perceber que a utilização de espaços socialmente reconhecidos como, por exemplo, a esfera acadêmica, que são legitimados socialmente, são ocupados por intelectuais engajadas no combate às discrepâncias sociais de cunho sexista. Criando, assim, discursos subversivos e empreendendo novos campos de investigação aos saberes até então não valorizados pela classe dominante. Assim sendo, certificam suas construções teóricas e evidenciam as problematizações, não de uma forma de reprodução de uma lógica academicista, e sim apreendendo e fazendo uso da linguagem hegemônica, a fim de desconstruí-la e reconstruí-la, objetivando múltiplos prismas.

Considerando o primeiro dos nossos objetos específicos, que é **identificar os principais periódicos científicos da América Latina sobre a questão de gênero e feminismo**, respondemos com a utilização dos seguintes dados sistematizados na tabela que segue.

Tabela 18. Publicações pesquisadas por país, departamentos e localização online.

| REVISTA | DEPARTAMENTO | ENDEREÇO ELETRÔNICO | PAÍS |
|---|---|---|-----------|
| <i>Revista Mora</i> | <i>Facultad de Ciencias y Letras, Universidad de Buenos Aires</i> | http://iege.institutos.filo.uba.ar/revista_mora.php | Argentina |
| <i>La Aljaba: revista de estudios de la mujer</i> | <i>Universidad Nacional de La Pampa</i> | http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/publicaciones/aljaba.htm | Argentina |
| Revista Estudos Feministas | Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC | https://periodicos.ufsc.br/index.php/revista | Brasil |
| Cadernos Pagu | Universidade Estadual de Campinas | http://www.pagu.unicamp.br/pt-br/numeros | Brasil |
| Revista Labrys | Publicação Independente | http://www.labrys.net.br/ | Brasil |
| <i>La Manzana de la Discordia</i> | <i>Universidad del Valle</i> | http://genero.univalle.edu.co/publicaciones.htm | Colômbia |
| <i>Chichamaya</i> | <i>Universidad del Atlántico</i> | http://www.uniatlantico.edu.co/uatlantico/publicaciones/revista-chichamaya | Colômbia |
| <i>Debate Feminista</i> | <i>Universidad Autónoma de México</i> | http://www.elsevier.es/es-revista-debate-feminista-378 | México |
| <i>GénEros</i> | <i>Universidad de Colima</i> | http://bvirtual.ucol.mx/consultaxcategoria.php?seccion=5&categoria=1 | México |
| <i>Revista Venezolana de Estudios de la Mujer</i> | <i>Universidad Central da Venezuela</i> | http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_vem/issue/archive | Venezuela |
| <i>Revista Otras Miradas</i> | <i>Universidad de los Andes (Mérida)</i> | http://www.saber.ula.ve/gigesex/otrasmiradas/ | Venezuela |

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados sítios eletrônicos das respectivas revistas acadêmicas. Acessado em abril/2017.

Ao segundo objetivo específico que é **mapear os temas gerais sobre feminismo trabalhados pelos periódicos da América Latina e Caribe** respondemos com o que fora apontado na coleta de dados, que são temas ligados, em sua maioria, muito mais ao cotidiano das relações interpessoais e em segundo lugar as questões relativas ao desenvolvimento teórico. Este, por sua vez, derivado, em grande medida, das discussões promovidas por intelectuais europeias ou norte-americanas, que muitas vezes, desconsideram categorias fundamentais do feminismo latino-americano ou mesmo não reconhecem as teorias desenvolvidas nessa esfera.

Temas como as relações entre a prática pedagógica envolvendo o esporte e o lazer para a emancipação de uma educação de qualidade; questões de práticas de libertação da opressão machista patriarcal mediante o uso de grupos de apoio, de compartilhamento de experiências, em diversos níveis, etc.; questões que perpassam sobre as discussões acerca do corpo e poder nas relações, estas por sua vez abordando dimensões sobre gravidez, escolher ou não ser mãe, além da questão que perpassa a gestação na adolescência, destacam-se ainda temas tais como: legalização do aborto, comércio da estética feminina, tornando-a produto, entre outros.

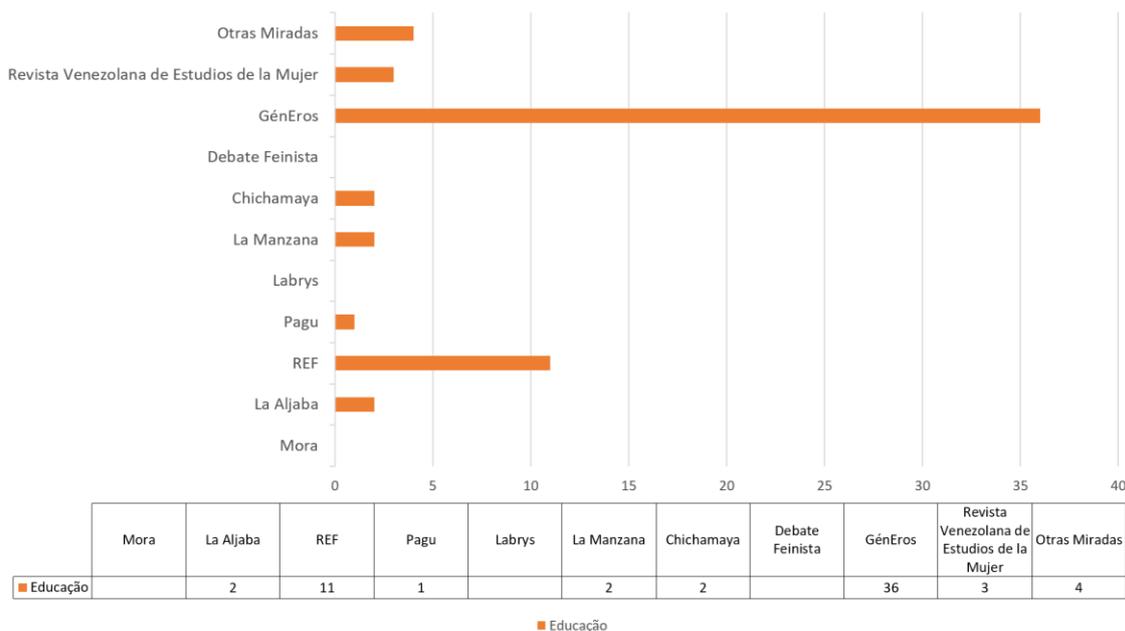
Outros temas trabalhados versam bastante sobre violência, feminicídio e busca de direitos e garantias fundamentais para a população em geral com foco nas mulheres, nas crianças e nos adolescentes, além da promoção da educação como base para a autonomia e saída de um contexto de agressão. Outra grande demanda é a discussão sobre a violência em âmbito doméstico que envolve diversas discussões que vão desde o papel social desempenhado pela família, com seus novos formatos familiares, passando pela dependência econômica, sobretudo, feminina, além da relação de escolarização e vitimização, debates sobre práticas de prevenção e combate ao fenômeno da violência, etc.

Uma observação no que diz respeito à essa correspondência de associação da criança e adolescente a categoria feminino, numa concepção cotidiana patriarcal é que há uma ideia de que cabe à mulher a educação das crianças, e, enquanto provedora dessa categoria, as mulheres estão vinculadas à proteção das mesmas, derivando daí a associação de mulher como geradora e protetora da família, promotora do bem social, mediante a educação e fomento da estrutura ‘adequada’ do lar, entre outros aspectos. Esse cenário é questionado por diversos textos nas publicações que foram pesquisadas.

Outras demandas expressas estão ligadas às relações de trabalho, seja no campo ou na esfera urbana. Porém, a temática campo é menos abordada pelas revistas acadêmicas, que discutem com mais regularidade questões ligadas à dupla jornada de trabalho das mulheres urbanas. Destacamos ainda trabalhos acerca do movimento LGBT. Além de questões relativas às práticas sexuais, tais como lesbianidade, liberdade sexual, poli amor, dentre outras. Sem desconsiderar os trabalhos que versam sobre os temas maternidade, amor romantizado, educação para libertação e combate à discriminação dentre outras.

E, por fim, em menor quantidade, os textos que discutem participação feminina nas esferas governamentais institucionais e/ou movimentos sociais e suas práticas de resistência. Todavia, evidenciamos que os textos desenvolvem uma discussão transversal que é uma premissa do movimento feminista desde seu surgimento, o pleno desenvolvimento da capacidade de cidadania por parte das mulheres e a construção de uma sociedade organizada em moldes de liberdade e conquistas coletivas.

Nosso terceiro objetivo específico que é **mapear nas publicações sobre feminismo e gênero da América Latina quais as que articulam a temática geral com educação**, optamos por respondê-lo separadamente, sistematizando um pouco melhor os dados adquiridos, apresentado durante nossa análise de dados.

Gráfico13. Comparação e identificação do termo educação em cada uma das publicações pesquisadas

Fonte: Gráfico elaborado a partir o cruzamrnto dos resultados obtidos nos sítios eletrônicos das respectivas revistas acadêmicas. Acessado em abril/2017.

Podemos concluir, a partir dos dados expressos no **gráfico 13**, que México e Brasil possuem a maior quantidade de artigos em revistas feministas que buscam traçar novos caminhos para a educação e de como ela, enquanto processo institucionalizado, pode servir como elemento de emancipação humana, de promoção da igualdade entre os seres vivos e de equilíbrio planetário, além da ideia de autoconhecimento ou autoestima. Mesmo assim, se comparados aos demais números abordados no **gráfico 1**, percebemos que a educação ainda não é o foco dessas revistas, sendo mais um caminho apontado por nós a ser pesquisado em futuras análises.

A seguir, demonstraremos algumas observações que surgiram ao longo do processo de coleta e sistematização de dados acerca das publicações pesquisadas e que não estão expressos enquanto objetivos específicos.

a) Todas as publicações pesquisadas possuem, enquanto traço geral, os estudos interdisciplinares notadamente derivados das ciências humanas e sociais, de onde ainda advém boa parte do arcabouço teórico-metodológico empreendido pelas análises publicadas. Isso

salienta o diálogo entre saberes, afirma a construção de novos caminhos e impõe, especialmente para educação, novos formatos de criação metodológicas que atendam à tamanha diversidade que a mesma aborda enquanto estrutura de saber;

b) Nem todas as publicações que foram pesquisadas conseguem financiamentos exclusivos dos centros de pesquisas ou departamentos das instituições onde estão localizadas, tendo que recorrer, muitas vezes, a organismos de fomento a pesquisas internacionais ou mesmo deixando de editar pelo custo financeiro que o mesmo exerce;

c) Não identificamos, apesar de existirem, indexadores que consigam reunir, em seus bancos de dados, todas as publicações acadêmicas da América Latina sobre feminismo e/ou gênero na esfera acadêmica, o que potencializa a dificuldade de pesquisar, fazendo com que o impulso externo à universidade seja diminuto;

d) Os periódicos possuem estruturação, diagramação, periodicidade, formato de publicação bastante diferentes entre si, o que, a nosso ver, acaba dificultando o acesso e sua consequente divulgação. Por outro lado, demonstra a busca de identidade, estética, que fuja aos padrões determinados pelo mundo eurocêntrico e a criação de uma nova forma de concepção de difusão de saberes;

e) Todas as publicações possuem uma diversidade gigante de temas que são abordados em muitas áreas das publicações. A problematização do tema é uma fonte de estudos cada vez mais comum, dada a ideia de inquietude que este provoca;

f) A fundamentação teórica, creditada às militantes acadêmicas, é demonstrada através da construção de seus textos, onde problematizam temas considerados inovadores assim como temáticas que já eram consideradas, em algumas realidades, superadas.

Estas considerações nos fazem perceber o quanto ainda existem espaços por pesquisar, caminhos outros repletos de possibilidades que exigem uma dedicação maior da academia e de suas/seus pesquisadoras/es. Percebemos alguns caminhos e apontaremos aqui. Para nós, há uma carência em relação aos estudos de publicações feministas e de gênero na América Latina e de como essas concepções são abordadas e quais impactos as mesmas trazem ao feminismo regional e de como este é vislumbrado fora do cenário latino-americano; além disso, carece-se de uma maior aproximação das discussões sobre feminismo desenvolvidas no Brasil e suas semelhanças ou diferenças em relação aos países circunvizinhos e, quando estendemos essa demanda ao universo caribenho, a dificuldade se torna ainda maior.

Ademais, podemos destacar que necessitamos de valorização e incentivo tanto financeiro quanto respaldo teórico que facilitem a plena efetivação e desenvolvimento associados a uma exclusividade voltada à pesquisa visando à ampliação e difusão sobre as discussões acerca do feminismo e de gênero na América Latina.

Nos chama atenção, mediante a coleta de dados, o deslocamento da presença feminina na produção do campo da ciência e o que se produz, como se relacionam com a temática investigada, etc. Entretanto, esse se destaca numa perspectiva que ultrapassa a condição de quantitatividade obtida. Pensar a presença feminina na produção científica da América Latina é problematizar a própria concepção de ciência, colocando a mesma muito mais ligada a experiência e afetação do que ao monismo concebido em torno desse conceito, com a pretensão de enclausurar, hierarquizar e segregar. Com isso, apontamos um meio de exercer a militância feminista, em grande medida, no espaço acadêmico.

A implementação de outros gestos metodológicos pode ser configurada na medida em que são descritas as narrativas experienciadas; nas interrogações dos sujeitos; pelos seus saberes e fazeres, estes laçam suspeitas e colocam em evidência relações de alteridade, construindo possibilidades de inserção em outras territorialidades da/na escrita acadêmica. É a introdução da subjetividade nesse campo. É uma mudança introduzida, de maneira veemente, pelo movimento feminista, sobretudo na concepção latino-americana. O fomento de uma escrita feminista é a mesmo tempo a veiculação de suas inquietações e contribuições, assim como a criação de narrativas outras, da pluralidade, do engajamento quer seja acadêmico ou fora dele.

Dessa maneira, nossa investigação busca contribuir para a emancipação da humanidade, tendo como ponto de partida a autoestima feminina, esta, por sua vez, no que se refere às dinâmicas de conhecimento que perpetuam este cenário, sobretudo, mediante a pesquisa sobre feminismo e gênero na América Latina, se espalhem para além do continente, procurando criar cenários de profunda libertação, autoconhecimento, respeito e fraternidade entre os povos.

Entendemos que são muitas as publicações que tratam sobre feminismo e gênero, vinculadas a diversos meios, dentre os quais: acadêmicos, através de seus programas de Pós-Graduação, de difusão de pesquisas, publicação regular de periódicos, etc; governamentais, não governamentais, destacando as publicações dos movimentos sociais e/ou órgãos independentes de pesquisa, testemunhando, assim, a multiplicidade de experiências que as feministas latino-americanas possuem, porém, desde já, apontamos que nenhuma delas trata exclusivamente sobre a temática de educação e feminismo.

Por conseguinte, não afirmamos que não existam publicações que versem sobre educação e feminismo no ensino superior. Consideramos que nossa pesquisa não pretende ser absoluta nem criar uma verdade, como fora concebida no sentido de exclusividade. Porém, a não identificação da mesma, mediante o processo de pesquisa, faz com que cheguemos a essa afirmação.

Procuramos concluir essa pesquisa até esse momento, deixando evidente que, tanto pelo espaço de tempo, como por sua proposta em larga escala, surgirão outras e novas aspirações que até este instante não estão ou não são nosso foco de investigação. Assim, percebemos as diversas dinâmicas promovidas pelo tempo, geradas mediante a multiplicidade de fatores que essas publicações virão, a nosso ver, abordar em tempos oportunos. Com isso, dizemos que essas revistas não são estanques, não são únicas e servem de modelos para a criação de novos campos de saberes. Assim sendo, as considerações que aqui expressamos, mediante nossas análises, se dão de maneira momentânea.

A divulgação do conhecimento de caráter feminista é, pois, uma maneira, muito profícua, segundo nossa ótica, de estimular novas abordagens e ampliar seus estudos e sentidos, favorecendo assim uma construção de conhecimento realmente equitativo, no qual todos/as possam ser incluídos/as. A valorização do saber produzido pela humanidade, e não somente por um segmento dela, que determina o que vem a ser conhecimento, ciência entre outros. Para tanto, todos e todas devem buscar a promoção geral, unidos/as!

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5ª edição. Tradução e revisão de Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABREU, Zenaida Yanes. Cómo ver el mundo desde el feminismo. Una reflexión sobre la objetividad científica. **Memorias IX congreso Iberoamericano de ciencia, tecnología, y género**. Sevilla, 2012. Disponível em: www.oei.es/historico/congressoctg/memoria/maestro.php?pageNum_ponencias=17&id_seccion=1 > Acessado em 16/05/2015.

ADAMS, Telmo. Gabriela Mistral e a educação das nossas crianças. *In*. STRECK, Danilo R. (Org.). **Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia**. Belo Horizonte, Autêntica, 2010. Pp. 211-230.

ADELMAN, Miriam. Um lugar ao Sol? A teoria feminista e seu lugar no campo das ciências sociais. *In*. LAGO, Mara Coelho de Souza. [et al] (Orgs.). **Interdisciplinaridade em diálogos de gênero: teorias, sexualidades, religiões**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALONSO, Graciela e DÍAZ Raúl. *Reflexiones acerca de los aportes de las epistemologías feministas y descoloniales para pensar la investigación social*. *In*. *Debates Urgentes. Dossier: Pensamiento crítico y cambio, Año 1, N° 1*, 2012.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologias e aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo; Martins Fontes, 1970. (Biblioteca Universal Presença).

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2ª edição. São Paulo:

Pioneira Thomson Leardng, 2004.

AMORÓS, Celia (Ed.) *Feminismo y filosofía*. Madrid: Editorial Sintesis, 2000. (*Síntesis Filosofía, Thémota*).

AMORÓS, Celia; MIGUEL, Ana de (Eds.). *Teoría feminista: de la Ilustración a la globalización: de los debates sobre el género al multiculturalismo*. 2ª edición. Madrid: Minerva Ediciones, 2007. (*Estudios sobre la mujer*, vol. 3).

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Gênero nos estudos do trabalho (para relembrar Elizabeth de Souza Lobo). In MORAES, Maria Lygia Quartim de. (Org). **Gênero nas fronteiras do Sul**. – Campinas, Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero. Unicamp, 2005.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 12ª edição revisada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

ARIÈS, Philippe e BÉJIN, André. **Sexualidades ocidentais**: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. Tradução de Lygia Araújo Watanabe e Thereza Christina Ferreira Stummer. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

ARISTOTELES. *Generation of animals*. Trad. A. Platt. In. **Complete Works (Aristoteles)**. Johanthan Barnes, Princenton University Press, Princenton, N. J. 1991.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. In. **Estudos feministas**, Florianópolis, 21 (2): 336, maio-agosto, 2013. pp. 659-688.

BARFIELD, Thomas (Ed.). **Diccionario de antropología**. Editorial: Siglo XXI Editores, México, D.F., 2000.

BARROS, José D'Assunção. **Igualdade e diferença**: construções históricas e imaginárias em torno da desigualdade humana. Petrópolis, RJ, Vozes, 2016.

BARTRA, Eli. Feminismo no México: diversidade de vozes. In. **Labrys – Estudos Feministas**. (19), 2011. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys19/mexique/eli.htm>>, acessado em 14/01/2017.

BARTRA, Eli (Comp.). *Debates en torno a una metodología feminista*. México. UAM – Xochimilco, 1998.

BARTRA, Eli. *Reflexiones metodológicas*. In. BARTRA, Eli (Comp.) *Debates en torno a una metodología feminista*. México. UAM- Xochimilco, 1998. Pp. 141-158.

BEAUVOIR, Simone de. **Por uma moral da ambiguidade**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

_____. **A mulher desiludida**. Tradução de Helena Silveira e Maryan A. Bom Barbosa. São Paulo: Círculo do Livro, 1992. (Série Grandes escritoras).

_____. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Círculo do Livro, 1987. (vol. 2, a experiência vivida).

_____. **O segundo sexo**. 6ª edição. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (vol. 1, fatos e mitos).

BELAUSTEGUIGOITIA, Marisa; LOZANO, Rian. Teoria crítica. In. COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

BENTIVOGLIO, Julio e LOPES, Marcos Antônio (Orgs.). **A construção da história como ciência**: de Ranke a Braudel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BERRUECOS, Luis A. H. Max Gluckman: *Las teorías antropológicas sobre el conflicto y la escuela de Manchester*. In. **El Cotidiano**. Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Azcapotzalco, Distrito Federal, México. nº 153, enero-febrero, 2009. Pp. 97-113.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. 1ª edição.

São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Teoria política e feminismo:** abordagens brasileiras. Vinhedo, Editora Horizonte, 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria F.; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (Orgs). **Educação na América** Latina. Rio de Janeiro: Expressão e cultura; São Paulo: EDUSP, 1996. (América: raízes e trajetórias; v. 3).

BLANCO, Graciela. *Las desigualdades entre los sexos en la universidad de Costa Rica*. In. DELGADILLO, Ligia (Comp). *La mujer en la universidad: caso centroamericano*. San José, C. R: Ediciones Guajacán, 1996.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez e latino**, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos... / pelo Padre D. Raphael Bluteau. – Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. – 10 vol. Disponível em: [<http://purl.pt/13969>] acessado em 17/03/2015.

BOFF, Leonardo. Trascendencia. In. STRECK, Danilo R.; RENDÍN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.) *Diccionario Paulo Freire*. 2ª edición en portugués, revisada y ampliada. Auténtica Editora, Belo Horizonte, 2008.

BOMBASSARO, Luiz Carlos. **As fronteiras da epistemologia:** uma introdução ao problema da racionalidade e da historicidade do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

BORDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

_____. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. Os três estados do capital cultural. Tradução de Magali de Castro. Originalmente

de *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 30 de novembro de 1979. Pp. 1-5.

BORDO, Susan. A feminista como o Outro. *In. Revista de estudos feministas*. Florianópolis, SC: Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina. Vol. 8, Nº. 1, 2000. Pp. 10-29.

BOTTON, Andressa; STREY, Marlene Neves; ROMANI, Patricia Fasolo; PALMA, Yáscara Arrial. Sexismo. *In. COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

BOTTOMORE, Tom (Org). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BOUFLEUER, José Pedro. Conocer/conocimiento. *In. STRECK, Danilo R.; RENDÍN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.) Diccionario Paulo Freire. 2ª edición en portugués, revisada y ampliada. Auténtica Editora, Belo Horizonte, 2008.*

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org). **Pesquisa participante**. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, Zaia. **Pesquisa em educação: conversas com pós-graduandos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Tradução Carlos Braga e Inácia Canelas, Lisboa. Editora Presença, 1972.

BRUCKNER, Pascal. **A euforia perpétua: ensaio sobre o dever da felicidade**. Tradução de Antonio Cruz Belo. São Paulo: Notícias Editorial, 2002.

BURAWOY, Michel. *The extended case method*. *In. Sociological theory*. American Sociological Association. Washignton, DC, 16: 1, march 1998, Pp. 4-33.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sergio Goes de Paula. 2ª edição.

Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a Revolução Francesa da historiografia; Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. **Sociologia e história.** Tradução de Fátima Martins. Porto: 1980. (Edições Afrontamento).

BUSTILLOS, Sandra. *Mujeres de tierra. Ambientalismo, feminismo y ecofeminismo.* In. *Nóesis. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, vol. 15, núm. 28, julio-diciembre, 2005. Pp. 59-77.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a. (Sujeito e História).

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? In. **Cadernos Pagu** (21) 2003b. Pp.219-260.

_____. *El marxismo y lo meramente cultural.* In. *New Left Review.* Nº 2, Mayo-Junio, 2000. Pp. 109-121.

_____. *Contingent foundations: feminism and the question of "postmodernism".* In. BUTLER, Judith and SCOTT, Joan W. (Editor) *Feminists theorize the political.* Routledge: New York, 1992.

CÁCERES, Maricela Guzmán; MAYO, Augusto Renato Pérez. Epistemologías feministas: hacia una reconciliación política de la ciencia a través de la filosofía y la teoría de género. In. GRAF, Norma Blasquez; FLORES, Javier. (Ed.). **Ciencia, tecnología y género en Iberoamérica.** Ciudad de México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y humanidades, 2005. Pp. 635-652.

CADERNOS PAGU. Apresentação. (27), 2006. Pp. 9-11.

CADERNOS PAGU. Apresentação. (20), 2003. Pp. 1

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999. (Encyclopaideia).

CANAVAE, Doris Lamus. *Localización geohistórica de los feminismos latino-americanos*. In. *Polis, Revista de la Universidad Bolivariana*, Volumen 8, Nº 24, 2009. Pp. 95-109.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Editora campos, 1997.

CARNEIRO, Sueli. Identidade feminina. In. SAFFIOTI, Heleieth. MUÑOZ-VARGAS, Monica (Orgs.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, D.F.: UNICEF, 1994.

CAROSIO, Alba (Coord.). *Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe*. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2012. (Grupos de trabajo de CLACSO).

CAROSIO, Alba. *Feminismo latinoamericano: imperativo ético para la emancipación*. In. GIRÓN, Alicia. (coord.) **Género e globalización**. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2009a.

_____. *El feminismo latinoamericano y su proyecto ético-político en el siglo XXI*. In. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*. Vol. 14, nº 33, jul/dic, 2009b. Pp. 13-24.

_____. *Los estudios de género y de las mujeres en Venezuela*. Caracas, 2009c. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/31898764/Alba-Cariosio-Los-estudios-de-Genero-en-Venezuela-PDF>>, acessado em 16/06/2016.

CASTAÑEDA, Martha Patricia. *Metodología de la investigación feminista*. CIICH, UNAM. México, DF: México, 2008. Fundación Guatemala. (Diversidad Feminista).

CASTILLO, Rosalva Aída Hernández. *Feminismos poscoloniales: reflexiones desde el sur*

del río Bravo. In. NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aída (Eds). ***Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde las márgenes***. 2ª edición. Madrid: Ediciones Cátedra, 2011. (Femenismos). Pp. 75-113.

CEPAL. ***Objetivos de desarrollo del milenio: una mirada desde América Latina y el Caribe***. 2005. Disponível em <<http://www.portalodm.com.br/publicacao/91/objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-um-olhar-da-america-latina-e-caribe>> acessado em 22/07/2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Ensaio Geral).

_____. **Formas e sentido**. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Tradução de Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003. (Coleção História de Leitura).

_____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª edição. Alges, Portugal: DIFEL, 2002. (Coleção Memória e sociedade).

_____. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In. **Cadernos Pagu**. nº 4. Campinas, UNICAMP, 1995. pp. 37-47.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. 11 (5), 1991. Pp. 173-191.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, Ana Maria. Subjetividade. In. COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro

Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

CONNELL, Raewyn W. A iminente revolução na teoria social. Tradução de João Maria. *In. Revista Brasileira de Ciência Sociais*. Vol. 27, nº 80, outubro de 2012. Pp. 09-20.

_____. *Masculinidades. Traducción Inere Ma. Artigas. México D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México*, 2003.

_____. Como teorizar o patriarcado? *In. Educação e debate*. Vol. 16, nº 2, jul/dez, 1990.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. Tradução e revisão técnicas de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. *In. Revista Gênero*, vol. 5, n. 2, 2005.

COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. *In. Cadernos Pagu*. (11), 1998. Pp. 127-140.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *In. RBCS*, vol. 12, nº 60, fevereiro de 2006. Pp. 117-183.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas. *In. COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

COVA, Nancy Santana. *El ecofeminismo latinoamericano. Las mujeres y la naturaleza como símbolos*. *In. Revista Cifra Nueva*. Nº 11, mar, 2006. Pp. 37-46.

CURIEL, Ochy. “*Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe*”. *In. Primer coloquio latinoamericano sobre praxis y pensamiento feminista*,

2009, *Buenos Aires*.

_____. “*Crítica Poscolonial desde las Prácticas Políticas del Feminismo Antirracista*”. In. *Colonialidad y Biopolítica en América Latina*. In. **Revista NOMADAS**. Nº 26. Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos-Universidad Central. Bogotá, 2007.

DE BARBIERI, Teresita. *Acerca de las propouestas metodológicas feministas*. In BARTRA, Eli (Comp.) **Debates en torno a una metodología feminista**. México. UAM-Xochimilco, 1998. Pp. 103-139.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. **Histórias do cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001a.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5ª edição. São Paulo: Contexto, 2001b.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

DESCARTES, René. **Discurso do método e Regras para a direção do espírito**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003. (Coleção a obra-prima de cada autor).

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In. **Revista de Estudos Feministas**. UFSC, Nº 2, 1994. Pp. 373-382.

DOTSON-RENATA, Lara. Poscolonialismo: caribe poscolonial. In. COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”**. Tradução Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru, SP: Editora da Universidade Estadual de

Campinas, 2003.

_____. **História do estruturalismo**, vol. 2: o canto do cisne, de 1967 aos nossos dias. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1994.

_____. **História do estruturalismo**, vol. 1: o campo do signo, 1945-1966. 2ª edição. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1993.

DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta: a primeira feminista do Brasil**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005. (Série feministas).

DUBY, Georges. **As damas do século XII**. Tradução de Paulo Neves e Maria Lúcia Machado. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios**. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **A história continua**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorhe Zahar Ed., 1993.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão**. Tradução de Georges I. Maissiat. São Paulo: Paulus, 1995. (Coleção Pesquisa & Projeto).

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo**. Tradução de Maria Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **A ideia de cultura**. Tradução de Sandra Rodrigues. Lisboa: Temas e Debates,

2003. (Coleção Memórias do Mundo).

EGGERT, Edla; PACHECO, Joice Oliveira. Maria Lacerda de Moura e a educação libertária para mulheres. *In.* STRECK, Danilo R. (Org.). **Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia.** Belo Horizonte, Autêntica, 2010. Pp. 199-210.

ELIAS, Norbert. **Teoria simbólica.** Tradução de Paulo Valverde. OEIRAS: Celta Editora, 1994a.

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b. (Volume 1).

_____. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização.** Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. (Volume 2).

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do Estado.** Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Editora Escala, 2000. (Coleção obra-prima de cada autor, vol. 2).

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. El feminismo descolonial como epistemología contrahegemónica. *In.* FUNCK, Susana Bornéo; MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira (Orgs.). **Linguagens e narrativas.** Tubarão, SC: Ed. Copiart, 2014. (Desafios feministas, vol. 1). Pp. 201-216.

ESTANQUE, Elísio. Um sociológico na fábrica: para uma metodologia de envolvimento social. *In.* CARIA, Telmo (Org.). **Metodologia e Experiência Etnográfica em Ciências Sociais.** Porto: Afrontamento, 2003. [Versão draft].

FAO. **Vocabulário referido a gênero.** Tradução de Silvana Aparecida Mariano. Londrina, PR: Editorial Mídia, 2003.

FARIA, Nalu. Mulheres e exclusão na América Latina. *In.* **Revista do Grito Continental,** 2003. Pp. 15-22.

FEMENÍAS, María Luisa. *MORA: la memoria de las revistas académicas.* *In.* FUNCK,

Susana Bornéo; MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira (Orgs.). **Linguagens e narrativas**. Tubarão, SC: Ed. Copiart, 2014. (Desafios feministas, vol. 1). Pp. 371-388.

FEMENÍAS, María Luisa. *Esbozo de un feminismo latino-americano*. In. **Revista Estudos Feministas**. 15 (1), 280, janeiro-abril, 2007. Pp. 11-25.

FERREIRA, Virgínia. O feminismo na pós-modernidade. **Revista de Ciências Sociais**. Faculdade de Coimbra. Nº 24, mar, 1988. Pp. 96-106.

FLEMING, Marie. *Gadamer's conversation does the other have a say?* In. CODE, Lorraine (Ed.). *Feminist interpretations of Hans-Georg Gadamer*. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 3ª edição. São Paulo: Editora, WMF Martins Fontes, 2010. (Obras de Michel Foucault).

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005a.

_____. **Microfísica do poder**. 21ª edição. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005b.

_____. **O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b. (Obras de

Michel Foucault).

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos . Alteridade. *In*. COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. (Saraiva de Bolso).

_____. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilliam Lopes Martin. 29ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. (Coleção Educação e Comunicação, vol. 1).

_____. **Educação como prática da liberdade**. 26ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 17ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2001. (Coleção leitura).

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 46ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FUNCK, Susana Bornéo; MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira (Orgs.). **Linguagens e narrativas**. Tubarão, SC: Ed. Copiart, 2014. (Desafios feministas, vol. 1).

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 15ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015.

_____. **Verdade e método II: complementos e índice**. Tradução de Ênio Paulo Giachini. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2011. (Coleção Pensamento Humano).

_____. *La razón en la época de la ciencia*. Traducción de Ernesto Garzón Valdés. Barcelona: Alfa, 1981. (*Estudios alemanes*).

_____. *Philosophical hermeneutics*. Translated and edited by David E. Linge. Berkeley: University of California Press, 1976.

GADAMER, Hans-Georg. FRUCHON, Pierre (Org). **O problema da consciência histórica**. Tradução de Paulo Cesar Duque Estrada. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.

GANDILLAC, Maurice de. **Gêneses da modernidade**. Tradução de Lúcia Cláudia Leão e Marília Pessoa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1995.

GARCÍA, Ana Lidia. *Historia de las mujeres en el siglo XIX: algunos problemas metodológicos*. In BARTRA, Eli (Comp.) *Debates en torno a una metodología feminista*. México. UAM- Xochimilco, 1998. Pp. 199-228.

GARCÍA, Marta I. González; SEDEÑO, Eulalia Pérez. Ciencia, tecnología y género. In. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad e Innovación**. Nº 2, enero-abril 2002. Disponível < <http://www.oei.es/historico/revistactsi/numero2/varios2.htm>> acessado em 17/06/2015.

GARCÍA, Nora Nínive. *Feminismo, educación y cuerpo: conversación con Graciela Hierro*. 2007. Disponível em <http://bidi.unam.mx/libroe_2007/0989429/08_c04.pdf> acessado em 28/03/2017.

GARCIA, Regina Leite (Org.). **Para quem pesquisamos, para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

GARGALLO, Francesca. *Una metodología para detectar lo que de hegemónico ha recogido el feminismo académico latinoamericano y caribeño*. In. GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, Maribel Ríos. (Coord.). *Investigación feminista, metodología y representaciones sociales*. – México: UMAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades: Centro Regional de Investigaciones

Multidisciplinarias: Facultad de Psicología, 2012. (Colección Debate y Reflexión).

_____. “Los feminismos de las mujeres indígenas: acciones autónomas y desafío epistémico”, conferencia magistral del **Coloquio: memoria, violencia y acción emancipatoria, XVI Congreso Nacional de Filosofía: razón y violencia**, Asociación Filosófica de México, conferencia leída en la Facultad de Humanidades de la Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, el 25 de octubre de 2011.

_____. *El feminismo y su instrumentalización como fenómeno de mestizaje en nuestramérica. In. Revista Venezolana de Estudios de la Mujer. Caracas, julio-diciembre. Vol. 14, N° 33, 2009a. Pp. 27-36.*

_____. *El feminismo filosófico. In. DUSSEL, Enrique; MENDIETA, Eduardo; BOHÓRQUEZ, Carmen. (Ed.) El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y “latino” (1300-2000): historia, corrientes, temas y filósofos. México: Siglo XXI: Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe, 2009b.*

_____. *El feminismo y la educación y para nuestra América. In. Revista Venezolana de Estudios de la Mujer. Caracas, julio-diciembre, vol. 13, n° 31, 2008.*

_____. *Feminismo latinoamericano In. Revista Venezolana de Estudios de La Mujer. Caracas, Enero-Junio. Vol. 12. N° 28, 2007. Pp. 15-34.*

_____. *Ideas feministas latinoamericanas. 2ª edición. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2006. (Colección heterodoxia, série crítica emergente).*

_____. *El feminismo múltiple: prácticas e ideas feministas en América Latina. In. FEMENÍAS, María Luisa (Comp). Perfiles del feminismo iberoamericano. Buenos Aires: Catálogos, 2002.*

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil.** Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

GEBARA, Ivone. *Teología de la liberación y género: ensayo crítico feminista. In.*

MARCOS, Sylvia (Ed.). **Religión y género**. Madrid: Editorial Trotta, 2004. Pp. 108-136.

_____. **Cultura e relações de gênero**. São Paulo: CEPIS, 2002.

_____. **Rompendo o silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. 2ª edição. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000a.

_____. **A mobilidade da senzala feminina**: mulheres nordestinas, vida melhor e feminismo. São Paulo: Paulinas, 2000b. (Coleção: mulher tema atual).

_____. **Teologia ecofeminista**: ensaio para repensar p conhecimento e a religião. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução de Alexandre Figueiredo, Ana Patrícia Duarte Baltazar, Catarina Lorga da Silva, Patrícia Matos e Vasco Gil. 6ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (História e reflexões, 9).

GOUGES, Olympe de. **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã**. Tradução de Isabel Robalinho. Editora Delphi: Funchal/ PT, 2010.

GRAF, Norma Blazquez. *Epistemología feminista: temas centrales*. In. GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, Maribel Ríos (Coord.). **Investigación feminista, metodología y representaciones sociales**. México: UMAM, CIICH: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias: Facultad de Psicología, 2012. (Colección Debate y Reflexión).

_____. **El retorno de las brujas**. Incorporación, aportaciones y críticas de las mujeres a la ciencia. 2ª reimpressão. México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2011.

GRAF, Norma Blasquez; FLORES, Javier. (Ed.). **Ciencia, tecnología y género en**

Iberoamérica. Ciudad de México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y humanidades, 2005.

GRAMMÁTICO, Kari. ONU. In. COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

GROSSI, Miriam Pilar. A revista estudos feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. In. **Revista de Estudos Feministas**. Vol. 12, Número Especial, 2004. Pp. 211-221.

GUARDIA, Sara Beatriz. *Historia de las mujeres en el Perú*. In. **Labryz – Estudos Feministas**. – Janeiro/junho, 2007.

GUATARRI, Felix. **Revolução molecular: pulsações e políticas do desejo**. 3ª edição. Tradução de Suely Belinha Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUEVARA, Lourdes. C. Pacheco Ladrón de. **El sexo de la ciencia**. Ciudad del México, D.F., Universidad Autónoma de Nayrit: Juan Pablo Editor, 2010.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940**. Tradução de Eliane Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HAHNER, June E. Educação e ideologia: profissionais pioneiras na América Latina do século XIX. In. BITTENCOURT, Circe Maria F.; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (Orgs.). **Educação na América Latina**. Rio de Janeiro: Expressão e cultura; São Paulo: EDUSP, 1996. (América: raízes e trajetórias; v. 3).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In. **Cadernos Pagu**. (5) 1995, Pp. 07-41.

HARDING, Sandra. *Ciencia y feminismo*. Traducción de Pablo Manzano. Madrid: Ediciones Morata, 1996.

_____. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In. **Estudos Feministas**. Nº 1. Florianópolis: UFSC, 1993.

_____. *Is there a feminist method?* In. HARDING, Sandra G. (Ed.). *Feminism and methodology*. Bloomington/Indianapolis. Indiana University Press. 1987.

HARTSOCK, Nancy. *Foucault sobre el poder: ¿Una teoría para mujeres?* In. NICHOLSON, Linda (Comp.). *Feminismo/posmodernismo*. Traducción Mária Averbach. Buenos Aires: Feminaria Editora, 1992.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A Razão na história**: uma introdução geral à filosofia da história. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª edição. São Paulo: Centauro, 2001.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In. MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. 2ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 2002. (Sociologia, vol. II).

HERNÁNDEZ, Luz Stella León; AMORÓS, Celia. *El feminismo filosófico en España: entrevista a Celia Amorós*. In. *Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política*. Nº 38, ene-junio, 2008. Pp, 197-203.

HESSEN, Johannes. **Teoria do Conhecimento**. Tradução de João Vergílio Gallerani Cuter; revisão técnica Sérgio Sérulo da Cunha. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Biblioteca universal).

HIERRO, Graciela. Entrevista. In. GARCÍA, Nora Nínive. *Feminismo, educación y cuerpo: conversación con Graciela Hierro*. 2007. Disponível em <http://bidi.unam.mx/libroe_2007/0989429/08_c04.pdf> acessado em 28/03/2017.

HIERRO, Graciela. *Educación y género: la ética del placer*. In. *GénEros*. Año 11, n. 31, 2003a. Pp. 5-9.

HIERRO, Graciela. *Ética y derechos de las mujeres*. In. **GénEros**. Año 4, n. 11, 1997. Pp. 26-29.

HIERRO, Graciela. *Género, desarrollo y políticas públicas*. In. **GénEros**. Año 5, n. 13, 1993. Pp. 37-41.

HIERRO, Graciela. *La mujer invisible y “el velo de la ignorancia”*. In. **GénEros**. Año 9, n. 25, 2001. Pp. 11-12.

HIERRO, Graciela. *Género y desarrollo*. In. **GénEros**. Año 2, n. 5, 1995. Pp. 23-26.

HIERRO, Graciela. *La ética del placer*. México, D.F: UNAM, 2003. (DiVERSA).

HIRATA, Helena *et.al.* (Orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HOBBSAWN, Eric. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. Tradução S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A era dos impérios**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 10ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWN, Eric. RANGER, Terence (Orgs). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. (Coleção Pensamento Crítico; Vol. 55).

HOFFMANN, Susan-Judith. *Gadamer's philosophical hermeneutics and feminist projects*. In. CODE, Lorraine (Ed.). **Feminist interpretations of Hans-Georg Gadamer**. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HOLLAND-CUNZ, Barbara. **Ecofeminismos**. Traducción de Arturo Parada. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996. (*Feminismos*).

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Introdução. In. BITTENCOURT, Circe Maria F.; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (Orgs). **Educação na América** Latina. Rio de Janeiro: Expressão e cultura; São Paulo: EDUSP, 1996. (América: raízes e trajetórias; v. 3).

JAIVEN, Ana Lau. Cuando hablan las mujeres. In. BARTRA, Eli (Comp.) **Debates en torno a una metodología feminsita**. México. UAM- Xochimilco, 1998. Pp. 185-197.

JOHSON, Guillermo Alfredo; SILVA, Marcos Antônio da; SOUZA, Maria Gorete. Marxismo. In. COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: o que é o Esclarecimento?** Traduzido por Luiz Paulo Rouanet. Disponível em <http://www.uesb.br/eventos/emkant/texto_II.pdf> Acessado em 26/10/2015.

KAPLAN, Laura Duhan. *Three applications of Gadamer's hermeneutics: philosophy-faith-feminism* In. CODE, Lorraine (Ed.). **Feminist interpretations of Hans-Georg Gadamer**. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2003.

KELLER, Evelyn Fox. **Reflexiones sobre género y ciencia**. Traducción Ana Sánchez. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim, Institució Valenciana D'Estudis i Investigació, 1991. (*Política y sociedad*, Vol. 4).

KLEINHANS, Laureana Wright González de. “*La emancipación de la mujer por medio del estudio*”, Ciudad de México, 1891. In. **Ideas feministas de Nuestra América**. Texto y nota acerca de la autora proporcionados por Alejandro Caamaño Tomás. Disponível em <<https://ideasfem.wordpress.com/textos/d/d13>> Acessado em 25/10/2015.

KRANER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feitiçeras**. Tradução de Paulo Fróes, Rose Marie Muraro, Carlos Byington. 2ª edição. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

LAGARDE, Marcela. *El feminismo en mi vida: hitos, claves utopías*. Ciudad de México, DF.: Inmujeres, 2012.

_____. *Los cautiveiros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Madrid: Horas y Horas la Editorial, 2011.

_____. *Vías para el empoderamiento de las mujeres*. Proyecto EQUAL I.O. METAL, Valencia, 2004. Disponível em <http://www.femeval.es/proyectos/ProyectosAnteriores/Sinnovaciontecnologia/Documents/ACCION3_cuaderno1.pdf> acessado 12/06/2016).

_____. *De la igualdad formal a la diversidad: una perspectiva étnica latinoamericana* In. *Anales de la Cátedra Francisco Suárez*, 37, 2003. Pp. 57-79.

_____. *Claves feministas para la autoestima de las mujeres*. Madrid: Horas y Horas la Editorial, 2000. (Cuadernos inacabados, vol. 39).

_____. *Género y feminismo: Desarrollo humano y democracia*. 2ª edición. Ed. Horas y Horas, España, 1996. (Cuadernos inacabados, Vol. 25).

_____. *Identidad feminina*. Mayo 2001. CENDOC-CIDHAL, 1990. Disponível em <www.apc.org/cidhal/lectura/identidade/texto3.htm> acessado em 18/09/2016.

LAGE, Allene Carvalho. Apontamentos históricos sobre a educação na capitania e na província de Pernambuco. **III Congresso Nacional de Educação**. Vol. 1. Natal, RN: 2016.

_____. **Educação e movimentos sociais: caminhos para uma pedagogia de luta**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. (Série extensão).

_____. Entre hegemonias e subalternidades, discursos e militâncias que apontam para uma ciência pós-colonial: é possível uma ciência mestiça? In. **SABERES**. Revista do

Observatório dos movimentos sociais. Ano I, nº 01, jul./ago./set./out, 2008a.

_____. Da subversão dos lugares convencionais de produção do conhecimento à epistemologia de fronteira: que metodologias podemos construir com os movimentos sociais? *In. E-cadernos: Novos mapas para as ciências sociais e Humanas*. Artigos Pré-Colóquio. Nº 02. CES, 2008b.

_____. **Lutas por inclusão nas margens do Atlântico**: um estudo comparado entre experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In. Loco/Portugal. Volume I. Dissertação de Doutorado. Coimbra: UC. Faculdade de Economia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2005.

LAURO, Claudia Rosa. *Miedo*. *In. COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

LAMAS, Marta. *Editorial. Revista Debate Feminista*. Vol. 1, 1990. Pp. Ix-xii.

LE GOFF, Jacques. **A história deve ser dividida em pedaços?** Tradução de Nícia Adan Bonatti. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LE GOFF, Jacques. TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo da Idade Média**. Tradução de Marcos Flamínio Peres. 5ª edição. Revisão técnica Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Maria Lacerda de Moura**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. (Série feministas).

LIMA, João Francisco Lopes de. O sujeito, a racionalidade e o discurso pedagógico da modernidade. *In. Interações*. Vol. III, nº 14, Jul-dez, 2002. Pp. 59-84.

LONGINO, Heln E. Epistemologia feminista. *In. GRECO, John. SOSA, Ernest (Orgs.). Compêndio de epistemologia*. Tradutores Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LOURENÇO, Daniela Silva de; NOGUEIRA Sandra Vidal. Conhecimento. *In.* COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

LOURO, Guacira Lopes (Org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução dos artigos de Tomaz Tadeu da Silva. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In.* DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5ª edição. São Paulo: Contexto, 2001b

LÖWY, Michel. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In.* JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; Cleto, Murilo (Org.). **Por que gritamos golpe?** para entender o *impeachment* e a crise. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2016. Pp. 61-67.

_____. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

LOYOLA, Maria Andréa (Org.). **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. (Coleção saúde & sociedade).

LÜDKE, Menga. *et al.* **O que conta como pesquisa?** São Paulo: Cortez, 2009.

LUGONES, María. *Hacia un feminismo descolonial*. *In.* **La manzana de la discordia**. Vol. 6, No. 2: Julio - Diciembre, 2011.

_____. “Playfulness, ‘World’: Traveling, and Loving Perception”. *In.* **Hypatia**, v. 2, n. 2, 1987.

LUGONES, María; SPELMAN, Elizabeth V. *Have we got a theory for you! Feminist theory, cultural imperialism and the demand for 'the woman's voice'*. In. **Women's Studies Int. Forum**, vol. 6, 1983. Pp. 573-581.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 3ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988.

MAGALHÃES, Joalinalira Corpes; SILVA, Benícia Oliveira; RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Fabiane Ferreira da. Ciência. In. COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

MARCONDES, Ofélia Maria. Filosofia e educação no pensamento de Leopoldo Zea. In. **Ixtli. Revista Latino-americana de filosofía de la educación**. 1 (1), 2014. Pp. 31-51.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. 5ª edição. Tradução de Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999. (Coleção leitura).

MASSOLO, Alejandra: *“Testimonio autobiográfico femenino: un camino de conocimiento de las mujeres y los movimientos urbanos en México*. In. Lulle, Thierry, Pilar Vargas y Lucero Zamudio (Coords.): **Los usos de la historia de vida en las ciencias sociales**. España. *Anthropos-IFEA-CIDS*, 1998.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais. In. **Civitas**. Dossiê: Diálogos do Sul. Porto Alegre, v. 14, nº 1, jan-abr, 2014. Pp, 27-42.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Da invisibilidade ao gênero: percursos e possibilidades nas Ciências Sociais contemporâneas. In. **Margem**, São Paulo, Nº 15, jun. 2002. Pp. 237-252.

_____. **Por uma história das mulheres**. Bauru, SP: EDUSC, 2000. (Coleção essência).

MENDONZA, Breny. *La epistemología del sur, la colonialidade del género y el feminismo latinoamericano*. Disponível em

<https://simposioestudosfeministasct.files.wordpress.com/2015/03/mendoza_la_epistemologia_del_sur.pdf> acessado em 14/11/2016.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria política. *In.* LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. 3ª edição. Porto Alegre: Mediação, 2013. (Projetos & práticas pedagógicas).

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

MIES, Maria. *¿Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? El debate en torno a la ciencia y la metodología feministas*. *In.* BARTRA, Eli (Comp.) **Debates en torno a una metodología feminista**. México. UAM- Xochimilco, 1998. Pp. 63-102.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina**. Traducción Silvia Javierbaum y Julieta Barba. *Barcelona: Editorial Gedisa*, 2007.

_____. **Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23ª edição. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 2004. (Coleção temas sociais).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4ª edição. São Paulo e Rio de Janeiro. HUCITEC. ABRASCO, 1996.

MISKOLCI, Richard. Do desvio às diferenças. *In.* **Revista Teoria & Pesquisa**, nº 47, Jul/Dez, 2005. Pp. 9-41.

MOREIRA, Antônio Flávio. CANDAU, Vera Maria. (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças**

culturais e práticas pedagógicas. 10ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MORETTI, Cheron Zanini. Militancia. *In.* STRECK, Danilo R.; RENDÍN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.) *Diccionario Paulo Freire. 2ª edición en portugués, revisada y ampliada.* Auténtica Editora, Belo Horizonte, 2008.

MURARO, Rose Marie. Introdução. *In.* KRANER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras.** Tradução de Paulo Fróes, Rose Marie Muraro, Carlos Byington. 2ª edição. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

MURARO, Rose Marie. **Os seis meses em que fui homem.** 7ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2001.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminino e masculino:** uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. Martha de Hollanda *and the Brazilian Feminist Crusade (1928-1932): an “inflammatory feminist” in Pernambuco?* *In.* **Labrys – estudos feministas:** jan/jun, 2015. Disponível em <<http://labrys.net.br/labrys27/heterotopies/alcileide.htm>> acessado em 26/07/2016.

_____. O bonde do desejo: o Movimento Feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927-1931). *In.* **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1), janeiro-abril/2013. Pp. 41-57.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. Basta! A ideologia do gênero e *tutu quanti.* *In.* **Revista Labrys – Estudos Feministas**, julho/dezembro de 2015. Disponível em <www.tanianavarroswain.com.br/brasil/basta.htm> acessado em 30/04/2016.

_____. Por falar em liberdade. *In.* STEVENS, Cristina. OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. ZANELLO, Valeska (Orgs). **Estudos feministas e de gênero:** articulações e perspectivas. (livro eletrônico). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. Pp. 36-51.

_____. A construção das mulheres ou a renovação do patriarcado. *In.* **Revista**

Labrys/Estudos Feministas, jan/jun, 2013. Disponível em <<http://www.tanianavarrosuain.com.br/brasil/renovacao%20patriarcado.htm>> acessado em 16/09/2016.

_____. Heterogênero: “Uma categoria útil de análise”. In. **Educar em Revista**. Curitiba: Editora UFPR, n°.35, 2009. Pp. 23-36.

_____. Editorial. In. **Labrys – estudos feministas**. Ed. 1-2, julho/dezembro, 2002. Disponível em <http://www.labrys.net.br/labrys1_2/index.html> acessado 18/01/2017.

NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aída (Eds). *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde las márgenes*. 2ª edición. Madrid: Ediciones Cátedra, 2011. (Femenismos).

NEIRA, Josefina Hurtado; VALDIVIESO, Magdalena (Coord.). *Género y cultura: marcas de los fundamentalismos*. Santiago: Editorial Forja, 2010. (Con-Spirando, colección Nuevos espacios).

NICHOLSON, Linda J.; FRASER, Nancy. *Crítica social sin filosofía: un encuentro entre el feminismo y el posmodernismo*. In. NICHOLSON, Linda (Comp.). *Feminismo/posmodernismo*. Traducción Mária Averbach. Buenos Aires: Feminaria Editora, 1992.

NICHOLSON, Linda (Comp.). *Feminismo/posmodernismo*. Traducción Mária Averbach. Buenos Aires: Feminaria Editora, 1992.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos**: ou como filosofar a marteladas. Tradução de Carlos Antonio Braga. São Paulo: Editora Escala, 2005. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, vol. 28).

_____. **Assim falou Zaratustra**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002. (Coleção obra-prima de cada autor, vol. 22).

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. **Por uma história do possível**: representações das

mulheres incas nas crônicas e na historiografia. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

ORTEGA, Margarita. *Historia y género*. In. **Realidad**, nº 54. El Salvador, noviembre-diciembre, 1996. Pp. 817-824.

PALUDO, Conceição. Educação popular. In. CALDART, Roseli Saete [*et al*] (Orgs.). **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PRATTA, Marco Antonio. **Operárias do saber: cultura escolar, relações de gênero e religião no magistério brasileiro**. São Carlos: RiMa Editora, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. In. **III Jornada de Estudos de Gênero, III Encontro Protagonismo, Educação e Gênero**, São Leopoldo, Unisinos, 2005.

PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero; RIAL, Carmem Silva de Moraes (Orgs.). **Fronteiras de gênero**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

PEREIRA, Ivonete; BALTHAZAR, Gregory da Silva. Essencialismo. In. COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. (Coleção História).

_____. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998. (Prismas).

_____. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros; Tradução Denise Bottmann. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. (Oficinas de História).

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs). **Nova história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. *In. Revista de Estudos Feministas.* UFSC – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de comunicação e expressão. Vol, 17 (1), janeiro-abril, 2009.

PINTO, Aline da Silva. Palavras/silêncio. *In. COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). Dicionário crítico de gênero.* Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

PIZARRO, Alba Nubia Rodríguez. MELO, María Eugenia Ibarra. *Los estudios de género en Colombia. Una discusión preliminar. In Sociedad y Economía.* Nº 24, 2013. Pp. 15-46.

PLATÃO. **A República.** São Paulo: Martin Claret, 2000. (Coleção obra-prima de cada autor, Vol. 36).

POPPER, Karl Raymund. **Lógica das ciências sociais.** 3ª edição. Tradução de Estevão de Rezende Martins, Ápio Cláudio Muniz Acquarone Filho e Vilma de Oliveira Moraes e Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. (Biblioteca tempo universitário, nº 50).

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In. LANDER, Edgardo (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, setembro 2005. Pp.227-278. (Colección Sur Sur).*

_____. **Modernidad, identidad y utopía en América Latina.** Lima: Sociedad y Política

Ediciones, 1988.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

_____. **Gênero e história**. 1ª edição. Compostela: CNT, 2012.

_____. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. *In. Revista da Fundação SEADE*. – São Paulo, 2002. Pp. 58-66.

_____. Epistemologias feministas, gênero e história. *In. PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. (Org.). Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Pp. 21-41.

_____. As mulheres na historiografia brasileira. *In. SILVA, Zélia Lopes (Org.). Cultura histórica em debate*. São Paulo, UNESP, 1995.

_____. Descobrir historicamente o gênero. *In. Cadernos Pagu*. Unicamp, SP: 1998a. Nº 11, Pp. 89-98.

_____. Epistemologia feminista, gênero e história. *In. PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pilar (Orgs). Masculino e feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis-SC: Editora das Mulheres, 1998b.

RAMOS, Cesar. A Pedagogia de Hegel e a ação formadora da alteridade cultural. *In. Revista de Filosofia*. Curitiba, v.15 n.16, 2003. Pp. 41-55.

REINHARZ, Shulamit. *Feminist methods in social research*. New York: Oxford University Press, 1992.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RESTREPO, Alejandra. *Claves metodológicas para el estudio del movimiento feminista de*

América Latina y el Caribe In. GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, Maribel Ríos (Coord.). **Investigación feminista, metodología y representaciones sociales.** México: UMAM, CIICH: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias: Facultad de Psicología, 2012. (Colección Debate y Reflexión).

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RICOEUR, Paul. **Hermenéutica y acción: de la hermenéutica del texto e la hermenéutica de la acción.** 1ª ed. Traducción Mauricio M. Prelooker, Luis J. Adúriz, Aníbal Fornari, Juan Carlos Gorlier, María Teresa la Valle. Buenos Aires: Prometeo, 2008.

_____. **Teoria da interpretação:** o discurso e o excesso de significação. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1987. (Biblioteca de filosofia contemporânea; 2).

_____. **Interpretação e ideologias.** Tradução de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

_____. **O conflito das interpretações:** ensaios de hermenêutica. Tradução de M. F. Sá Correia. Porto: Rés Editora, 1978.

_____. **História e verdade.** Tradução de F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968.

RIQUELME, Vivianne Hasse; ROMERO, Lucy Ketterer; OBREQUE, Ana Arellano. *El punto de vista de las mujeres: la epistemología feminista. Un acercamiento desde la historia y la política.* In. **Educación y Humanidades.** Vol, 1. Nº 1, 2010, Pp. 46-69.

RIUS, Lourdes Fernández. *Mujeres académicas: ¿conflicto de roles?* In. VIEJA, María Teresa López de la. **Feminismo: del pasado al presente.** Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000. (Acta Salmanticensia. Biblioteca de Pensamiento y Sociedad, 83).

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In. PINSKY, Carla

Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. Pp. 333-359.

ROTTERDAM, Erasmo. **De pueris (dos meninos) e a civilização pueril**. Tradução de Luiz Feracine. São Paulo: Editora Escala: 2005. (Coleção Grandes Obras do pensamento Universal, vol. 22).

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMARA, Eni de Mesquia. Educação feminina e cidadania na América Latina: uma questão de raça e classe. In SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denise Barbosa (Orgs). **Práticas educativas, culturas escolares, projeção docente**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

SANTA CRUZ, Maria Clara. **Estudios de género y ciencias sociales en Paraguay**. Buenos Aires: CLACSO, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. 2ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

_____. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. 6ª reimpressão. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

_____. **A Crítica da Razão Indolente: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2011. (vol. 1).

_____. **Descolonizar el saber, reiventar el poder**. Traducción José Luis Exeni, José Guadalupe Gandavilla Salgado, Carlos Morales de Setién y Carlos Lema. Montevideo: Ediciones Trilce-Universidad de la República, 2010.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2006. Pp. 777-821.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2004a.

_____. Do pós-moderno ao pós-colonial: e para além de um outro. **Conferência de abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 16 de setembro de 2004b.

_____. *Toward a multicultural conception of human rights*. **Beyond Law**, vol. 9. Bogotá, D.C: Colombia, June 2002. Pp. 9-32.

_____. As tensões da modernidade. **Biblioteca de las alternativas, Forum Social Mundial** 2001. Disponível em http://www.forumsocialmundial.org.br/portugues/biblioteca/textos/2001012100_Boaventura_de_Sousa_Santos.rtf acesso em 23/06/2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *In. Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 5(1-2), 1994. Pp. 31-52.

_____. Os conflitos urbanos no Recife: o caso do *skylab*. *In. Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 11, maio de 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SARTORI, Jerônimo. Activismo. *In. STRECK, Danilo R.; RENDÍN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.) Dicionario Paulo Freire. 2ª edición en portugués, revisada y ampliada. Auténtica Editora, Belo Horizonte, 2008.*

SAVENHAGO, Igor José; SOUZA, Walumir Doniseti de. Estereótipos. *In. COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001. (Coleção mulher).

SCOTT, Joan W. **Género e história**. Traducción Consol Vilà I. Boadas. México: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008. (Colección Historia. Ser. Clásicos y vanguardistas em estudos de género).

_____. A invisibilidade da experiência. Tradução de Lúcia Hadda. In **Proj, História**. Nº 16 (fev). São Paulo, 1998.

_____. *Deconstructing Equality-versus-Difference: Or, the Uses of Poststructuralist Theory for Feminism*. In **Feminist Studies**, Vol. 14, No. 1, 1988. Pp. 32-50.

_____. A mulher trabalhadora. In. DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. Tradução de Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento, 1994. (Vol. 4).

_____. "Experience". In. BUTLER, Judith; SCOTT, Joan W. (Ed.) **Feminists theorize the political**. Routledge: New York, 1992a.

_____. História das Mulheres. In. BURKE, Peter (Org.) **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 2º reimpressão, 1992b. Pp. 63-95.

_____. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 16, nº 2, jul./dez, 1990. Pp. 5-22.

SEGATO, Rita. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda**. 1ª edición. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

SILVA, Cristiani Bereta da; OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. Epistemologia feminista. In. COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015a.

SILVA, Cristiani Bereta da; OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. Poder. *In.* COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero.** Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015b.

SILVA, Elizabeth Maria da. **Mulheres emancipai-vos!** um estudo sobre o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta. – Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Pós-Graduação em Educação Contemporânea. Caruaru, 2014.

SILVA, José Maurício Soares da. **A semântica do desejo:** a nova compreensão da hermenêutica ricoeuriana no ensaio sobre Freud. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Pós-Graduação em Filosofia (Centro de Ciências Humanas). Recife: 2000.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História:** homens, mulheres e a prática histórica. Tradução de Flávia Beatriz Rossler. Bauru, SP: EDUSC, 2003. (Coleção história).

SOIHET, Rachel. **Feminismo e antifeminismos:** mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. (Coleção Brasil Republicano).

_____. História das mulheres e história do gênero: um depoimento. *In.* **Cadernos Pagu.** nº 11. São Paulo: UNICAMP, 1998. pp. 77-87.

_____. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. *In.* AGUIAR, Neuma (Org.). **Gênero e ciências humanas:** desafios desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997a. (Coleção Gênero; v. 5).

_____. História das mulheres. *In.* CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1997b.

SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero. *In.* **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 27, nº 24, 2007. Pp. p. 281-300.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz:** feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

STERBBACH, Nancy S. *et al.* “Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo”. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v. 2, n. 2, 1994. Pp. p. 255-295.

STRECK, Danilo R. José Martí e a formação de nossa América. *In.* STRECK, Danilo R. (Org.). **Fontes da pedagogia latino-americana:** uma antologia. Belo Horizonte, Autêntica, 2010. Pp. 135-147.

STRECK, Danilo R.; RENDÍN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.) **Diccionario Paulo Freire.** 2ª edición en portugués, revisada y ampliada. Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2008.

TÁMEZ, Elsa. *Hermenéutica feminista latinoamericana: uma mirada retrospectiva.* *In.* AQUINO, Ma. Pilar; TÁMEZ, Elsa. **Teología feminista latino-americana.** Quito: Plurimino, 1998. Pp. 75-109.

TAYLOR, Charles. **Hegel e a sociedade moderna.** Tradução de Luciana Pudenzi. São Paulo: Loyola, 2005. Pp. 11-47.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Representação. *In.* COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero.** Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção tudo é história; 159).

TRUTH, Sojourner. **Eu não sou uma mulher?** Tradução de Osmundo Pinho. Universidade

Federal do Recôncavo da Bahia (Cacheira)/*University of Texas (Austin)*. Disponível em <<http://arquivo.geledes.org.br/atlantico-negro/afroamericanos/sojourner-truth/22661-e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth>> acessado em 10/02/2016.

VAINFAS, **Ronaldo**. **Trópicos dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Traição**: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. (Org). **História da sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1996. (Biblioteca de história, vol. 17).

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios**: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VALDIVIESO, Magdalena. *Aportes e incidencia de los feminismos en el debate sobre ciudadanía y democracia en América Latina*. In. CAROSIO, Alba. **Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2012. (Colección Grupos de Trabajo).

VALDIVIESO, Magdalena. *Recuerdo I. Los fundamentos económicos y las resistencias*. In. NEIRA, Josefina Hurtado; VALDIVIESO, Magdalena (Coord.). **Género y cultura: marcas de los fundamentalismos**. Santiago: Editorial Forja, 2010. (Con-Spirando, colección Nuevos espacios).

VALOBRA, Adriana María. *Los caminos de la historia de las mujeres y de género*. In PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero; RIAL, Carmem Silva de Morais (Orgs.). **Fronteiras de gênero**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Tradução de António José da Silva Moreira. – Lisboa: Edições 70, 2008. (Lugar da história, 20).

_____. **O inventário das diferenças**: história e sociologia. Tradução de Sônia Saizstein.

– São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIÑUALES, Olga. **Identidades Lésbicas**. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2006.

VOLTAIRE. **Dicionário filosófico**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Coleção Obra-prima de cada autor, série ouro, vol. 6).

WARNKE, Georgia. *Hermeneutics and constructed identities*. In. CODE, Lorraine. (Ed.). *Feminist interpretations of Hans-Georg Gadamer*. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2003.

WARREN, Karen. (Ed.). *Filosofías ecofeministas*. Traducción Soledad Iriarte. Barcelona: Icaria Editorial, 1996. (*Ecología humana*).

WESTPHAL, Merold. A hermenêutica enquanto epistemologia. In. GRECO, John. SOSA, Ernest (orgs.). **Compêndio de epistemologia**. Tradução de Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos das mulheres**. Tradução de Andreia Reis do Carmo. São Paulo: EDIPRO, 2015.

YANNOULAS, Silvia Cristina; VALLEJOS, Adriana Lucila; LENARDUZZI, Zulma Viviana. Feminismo e academia. In. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Tradução de Syomara Deslandes Tindera. v. 81, nº 199, set/dez, 2000. Pp. 425-451.

YEATMAN, Anna. *Una teoría feminista de la diferenciación social*. In. NICHOLSON, Linda (Comp.). *Feminismo/posmodernismo*. Traducción Mária Averbach. Buenos Aires: Feminaria Editora, 1992.

YUVAL-DAVIS, Nira. **Género y nación**. Lima: Flora Tristán, 2004.